



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.unilab.edu.br/

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23282.003513/2022-72

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços comuns de engenharia necessários à manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo ares condicionados, geladeiras, frigobares, freezers de uso comum e bebedouros, mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, peças e componentes, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), nas cidades de Redenção e Acarape, no Ceará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	CATSER	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
1	2771	Contratação de serviços comuns de engenharia necessários à manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo ares condicionados, geladeiras, frigobares, freezers de uso comum e bebedouros, mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, peças e componentes, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), nas cidades de Redenção e Acarape, no Ceará.	Unid.	12	38.516,26	462.195,12

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.4.1. Haverá pagamento apenas do quantitativo efetivamente executado;

1.4.2. Em se tratando de benefícios legalmente previstos, os valores a serem pagos à Contratada serão condicionados à comprovação de que a empresa, de fato, quitou sua parcela de custeio do benefício a que está obrigada e tão somente referente aos empregados beneficiários;

1.4.3. Em observância à letra 'D' do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MP nº 05/2017, a execução dos serviços será iniciada a partir da emissão de Ordem de Serviços.

1.5. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5.1. Em eventual prorrogação do Contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão eliminados e/ou reduzidos, em conformidade com o disposto no item 9, Anexo IX, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2.1. Em face do disposto no referido dispositivo legal, não há vedação para terceirização dos serviços objeto desta contratação;

4.2.2. Os serviços a serem contratados estão contemplados no Art. 1º, Incisos XIII e XV, da Portaria MP nº 443, de 27 de dezembro de 2018;

4.2.3. As atividades a serem contratadas não estão compreendidas entre as desempenhadas por categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da instituição.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Para que a UNILAB possa ter as suas necessidades pelos serviços objeto deste Termo de Referência atendidas, a empresa contratada deverá:

5.1.1.1. Disponibilizar e manter quadro de colaboradores nos quantitativos e nas categorias profissionais exigidas pela Contratante, conforme disposto abaixo:

Item	Atividade/Serviço	Requisitos Mínimos	Ocupação	Código (CBO)	Quant. Postos
1	<ul style="list-style-type: none"> - Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos e climatização e refrigeração; - Executar serviços de instalação e desinstalação (substituição) em equipamentos de climatização (ares condicionados); - Avaliar e dimensionar locais para instalação de equipamentos de climatização; - Especificar e quantificar materiais, peças e componentes a serem utilizados nos serviços; - Instalar ramais de dutos, montagem de tubulações de refrigeração, aplicação de vácuo em sistemas de refrigeração; - Carregar equipamentos de climatização e refrigeração com fluido refrigerante; 	Ensino Médio Completo e experiência de 01 (um) ano em serviços de manutenção, instalação e/ou desinstalação de equipamentos de climatização e/ou refrigeração	Mecânico(a) de Refrigeração	7257-05	03

	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar testes em equipamentos de climatização e refrigeração; - Elaborar orçamentos de serviços solicitados; - Caso seja indicado como preposto pela Contratada, executar as atividades de preposição em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo o acompanhamento, a implementação e o controle da execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e definição de cronograma de execução de serviços; - Executar outras tarefas correlatas à função, conforme necessidade ou a critério de seu superior. 				
2	<ul style="list-style-type: none"> - Exercer atividades de apoio ao Mecânico(a) de Refrigeração; - Transportar materiais, peças, componentes, ferramentas e equipamentos; - Realizar a limpeza/higienização preventiva de componentes de equipamentos de climatização; - Realizar pequenos reparos, ajustes, regulagens e lubrificações; - Fixar e/ou retirar unidades internas e externas de ares condicionados; - Passar e instalar tubulações de cobre; - Instalar suportes de fixação, calços e tubos de isolamento térmico; - Executar outras tarefas correlatas à função, conforme necessidade ou a critério de seu superior. 	<p>Ensino Fundamental Completo e experiência de 06 (seis) meses em serviços de manutenção, instalação e/ou desinstalação de equipamentos de climatização e/ou refrigeração.</p>	Auxiliar de Mecânico(a)	9112-05	03

5.1.1.2. Observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas das categorias profissionais abrangidas e às normas de segurança e saúde do trabalho;

5.1.1.3. Disponibilizar os equipamentos, ferramentas, utensílios, EPI's e EPC's necessários à prestação dos serviços, mantendo-os em bom estado de funcionamento, evitando danos às pessoas e às instalações da instituição;

5.1.1.4. Fornecer peças e componentes necessários à execução dos serviços;

5.1.1.5. Fornecer, para os serviços executados, garantia de, no mínimo, 03 (três) meses, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, devendo refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o pactuado, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício.

5.1.2. Os serviços objeto da contratação possuem natureza continuada, que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do cumprimento da missão institucional desta pasta, em conformidade com o disposto no § 1º, Art. 1º, Inciso XXIV, da Portaria nº 476, de 03 de janeiro de 2022, da Reitoria da UNILAB;

5.1.3. Por se tratar de serviços continuados, o ajuste resultante desta contratação será executado pelo período inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses,

em conformidade com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993;

5.1.4. Por ocasião de eventual encerramento ou rescisão do ajuste, não será necessária a realização de transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.5. Relativamente às soluções de mercado, foi possível, a partir do levantamento feito em Editais de contratações de serviços em outros órgãos públicos, identificar o disposto na tabela a seguir:

Sol. nº	Descrição
1	Contratação de serviços de manutenção, instalação e desinstalação de ares condicionados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, e sem o fornecimento de peças e componentes.
2	Contratação de serviços de manutenção, instalação e desinstalação de ares condicionados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, e com o fornecimento de peças e componentes.
3	.Contratação de serviços de manutenção, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, sem dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e componentes.
4	Contratação de serviços comuns de engenharia necessários à manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo ares condicionados, geladeiras, frigobares, freezers de uso comum e bebedouros, mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, peças e componentes.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do Contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade para esta contratação são os dispostos abaixo:

6.1.1. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na execução dos serviços e no fornecimento/disponibilização/utilização de materiais, observando, no que for cabível, a IN SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

6.1.1.1. A Contratada deverá:

- I - Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- II - Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- III - Separar e acondicionar, em recipientes adequados para destinação específica, as baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;
- IV - Adotar medidas para evitar o desperdício de água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização, em conformidade com o Decreto nº 48.138, de 08 de outubro 2003;
- V - Utilizar pilhas e baterias com composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401 de 04 de novembro de 2008;
- VI - Racionalizar o consumo de energia elétrica, com utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;
- VII - Priorizar o emprego de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

VIII - Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva, conforme legislação específica;

IX - Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas, responsáveis pela reciclagem, reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais.

6.1.1.2. Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados aos produtos;

6.1.1.3. A qualquer tempo, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados;

6.1.1.4. Os materiais fornecidos e suas embalagens deverão, preferencialmente, ser fabricados com materiais que possam ser reciclados.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 16h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail cs0@unilab.edu.br ou pelo telefone (85) 3332-6242.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue *CD-ROM*, *pen-drive* ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Os serviços de Manutenção Preventiva em equipamentos de climatização deverão ser executados em conformidade com os prazos descritos no Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), elaborado e fornecido pela Contratada.

8.1.2. Os serviços serão executados nos locais onde os equipamentos encontram-se instalados, exceto nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocar algum de seus componentes até a oficina da Contratada, quando será necessária a autorização da Contratante, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para a UNILAB;

8.1.3. Os serviços serão executados com a utilização de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

8.1.4. Os serviços serão executados, preferencialmente, em dias úteis, durante o horário de expediente, das 07h00 às 17h00. A programação e a data para execução dos serviços serão aprovadas pela Fiscalização;

8.1.4.1. Os serviços que, por sua natureza técnica, acarretem paralisação dos sistemas prediais, deverão ser executados em dias/horários não coincidentes com o funcionamento da UNILAB, com as despesas decorrentes por conta da Contratada.

8.1.5. A Tabela a seguir contém os cargos, os locais de execução, a quantidade estimada de postos, o período e a carga horária de trabalho para cada tipo de posto:

Cargo	Locais de Execução	Carga Horária Semanal	Horários/Períodos de Trabalho	Quant. Est. Postos
Mecânico(a) de Refrigeração	Conforme Item 10.1.1 do Termo de Referência	44 (quarenta e quatro) horas	Segunda a Quinta-Feira (07h00 às 12h00 / 13h00 às 17h00) Sexta-feira (07h00 às 12h00 / 13h00 às 16h00)	03
Auxiliar de Mecânico(a)	Conforme Item 10.1.1 do Termo de Referência	44 (quarenta e quatro) horas	Segunda a Quinta-Feira (07h00 às 12h00 / 13h00 às 17h00) Sexta-feira (07h00 às 12h00 / 13h00 às 16h00)	03

8.1.5.1. Os horários/períodos de trabalho poderão ser alterados conforme necessidade da UNILAB, respeitando-se a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

8.1.6. Todos os serviços executados deverão ser precedidos de proteção dos locais, visando à segurança das pessoas, objetos e mobiliários. Nos casos em que houver necessidade, a Fiscalização providenciará o remanejamento de materiais pertencentes à UNILAB para local apropriado até a conclusão dos serviços;

8.1.6.1. A Contratada deverá informar e sinalizar adequadamente, com dispositivo visível e específico para tal fim, os locais que ofereçam algum risco de acidente ou estejam inapropriados para a circulação dos servidores e do público externo.

8.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão de Ordem de Serviço, da seguinte forma:

8.2.1. A Contratada terá o prazo de até 03 (três) dias corridos, após a emissão da Ordem de Serviço, para iniciar a prestação dos serviços.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário.

9.1.1. As especificações dos materiais a serem disponibilizados constam de tópico específico do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Anexo II deste Termo de Referência.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. O detalhamento dos locais onde os serviços serão executados consta da Tabela abaixo:

Local	Endereço
Campus dos Palmares	Rodovia CE 060 - Km 51 - Acarape/CE - CEP: 62.785-000
Campus da Liberdade	Av. da Abolição, 3 - Centro - Redenção/CE - CEP: 62.790-000
Campus das Auroras	R. José Franco de Oliveira - s/n - Conj. Antônio Bonfim - Redenção/CE - CEP: 62.790-000
Fazenda Piroás	Localidade de Piroás - Distrito de Barra Nova - Redenção/CE

10.1.2. Os preços a serem ofertados pelas licitantes deverão incluir todos os custos necessários para a realização dos serviços, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, custos indiretos, lucro, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, uniformes, equipamentos de proteção individual, ferramentas, insumos e quaisquer outras despesas não mencionadas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;

10.1.2.1. Estarão inclusos, nos valores unitários (constantes da referida planilha) relativos à disponibilização ou ao fornecimento de Uniformes, Materiais de Consumo, EPI's/EPC's, Equipamentos/Ferramentas e/ou Peças/Componentes, eventuais custos com fretes e/ou deslocamentos até as cidades de Redenção e/ou Acarape, bem como entre os locais de execução dos serviços.

10.1.3. As licitantes:

10.1.3.1. Enviarão Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, conforme disposto no Anexo III do Edital, devendo:

a) Ser feita indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

b) Serem observados, quando do preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, Sesi ou Sesc, Senai ou Senac, Incra, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/SAT, Sebrae, Férias, 13º Salário e outros);

c) Ser anexada, à Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, documentação comprobatória contendo o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da empresa, conforme disposto no Decreto nº 6.042, de 12 de fevereiro de 2007;

d) Ser indicado o regime de tributação ao qual a empresa está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU - Plenário n.º 2.647/2009);

d.1) As licitantes tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS deverão cotar, na Planilha de Custos e Formação de Preços, as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

e) A planilha ser enviada, também, em formato .xlsx, de forma a possibilitar a conferência dos memoriais de cálculo dos custos unitários.

10.1.3.2. Encaminhar quadro informativo com a composição das taxas de BDI realmente adotadas pela empresa;

a) Os percentuais relativos a tributos incidentes sobre o faturamento deverão guardar compatibilidade com o regime de tributação a que a empresa esteja submetida.

11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

11.2.1. Bata;

11.2.2. Calça;

11.2.3. Cinto;

11.2.4. Par de Meias;

11.2.5. Par de Botas;

11.2.6. Crachá.

11.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- 11.3.1. Bata: em Brim, Mangas Longas, c/ Emblema da Empresa;
- 11.3.2. Calça: Jeans, c/ Emblema da Empresa;
- 11.3.3. Cinto: de Couro;
- 11.3.4. Par de Meias: de Algodão;
- 11.3.5. Par de Botas: de Segurança, c/ Biqueira de Aço e Colarinho Acolchoado;
- 11.3.6. Crachá: c/ Foto e Emblema da Empresa.

11.4. Deverão ser fornecidos, a cada empregado, no início da execução do Contrato, os seguintes quantitativos de peças de vestuário:

- 11.4.1. 02 (duas) Batas;
- 11.4.2. 02 (duas) Calças;
- 11.4.3. 01 (um) Cinto;
- 11.4.4. 04 (quatro) Pares de Meias;
- 11.4.5. 01 (um) Par de Botas;
- 11.4.6. 01 (um) Crachá.

11.5. Os uniformes deverão ser substituídos a qualquer época, conforme necessidade constatada pela Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

- 11.5.1. O prazo para substituição será de 05 (cinco) dias corridos, após comunicação escrita da Contratante.

11.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela Fiscalização do Contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. Notificar a Contratada, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço.

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6, da IN SEGES/MP nº 05/2017.

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- 12.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 12.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 12.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

- 12.7. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 12.10. Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, Termos de Recebimento, Contratos e Aditamentos, Relatórios de Inspeções Técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 12.13. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.
- 12.14. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 12.14.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação, Seguro de Vida e Plano de Saúde, quando for devido;
 - 12.14.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - 12.14.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do Contrato.
- 12.15. Analisar os Termos de Rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do Contrato.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela Fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que

comproven a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 05/2017.

13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

13.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

13.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato.

13.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.17. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.18. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

13.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

13.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

13.23. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26/05/2017:

13.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e

13.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.

13.25. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

13.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

13.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

13.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

13.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

13.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

13.31. Manter preposto, aceito pela Contratante, nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do Contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

13.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

13.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta aos respectivos órgãos, se necessário for, afim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

13.33.1. Providenciar, junto ao CREA e/ou ao CAU-BR, as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/1977 e 12.378/2010).

13.34. Obter, junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

13.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 03 (três) meses, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.36. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

13.37. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

13.37.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

13.37.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória,

acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata; e

13.37.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

13.37.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

13.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

13.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

13.38.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

13.38.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

13.38.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

13.38.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; e

13.38.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.38.3. Em nenhuma hipótese, a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

13.38.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.39.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.39.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata; e

13.39.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais,

capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

13.40. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

13.41. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela Fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

13.42. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência e anexos, sem repassar quaisquer custos a estes.

13.43. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o Vale Transporte.

13.44. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.45. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do Contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.46. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.

13.47. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.47.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.47.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.47.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.48. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

13.49. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.49.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.50. Responsabilizar-se pelo transporte, entre os locais de execução dos serviços:

13.50.1. De quaisquer materiais, peças, utensílios, equipamentos e ferramentas necessárias às atividades objeto deste Termo de Referência;

13.50.1.1. No caso de Ares Condicionados que venham a ser objeto de substituição, o transporte desde e/ou até os locais de instalação e/ou desinstalação será de responsabilidade da Contratante;

13.50.2. Dos colaboradores vinculados à mesma;

13.51. Excepcionalmente, mediante solicitação da Contratada e respectiva autorização da Contratante, devidamente motivada, esta poderá realizar o transporte de que trata o item acima, mediante as seguintes condições:

13.51.1. Apresentação, pela Contratada, de justificativa para a necessidade de disponibilização de transporte pela Contratante;

13.51.2. O transporte não poderá gerar ônus adicional à Contratante, de forma que somente ocorrerá através de inclusão em viagem já previamente agendada entre os locais objeto do deslocamento;

13.51.2.1. Não obstante o fato de não gerar ônus à Contratante, tal transporte não poderá ser realizado de maneira corriqueira, mas sim, de forma pontual;

13.51.2.2. No caso de recorrência de tais transportes, poderá ser aplicado o disposto nos Instrumentos de Medição de Resultado.

13.51.3. A guarda/conservação de materiais, peças, utensílios, equipamentos e ferramentas a serem eventualmente transportados pela Contratante será de responsabilidade da Contratada.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

14.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

14.1.1.1. As parcelas que podem ser subcontratadas são referentes aos serviços de menor volume e que representam menor custo em relação à parcela principal, a saber:

a) Serviços Eventuais.

14.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentuais mínimo de 2,5% e máximo de 5%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

14.4.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

14.4.2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

14.4.3. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

14.4.4. A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

14.4.5. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

14.4.5.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte;

14.4.5.2. Consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e

14.4.5.3. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

14.4.6. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

14.4.7. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

14.4.8. São vedadas:

14.4.8.1. A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas:

a) Serviços com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra;

b) Fornecimento de Peças e Componentes.

14.4.8.2. A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

14.4.8.3. A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante

15. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

16. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

16.1. A Fiscalização do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.6. A Fiscalização Técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

16.7. Durante a execução do objeto, o Fiscal Técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

- 16.8. O Fiscal Técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.10. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal Técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada, de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.12. O Fiscal Técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 16.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.15. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 16.16. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 16.17. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de:
- 16.17.1. E-mail, quando se referir a atividades e solicitações relativas à Fiscalização Técnica e Administrativa do objeto;
 - 16.17.2. Ofício, quando se referir a atividades e solicitações relativas à Gestão do Contrato.
- 16.18. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.19. A Contratada manterá preposto da empresa no local da execução do objeto, durante os horários de execução dos serviços.
- 16.20. A Fiscalização Administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o Contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.21. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 16.21.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - 16.21.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 16.21.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
 - 16.21.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e
 - 16.21.1.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do Contrato.

16.21.2. Entrega, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, à Fiscalização do Contrato, dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.21.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.21.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

16.21.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

16.21.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.21.3. Entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

16.21.3.1. Extrato da Conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;

16.21.3.2. Cópia da Folha de Pagamento Analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Contratante;

16.21.3.3. Cópia dos Contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

16.21.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

16.21.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo Contrato.

16.21.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do Contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no Contrato:

16.21.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

16.21.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

16.21.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

16.21.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.22. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do Contrato de Trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

16.22.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

16.22.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

16.22.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

16.23. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.32.1 acima deverão ser apresentados.

16.24. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.25. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do Contrato deverão oficial à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.26. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do Contrato deverão oficial ao Ministério do Trabalho.

16.27. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.28. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.28.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do Contrato;

16.28.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas;

16.28.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

16.29. O Contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.30. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

16.31. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

16.32. A Fiscalização Administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **Anexo VI**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.2.1. Os serviços serão medidos pelas quantidades efetivamente consumidas.

17.2.1.1. Mão de Obra Exclusiva:

- a) Postos de Trabalho: comporão a planilha de medição mensal os quantitativos de postos efetivamente disponibilizados à Contratante no período;
- b) Benefícios Diários: comporão a planilha de medição mensal os quantitativos de Auxílio-Transporte e Auxílio-Refeição efetivamente percebidos pelos colaboradores que tenham prestado serviços no período;
- c) Plano de Saúde: o valor correspondente a tal benefício somente será incluído na planilha de medição caso o colaborador tenha aderido ao mesmo;
- d) Uniformes, Ferramentas e Equipamentos (incluindo EPI's e EPC's): comporão a planilha de medição mensal os itens (e respectivos quantitativos) efetivamente disponibilizados aos colaboradores no período;
- e) Materiais de Consumo: comporão a planilha de medição mensal os itens (e respectivos quantitativos) efetivamente fornecidos no período;

f) Bonificações e Despesas Indiretas (BDI): o percentual a incidir sobre os custos relativos à mão de obra, incluindo Uniformes, Ferramentas, Equipamentos e Materiais de Consumo, será o referente à prestação de serviços.

17.2.1.2. Fornecimento de Peças e Componentes:

- a) Comporão a planilha de medição mensal os itens (e respectivos quantitativos) efetivamente fornecidos no período;
- b) O percentual de BDI a incidir sobre os custos relativos ao fornecimento de peças e componentes será diferenciado (reduzido) em relação ao incidente sobre serviços.

17.2.1.3. Serviços Eventuais:

- a) Comporão a planilha de medição mensal os itens (e respectivos quantitativos) efetivamente executados no período.
- b) O percentual de BDI a incidir sobre os custos relativos à execução de serviços eventuais será o mesmo que o incidente sobre a mão de obra.

17.2.1.4. Os valores referentes a rubricas cujo memorial de cálculo possua incidência probabilística comporão a medição independente da ocorrência de fato gerador, podendo ser pagos ou retidos em Conta-Vinculada, conforme a natureza da verba.

17.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.3.1. Não produziu os resultados acordados;
- 17.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do Recebimento Provisório e Definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

18.1.1. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar do fim do período mensal de execução dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

18.1.1.1. Boletim de Medição dos serviços executados no período, através de planilha contendo memória de cálculo dos itens de mão de obra exclusiva e relação de itens de material de consumo e/ou peças/componentes fornecidos e de serviços eventuais executados;

18.1.1.2. Check-List de Manutenção Preventiva, contendo as rotinas executadas no período, conforme Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC);

18.1.1.3. Documentação comprobatória do cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, conforme disposto no item 16.22 deste Termo de Referência.

18.1.2. Somente poderão ser medidos os serviços efetivamente executados e concluídos em sua totalidade;

18.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados no período, quando for o caso.

18.2. O Recebimento Provisório será realizado pelo Fiscal Técnico e pelo Fiscal Administrativo, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

18.2.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

18.2.1.1. Para efeito de Recebimento Provisório, ao final de cada período de faturamento, o Fiscal Técnico do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato;

18.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório;

18.2.1.3. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

18.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

18.2.1.5. O Fiscal Administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao Gestor do Contrato.

18.2.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada Fiscal (Técnico/Administrativo) deverá elaborar Relatório Circunstanciado, em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

18.2.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à Fiscalização Técnica e Administrativa, e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo;

18.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

18.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.3. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a partir do Recebimento Provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o Recebimento Definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

18.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela Fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

18.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela Fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

18.4. O Recebimento, Provisório ou Definitivo, do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em Contrato e por força das disposições legais em vigor.

18.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do Recebimento Definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.5.1. O prazo de validade;

19.5.2. A data da emissão;

19.5.3. Os dados do Contrato e do órgão contratante;

19.5.4. O período de prestação dos serviços;

19.5.5. O valor a pagar; e

19.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

19.10. Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

19.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

19.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.13.1. Será rescindido o Contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

19.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017, quando couber.

19.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP nº 05/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do Contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos Contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.3. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em Conta-Depósito Vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

20.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

20.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

20.4.1.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao Contrato, quando devido;

20.4.1.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao Contrato;

20.4.1.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao Contrato; e

20.4.1.4. Ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.5. O montante dos depósitos da Conta Vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 20.5.2. Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- 20.5.3. Multa sobre o FGTS para as rescisões sem justa causa; e
- 20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017.

20.7. O saldo da Conta-Depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da Conta-Depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da Conta-Depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

20.11. A empresa Contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da Conta-Depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato.

20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento;

20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na Conta-Depósito Vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos;

20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP nº 05/2017.

21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de 01 (um) ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

21.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

21.4. A repactuação para reajuste do Contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

21.5. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

21.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo Contrato;

21.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

21.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

21.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

21.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

21.8. Nessas condições, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado:

21.8.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

21.8.2. Da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

21.8.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

21.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

21.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

21.12. A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

21.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

21.14. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I_0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

21.14.1. Justifica-se a adoção do referido índice pelo fato de não terem sido identificados quaisquer índices específicos/setoriais, índice geral correlacionado com a variação inflacionária dos custos desses itens ou índice geral de adoção consagrada para o objeto contratado (Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017 c/c item III da Conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 38/2013);

21.14.2. Ressalta-se que os índices setoriais específicos do ramo da engenharia, tal como o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) e o IPOP (Índice de Preços de Obras Públicas), são aplicáveis especificamente a serviços, mão de obra e insumos/materiais no âmbito da Construção Civil, o que não é o caso da presente contratação;

21.14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

21.14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo;

21.14.5. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

21.14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo;

21.14.7. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.15.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

21.15.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

21.15.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

21.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

21.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

21.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao Contrato.

21.20. A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

22. GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor

correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade durante a execução do Contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

- 22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 22.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 22.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 22.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 22.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
 - 22.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
 - 22.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 22.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 22.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 22.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
- 22.8. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 22.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 22.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 22.11. Será considerada extinta a garantia:
 - 22.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
 - 22.11.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 22.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 22.13. A Contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e no Contrato.
- 22.14. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

22.15. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

22.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 23.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 23.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.3. Fraudar na execução do Contrato;
- 23.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 23.1.5. Cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

23.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

23.2.2. **Multa de:**

23.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das **Tabelas 1 e 2**, abaixo;

23.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do Contrato;

23.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

23.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

23.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no item 23.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

23.4. As sanções previstas nos subitens 23.2.1, 23.2.3, 23.2.4 e 23.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **Tabelas 1 e 2**:

Tabela 1

Grau	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o Valor Mensal do Contrato
2	0,4% ao dia sobre o Valor Mensal do Contrato
3	0,8% ao dia sobre o Valor Mensal do Contrato
4	1,6% ao dia sobre o Valor Mensal do Contrato
5	3,2% ao dia sobre o Valor Mensal do Contrato

Tabela 2

Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela Fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da Contratante, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter, durante a execução do Contrato, os prepostos previstos no Edital/Contrato;	01

23.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

23.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme as áreas de atuação previstas neste Termo de Referência, em plena validade;

24.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

24.3.2.1. Serviços de Manutenção em Equipamentos de Climatização e/ou Refrigeração em sistemas com, no mínimo, 300 (trezentos) equipamentos.

24.3.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

24.3.3.1. Identificação do(s) local(is) em que foram realizados os serviços;

24.3.3.2. Descrição dos serviços realizados;

24.3.3.3. Data de emissão do atestado;

24.3.3.4. Indicar se os serviços foram realizados de forma satisfatória; e

24.3.3.5. Identificação do Contratante e assinatura de seu representante legal.

24.3.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

24.3.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

24.3.5.1. Para Engenheiro(a) Mecânico(a): execução de serviços em equipamentos climatização.

24.3.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de Contrato/Estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com Contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação;

24.3.7. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

24.3.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da Contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica;

24.3.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;

24.3.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

24.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.4.1. Valor Global: **R\$ 462.195,12 (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e doze centavos);**

24.4.2. Valores Unitários: conforme Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços, **Anexo III** deste Termo de Referência.

24.5. O critério de julgamento da proposta é o Menor Preço Global.

24.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS REFERENCIAIS

25.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 462.195,12 (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e doze centavos).**

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

26.1.1. Gestão/Unidade: 26442/158565;

26.1.2. Fonte de Recursos: 8100;

26.1.3. Programa de Trabalho: 171301;

26.1.4. Elemento de Despesa: 339039;

26.1.5. Plano Interno: VCSOPN01ARN.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (SEI nº 0433390);
- b) Anexo II - Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI nº 0420498);
- c) Anexo III - Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços (SEI nº 0420499);
- d) Anexo IV - Planilha de Composição de BDI (SEI nº 0420500);
- e) Anexo V - Planilha de Composição de Encargos Sociais (SEI nº 0420501);
- f) Anexo VI - Instrumentos de Medição de Resultado - IMR (SEI nº 0420503);

- g) Anexo VII - Modelo de Ordem de Serviço (SEI nº 0420504);
- h) Anexo VIII - Estudo Técnico Preliminar - ETP (SEI nº 0433500);
- i) Anexo IX - Documentos referentes à Responsabilidade Técnica - ART/RRT, relativos à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto nº 7983/2013 (SEI nº 0420509);
- j) Anexo X - Modelo de Formulário de Solicitação de Serviços (SEI nº 0420511);
- k) Anexo XI - Modelo de Relatório de Execução de Serviço (SEI nº 0420512);
- l) Anexo XII - Modelo de Boletim de Medição Mensal (SEI nº 0420515);
- m) Anexo XIII - Modelo de Check-List de Manutenção Preventiva (SEI nº 0420517).

Responsável	
Nome	SIAPÉ nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 28/03/2022, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0433387** e o código CRC **C1C4B678**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO I AO TERMO DE REFERÊNCIA - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O art. 6º, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993, estabelece as definições de obras e serviços e o Manual de Obras e Serviços de Engenharia - Advocacia-Geral da União, assim explicita:

“O Parecer nº 075/2010/DECOR/CGU/AGU segue o mesmo raciocínio e propõe a seguinte solução (Item 83.4):

- a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;
- b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;

Nesse ponto, há semelhança com o conceito formulado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP, para o qual reforma consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual (Orientação Técnica IBR nº 02/2009).

Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

A distinção é relevante para a escolha da modalidade licitatória cabível, vez que apenas os serviços comuns de engenharia podem e devem ser obrigatoriamente licitados por meio de pregão, de modo que o órgão técnico deverá analisar cuidadosamente as características da atividade a ser contratada a fim de corretamente caracterizá-la como obra ou serviço de engenharia e fundamentar convincentemente a decisão adotada”.

Assim, compete ao setor técnico definir a natureza do objeto, sendo certo que as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/93 deverão ser utilizadas sempre que o mesmo for passível de enquadramento como obra ou serviço não comum de engenharia.

JUSTIFICATIVA: O objeto da presente licitação é () OBRA ou (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações:

O objeto da contratação envolve a prestação de serviços de manutenção/reparo de equipamentos já existentes na instituição, incluindo eventuais substituições destes por novos, tratando-se, portanto, de intervenções que não alteram, ampliam e/ou criam novas edificações, não havendo relação com o conceito de "obra".

1.2. Caso seja serviço de engenharia: classificação como serviço comum ou especial

Segundo Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

No entendimento do TCU, “a complexidade do objeto pretendido não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de bem comum, mas, sim, o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Assim, caso o objeto apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado domine as técnicas de sua realização, esse deverá ser classificado como bem ou serviço comum e ser utilizada de forma cogente a modalidade do pregão eletrônico” (Acórdão nº 2.806/2014 - 1ª Câmara).

Portanto, o foco da definição de serviço comum são as “características padronizadas”.

Tanto que o Decreto nº 10.024/2019, ao definir o que seriam serviços especiais (não comuns) de engenharia, traz o conceito de “alta heterogeneidade”, aliado à alta complexidade técnica:

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

No âmbito da AGU, o PARECER nº 51/2019/DECOR/CGU/AGU trouxe a seguinte orientação:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. RESOLUÇÃO Nº 1.116/2019 DO CONFEA. OBRAS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA. SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS. ANÁLISE JURÍDICA.

I - É possível a licitação de serviços de engenharia através da modalidade pregão, quando tais serviços são caracterizáveis como serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002.

II - A Resolução nº 1.116, de 26/04/2019, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA não deve nem pode produzir efeitos restritivos em relação à compreensão do agente público competente acerca do enquadramento de um determinado serviço de engenharia como serviço comum.

III - Diante do dilema decisório acerca da caracterização de um determinado serviço de engenharia como comum, o agente público federal deve agir de forma técnica, lastreado nos elementos apresentados pela Lei nº 10.520/2002 e na pertinente regulamentação dos competentes órgãos do Poder Executivo Federal.

Portanto, prevalece o enquadramento técnico e individual do objeto como serviços comuns de engenharia - para os quais é acertada (e obrigatória) a adoção da modalidade licitatória pregão.

JUSTIFICATIVA: O objeto da presente licitação é (X) SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA ou () SERVIÇO ESPECIAL DE ENGENHARIA, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações:

Nos termos do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, os serviços a serem contratados se enquadram como comuns de engenharia, visto que englobam atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pela Administração, mediante especificações usuais de mercado.

Cabe ressaltar que, conforme levantamento de mercado realizado, os serviços a serem contratados são prestados por uma ampla quantidade de fornecedores, sendo as especificações técnicas e padrões de desempenho requeridos comumente atendidos pela grande maioria dos mesmos.

2. ELABORAÇÃO DE PROJETO E DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO DE ENGENHARIA

Para a licitação relacionada a obras e serviços de engenharia, e em conformidade com a determinação do art. 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666/93, é obrigatória a elaboração e aprovação prévia de Projeto Básico, como também deixa clara a Súmula TCU nº 261/2010:

“Em licitações de obras e serviços de engenharia, é necessária a elaboração de projeto básico adequado e atualizado, assim considerado aquele aprovado com todos os elementos descritos no art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, constituindo prática ilegal a revisão de projeto básico ou a elaboração de

projeto executivo que transfigure o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos.”

O projeto e demais documentos técnicos (tais como plantas, caderno de especificações, memoriais descritivos etc.) devem ser elaborados por profissional competente de engenharia, conforme as modalidades pertinentes ao objeto (civil, mecânico, agrônomo, naval, minas, químico, eletricitista, eletrônico ou de comunicação, florestal, geólogo etc.), de arquitetura ou de técnico industrial, com a correspondente Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica - ART/RRT/TRT, como deixa claro a Súmula TCU nº 260/2010.

A elaboração do Projeto Básico caberá:

- (a) à própria Administração, por meio de responsável técnico pertencente a seus quadros, inscrito no órgão de fiscalização da atividade (CREA/CAU-BR/CFT), que deverão providenciar a Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica - ART/RRT/TRT referente aos projetos;
- (b) a profissional (pessoa física ou jurídica) especializado, habilitado pelo CREA/CAU-BR/CFT, contratado pela Administração mediante licitação ou diretamente, cujos trabalhos serão baseados em anteprojeto desenvolvido pela Administração.

Na licitação na modalidade pregão, é o Termo de Referência que faz as vezes do Projeto Básico. Porém, independentemente da nomenclatura adotada, o conteúdo deve ser equivalente, justamente para permitir o adequado nível de detalhamento e caracterização do objeto licitado, sem prejuízo de ser elaborado outro ou outros documentos técnicos.

JUSTIFICATIVA: No presente feito, o Termo de Referência (X) FOI elaborado por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da ART juntada no Documento SEI nº 0420509.

3. REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

Os regimes de execução são elencados no art. 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.666, de 1993:

- a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
- b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;
- d) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;
- e) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

Nas obras e serviços de engenharia, os regimes mais utilizados são as empreitadas por preço global ou por preço unitário.

A empreitada por preço global é aquela em que se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total. Em tese, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro (não poderá cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite). Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados (até certo limite).

É por isso que a adoção de tal regime pressupõe um projeto básico de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 47 da Lei nº 8.666/93), justamente para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

Já a empreitada por preço unitário é aquela em que o preço é fixado por unidade determinada. Os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem

riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra: a execução das "unidades" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e a correspondente remuneração devida.

Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou que não são totalmente conhecidos na fase de planejamento. São exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; reforma de edificações; e construção de poço artesiano. Assim, pode-se afirmar que a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço global diminui à medida que se eleva o nível de incerteza sobre o objeto a ser contratado (TCU, Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário).

Considerando que a escolha entre os regimes de empreitada terá impacto significativo no curso do contrato, no que diz respeito aos critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, às medições e ao regime de pagamento, às modificações contratuais qualitativas/quantitativas, incluindo a margem de tolerância para as alegadas falhas estruturais e de dimensionamento do projeto básico, dentre outros aspectos, é dever do gestor escolher o regime que melhor atende ao interesse público diante das possíveis eventualidades que venham a incidir no contrato, de modo que se pode afirmar que a discricionariedade na adoção de um ou outro regime é consideravelmente mitigada, porquanto a autoridade estará vinculada às opções decorrentes dos estudos e levantamentos preliminares que definirão os modos possíveis de contratação do empreendimento, tendo em vista, principalmente, os parâmetros da eficiência e economicidade.

Prossegue o TCU no mesmo Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário:

- a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;
- b) a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;
- c) nas situações em que, mesmo diante de objeto com imprecisão intrínseca de quantitativos, tal qual asseverado na letra "b" supra, se preferir a utilização da empreitada por preço global, deve ser justificada, no bojo do processo licitatório, a vantagem dessa transferência maior de riscos para o particular - e, consequentemente, maiores preços ofertados - em termos técnicos, econômicos ou outro objetivamente motivado, bem assim como os impactos decorrentes desses riscos na composição do orçamento da obra, em especial a taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); (Acórdão nº 1977/2013 - Plenário).

JUSTIFICATIVA: O regime de execução para a presente contratação é a () EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL ou (X) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO ou () TAREFA ou () EMPREITADA INTEGRAL, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações:

Não obstante se tratar de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, não há como se precisar, com segurança, os quantitativos totais a serem efetivamente executados, tendo em vista os seguintes fatores:

A contratação envolve, além da disponibilização da mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o fornecimento de materiais, peças e componentes e a execução de serviços eventuais, itens estes que representam valor significativo do total a ser contratado;

Não há como prever quando determinado componente de um equipamento irá falhar ou quebrar. Sendo assim, não há como se precisar o quantitativo total de itens de materiais, peças e componentes a serem efetivamente fornecidos;

No caso dos postos com dedicação exclusiva de mão de obra, há de se ressaltar, ainda, que poderá haver substanciais variações nos quantitativos de benefícios, tais como Auxílio-Transporte e Auxílio-Refeição, sendo que os valores a serem pagos à Contratada serão condicionados à comprovação de que a empresa, de fato, quitou sua parcela de custeio do benefício a que está obrigada e tão somente referente aos empregados beneficiários;

Diante do exposto acima, acredita-se que a adoção da Empreitada por Preço Global como Regime de Execução poderia causar extensos danos ao erário, tendo em vista que se estaria pagando um valor "cheio" por algo que não necessariamente seria executado;

Sendo assim, entende-se que resta justificada a escolha da Empreitada por Preço Unitário como Regime de Execução a ser adotado na contratação dos serviços em tela.

4. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

O orçamento de referência da obra ou serviço de engenharia deve trazer o detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o edital de licitação (art. 2º, VIII, do Decreto nº 7.983, de 2013).

Normalmente, tal orçamento é composto por duas planilhas: sintética e analítica.

A planilha sintética traz os custos unitários de referência e os quantitativos de cada serviço necessário à plena execução da obra - chegando ao custo total de referência do serviço.

Os custos totais de referência de todos os serviços são então somados, chegando ao custo global de referência da obra - sobre o qual incide o valor percentual do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), a fim de obter o preço global de referência da obra, que guiará a aceitação das propostas dos licitantes.

Já a planilha analítica traz as composições de custo unitário de cada serviço inserido na planilha sintética - registrando a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida do referido serviço.

Esse detalhamento é preexistente no Sistema SINAPI, o que torna desnecessária a juntada de cada uma das planilhas analíticas, como será tratado mais à frente.

Por outro lado, a presença das planilhas analíticas para composição dos custos unitários é indispensável quando o empreendimento envolver serviços e/ou insumos não previstos no Sistema SINAPI/SICRO ou quando os preços componentes forem decorrentes de pesquisas de preços ou de publicações especializadas, como afirma a Súmula TCU:

Súmula TCU nº 258/2010

As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

Por fim, nos termos do art. 10 do Decreto nº 7.983/2013, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, foram juntadas as planilhas sintéticas analíticas no Documento SEI nº 0420499. A ART relativa às planilhas orçamentárias consta do Documento SEI nº 0420509.

5. ADOÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA DO SINAPI

O orçamento da obra ou serviço de engenharia deve adotar custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil (art. 3º do Decreto nº 7.983, de 2013).

Somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos, os custos unitários de referência da administração poderão exceder os seus correspondentes do SINAPI, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência (art. 8º, parágrafo único).

Caso o item não esteja contemplado no SINAPI, o orçamento da obra ou serviço poderá adotar custos obtidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado (art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013).

Ao adotar quaisquer referenciais de custos externos ao SINAPI, cabe ao setor técnico optar por aqueles que melhor se adequem ao projeto da obra ou serviço, levando em consideração especialmente a adequação dos quantitativos, dos coeficientes de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e da mão de obra com a realidade do local da execução do contrato. Inclusive a adaptação de composições já existentes no Sistema SINAPI/SICRO deve, preferencialmente, utilizar insumos ou composições também extraídas desses sistemas.

JUSTIFICATIVA: No orçamento da presente obra ou serviço, (X) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI.

JUSTIFICATIVA: No orçamento da presente obra ou serviço, () FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos;

JUSTIFICATIVA: No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (X) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013:

(X) Tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal: Tabela de Insumos nº 027, da Secretaria de Infraestrutura do Ceará (SEINFRA), com desoneração.

() Publicações técnicas especializadas:

() Sistema específico instituído para o setor:

(X) Pesquisa de Mercado (detalhada no tópico seguinte).

JUSTIFICATIVA: Tais referenciais de custos foram adotados pelos motivos abaixo elencados:

Durante o levantamento de mercado, identificou-se que boa parte dos custos unitários utilizados para composição do valor de referência da contratação não consta do Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI/CEF), nem do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO/DNIT). A justificativa para tal está relacionada ao fato de que os serviços a serem contratados não são da área "civil", mas sim "mecânica".

Diante disso, e considerando o fato de que não há, atualmente, sistema de custos desenvolvido pela instituição que contemple os serviços objeto desta contratação, para os preços que não puderam ser obtidos por meio do disposto nos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto nº 7.983/2013, procedeu-se à realização de Pesquisa de Mercado, em conformidade com o disposto no art. 6º do referido decreto.

6. REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

Caso o item do orçamento não esteja contemplado no SINAPI e o órgão recorra à realização da pesquisa de mercado (art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013), o orçamentista deve seguir as diretrizes aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05/08/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal.

É óbvio que tal diploma não se aplica à orçamentação das obras e serviços de engenharia, como bem alerta seu art. 1º, § 1º. Porém, uma das metodologias subsidiárias do Decreto nº 7.983/2013 é justamente a realização de pesquisa de mercado para determinados custos de insumos ou serviços que não estejam contemplados no SINAPI ou, eventualmente, nos demais parâmetros do art. 6º do Decreto - e, a partir do momento em que o orçamentista opta pela realização de pesquisa de mercado para obter cotações para tais insumos ou serviços, aí sim passam a incidir as diretrizes da IN nº 73/2020.

Atente-se que o art. 3º da IN nº 73/2020 preza justamente pela necessidade de formalização dos procedimentos da pesquisa de preços:

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - identificação do agente responsável pela cotação;

II - caracterização das fontes consultadas;

III - série de preços coletados;

IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e

V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

Portanto, mesmo nas licitações para obras e serviços de engenharia, sempre que realizada pesquisa de preços para obtenção de alguma cotação de custos complementar, devem ser juntados aos autos os documentos correspondentes, para fins de adequada instrução processual.

No mais, seguem as principais diretrizes da IN nº 73/2020 para a realização da referida pesquisa:

Crítérios

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

Parâmetros

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do *caput*.

Metodologia

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

Assim, cabe seguir tais disposições da IN nº 73/2020 quando adotado o procedimento de pesquisa de preços na composição de algum dos custos unitários das obras ou serviços de engenharia. Não basta simplesmente anexar propostas de preço ao processo - é necessário um ritual mais amplo de formalização, análise e conferência dos valores coletados, tudo isso devidamente documentado no processo.

Por óbvio, o orçamentista também deverá declarar expressamente quais custos do orçamento de referência foram extraídos da pesquisa de preços.

JUSTIFICATIVA: No orçamento da presente licitação, (X) FOI realizada pesquisa de mercado para itens do orçamento não contemplados no SINAPI e/ou na Tabela SEINFRA, adotando-se as diretrizes da IN nº 73, de 2020, conforme documentos juntados aos autos no Doc. SEI nº 0418882.

Foram observados os seguintes aspectos para a elaboração do Mapa de Preços:

Para realização da Pesquisa, foram respeitadas as disposições contidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020, no Acórdão TCU nº 1.445/2015 - Plenário e na Conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 143/2018, tendo sido utilizada a seguinte metodologia:

- Buscas no Pannel de Preços, nas quais foi possível obter a média de preços de parte dos itens objeto de Pesquisa de Mercado, considerando contratações realizadas nos últimos 12 (doze) meses, no âmbito da Administração Pública (Inciso I, art. 5º, da IN SEGES/ME nº 73/2020); e

- Buscas em sítios eletrônicos especializados, nas quais foi possível obter a média de 03 (três) preços unitários da maioria de parte dos objeto da Pesquisa de Mercado (Inciso III, art. 5º, da IN SEGES/ME nº 73/2020).

A partir das médias obtidas no Pannel de Preços e nos Sítios Eletrônicos Especializados, foi calculada a média geral (consolidada), obtendo-se os custos unitários de referência para cada um dos itens pesquisados.

7. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

A chamada planilha analítica contém o detalhamento de todos os insumos necessários à composição do custo unitário de cada um dos itens que compõem a obra, incluindo não apenas os materiais, como também a mão de obra e os equipamentos, com os respectivos quantitativos e índices de produtividade.

Segundo a Súmula TCU nº 258/2010, "as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas".

Desde logo, para os custos de referência extraídos do SINAPI, parece desnecessária a juntada das composições que lhes dão suporte - pois trata-se de sistema oficial de livre acesso, bastando ao interessado consultar o respectivo código junto à tabela analítica do SINAPI para saber exatamente como foram calculados e quais custos estão ali embutidos.

Porém, o art. 8º do Decreto nº 7.983, de 2013, autoriza a adoção de especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.

Nessa hipótese, as referidas composições "adaptadas" do SINAPI deverão ser obrigatoriamente juntadas aos autos, para o devido conhecimento dos licitantes.

Já para os demais custos de referência extraídos de fontes extra-SINAPI - dentre aquelas autorizadas no art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013 - também é necessário que as respectivas composições de custos unitários sejam devidamente detalhadas e juntadas aos autos - são as chamadas composições "próprias".

JUSTIFICATIVA: No orçamento de referência da presente licitação:

- (X) foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;
- () foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto nº 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;
- () foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

8. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Segundo o art. 7º da Lei nº 12.546/2011, até 31 de dezembro de 2021, as empresas do setor de construção civil poderão optar por recolher a chamada Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB), à alíquota de 4,5% (quatro e meio por cento), ao invés das contribuições destinadas à Seguridade Social incidentes sobre as remunerações pagas a seus empregados - é a chamada "desoneração da folha de pagamento".

Atualmente, tal regime de desoneração tributária é facultativo para as empresas de construção civil - e é por isso que o SINAPI e demais tabelas de referência de preços divulgam duas versões concomitantes: encargos sociais "desonerados" e "não desonerados".

Porém, conforme divulgado no Informativo de Licitações e Contratos nº 257 do TCU, a Corte entendeu que o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei nº 12.546/2011 não ampara a adoção de dois orçamentos estimativos como critério de aceitabilidade de preços máximos na licitação, a depender de a licitante recolher a contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta ou sobre o valor da folha de pagamento (Acórdão nº 6.013/2015 - 2ª Câmara).

A impropriedade detectada foi no seguinte sentido: “ausência de amparo legal para a adoção de dois orçamentos diferentes, a serem utilizados como critério de aceitabilidade de preços máximos, a depender de a licitante recolher a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta ou recolher as contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, considerando-se, ainda, que o ordenamento legal pátrio prevê o tratamento diferenciado, sem que haja afronta à isonomia, nos termos da Lei 12.546/2011”.

Portanto, ao elaborar o orçamento de referência de cada licitação, cabe ao setor técnico justificar a opção por uma ou outra tabela do SINAPI, conforme o cenário que se revelar mais vantajoso para a Administração - segundo as premissas do PARECER nº 44/2019/DECOR/CGU/AGU:

- b) Na fase preparatória da licitação, ao fazer uma estimativa do valor do futuro contrato, a Administração deverá confeccionar um único orçamento de referência, no qual considerará o regime tributário que lhe for mais vantajoso, embora os licitantes possam elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com observância do regime tributário a que se sujeitam.
- c) Caso o licitante adote em sua proposta os critérios constantes do orçamento de referência (se estes não lhe foram aplicáveis), não pode, em hipótese de adjudicação e ulterior contratação, pleitear reequilíbrio econômico do contrato com base nesta discrepância.
- d) Durante a análise das propostas, a comissão de licitação ou o pregoeiro deverão analisar a adequação do planilhamento feito pelo licitante com eventual opção ou não pela desoneração previdenciária, tendo em vista que tal diligência é essencial para a verificação da exequibilidade da planilha de formação de preços, bem como para afastar eventuais riscos de inexecução contratual.

Cabe ao setor técnico simular os preços globais da obra ou serviço com base nos dois cenários - custos “desonerados” (acrescido o percentual da CPRB no BDI) *versus* custos “não desonerados” (excluído o percentual da CPRB no BDI) - para definir qual a opção mais vantajosa para a Administração, a qual será adotada como orçamento de referência da licitação.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (X) DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação a que faz referência o Estudo Técnico Preliminar - ETP.

9. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

De forma pragmática o Decreto nº 7.983/2013 discrimina os itens mínimos componentes do BDI, como segue:

Art. 9º O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

I - taxa de rateio da administração central;

II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

IV - taxa de lucro.

A mesma relação é extraída do Acórdão TCU nº 2.622/2013, onde as parcelas componentes do BDI são as seguintes: taxa de rateio da administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento.

Conforme se depreende do referido acórdão, não poderão integrar o cálculo do BDI os tributos que não incidam diretamente sobre a prestação em si, como o IRPJ, CSLL e ICMS, independente do critério da fixação da base de cálculo, como ocorre com as empresas que calculam o imposto de renda com base no lucro presumido. De outro lado, PIS, COFINS e ISSQN - na medida em que incidem sobre o faturamento - são passíveis de serem incluídas no cálculo do BDI, nos termos da Súmula TCU nº 254/2010.

Atente-se, ainda, que a taxa de rateio da administração central não poderá ser fixada por meio de remuneração mensal fixa, mas através de pagamentos proporcionais à execução financeira da obra de modo que a entrega do objeto coincida com 100% (cem por cento) do seu valor previsto (TCU, Ac 2622/2013-Plenário, Item 122 do voto e Item 9.3.2.2 do acórdão - No mesmo sentido: TCU, Ac 3013/2010-Plenário, voto do relator).

“O IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado” - Súmula/TCU nº 254/2010.

O Tribunal de Contas da União, a partir do Acórdão nº 2.622/2013, passou a adotar novos referenciais de percentual de BDI, em substituição aos índices mencionados no Acórdão nº 2.369/2011. Passou-se, também, a utilizar a terminologia “quartil”, ao invés de padrões mínimos e máximos, como constava nas tabelas substituídas do acórdão anterior. Tal mudança confirma o entendimento de que os percentuais indicados não constituem limites intransponíveis, mas referenciais de controle. Consequentemente, quanto maior a distância do percentual de BDI utilizado no Projeto Básico em relação à média indicada no acórdão, mais robusta deverá ser a justificativa para a adoção do índice escolhido. Do referido aresto, colhe-se o seguinte excerto:

“143. Importante destacar, contudo, que não cumpre ao TCU estipular percentuais fixos para cada item que compõe a taxa de BDI, ignorando as peculiaridades da estrutura gerencial de cada empresa que contrata com a Administração Pública. O papel da Corte de Contas é impedir que sejam pagos valores abusivos ou injustificadamente elevados e por isso é importante obter valores de referência, mas pela própria logística das empresas é natural que ocorram certas flutuações de valores nas previsões das despesas indiretas e da margem de lucro a ser obtida.”

Por fim, cabe lembrar que os parâmetros de percentuais de BDI do Acórdão nº 2.622/2013 não contemplam a incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB) instituída pela Lei nº 12.546/2011.

Portanto, caso o orçamentista opte por adotar os custos de referência DESONERADOS, deverá acrescentar o percentual de 4,5% (quatro e meio por cento) da CPRB ao BDI da obra ou serviço - ainda que extrapole os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013.

Porém, caso sejam adotados os custos de referência NÃO DESONERADOS, não deve constar o percentual da CPRB no BDI da obra ou serviço.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, o detalhamento do BDI:

(X) observa as diretrizes do art. 9º do Decreto nº 7.983, de 2013;

(X) observa os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU.

JUSTIFICATIVA: Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Administração Central: () 1º quartil ou () médio ou (X) 3º quartil:

Foi utilizado o percentual de 6,93%, entre o "Médio" e o "3º Quartil". Justifica-se a utilização de tal percentual pelo fato de que, conforme levantamento de mercado realizado, a execução dos serviços a serem contratados, pela maior necessidade de gerenciamento/acompanhamento por parte do escritório do fornecedor, geralmente implica maiores custos relacionados a tal rubrica.

Seguro e Garantia: () 1º quartil ou () médio ou (X) 3º quartil:

Foi utilizado o percentual de 0,54%, entre o "Médio" e o "3º Quartil". Justifica-se a utilização de tal percentual pelo fato de que a execução de serviços mediante o regime de cessão de mão de obra, como é o caso da contratação em questão, geralmente implica em maiores custos relacionados a tal rubrica.

Risco: () 1º quartil ou () médio ou (X) 3º quartil:

Foi utilizado o percentual de 1,73%, entre o "Médio" e o "3º Quartil". Justifica-se a utilização de tal percentual pelo fato de que, conforme levantamento de mercado realizado, a execução dos serviços a serem contratados, pelo maior risco envolvido nas atividades com equipamentos (manutenção/installação), incluindo a utilização de produtos inflamáveis, geralmente implica em maiores custos relacionados a tal rubrica.

Despesa Financeira: () 1º quartil ou () médio ou (X) 3º quartil:

Foi utilizado o percentual de 1,09%, entre o "Médio" e o "3º Quartil". Justifica-se a utilização de tal percentual pelo fato de que, conforme levantamento de mercado realizado, os serviços a serem contratado demandam substancial necessidade de capital de giro para pagamento de obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, bem como para aquisição de peças e componentes. Isso acaba por implicar em maiores custos relacionados a tal rubrica.

Lucro: () 1º quartil ou () médio ou (X) 3º quartil:

Foi utilizado o percentual de 8,91%, entre o "Médio" e o "3º Quartil". Justifica-se a utilização de tal percentual pelo conjunto de maiores custos com Administração Central, Seguro/Garantia, Despesa Financeira e, principalmente, Risco envolvido na prestação.

10. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Quando o fornecimento de materiais e equipamentos para a obra ou serviço de engenharia representar parcela significativa do empreendimento e puder ser realizado separadamente do contrato principal sem comprometimento da eficiência do contrato ou da realização do seu objeto, a Administração deverá realizar licitações diferentes para a empreitada e para o fornecimento.

Caso, porém, seja comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens (art. 9º, § 1º, do Decreto nº 7.983/2013).

A mera aquisição de tais bens por parte da empresa (para empregá-los na obra ou serviço) decerto não envolve os mesmos custos que a execução do objeto de engenharia em si. Nesse caso, a utilização de um único percentual de BDI, embora facilite o julgamento, representaria uma quebra ao princípio de que a proposta deve refletir de forma fidedigna os custos efetivamente suportados pelo licitante, além de trazer evidente desvantagem para a Administração.

Novamente, a elaboração de Curva ABC poderá revelar o impacto dos preços dos materiais e equipamentos no orçamento final da obra - e embasar a decisão pela incidência do BDI reduzido.

Quando verificar tal situação, o órgão deve adaptar o modelo de composição de BDI, de forma a prever duas composições distintas: uma incidente sobre as parcelas relativas a materiais e equipamentos, outra incidente sobre as demais parcelas do serviço.

Segundo o estudo do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, o BDI para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos deve corresponder aos percentuais de 11,10% (1º quartil) - 14,02% (médio) - 16,80% (3º quartil).

De todo modo, conforme art. 9º, § 2º, do Decreto nº 7.983/2013, no caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricações e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua, nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, excetuando-se a regra anteriormente prevista.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, (X) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

O fornecimento de peças e componentes representa percentual significativo do preço global da contratação, atuando a Contratada como intermediária entre o(s) fabricante(s) e a Contratante. Sendo assim, a taxa de BDI incidente sobre tais itens será reduzida em relação à aplicável sobre os itens de mão de obra exclusiva e serviços eventuais.

JUSTIFICATIVA: Caso adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

(X) foram observados os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(X) foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou (X) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Foram adotados os seguintes percentuais:

- Administração Central: 3,97%;
- Seguro e Garantia: 0,65%;
- Risco: 0,87%;
- Despesa Financeira: 0,98%;
- Lucro: 5,67%.

A utilização de tais percentuais, que se encontram entre os parâmetros "Médio" e o "3º Quartil", justifica-se em virtude das mesmas razões explicitadas no item 10 deste Termo.

11. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

De acordo com a Súmula TCU nº 260/2010, "é dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas".

De acordo com o art. 10 do Decreto nº 7.983, de 2013, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

Segundo a Resolução/CONFEA nº 1.025 de 30 de outubro de 2009:

Art. 2º A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA.

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA fica sujeito ao registro da ART no CREA em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA.

JUSTIFICATIVA: No presente feito, as ART's relativas aos documentos técnicos da licitação foram juntadas no Documento SEI nº 0420509.

12. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Registro da Empresa no Conselho Profissional

A exigência de registro da empresa na entidade profissional competente (art. 30, I, da Lei nº 8.666/93) refere-se à atividade básica do objeto da contratação - conforme entende o TCU:

"9.3.1. faça constar dos editais, de forma clara e detalhada, a fundamentação legal para a exigência de registro ou inscrição das licitantes em entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, abstendo-se de exigir o registro ou inscrição das empresas licitantes quando não figurar no âmbito de competência destas entidades a fiscalização da atividade básica do objeto do certame;" (Acórdão nº 1.034/2012 - Plenário)

"1. O registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação." (Acórdão nº 2.769/2014 - Plenário)

"A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação." (Informativo de Licitações e Contratos 286/2016)

O Projeto Básico deverá definir os profissionais que serão necessários à execução do objeto licitado para, então, permitir ao edital delimitar a necessidade de inscrição da licitante no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, no CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), ou ainda em mais de um deles, no caso de equipe multidisciplinar ou de as competências exigidas serem comuns a mais de uma das profissões.

Nesse ponto, destaca-se que a Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT e a Resolução CFT nº 101, de 4 de junho de 2020, prescreve as atribuições desses profissionais. Assim, compete ao órgão ou entidade avaliar qual profissional é o necessário e adequado ao objeto licitado e estabelecer a exigência pertinente. O mais importante nessa avaliação é cuidar para não excluir profissionais que possuam competência para executar o objeto, segundo as normas da respectiva categoria, porque isso representaria restrição indevida à competitividade.

Igualmente, a elaboração das planilhas orçamentárias também exige a emissão da ART, conforme art. 10 do Decreto nº 7.983, de 2013. Embora o Decreto mencione apenas a ART, entendemos que a interpretação extensiva é cabível nesse contexto, para abarcar também o RRT e o TRT, conforme as planilhas forem elaboradas por arquiteto ou por técnico industrial

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA ou ao () CAU ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Conforme disposto no art. 12 da Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973, o profissional de Engenharia Mecânica é responsável pelo desempenho de atividades referentes a sistemas de refrigeração e de ar condicionado. Sendo assim, entende-se que, em virtude de o serviço preponderante da licitação ser objeto de fiscalização por parte do conselho/entidade profissional, seja necessária a exigência de registro/inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

12.2. Capacidade Técnico-Operacional

Conforme a Súmula TCU nº 263/2011, a comprovação da capacidade técnico-operacional deve limitar-se às parcelas simultaneamente de maior relevância e valor significativo do objeto licitado - as quais devem ser indicadas no edital, conforme § 2º do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

Como mencionado, um instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação é a Curva ABC, tanto para os serviços quanto para os insumos necessários à execução do objeto. Tal documento agrupa e ordena os itens do orçamento de acordo com seu peso no valor total estimado para a contratação - e permite visualizar os itens de maior relevância econômica.

No mais, o critério de relevância econômica deve ser aliado à relevância técnica - ou seja, aquelas parcelas cuja execução apresente determinado grau de complexidade que nem toda empresa possa cumprir de forma satisfatória, demandando assim a comprovação prévia para evitar riscos futuros à contratação.

O TCU, a propósito, já considerou irregular a exigência de qualificação técnica “em item sem grande complexidade técnica” (Acórdão nº 33/2013 - Plenário), bem como “relativa à execução de serviço de pequena complexidade técnica” (Acórdão nº 1.898/2011 - Plenário).

Tanto que, no Acórdão nº 2.474/2019 - Plenário, deixou claro: “A exigência de comprovação de experiência anterior, para fins de qualificação técnico-operacional, na prestação de serviços que não são, simultaneamente, de maior relevância técnica e valor significativo do objeto viola o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, o art. 14 da Lei 12.462/2011 (RDC) e a Súmula TCU 263.”

No que se refere à fixação de quantidades mínimas, o TCU manifesta-se pela necessidade de razoabilidade na exigência, em patamar que não restrinja a competição: “Embora seja possível a fixação de quantidades mínimas, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, essa exigência deve ser razoável, num patamar que possa garantir que a empresa contratada tenha condições técnicas para executar o objeto licitado, mas que não restrinja a competitividade. A comparação efetuada pela unidade técnica demonstra claramente que as quantidades mínimas previstas na concorrência ora examinada são excessivas, limitando desnecessariamente o universo de possíveis interessados em participar do certame licitatório.” (Voto no Acórdão 1771/2007 - Plenário).

Em outros acórdãos, o TCU menciona o patamar de 50% do quantitativo correspondente do objeto licitado como limite máximo da exigência, salvo justificativa técnica, lastreada em dados objetivos (Acórdãos nº 2.099/2009, 2.147/2009, 813/2010, 1.432/2010, 3.105/2010, 1.832/2011, 2.672/2011, 737/2012, 1.052/2012, 1.552/2012, 2.281/2012 e 397/2013, todos do Plenário).

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-operacional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Serviços de manutenção (preventiva e/ou corretiva) em Equipamentos de Climatização e/ou Refrigeração.

(X) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de Manutenção em Equipamentos de Climatização e/ou Refrigeração: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 38% (trinta e oito por cento) dos quantitativos licitados.

12.3. **Possibilidade de Somatório de Atestados**

Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos nº 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 - Plenário).

Consequentemente, sem que haja devida justificativa técnica, é inviável a fixação de quantidade mínima ou máxima de atestados, de serviços por atestados ou que vedem o somatório de atestados, bem como as limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas em lei, que inibam a participação da licitação (Acórdãos 1.090/2001, 1.636/2007, 170/2007, 2.640/2007, 1.163/2008, 2.150/2008, 2.783/2009, 3.119/2010 e 3.170/2011, 1079/2013-Plenário (itens 9.5.1 a 9.5.3) (todos do Plenário).

Porém, em determinadas situações de maior complexidade técnica, devidamente justificadas, a jurisprudência do TCU admite vedar o somatório de atestados - quando “o aumento de quantitativos do serviço acarretar, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviço” (Acórdão nº 2.150/2008 - Plenário).

Tome-se como exemplo a construção de uma ponte. A expertise técnica necessária para construir uma ponte de 10 km não é a mesma de uma ponte de 100 metros. De nada adianta a empresa provar que já construiu 100 pontes de 100 metros cada: ainda que, no total, representem a mesma extensão, não significa que possui a competência necessária para construir uma única ponte de 10 km.

Daí a finalidade da vedação ao somatório de atestados: a empresa deverá provar já ter executado os serviços de maior dimensão numa única contratação, e não por meio de diversas contratações separadas.

Já decidiu o TCU: "Nesse contexto, entendeu a medida razoável pois, em vista da complexidade e do ineditismo dos estudos a serem exigidos do vencedor da licitação, a soma da execução de vários pequenos serviços, de baixa complexidade e valores, não comprovaria que o licitante possui a experiência necessária para bem cumprir o objeto da licitação." (Acórdão nº 2.032/2020 - Plenário)

Porém, na situação contrária, "se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados" (Acórdão nº 2.760/2012 - Plenário).

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

A vedação à possibilidade de somatório de quantitativos de atestados de capacidade técnico-operacional possivelmente limitaria o universo de fornecedores aptos a atender os critérios de qualificação técnica do certame, prejudicando, assim, a competitividade, e aumentando os custos da contratação.

12.4. Capacidade Técnico-Profissional

A experiência do profissional de engenharia é comprovada por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, que demonstre ter executado previamente determinado serviço. Para o profissional de arquitetura, o documento correspondente é o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, e para o técnico industrial, o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT.

As ARTs, RRTs e TRTs emitidas em nome de cada profissional são compiladas na respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT, conforme o caso.

Na licitação pública, a ART, o RRT e o TRT exigidos para comprovar a experiência dos profissionais limitar-se-ão às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (artigo 30, §1º, inc. I, Lei nº 8.666, 1993).

Assim, conforme o objeto licitatório, a exigência deve referir-se à área ou áreas de engenharia/arquitetura/técnica industrial de maior relevo. Por exemplo, em alguns casos, poderia bastar o ART/RRT em relação ao engenheiro civil/arquiteto, em outras pode ser necessário em relação a este e o engenheiro mecânico, ou elétrico, geólogo, urbanista. É essencial que a equipe técnica participe da elaboração da qualificação técnica do TR/PB e que a minuta do edital reitere as previsões.

Novamente, a Curva ABC é instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação.

A Lei de Licitações dispõe o seguinte em seu art. 30, §1º, I:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Tendo em vista a vedação legal expressa, a exigência de quantitativos mínimos para a qualificação profissional é algo excepcionalíssimo e deve estar calcada em justificativa tal que demonstre que, naquele caso específico, a parte final do art. 30, §1º, I da Lei nº 8.666/93 não se aplica porque a própria quantidade faz parte da especificação técnica, no sentido de que a técnica utilizada para a quantidade de até "x" metros quadrados, por exemplo, é uma, e a técnica utilizada para a quantidade superior a "x" metros quadrados é outra, o mesmo valendo para os outros critérios, como de potência, número de hidrantes ou quilogramas.

Somente em hipóteses assim o órgão poderia fixar quantitativo mínimo para a qualificação técnica profissional, e justamente no mínimo a partir do qual a técnica a ser utilizada é outra. Ou seja, a quantidade, aqui, seria um elemento da especificação técnica.

Mas mesmo nesta hipótese o risco de dificuldades advindas de tal exigência seriam consideráveis, e a justificativa deveria estar muito bem estruturada em elementos técnicos, inclusive com referências a documentos nesse sentido, para deixar claro que não se trata de mera exigência quantitativa, mas sim de exigência técnica pura e simplesmente.

De todo modo, a jurisprudência do TCU admite em situações excepcionais a exigência de quantitativos mínimos também a comprovação da capacidade técnico-profissional, desde que devidamente justificada e demonstrado ser indispensável para garantir o cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame (por exemplo, Acórdãos nº 3.070/2013, 534/2016 e 2.032/2020 - Plenário).

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-profissional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de Engenheiro(a) Mecânico(a): serviços de manutenção em equipamentos de climatização.

12.5. **Exigência de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico**

Segundo o art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, dentre os requisitos de qualificação técnica, pode-se exigir que o licitante indique as instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Tem sido praxe exigir nos editais uma declaração formal de que a licitante disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, mas sem relacionar quais seriam essas instalações, aparelhamento ou pessoal.

Isso acaba revestindo a exigência de algo absolutamente formal, sem acréscimo algum à garantia do cumprimento das obrigações. Pelo contrário, representa um risco de trazer problemas para a licitação, porque pode inclusive passar despercebida pela licitante - e eventualmente a melhor proposta vir a ser desclassificada por conta dessa formalidade.

De qualquer forma, em havendo itens específicos reputados necessários para a execução da obra ou serviço, como determinadas máquinas, equipamentos ou pessoal técnico, o órgão poderá inserir a referida exigência, cuidando para não estabelecer exigências de propriedade ou localização prévia, que são vedadas pelo que art. 30, § 6º, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, (X) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Engenheiro Mecânico, com formação em estabelecimento de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação e registro no CREA.

12.6. **Exigência de Vistoria para a Licitação**

De acordo com o art. 30, III, da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante deve apresentar na habilitação “comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação”. Lembramos que tal documento só deve ser exigido para a habilitação do licitante caso a vistoria seja definida pelo órgão, no Projeto Básico, como obrigatória, assim como deverá ser apresentada justificativa, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

Ressalte-se que a exigência de vistoria obrigatória representa um ônus desnecessário para os licitantes, configurando restrição à competitividade do certame. Para evitar tal quadro, o TCU recomenda que se exija não a visita, mas sim a declaração do licitante de que está ciente das condições de execução dos serviços, nos termos do

art. 30, III, da Lei nº 8.666/93 (por exemplo, Acórdãos nº 2.150/2008, nº 1.599/2010, nº 2.266/2011, nº 2.776/2011 e nº 110/2012, todos do Plenário).

Esse quadro tornou-se mais crítico com o Acórdão 170/2018 - Plenário (Informativo 339), que chega a considerar a vistoria como um Direito do Licitante, e não uma obrigação imposta pela Administração.

Por isso, a redação padrão do edital da AGU permite ao licitante emitir a declaração, mesmo quando o órgão exija a vistoria.

Caso o órgão efetivamente pretenda exigir a vistoria, sem permitir essa alternativa aos licitantes, deve apresentar a justificativa técnica robusta para tal exigência.

De qualquer forma, reitera-se que a exigência de vistoria deve ser excepcional, porque restringe a participação no certame, razão pela qual a divulgação de 'fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres' torna-se ainda mais importante, para a correta dimensão do custo da execução e, conseqüentemente, para a maior isonomia entre os licitantes.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Tendo em vista que eventual exigência de comparecimento aos locais de execução dos serviços possivelmente restringiria a concorrência, em consonância com o Acórdão nº 983/2008 - TCU Plenário, não se impõe, no Termo de Referência, a obrigatoriedade da realização de vistoria, sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece todas condições locais para a execução do objeto.

13. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Dispõe a Lei nº 8.666/93, em seu art. 72, que a Contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração. A subcontratação, desde que prevista no instrumento convocatório, possibilita que terceiro, que não participou do certame licitatório, realize parte do objeto.

Vejamos também a doutrina de Marçal Justen Filho:

"A hipótese torna-se cabível, por exemplo, quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, em que algumas fases, etapas ou aspectos apresentam grande simplicidade e possam ser desempenhados por terceiros sem que isso acarrete prejuízo. A evolução dos princípios organizacionais produziu o fenômeno denominado de "terceirização", que deriva dos princípios da especialização e da concentração de atividades. Em vez de desempenhar integralmente todos os ângulos de uma atividade, as empresas tornam-se especialistas em certos setores.

A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer os interesses fundamentais." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 566)

À Administração contratante cabe, exercitando a previsão do edital, autorizar a subcontratação. Esta, mais do que possível, é desejável, na medida em que o Projeto Básico demonstrou-lhe a necessidade, de acordo com a complexidade do objeto, cuja execução carece de especialização encontrável na subcontratada. Por isto que a Administração autorizará e dimensionará a subcontratação mediante ato motivado, a comprovar que atende às recomendações do Projeto Básico e convém à consecução das finalidades do contrato. Caso admitida, cabe ao Projeto Básico estabelecer com detalhamento seus limites e condições.

No entanto, quando a licitação demanda rigorosa comprovação da qualificação técnica da empresa, torna-se um contrassenso admitir a ampla possibilidade de subcontratação, inclusive dos serviços que integram o núcleo do objeto contratado. De fato, tais exigências só se justificam frente à necessidade de assegurar a capacitação e aptidão técnica da empresa para executar satisfatoriamente os serviços licitados, dada sua presumível

complexidade ou especialidade. É incoerente autorizar que, após severo processo de seleção, outra empresa os execute - conforme a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 3.144/2011 e 2.760/2012 do Plenário).

De todo modo, tratando-se de questão técnica, cabe ao setor técnico analisá-la sob tal ponto de vista - configuração do mercado fornecedor e práticas adotadas pelos fornecedores do ramo - e apresentar a justificativa pertinente a cada caso concreto, seja para admitir ou negar a subcontratação.

Caso o órgão/entidade eventualmente decida admitir a subcontratação no presente feito, a jurisprudência do TCU orienta que sejam definidas as parcelas passíveis de subcontratação (por exemplo, Acórdãos nº 1.041/2012 - 2ª Câmara e nº 1.626/2010 - Plenário) - mantendo-se, porém, as diretrizes anteriores, especialmente: a) que não abranjam as parcelas principais da contratação; b) que não abranjam as parcelas requeridas na comprovação de qualificação técnica do licitante.

JUSTIFICATIVA: O Termo de Referência (X) ADMITIU ou () NÃO ADMITIU a subcontratação na presente licitação, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações (preencher se necessário):

Justifica-se a permissão pela subcontratação parcial para a execução dos serviços pelo fato de existir a possibilidade de a empresa não possuir capacidade operacional para a realização de determinados serviços especializados e que não constituam parte da parcela principal da solução. A escolha do limite de 5% (cinco por cento) é justificada pelo fato de apenas uma pequena quantidade de serviços ser passível de subcontratação, notadamente os de caráter eventual, conforme disposto nas Planilhas Estimativas de Custos e Formação de Preços.

A subcontratação de pequenos serviços pode ser adotada tendo como objetivo a redução de custos logísticos, maior flexibilidade, redução de custos operacionais gerais, economia de competências e o aumento da velocidade na prestação de determinado serviço.

14. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1. Definição do Percentual de Capital ou Patrimônio Líquido Mínimo

O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital ou patrimônio líquido mínimo equivalente a determinado percentual do valor total estimado da contratação, limitado ao máximo de 10% (dez por cento).

A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento) (art. 31, § 3º da Lei nº 8.666/93), a qual deve balizar-se em critérios técnicos. A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. Ressalte-se que, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais. Por essa razão, é indispensável avaliação técnica sobre o assunto.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

Justifica-se a utilização do percentual pela preocupação quanto à capacidade (financeira) das licitantes para execução dos serviços, incluindo o pagamento de obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias.

Levando em conta que se trata de contratação em que a eventual Contratada deverá desembolsar, provavelmente, de início, uma quantia expressiva para aquisição de equipamentos, ferramentas e demais materiais, considera-se necessário que os fornecedores comprovem que possuem patrimônio líquido para tanto.

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de nº 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac nº 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac nº 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

Tal justificativa deve basear-se na análise individualizada do caso concreto, conforme orientações do TCU: "Deve-se analisar com a profundidade que cada empreendimento estará a requerer, por exemplo, o risco à competitividade, as dificuldades de gestão da obra, a capacitação técnica dos participantes, fatos estes que poderão gerar atraso nas obras como um todo, implicando em grandes prejuízos ao Erário. Outros aspectos deverão dimensionar a complexidade do empreendimento, os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a assunção de encargos além de suas respectivas capacidades técnica, operacional ou econômico-financeira, todos esses fatores que estarão a sopesar a decisão que deverá ser tomada pelo gestor." (Acórdão nº 1.165/2012 - Plenário)

Ao final, de acordo com o Acórdão nº 2.898/2012 - Plenário, "deve ser admitida a formação de consórcio quanto o objeto a ser licitado envolver questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, em atendimento ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993".

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

Justifica-se a impossibilidade de participação de consórcios no certame pelo fato de que, nas contratações de serviços de manutenção, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, é comum que as empresas atuantes do ramo licitado apresentem o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, possuindo condições suficientes para a execução do contrato, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

Tal vedação não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que as empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do Edital.

16. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

O órgão licitante deve analisar com cautela as características do serviço que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração - conforme a diretriz do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

De igual modo, o Parecer nº 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, Seq. 14) tem a seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. DIVERGÊNCIA CARACTERIZADA ENTRE A PROCURADORIA-GERAL FEDERAL E A PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - RESTA INCÓLUME O TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO, QUE TRATA DA VEDAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, MESMO DIANTE DA SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS Nº 12.690, DE 2012, E Nº 12.349, DE 2010 - SERVIÇOS OBJETO DO TERMO QUE, POR SUA NATUREZA, CARACTERIZAM-SE PELA EXECUÇÃO

MEDIANTE VÍNCULO EMPREGATÍCIO, COM SUBORDINAÇÃO, PESSOALIDADE, ONEROSIDADE E HABITUALIDADE.

I - As Cooperativas de Trabalho, na forma da Lei nº 12.690, de 2012, são sociedades constituídas para o exercício de atividades laborais em proveito comum, com autonomia coletiva e coordenada, mediante autogestão e adesão voluntária e livre.

II - Os serviços abrangidos pelo termo de conciliação judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho se caracterizam pela pessoalidade, subordinação e não eventualidade.

III - Vedação à participação de cooperativas nos certames afetos a aludidos serviços que não ofende às Leis nº 12.690, de 2012, e nº 12.349, de 2010, uma vez que são admitidas apenas, e obviamente, a participação de verdadeiras cooperativas nas licitações, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativa para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

IV - Proscrição que se volta para proteger os valores sociais do trabalho e prevenir a responsabilização da União por encargos trabalhistas.

Consequentemente, antes de se admitir a participação de cooperativas em uma licitação de obras e serviços de engenharia, é necessário averiguar se há "...necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e de habitualidade..." na execução do contrato que será celebrado. Portanto, demandando a existência de relação de emprego dos trabalhadores vinculados à execução do ajuste, não será possível a participação de cooperativas no certame. E geralmente consta a previsão de utilização de diversos profissionais que, "...pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral...", implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores.

Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados - e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

Em caso positivo, a participação de cooperativas será permitida. Do contrário, deve ser vedada a participação de cooperativas no certame.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

Justifica-se a impossibilidade de participação de cooperativas no certame pelo fato de a presente contratação envolver o exercício de atividade que demanda a existência de vínculos de emprego/subordinação de mão de obra com a pessoa jurídica contratada, conforme Art. 5º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE

A contratação de obras e serviços de engenharia deverá observar a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade (artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/93).

A inserção da sustentabilidade em obras e serviços de engenharia pode ocorrer em:

(a) **aspectos técnicos** constantes do projeto básico/termo de referência ou do projeto executivo. Nos aspectos técnicos, há orientações no Manual Projeto de Edifícios Públicos Sustentáveis: uma abordagem cultural, econômica, ambiental e arquitetônica, publicação do Senado Federal/Rede Legislativo Sustentável (2ª, edição, Senado Federal, 2019), disponível neste link:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562746>

(b) **observância da legislação e normas brasileiras.** Neste aspecto, consulte o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível neste link:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/licitacoes-sustentaveis>

No âmbito da AGU, o PARECER nº 00001/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO nº 00525/2021/GAB/CGU/AGU, trouxe a seguinte orientação:

EMENTA:

- I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;
- II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;
- III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União

JUSTIFICATIVA: No presente feito, o Termo de Referência (X) incluiu critérios/práticas de sustentabilidade socioambiental (X).

18. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão nº 3.126/2012 - Plenário).

Vejamos o alerta de Marçal Justen Filho:

“A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Poderá (deverá) ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexisterem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia.” (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 499)

Assim, a exigência deve ser avaliada em cada caso concreto, com base no grau de risco de prejuízo ao interesse público, frente à particularidade do objeto licitado.

De todo modo, a palavra final sempre cabe à autoridade administrativa - cabendo-lhe justificar sua decisão por exigir ou dispensar a garantia em cada certame, para a adequada instrução processual.

Nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, a garantia não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato (§ 2º), podendo ser elevada para até 10% (dez por cento) do valor do contrato para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente (§ 3º).

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

A exigência de prestação de Garantia de Execução na presente contratação se justifica por sua obrigatoriedade para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

19. OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nos termos do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, o sistema de registro de preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

Na prática das contratações públicas, é a opção indicada nos casos de demandas incertas, sempre que o órgão público não puder definir com certeza se efetivamente vai precisar daquele objeto, ou em que quantitativo, ou com que periodicidade. A licitação para SRP, assim, apenas predefine as condições de eventual contratação futura, sem criar para a Administração a obrigação de celebrar o ajuste, ou de se ater a quantidades ou frequências específicas.

Quando necessitar de determinado quantitativo do material ou serviço, o órgão público emitirá um pedido de fornecimento específico, de acordo com o preço e demais condições registradas na Ata, formalizando a contratação por meio do instrumento incidente (termo de contrato, nota de empenho etc.), no valor correspondente ao total dos itens demandados. A vigência de cada contratação será limitada. Executado o objeto, o contrato se extinguirá. Quando surgir nova necessidade, será celebrado novo contrato independente, e assim sucessivamente, até o fim da validade da Ata, normalmente de 12 meses.

No cenário oposto, se a demanda do órgão público for certa e previamente conhecida, traduzindo-se pela previsão de aquisição da totalidade dos quantitativos licitados em prazos fixos, então haverá incompatibilidade com a licitação por SRP. Ao invés de contratações múltiplas e sucessivas, será celebrado um contrato único. O licitante vencedor será convocado uma única vez e, pelo restante dos 12 meses de validade, a Ata não gerará qualquer outra contratação. Qual a utilidade então de licitar por SRP, ao invés de um pregão eletrônico comum, que alcançaria exatamente o mesmo resultado pretendido pelo órgão público?

O TCU tem condenado a utilização do SRP em tais situações, conforme os seguintes julgados:

“10. Manifesto-me favoravelmente ao posicionamento da unidade técnica de que não há base legal para o procedimento levado a efeito no âmbito da UFAM, considerando que na forma como foi concebido o certame só seria possível a contratação uma única vez, para o serviço ali explicitado, situação que descaracteriza por completo a opção pelo sistema de registro de preço.” (Acórdão nº 113/2012 - Plenário)

“16. Atenta contra os princípios da razoabilidade e da finalidade o ente público ("órgão gerenciador", nos termos do art. 1º, parágrafo único, III, do Decreto Federal nº 3.931/2001) valer-se do sistema de registro de preços para celebrar contrato com objeto absolutamente idêntico ao da ata que lhe deu origem, isto é, constituir uma ata de registro de preços para simplesmente firmar contrato pela totalidade do valor da ata. Não se pode aceitar aqui o argumento de que, nesse caso, a ata ainda teria utilidade para os "caronas", uma vez que sua finalidade precípua - sua razão maior de ser - é o atendimento às necessidades do "gerenciador" e dos eventuais "participantes" (art. 2º, III, do Decreto Federal nº 3.931/2001).” (Acórdão nº 113/2014 - Plenário)

“6. Assiste inteira razão à unidade técnica quanto à indevida utilização do sistema de registro de preços (SRP) para contratação dos serviços objeto do Pregão Eletrônico, uma vez que se trata de contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, não havendo parcelamento de entregas do objeto, conforme descrito no Termo de Referência.” (Acórdão 1.604/2017 - Plenário)

Assim, o registro de preços somente pode ser adotado quando a situação concreta ensejar o enquadramento num dos incisos do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, mediante justificativa expressa do setor técnico.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, o sistema de registro de preços () FOI ou (X) NÃO FOI adotado.

20. NATUREZA DA ATIVIDADE SE CONSTITUI OU NÃO ATIVIDADE DE CUSTEIO (DECRETO Nº 10.193/2019)

No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 passou a estabelecer limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos Órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na forma do artigo 3º.

“Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o *caput* poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial;

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e

III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.”

Sob a égide do revogado Decreto nº 7.689, 2012, que regulava o tema, foi baixada a Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012, do então Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, que estabeleceu normas complementares para o seu cumprimento, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os Órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;

II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;

III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades Contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

Até que o ato normativo (Portaria nº 249/2012-MPOG) seja revisto ou revogado, conforme determinação contida no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o órgão/entidade deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada - se constitui ou não atividade de custeio - tendo como parâmetro a citada Portaria, adotando as providências necessárias, se for o caso, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo, por memorando ou ofício, por meio eletrônico com assinatura digital ou outro meio idôneo que registre a autorização expressa da autoridade competente, consoante § 1º do artigo 4º da Portaria nº 249, de 2012.

DECLARAÇÃO: No presente feito, com base nos critérios da Portaria nº 249/2012-MPOG, a natureza da atividade a ser contratada

A - () Não se constitui em Atividade de Custeio.

B - (X) Constitui-se em Atividade de Custeio;

Considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 e o valor estimado da contratação, bem como o constante da Portaria MEC nº 243, de 12 de fevereiro de 2020, a autoridade assessorada:

B.1 - (X) Detém competência para celebrar o Contrato;

B.2 - () Irá obter autorização para celebrar o Contrato.

Responsável	
Nome	SIAPÉ nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 28/03/2022, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0433390** e o código CRC **F2D361B8**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO II AO TERMO DE REFERÊNCIA - CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

1.1. A tabela abaixo traz o quantitativo de equipamentos de climatização/refrigeração atualmente em utilização na UNILAB:

Item	Equipamento	Quantidade
1	Ar Condicionado 'Split'	660
2	Geladeira/Refrigerador	38
3	Freezer	4
4	Frigobar	37
5	Bebedouro (Industrial)	19
6	Bebedouro (Gelágua)	39

1.2. Especificamente quanto aos equipamentos de climatização, a tabela abaixo traz o detalhamento, conforme potências e localização:

Potência	Quantitativos por Localidade			
	Liberdade	Auroras	Palmares	Fazenda
7.000	1	1	2	0
7.500	0	4	0	0
9.000	1	116	0	0
12.000	26	36	28	1
13.000	0	0	2	0
18.000	22	35	31	0
22.000	2	10	15	0
24.000	11	12	3	0
28.000	23	1	37	0
30.000	14	27	64	1
36.000	20	3	1	0
48.000	2	94	0	0
60.000	0	14	0	0
Total	122	353	183	2

1.3. Durante o período de vigência contratual, o quantitativo e as especificações dos equipamentos constantes das tabelas acima poderão ser alterados, conforme necessidade da Contratante.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. Manutenção Preventiva

2.1.1. A Manutenção Preventiva é caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, tendo como objetivo evitar a ocorrência de defeitos nos componentes dos equipamentos, de

maneira a conservá-los dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, contribuindo para a redução de ocorrências e custos com manutenção corretiva;

2.1.2. Os serviços de Manutenção Preventiva serão executados pela equipe de mão de obra residente;

2.1.3. No caso dos equipamentos de climatização (Ares Condicionados), a Manutenção Preventiva será executada conforme Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), a ser elaborado pela Contratada e aprovado pela Contratante;

2.1.3.1. O Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) deverá ser enviado à Contratante, pela Contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço;

2.1.3.2. O Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) obedecerá às disposições contidas na Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, na Resolução ANVISA nº 09, de 16 de janeiro de 2003, e na Lei nº 13.589, de 04 de janeiro de 2018, devendo conter, no mínimo, as seguintes rotinas, com as respectivas periodicidades:

Item	Descrição do Serviço	Periodicidade
1	Filtro de Ar	
1.1	Limpar elemento filtrante ou substituir se necessário.	Mensal
1.2	Verificar danos e corrosão do suporte e existência de frestas.	Mensal
1.3	Verificar e corrigir o ajuste da moldura do filtro.	Mensal
2	Bandejas	
2.1	Verificar a operação da drenagem do condensado.	Mensal
2.2	Lavar com produto biodegradável.	Trimestral
2.3	Verificar danos de corrosão.	Trimestral
2.4	Verificar vazamentos e corrigir, se necessário.	Mensal
3	Evaporadores	
3.1	Lavar com produtos biodegradável.	Trimestral
3.2	Verificar a existência de corrosão.	Trimestral
4	Gabinetes	
4.1	Lavar externamente.	Trimestral
4.2	Lavar internamente.	Trimestral
4.3	Verificar danos e corrosão.	Trimestral
4.4	Verificar a vedação dos painéis de fechamento, fixação e danos, substituindo se necessário.	Trimestral
4.5	Verificar o estado de conservação do isolamento termoacústico e substituir na existência de bolor.	Trimestral
4.6	Verificar e eliminar ruídos anormais e/ou vibrações.	Mensal
4.7	Verificar botoeiras, knobs, etc e repor, se necessário.	Mensal
4.8	Verificar funcionamento do sensor de temperatura.	Mensal
4.9	Verificar funcionamento do sensor de degelo.	Mensal
4.10	Verificar funcionamento do pressostato.	Mensal
5	Condensadores	
5.1	Lavar e remover incrustações.	Trimestral
5.2	Verificar a existência de danos e corrosão no aletado e moldura.	Trimestral
6	Ventiladores	
6.1	Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão.	Semestral
6.2	Verificar fixação e amortecedores de vibração.	Semestral
6.3	Verificar ruídos dos mancais e lubrificar, se necessário.	Mensal
7	Motores Elétricos	
7.1	Verificar e corrigir fixação e amortecedores de vibração.	Semestral
7.2	Limpar e verificar danos e corrosão.	Semestral
7.3	Verificar aterramento.	Mensal
8	Compressores	
8.1	Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão.	Trimestral
8.2	Verificar fixação, vibração ou ruídos anormais.	Mensal
8.3	Verificar aterramento.	Mensal
9	Circuito Refrigerante	
9.1	Verificar a quantidade de gás refrigerante no sistema, complementando quando necessário.	Semestral

9.2	Verificar e corrigir fixação, danos e corrosão das tubulações.	Semestral
9.3	Verificar isolamento térmico e substituir, se necessário.	Trimestral
9.3	Verificar e corrigir vazamento de gás, se necessário.	Mensal
10	Medições	
10.1	Diferencial de pressão	Mensal
10.2	Tensão, comparar com a nominal.	Mensal
10.3	Corrente, comparar com a nominal.	Mensal
10.4	Vazões de ar / operação dos controles de vazão	Anual
10.5	Temperatura de retorno do ar.	Mensal
10.6	Temperatura de insuflamento.	Mensal
10.7	Isolamento entre fases e para a carcaça do compressor e motor ventilador.	Semestral
11	Circuito Elétrico	
11.1	Verificar existência de fios mal encapados	Mensal
11.2	Verificar todos os contatos elétricos, quanto ao aperto e corrosão.	Trimestral
12	Unidade Evaporadora	
12.1	Remover para abertura, verificação, limpeza e revisão geral de todo conjunto.	Anual
12.2	Tratamento anticorrosivo da base do chassi e demais componentes necessários.	Anual
12.3	Lubrificação e ajustes.	Anual
12.4	Testes e medições em bancada.	Anual

2.1.4. No caso de bebedouros (industrial e geláguia), a Manutenção Preventiva será executada, no máximo, a cada 04 (quatro) meses, devendo serem executadas, no mínimo, as seguintes rotinas:

- 2.1.4.1. Inspeção de todo o sistema, para averiguar e sanar quaisquer irregularidades, medindo voltagem, amperagem, temperatura e efetuando leitura da corrente e tensão de todo o sistema elétrico;
- 2.1.4.2. Introdução de solução microbicida, inodora, incolor e inofensiva à saúde, para higienização completa do sistema (no caso de bebedouros industriais);
- 2.1.4.3. Limpeza física e revisão do sistema de refrigeração e elétrico;
- 2.1.4.4. Substituição do filtro de água (no caso de bebedouros industriais);
- 2.1.4.5. Verificação e eliminação sujeiras, danos, ferrugens e corrosão, incluindo aplicação de produtos anti-corrosivos, anti-ferrugem ou pintura, se necessário.

2.2. Manutenção Corretiva, Instalação e Desinstalação

2.2.1. Os serviços de Manutenção Corretiva têm por objetivo a correção de dano existente ou que venha a ocorrer, consistindo no restabelecimento de componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, impermeabilizações, substituição de peças e componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos e/ou acessórios;

2.2.2. Os serviços de Instalação e Desinstalação serão executados quando houver necessidade de substituição de Ares Condicionados cuja vida útil tenha chegado ao fim ou tenham tido sua capacidade de refrigeração reduzida ao longo do tempo;

2.2.3. Os serviços de Manutenção Corretiva e Instalação/Desinstalação serão executados pela equipe de mão de obra residente;

2.2.3.1. A exceção se dará no caso de serviços de Manutenção Corretiva que demandem especialidades profissionais distintas das abrangidas pelas competências da equipe de mão de obra residente, situações nas quais serão disponibilizados serviços eventuais, sob demanda, conforme disposto no item 05 deste Caderno.

2.2.4. Os serviços de Manutenção Corretiva e Instalação/Desinstalação ocorrerão por meio do atendimento aos chamados da UNILAB;

2.2.4.1. Os chamados serão abertos via e-mail, a partir do envio, à Contratada, de Formulário de Solicitação de Serviços, cujo modelo consta do **Anexo X** do Termo de Referência;

2.2.4.2. A Contratada, após verificação do equipamento, havendo possibilidade de realizar seu reparo, deverá:

a) No caso de não haver necessidade de fornecimento de peças e/ou componentes, executar o serviço necessário;

b) No caso de haver necessidade de fornecimento de peças e/ou componentes ou execução de serviços eventuais, responder ao e-mail no qual foi aberto o chamado, informando sobre a necessidade e listando as especificações e respectivos quantitativos do(s) item(s) necessário(s) para execução da demanda. Somente após autorização da Contratante, que também se dará por e-mail, a Contratada deverá proceder aos trâmites relativos ao fornecimento das peças/componentes e/ou execução dos serviços eventuais.

2.2.4.3. Se, ao verificar o equipamento, for constatada a necessidade de substituição do mesmo, a Contratada deverá:

a) Informar à Contratante, em resposta ao e-mail contendo o Formulário de Solicitação de Serviço, acerca da necessidade de substituição do equipamento;

b) Somente após análise e confirmação da Contratante, que também se dará por e-mail, a Contratada estará autorizada a realizar a substituição do equipamento.

2.2.4.4. Após a conclusão dos serviços de Manutenção Corretiva e/ou Instalação/Desinstalação, a Contratada deverá preencher Relatório de Execução de Serviço, conforme modelo constante do **Anexo XI** do Termo de Referência, enviando-o em resposta ao e-mail no qual foi aberto o chamado.

2.2.5. Os chamados para verificação de equipamentos de climatização podem ser divididos em 02 (dois) tipos:

2.2.5.1. Não emergenciais: referem-se às panes em ares condicionados cujo mau funcionamento ou quebra não ocasionem prejuízos para produtos e/ou equipamentos que exijam um ambiente devidamente climatizado, devendo serem atendidos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis; ou

2.2.5.2. Emergenciais: referem-se às panes em ares condicionados cujo mau funcionamento ou quebra ocasionem prejuízos para produtos e/ou equipamentos que exijam um ambiente devidamente climatizado, devendo serem atendidos no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

2.2.6. Os chamados para verificação para os demais tipos de equipamentos de refrigeração (exceto Ares Condicionados) deverão ser atendidos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

2.2.7. A Instalação incluirá, no mínimo, os seguintes serviços:

2.2.7.1. Desmontagem e montagem de forro de PVC, quando necessário;

2.2.7.2. Fixação das unidades condensadora e evaporadora nos locais indicados;

2.2.7.3. Instalação de isolamento térmico flexível com tubo esponjoso blindado;

2.2.7.4. Instalação de suporte e/ou calços necessários à fixação da unidades condensadora e evaporadora;

2.2.7.5. Passagem e instalação de ligações elétricas necessárias com cabo de cobre pp;

2.2.7.6. Passagem e instalação de tubulações de cobre que ligam a condensadora à evaporadora;

2.2.7.7. Procedimento de vácuo para eliminação de sujeira e umidade do interior das tubulações, antes de efetuar a interligação definitiva.

2.2.8. A Desinstalação incluirá, no mínimo, os seguintes serviços:

2.2.8.1. Desmontagem e montagem de forro de PVC, quando necessário;

2.2.8.2. Retirada da evaporadora e da condensadora do equipamento, as quais deverão ser alocadas em local designado pela Contratante;

2.2.8.3. Retirada de suporte de fixação (evaporadora ou condensadora);

2.2.8.4. Retirada de tubulação de cobre e interligações elétricas.

2.2.9. Será considerado, para fins de registro do horário de abertura do chamado, o dia e o horário nos quais o e-mail, contendo o Formulário de Solicitação de Serviços, tenha sido enviado à Contratada;

2.2.10. O atendimento ao chamado se configurará quando da efetiva chegada da equipe da Contratada para verificação *in loco* do(s) equipamentos;

2.2.11. O prazo para conclusão dos serviços de Manutenção Corretiva, Instalação e Desinstalação dependerá da complexidade das atividades a serem realizadas, sendo definido em comum

acordo com a Contratante.

3. INSUMOS DIVERSOS

3.1. A Contratada será responsável pela disponibilização/fornecimento de quaisquer insumos necessários à execução dos serviços.

3.2. A estimativa de quantitativos, com as respectivas especificações, de Uniformes, Materiais de Consumo, EPI's/EPC's e Ferramentas/Equipamentos, consta da tabela abaixo:

3.2.1. Uniformes

Item	Descrição da Peça do Uniforme	Unid.	Quant. Est. Anual
1	Bata em Brim, Mangas Longas, c/ Emblema da Empresa	Unid.	2
2	Calça Jeans, c/ Emblema da Empresa	Unid.	2
3	Cinto de Couro	Unid.	1
4	Meia de Algodão	Par	4
5	Bota de Segurança, c/ Biqueira de Aço e Colarinho Acolchoado	Par	1
6	Crachá, c/ Foto e Emblema da Empresa	Unid.	1

3.3. Materiais de Consumo

Item	Descrição do Material	Unid.	Quant. Est. Anual
1	Abraçadeira de Nylon p/ Amarração de Cabos, 200 x 4,6 mm	Unid.	3.300
2	Bactericida p/ Higienização de Ar Condicionado ou Equipamento de Refrigeração	Litro	40
3	Bucha de Nylon S8, c/ Parafuso de 4,8 x 50 mm, em Aço Zincado	Unid.	220
4	Bucha de Nylon S12, c/ Parafuso de 5,6 x 80 mm, em Aço Zincado	Unid.	220
5	Cola/Adesivo Instantâneo, Tubo c/ 20g	Unid.	24
6	Fita Adesiva Reforçada, 50 mm	Metro	24
7	Fita Isolante Adesiva Anti-Chama, Rolo de 19 mm x 05 m	Unid.	120
8	Fita PVC p/ Instalação de Ar Condicionado, Rolo de 10 x 0,10 m	Unid.	45
9	Flanela Algodão 30 x 40 cm	Unid.	120
10	Graxa Lubrificante	Kg	6
11	Gás Mapp, Cilindro c/ 400 g	Unid.	12
12	Gás Nitrogênio Pressurizado	m³	60
13	Gás Refrigerante R-134a, Cilindro c/ 13,6 kg	Und.	4
14	Gás Refrigerante R-22, Cilindro c/ 13,6 kg	Unid.	12
15	Gás Refrigerante R-410a, Cilindro c/ 11,3kg	Unid.	2
16	Gás R-141b, Cilindro c/ 13,6 kg	Unid.	2
17	Lâmina de Serra 12"	Unid.	12
18	Óleo Lubrificante p/ Bomba de Vácuo	Litro	4
19	Pilha Alcalina AAA Palito 1,5 V, Pacote c/ 16 Unidades	Unid.	42
20	Solda p/ Alumínio c/ Fluxo, Pacote c/ 08 Unidades	Unid.	9
21	Vareta de Solda Foscooper 2,5 x 500 mm	Kg	1,92

3.4. Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's e EPC's)

Item	Descrição do EPI/EPC	Unid.	Quant. Est. Anual
1	Capacete de Segurança c/ Jugular	Unid.	6
2	Cinto de Segurança c/ Talabarte, Duplo, Tipo Y	Cojunto	6
3	Cone p/ Sinalização PVC Rígido, 75 cm	Unid.	6
4	Corda de Poliamida 12 mm, Tipo Bombeiro, NR-18, Rolo c/ 100 m	Unid.	1
5	Luvas Isolantes de Borracha	Par	6
6	Óculos de Proteção, Lente Incolor, Armação em Nylon	Unid.	12
7	Placa Sinalizadora em Plástico, para Isolamento de Área	Unid.	3

8	Protetor Auricular tipo plug	Unid.	144
9	Respirador Descartável Dobrável	Unid.	288

3.5. Ferramentas e Equipamentos

Item	Descrição da Ferramenta/Equipamento	Quant. Est.
1	Adaptador Mangueira Manifold R-22 p/ R-410A	3
2	Alicate Amperímetro Digital	3
3	Alicate de Bico 6", c/ Cabo Isolado p/ 1.000 V	3
4	Alicate de Corte p/ Tubo Capilar	3
5	Alicate de Pressão 10"	3
6	Alicate Lacrador de Tubos 7"	1
7	Alicate Prensa Terminais Manual 0,5 a 06 mm ²	3
8	Alicate Universal 8", c/ Cabo Isolado p/ 1.000 V	3
9	Arco de Serra 12"	3
10	Balança Digital p/ Refrigeração	1
11	Bolsa Coletora p/ Limpeza de Ar Condicionado 7.000 a 30.000 Btu	3
12	Bolsa Coletora p/ Limpeza de Ar Condicionado 36.000 a 60.000 Btu	3
13	Bomba de Vácuo 7 CFM	3
14	Caixa Sanfonada p/ Transporte de Ferramentas c/ 05 Gavetas	3
15	Chave Biela Tipo L 10 mm	3
16	Chave Biela Tipo L 12 mm	3
17	Chave de Fenda Cotoco 1/4" x 1.1/2"	3
18	Chave Canhão 08 x 125 mm	3
19	Chave Canhão 10 x 125 mm	3
20	Chave Teste de Neon 220 V	3
21	Detector de Fuga de Gás Refrigerante	3
22	Escada Extensível, até 09 metros	3
23	Escada Regulável 04 degraus	3
24	Escariador de Rebarba Tubos 3/16" a 1.1/2" Cobre e Alumínio	3
25	Estilete de Metal, Lâmina de 18 mm	3
26	Extensão Elétrica 10 m	3
27	Furadeira de Impacto 800 W	3
28	Jogo de Broca Aço Rápido 01 a 13 mm	3
29	Jogo de Chave Allen 1/16" a 1/2"	3
30	Jogo de Chave Inglesa c/ Cabo Emborrachado 08, 10 e 12 mm	3
31	Jogo de Chave Phillips, 06 Peças	3
32	Jogo de Molas p/ Curvar Tubos 1/4 a 3/4"	3
33	Jogo de Serras Copo 5/8" a 3"	3
34	Kit Curvador/Cortador Tubos de Cobre 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8", 3/4", 7/8"	3
35	Kit Flangeador Excêntrico c/ Catraca 3/16" a 3/4" e 5 a 19 mm	3
36	Lanterna 19 Leds Recarregável Holofote	3
37	Lavadora a Jato de Alta Pressão 1.800 psi	3
38	Maçarico Portátil p/ Soldagem 2.200°C	3
39	Manifold Analógico R-22/R-410A	3
40	Mini Cortador de Tubos 1/8" a 5/8"	1
41	Multímetro Digital	3
42	Nível de Alumínio 300 mm / 12"	3
43	Parafusadeira Recarregável 400 W	3
44	Pente de Aleta/Serpentina	3
45	Tanque Recolhedor Gás Refrigerante 13,6 kg	3
46	Termômetro Digital Portátil 05 Sensores	3
47	Trena Metálica 7,5 m	3
48	Vacuômetro Analógico 1/8"	3
49	Válvula Perfuradora de Tubos 3/16" a 3/8"	1

3.6. Os quantitativos dispostos nas tabelas acima são apenas estimativos, podendo haver, durante a vigência contratual, utilização/fornecimento de quantidades maiores ou menores que as planilhadas.

4. FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES

4.1. A Contratada deverá fornecer quaisquer peças e componentes necessários à execução dos serviços de Manutenção Corretiva, Instalação e Desinstalação;

4.2. A estimativa de quantitativos, com as respectivas especificações, de peças e componentes a serem fornecidos, consta da tabela abaixo:

Item	Descrição da Peça/Componente	Unid.	Quant. Est. Anual
1	Aleta Horizontal (ou Defletor) p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu	Unid.	6
2	Aleta Horizontal (ou Defletor) p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu	Unid.	2
3	Bandeja/Pingadeira p/ Bebedouro Tipo 'Gelágua'	Unid.	2
4	Cabo de Cobre PP, 4 x 2,5 mm ² , Cor Preta	Metro	300
5	Capacitor de Partida 1 a 6 µF	Unid.	20
6	Capacitor de Partida 20 a 40 µF	Unid.	20
7	Capacitor de Partida 45 a 65 µF	Unid.	20
8	Compressor p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (R-22 ou R-410A)	Unid.	9
9	Compressor p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (R-22 ou R-410A)	Unid.	2
10	Compressor p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7
11	Contator Tripolar, 25 A, Tensão Nominal 500 V	Unid.	3
12	Contator Tripolar, 32 A, Tensão Nominal 500 V	Unid.	3
13	Controle Remoto p/ Ar Condicionado 'Split'	Unid.	2
14	Evaporadora (ou Condensadora) p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7
15	Filtro de Ar p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	6
16	Filtro de Ar p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2
17	Filtro p/ Bebedouro Industrial	Unid.	57
18	Filtro Secador p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7
19	Fusível 5 x 20 mm, 5A, 250 V	Unid.	7
20	Gaxeta de Borracha p/ Vedação (Geladeira / Freezer / Frigobar)	Unid.	4
21	Hélice (ou Turbina) de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	3
22	Hélice (ou Turbina) de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2
23	Kit c/ 04 (quatro) Calços de Borracha p/ Condensadora	Unid.	21
24	Mangueira de Entrada p/ Bebedouro Industrial, até 1,5 m	Unid.	1
25	Motor de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	6
26	Motor de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2
27	Placa Eletrônica p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	5
28	Placa Eletrônica p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2
29	Porca de Latão p/ Ar Condicionado, 1/4" a 3/4"	Unid.	7
30	Protetor Térmico p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7
31	Relé de Partida p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro / Gelágua)	Unid.	7
32	Relé de Partida 240 V, 30A	Unid.	7
33	Rolamento de Motor p/ Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	6
34	Rolamento de Motor p/ Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	32
35	Sensor de Temperatura e/ou Degelo p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu	Unid.	8
36	Sensor de Temperatura e/ou Degelo p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu	Unid.	11

37	Serpentina p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	8
38	Serpentina p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	5
39	Serpentina p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7
40	Suporte p/ Fixação de Unidade Condensadora 7.000 a 60.000 Btu, Incluindo Porcas, Parafusos, Arruelas e Amortecedores	Par	9
41	Suporte p/ Fixação de Unidade Evaporadora, 7.000 a 60.000 Btu, Incluindo Porcas, Parafusos, Arruelas e Amortecedores	Par	30
42	Terminal/Borne Pré-Isolado, Tipo Bandeira, p/ Compressor, 2,50 a 6,00 m ²	Unid.	10
43	Terminal/Borne Pré-Isolado 1,50 a 2,50 mm ²	Unid.	10
44	Terminal/Borne Pré-Isolado 4,00 a 6,00 mm ²	Unid.	10
45	Termostato p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7
46	Torneira p/ Bebedouro Tipo 'Gelágua'	Unid.	2
47	Torneira p/ Bebedouro Tipo 'Industrial'	Unid.	1
48	Tubo Capilar (ou Válvula de Expansão) p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	6
49	Tubo Capilar (ou Válvula de Expansão) p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2
50	Tubo Capilar p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro), 0,31 a 0,64", Rolo c/ 03 Metros	Unid.	7
51	Tubo de Cobre Flexível 1/4", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	210
52	Tubo de Cobre Flexível 3/8", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	165
53	Tubo de Cobre Flexível 1/2", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	135
54	Tubo de Cobre Flexível 5/8", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	75
55	Tubo de Cobre Flexível 3/4", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	90
56	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 1/4", E = 10 mm	Metro	210
57	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 3/8", E = 10 mm	Metro	165
58	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 1/2", E = 10 mm	Metro	135
59	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 5/8", E = 10 mm	Metro	75
60	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 3/4", E = 10 mm	Metro	90
61	Válvula de Serviço Schrader, 1/4"	Unid.	7

4.2.1. Os quantitativos dispostos na tabela acima são apenas estimativos, podendo haver, durante a vigência contratual, utilização/fornecimento de quantidades maiores ou menores que as planilhadas.

4.3. As peças e componentes a serem fornecidos serão novos, de primeiro uso e, preferencialmente, originais, com garantia do fabricante;

4.3.1. Mediante justificativa técnica, apresentada pela Contratada e devidamente aceita pela Fiscalização Técnica do Contrato, poderão ser fornecidos peças/componentes similares.

5. SERVIÇOS EVENTUAIS

5.1. Os Serviços Eventuais referem-se a demandas que possam surgir eventualmente, em face de execução de serviços de Manutenção Corretiva.

5.2. Esse tipo de serviço compreende especialidades profissionais comumente distintas daquelas abrangidas pelas competências da equipe de Mão de Obra Exclusiva a ser alocada.

5.3. A estimativa de quantitativos, com as respectivas especificações, de serviços eventuais a serem executados, consta da tabela abaixo:

Item	Descrição do Serviço	Unid.	Quant. Est. Anual

1	Mão de Obra de Eletrotécnico, com Encargos Complementares	Hora Técnica	32
2	Mão de Obra de Soldador, com Encargos Complementares	Hora Técnica	32
3	Mão de Obra de Torneiro Mecânico, com Engargos Complementares	Hora Técnica	32
4	Rebobinamento de Motor de Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu, Incluindo Material (Evaporadora ou Condensadora)	Serviço / Equip.	6
5	Rebobinamento de Motor de Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu, Incluindo Material (Evaporadora ou Condensadora)	Serviço / Equip.	2

5.3.1. Os quantitativos dispostos na tabela acima são apenas estimativos, podendo haver, durante a vigência contratual, execução de quantidades maiores ou menores que as planilhadas.

6. DOCUMENTAÇÃO A SER ENVIADA MENSALMENTE

6.1. A Contratada deverá apresentar à Contratante, mensalmente, a seguinte relação de documentos comprobatórios da execução dos serviços, no prazo de 05 (cinco) dias corridos após o fim do período mensal:

6.1.1. Boletim de Medição dos serviços executados no período, através de planilha contendo memória de cálculo dos itens de mão de obra exclusiva e relação de itens de materiais de consumo, peças e componentes fornecidos e de serviços eventuais executados, conforme modelo constante do **Anexo XII** do Termo de Referência;

6.1.1.1. Somente poderão constar do Boletim de Medição os itens de:

- a) Materiais de consumo efetivamente fornecidos;
- b) Peças, componentes e serviços eventuais constantes de Relatórios de Execução de Serviço enviados pela Contratada, sendo considerada, para fins de inclusão no boletim, a data de conclusão do serviço.

6.1.2. Check-List de Manutenção Preventiva, contendo as rotinas executadas no período, conforme Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e modelo constante do **Anexo XIII** do Termo de Referência;

6.1.3. Documentação comprobatória do cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, conforme disposto em item específico do Termo de Referência.

Responsável	
Nome	SIAPÉ nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420498** e o código CRC **9EB09FE4**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO III AO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. Relativamente ao orçamento de referência para esta licitação:
 - 1.1. Certifico que:
 - 1.1.1. O mesmo foi elaborado de acordo com os parâmetros do Capítulo II do Decreto nº 7.983/2013;
 - 1.1.2. Foram respeitadas as diretrizes constantes da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019;
 - 1.1.3. O instrumento coletivo utilizado para compor o preço de referência da licitação rege a categoria profissional envolvida na futura contratação dentro da base territorial onde os serviços serão desempenhados, estando devidamente vigente, deste o dia 01/02/2022 (art. 614, § 3º, da CLT).
 - 1.2. Os custos unitários constantes das Planilhas de Custos e Formação de Preços foram obtidos a partir:
 - 1.2.1. Da Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021, celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Ceará (SEACEC) e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Locação e Administração de Imóveis Comerciais, Condomínios e Limpeza Pública do Estado do Ceará (SEEACONCE), registrada no MTE em 19/02/2021, sob o nº CE000173/2021;
 - 1.2.2. Da Tabela de Insumos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI/CAIXA/IBGE), Mês de Referência Janeiro/2022, com Desoneração;
 - 1.2.3. Da Tabela de Composições do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI/CAIXA/IBGE), Mês de Referência Janeiro/2022, com Desoneração;
 - 1.2.4. Da Tabela de Insumos nº 027, da Secretaria de Infraestrutura do Ceará (SEINFRA), com desoneração;
 - 1.2.5. De Pesquisa de Mercado, em consonância com o disposto no art. 6º do Decreto nº 7.983/2013.
 - 1.3. A parcela mensal a título de Aviso Prévio Trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do Contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, conforme disposto na Lei nº 12.506/2011 e no Acórdão TCU nº 1.186/2017;
 - 1.4. Em se tratando de benefícios legalmente previstos, os valores a serem pagos à Contratada serão condicionados à comprovação de que a empresa, de fato, quitou sua parcela de custeio do benefício a que está obrigada e tão somente referente aos empregados beneficiários;
 - 1.5. Considerou-se, para fins de estimativa do valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, o recolhimento das contribuições previdenciárias mediante incidência de alíquota sobre o valor da receita bruta, motivo pelo qual o percentual de contribuição patronal, de 20%, constante da alínea 'A' do Módulo 2.2 foi zerado;
 - 1.6. Os percentuais considerados, para fins de incidência probabilística sobre as rubricas:
 - 1.6.1. 'Aviso Prévio Indenizado' e 'Aviso Prévio Trabalhado', foram de 5% (cinco por cento) e 95% (noventa e cinco por cento);
 - 1.6.2. Referentes ao 'Custo de Reposição do Profissional Ausente' foram os seguintes:

- 1.6.2.1. 20,00% (vinte por cento) para 'Férias';
- 1.6.2.2. 1,84% (um inteiro e oitenta e quatro centésimos por cento) para 'Ausência Justificada';
- 1.6.2.3. 5,93% (cinco inteiros e noventa e três centésimos por cento) para 'Afastamento por Doença';
- 1.6.2.4. 0,92% (noventa e dois centésimos por cento) para 'Consulta Médica Filho';
- 7.5.8.1.5. 1,84% (um inteiro e oitenta e quatro centésimos por cento) para 'Óbitos na Família';
- 1.6.2.5. 1,02% (um inteiro e dois centésimos por cento) para 'Paternidade' (também utilizado para a rubrica 'Auxílio-Creche').

1.7. Os valores unitários de Uniformes, Materiais de Consumo, EPI's/EPC's, Ferramentas/Equipamentos e Peças/Componentes incluem todos os custos diretos necessários para seu fornecimento ou disponibilização, incluindo eventuais fretes até as cidades de Redenção e/ou Acarape, bem como entre os locais de execução dos serviços.

2. A composição dos custos estimados referentes aos serviços objeto desta licitação é descrita nas seguintes tabelas:

2.1. Mão de Obra Exclusiva

2.1.1. Mecânico(a) de Refrigeração

1. MÓDULOS			
1	Tipo de Serviço		Manut., Inst. e Desinst. de Equip. de Climat. e Refrig.
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		7257-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.361,29
4	Categoria Profissional		Mecânico(a) de Refrigeração
5	Data-Base da Categoria (Dia/Mês/Ano)		01/01/2022
6	Convenção Coletiva		SINDGEL/SINCOPECE CE000091/2022
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.361,29
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
Total			1.361,29
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	8,33%	113,44
B	Férias	8,33%	113,44
C	Adicional de Férias	2,78%	37,81
Total			264,69
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	40,65
C	SAT	3,00%	48,78
D	SESC/SESI	1,50%	24,39
E	SENAI/SENAC	1,00%	16,26
F	SEBRAE	0,60%	9,76
G	INCRA	0,20%	3,25
H	FGTS	8,00%	130,08
Total			273,17
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)

A	Transporte	89,92
B	Auxílio-Refeição	272,65
C	Seguro de Vida	9,32
D	Plano de Saúde	27,50
E	Auxílio-Creche	1,22
Total		400,61
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	264,69
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	273,17
2.3	Benefícios Mensais e Diários	400,61
Total		938,47
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Percentual (%) Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,417% 6,77
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,033% 0,54
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,847% 30,04
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o APT	0,310% 5,05
E	Multa do FGTS	3,200% 53,21
Total		95,61
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%) Valor (R\$)
A	Férias	1,667% 39,92
B	Ausência Justificada	0,005% 0,12
C	Afastamento por Doença	0,082% 1,97
D	Consulta Médica Filho	0,005% 0,12
E	Óbitos na Família	0,010% 0,24
F	Paternidade	0,057% 1,36
Total		43,73
Módulo 5 - Insumos Diversos		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	32,32
B	Materiais de Consumo	441,00
C	EPI's e EPC's	79,07
D	Ferramentas e Equipamentos	108,23
Total		660,62
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO DIRETO POR EMPREGADO		
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.361,29
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	938,47
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	95,61
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	43,73
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	660,62
Custo Direto Total Estimado por Empregado (R\$)		3.099,72

2.1.2. Auxiliar de Mecânico(a)

1. MÓDULOS		
1	Tipo de Serviço	Manut., Inst. e Desinst. de Equip. de Climat. e Refrig.
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9112-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.311,17
4	Categoria Profissional	Auxiliar de Mecânico(a)
5	Data-Base da Categoria (Dia/Mês/Ano)	01/01/2022
6	Convenção Coletiva	SINDGEL/SINCOPECE CE000091/2022
Módulo 1 - Composição da Remuneração		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.311,17

B	Adicional de Periculosidade	-
C	Adicional de Insalubridade	-
D	Adicional Noturno	-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	-
Total		1.311,17
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%) Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	8,33% 109,26
B	Férias	8,33% 109,26
C	Adicional de Férias	2,78% 36,42
Total		254,94
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições		
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	Percentual (%) Valor (R\$)
A	INSS	0,00% 0,00
B	Salário Educação	2,50% 39,15
C	SAT	3,00% 46,98
D	SESC/SESI	1,50% 23,49
E	SENAI/SENAC	1,00% 15,66
F	SEBRAE	0,60% 9,40
G	INCRA	0,20% 3,13
H	FGTS	8,00% 125,29
Total		16,80% 263,11
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	92,93
B	Auxílio-Refeição	272,65
C	Seguro de Vida	9,32
D	Plano de Saúde	27,50
E	Auxílio-Creche	1,22
Total		403,62
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	254,94
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	263,11
2.3	Benefícios Mensais e Diários	403,62
Total		921,67
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Percentual (%) Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,417% 6,53
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,033% 0,52
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,847% 28,93
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o APT	0,310% 4,86
E	Multa do FGTS	3,200% 51,25
Total		92,09
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%) Valor (R\$)
A	Férias	1,667% 38,75
B	Ausência Justificada	0,005% 0,12
C	Afastamento por Doença	0,082% 1,91
D	Consulta Médica Filho	0,005% 0,12
E	Óbitos na Família	0,010% 0,24
F	Paternidade	0,057% 1,32
Total		42,46
Módulo 5 - Insumos Diversos		

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	32,32
B	Materiais de Consumo	441,00
C	EPI's e EPC's	79,07
D	Ferramentas e Equipamentos	108,23
Total		660,62
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO DIRETO POR EMPREGADO		
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.311,17
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	921,67
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	92,09
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	42,46
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	660,62
Custo Direto Total Estimado por Empregado (R\$)		3.028,01

2.1.3. Uniformes

Item	Descrição da Peça do Uniforme	Fonte	Código	Unid.	Quant. Est. Anual	Custo Unit. (R\$)	Custo Total Est. (R\$)
1	Bata em Brim, Mangas Longas, c/ Emblema da Empresa	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	57,78	115,56
2	Calça Jeans, c/ Emblema da Empresa	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	61,72	123,44
3	Cinto de Couro	PESQ. MERC.	-	Unid.	1	27,24	27,24
4	Meia de Algodão	PESQ. MERC.	-	Par	4	10,14	40,56
5	Bota de Segurança, c/ Biqueira de Aço e Colarinho Acolchoado	SINAPI	12893	Par	1	62,40	62,40
6	Crachá, c/ Foto e Emblema da Empresa	PESQ. MERC.	-	Unid.	1	18,63	18,63
Custo Anual Estimado c/ Uniformes, por Posto (R\$)							387,83
Custo Mensal Estimado c/ Uniformes, por Posto (R\$)							32,32

2.1.4. Materiais de Consumo

Item	Descrição do Material	Fonte	Código	Unid.	Quant. Est. Anual	Custo Unit. (R\$)	Custo Total Est. (R\$)
1	Abraçadeira de Nylon p/ Amarração de Cabos, 200 x 4,6 mm	SINAPI	411	Unid.	3.300	0,17	561,00
2	Bactericida p/ Higienização de Ar Condicionado ou Equipamento de Refrigeração	PESQ. MERC	-	Litro	40	23,00	920,00
3	Bucha de Nylon S8, c/ Parafuso de 4,8 x 50 mm, em Aço Zincado	SINAPI	7583	Unid.	220	0,37	81,40
4	Bucha de Nylon S12, c/ Parafuso de 5,6 x 80 mm, em Aço Zincado	SINAPI	7584	Unid.	220	0,84	184,80
5	Cola/Adesivo Instantâneo, Tubo c/ 20g	PESQ. MERC	-	Unid.	24	17,85	428,40
6	Fita Adesiva Reforçada, 50 mm	SINAPI	44397	Metro	24	2,35	56,40
7	Fita Isolante Adesiva Anti-Chama, Rolo de 19 mm x 05 m	SINAPI	21127	Unid.	120	3,36	403,20
8	Fita PVC p/ Instalação de Ar Condicionado, Rolo de 10 x 0,10 m	PESQ. MERC	-	Unid.	45	10,25	461,25
9	Flanela Algodão 30 x 40 cm	SINAPI	13261	Unid.	120	2,71	325,20
10	Graxa Lubrificante	SINAPI	4229	Kg	6	58,72	352,32
11	Gás Mapp, Cilindro c/ 400 g	PESQ. MERC	-	Unid.	12	64,41	772,92
12	Gás Nitrogênio Pressurizado	SEINFRA	G0228	m³	60	27,57	1.654,20

13	Gás Refrigerante R-134a, Cilindro c/ 13,6 kg	PESQ. MERC	-	Und.	4	928,96	3.715,84
14	Gás Refrigerante R-22, Cilindro c/ 13,6 kg	PESQ. MERC	-	Unid.	12	939,47	11.273,64
15	Gás Refrigerante R-410a, Cilindro c/ 11,3kg	PESQ. MERC	-	Unid.	2	1.230,48	2.460,96
16	Gás R-141b, Cilindro c/ 13,6 kg	PESQ. MERC	-	Unid.	2	939,17	1.878,34
17	Lâmina de Serra 12"	SEINFRA	I2372	Unid.	12	7,48	89,76
18	Óleo Lubrificante p/ Bomba de Vácuo	PESQ. MERC	-	Litro	4	114,91	459,64
19	Pilha Alcalina AAA Palito 1,5 V, Pacote c/ 16 Unidades	PESQ. MERC	-	Unid.	42	81,27	3.413,34
20	Solda p/ Alumínio c/ Fluxo, Pacote c/ 08 Unidades	PESQ. MERC	-	Unid.	9	189,33	1.703,97
21	Vareta de Solda Foscooper 2,5 x 500 mm	SINAPI	39914	Kg	1,92	289,41	555,67
Custo Anual Estimado c/ Materiais de Consumo (R\$)							31.752,25
Custo Mensal Estimado c/ Materiais de Consumo (R\$)							2.646,02
Quantidade de Postos							6
Custo Mensal Estimado c/ Materiais de Consumo, por Posto (R\$)							441,00

2.1.5. Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's e EPC's)

Item	Descrição do EPI/EPC	Fonte	Código	Unid.	Quant. Est. Anual	Custo Unit. (R\$)	Custo Total Est. (R\$)
1	Capacete de Segurança c/ Jugular	PESQ. MERC	-	Unid.	6	50,38	302,28
2	Cinto de Segurança c/ Talabarte, Duplo, Tipo Y	PESQ. MERC	-	Cojunto	6	272,66	1.635,96
3	Cone p/ Sinalização PVC Rígido, 75 cm	SINAPI	13244	Unid.	6	47,20	283,20
4	Corda de Poliamida 12 mm, Tipo Bombeiro, NR-18, Rolo c/ 100 m	SINAPI	38200	Unid.	1	554,87	554,87
5	Luvas Isolantes de Borracha	SINAPI	36147	Par	6	336,39	2.018,34
6	Óculos de Proteção, Lente Incolor, Armação em Nylon	SINAPI	36152	Unid.	12	5,07	60,84
7	Placa Sinalizadora em Plástico, para Isolamento de Área	PESQ. MERC	-	Unid.	3	46,32	138,96
8	Protetor Auricular tipo plug	SINAPI	36142	Unid.	144	1,95	280,80
9	Respirador Descartável Dobrável	SINAPI	36144	Unid.	288	1,45	417,60
Custo Anual Estimado c/ EPI's e EPC's (R\$)							5.692,85
Custo Mensal Estimado c/ EPI's e EPC's (R\$)							474,40
Quantidade de Postos							6
Custo Mensal Estimado c/ EPI's e EPC's, por Posto (R\$)							79,07

2.1.6. Ferramentas e Equipamentos

Item	Descrição da Ferramenta/Equipamento	Fonte	Código	Quant. Est.	Custo Unit. Aquis. (R\$)	Taxa Anual Deprec. (R\$)	Custo Anual Deprec. (R\$)
1	Adaptador Mangueira Manifold R-22 p/ R-410A	PESQ. MERC.	-	3	25,90	20,00%	15,54
2	Alicate Amperímetro Digital	PESQ. MERC.	-	3	248,86	20,00%	149,32
3	Alicate de Bico 6", c/ Cabo Isolado p/ 1.000 V	SINAPI	38470	3	57,17	20,00%	34,30
4	Alicate de Corte p/ Tubo Capilar	PESQ. MERC.	-	3	44,82	20,00%	26,89
5	Alicate de Pressão 10"	PESQ. MERC.	-	3	52,53	20,00%	31,52

6	Alicate Lacrador de Tubos 7"	PESQ. MERC.	-	1	45,80	20,00%	9,16
7	Alicate Prensa Terminais Manual 0,5 a 06 mm ²	PESQ. MERC.	-	3	334,97	20,00%	200,98
8	Alicate Universal 8", c/ Cabo Isolado p/ 1.000 V	PESQ. MERC.	-	3	52,55	20,00%	31,53
9	Arco de Serra 12"	PESQ. MERC.	-	3	27,84	20,00%	16,70
10	Balança Digital p/ Refrigeração	PESQ. MERC.	-	1	1.053,31	10,00%	105,33
11	Bolsa Coletora p/ Limpeza de Ar Condicionado 7.000 a 30.000 Btu	PESQ. MERC.	-	3	287,16	20,00%	172,30
12	Bolsa Coletora p/ Limpeza de Ar Condicionado 36.000 a 60.000 Btu	PESQ. MERC.	-	3	381,23	20,00%	228,74
13	Bomba de Vácuo 7 CFM	PESQ. MERC.	-	3	1.169,86	10,00%	350,96
14	Caixa Sanfonada p/ Transporte de Ferramentas c/ 05 Gavetas	PESQ. MERC.	-	3	129,27	20,00%	77,56
15	Chave Biela Tipo L 10 mm	PESQ. MERC.	-	3	16,32	20,00%	9,79
16	Chave Biela Tipo L 12 mm	PESQ. MERC.	-	3	22,72	20,00%	13,63
17	Chave de Fenda Cotoco 1/4" x 1.1/2"	PESQ. MERC.	-	3	13,83	20,00%	8,30
18	Chave Canhão 08 x 125 mm	PESQ. MERC.	-	3	23,54	20,00%	14,12
19	Chave Canhão 10 x 125 mm	PESQ. MERC.	-	3	33,99	20,00%	20,39
20	Chave Teste de Neon 220 V	SEINFRA	I8945	3	11,16	20,00%	6,70
21	Detector de Fuga de Gás Refrigerante	PESQ. MERC.	-	3	493,89	10,00%	148,17
22	Escada Extensível, até 09 metros	PESQ. MERC.	-	3	1.511,52	20,00%	906,91
23	Escada Regulável 04 degraus	PESQ. MERC.	-	3	930,71	20,00%	558,43
24	Escariador de Rebarba Tubos 3/16" a 1.1/2" Cobre e Alumínio	PESQ. MERC.	-	3	44,56	20,00%	26,74
25	Estilete de Metal, Lâmina de 18 mm	SINAPI	38384	3	16,66	20,00%	10,00
26	Extensão Elétrica 10 m	PESQ. MERC.	-	3	70,27	20,00%	42,16
27	Furadeira de Impacto 800 W	SEINFRA	I9376	3	903,00	10,00%	270,90
28	Jogo de Broca Aço Rápido 01 a 13 mm	PESQ. MERC.	-	3	324,65	10,00%	97,40
29	Jogo de Chave Allen 1/16" a 1/2"	PESQ. MERC.	-	3	67,61	20,00%	40,57
30	Jogo de Chave Inglesa c/ Cabo Emborrachado 08, 10 e 12 mm	PESQ. MERC.	-	3	171,05	20,00%	102,63
31	Jogo de Chave Phillips, 06 Peças	PESQ. MERC.	-	3	72,46	20,00%	43,48
32	Jogo de Molas p/ Curvar Tubos 1/4 a 3/4"	PESQ. MERC.	-	3	121,32	20,00%	72,79
33	Jogo de Serras Copo 5/8" a 3"	PESQ. MERC.	-	3	318,64	20,00%	191,18
34	Kit Curvador/Cortador Tubos de Cobre 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8", 3/4", 7/8"	PESQ. MERC.	-	3	688,27	20,00%	412,96
35	Kit Flangeador Excêntrico c/ Catraca 3/16" a 3/4" e 5 a 19 mm	PESQ. MERC.	-	3	381,39	20,00%	228,83
36	Lanterna 19 Leds Recarregável Holofote	PESQ. MERC.	-	3	137,00	20,00%	82,20

37	Lavadora a Jato de Alta Pressão 1.800 psi	SINAPI	746	3	2.349,95	20,00%	1.409,97
38	Maçarico Portátil p/ Soldagem 2.200°C	PESQ. MERC.	-	3	546,41	20,00%	327,85
39	Manifold Analógico R-22/R-410A	PESQ. MERC.	-	3	329,11	10,00%	98,73
40	Mini Cortador de Tubos 1/8" a 5/8"	PESQ. MERC.	-	1	24,63	20,00%	4,93
41	Multímetro Digital	PESQ. MERC.	-	3	315,32	10,00%	94,60
42	Nível de Alumínio 300 mm / 12"	PESQ. MERC.	-	3	46,21	10,00%	13,86
43	Parafusadeira Recarregável 400 W	PESQ. MERC.	-	3	472,35	10,00%	141,71
44	Pente de Aleta/Serpentina	PESQ. MERC.	-	3	28,67	20,00%	17,20
45	Tanque Recolhedor Gás Refrigerante 13,6 kg	PESQ. MERC.	-	3	811,54	20,00%	486,92
46	Termômetro Digital Portátil 05 Sensores	PESQ. MERC.	-	3	590,30	20,00%	354,18
47	Trena Metálica 7,5 m	PESQ. MERC.	-	3	36,37	20,00%	21,82
48	Vacuômetro Analógico 1/8"	PESQ. MERC.	-	3	188,26	10,00%	56,48
49	Válvula Perfuradora de Tubos 3/16" a 3/8"	PESQ. MERC.	-	1	25,72	20,00%	5,14
Custo Anual Estimado c/ Depreciação de Ferramentas e Equipamentos (R\$)							7.792,49
Custo Mensal Estimado c/ Depreciação de Ferramentas e Equipamentos (R\$)							649,37
Quantidade de Postos							6
Custo Mensal Estimado c/ Depreciação de Ferramentas e Equipamentos, por Posto (R\$)							108,23

2.2. Peças e Componentes

Item	Descrição da Peça/Componente	Fonte	Código	Unid.	Quant. Est. Anual	Custo Unit. (R\$)	Custo Total Est. (R\$)
1	Aleta Horizontal (ou Defletor) p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	120,40	722,40
2	Aleta Horizontal (ou Defletor) p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	180,98	361,96
3	Bandeja/Pingadeira p/ Bebedouro Tipo 'Gelágua'	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	27,17	54,34
4	Cabo de Cobre PP, 4 x 2,5 mm ² , Cor Preta	SINAPI	39258	Metro	300	9,05	2.715,00
5	Capacitor de Partida 1 a 6 µF	PESQ. MERC.	-	Unid.	20	22,03	440,60
6	Capacitor de Partida 20 a 40 µF	PESQ. MERC.	-	Unid.	20	46,88	937,60
7	Capacitor de Partida 45 a 65 µF	PESQ. MERC.	-	Unid.	20	106,66	2.133,20
8	Compressor p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (R-22 ou R-410A)	PESQ. MERC.	-	Unid.	9	1.654,85	14.893,65
9	Compressor p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (R-22 ou R-410A)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	3.033,51	6.067,02
10	Compressor p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	533,80	3.736,60
11	Contator Tripolar, 25 A, Tensão Nominal 500 V	SINAPI	1619	Unid.	3	176,74	530,22
12	Contator Tripolar, 32 A, Tensão Nominal 500 V	SINAPI	1614	Unid.	3	273,54	820,62
13	Controle Remoto p/ Ar Condicionado 'Split'	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	155,68	311,36

14	Evaporadora (ou Condensadora) p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	308,11	2.156,77
15	Filtro de Ar p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	48,63	291,78
16	Filtro de Ar p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	103,26	206,52
17	Filtro p/ Bebedouro Industrial	SEINFRA	I1166	Unid.	57	190,36	10.850,52
18	Filtro Secador p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	14,31	100,17
19	Fusível 5 x 20 mm, 5A, 250 V	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	0,55	3,85
20	Gaxeta de Borracha p/ Vedação (Geladeira / Freezer / Frigobar)	PESQ. MERC.	-	Unid.	4	110,66	442,64
21	Hélice (ou Turbina) de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	3	254,63	763,89
22	Hélice (ou Turbina) de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	354,16	708,32
23	Kit c/ 04 (quatro) Calços de Borracha p/ Condensadora	PESQ. MERC.	-	Unid.	21	27,80	583,80
24	Mangueira de Entrada p/ Bebedouro Industrial, até 1,5 m	PESQ. MERC.	-	Unid.	1	25,88	25,88
25	Motor de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	444,53	2.667,18
26	Motor de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	753,07	1.506,14
27	Placa Eletrônica p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	5	627,23	3.136,15
28	Placa Eletrônica p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	897,93	1.795,86
29	Porca de Latão p/ Ar Condicionado, 1/4" a 3/4"	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	20,33	142,31
30	Protetor Térmico p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	93,44	654,08
31	Relé de Partida p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro / Gelágua)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	74,36	520,52
32	Relé de Partida 240 V, 30A	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	98,63	690,41
33	Rolamento de Motor p/ Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	62,63	375,78
34	Rolamento de Motor p/ Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	32	81,53	2.608,96
35	Sensor de Temperatura e/ou Degelo p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu	PESQ. MERC.	-	Unid.	8	56,85	454,80
36	Sensor de Temperatura e/ou Degelo p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu	PESQ. MERC.	-	Unid.	11	86,33	949,63
37	Serpentina p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	8	1.401,67	11.213,36
38	Serpentina p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	5	2.173,47	10.867,35
39	Serpentina p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	293,85	2.056,95
40	Suporte p/ Fixação de Unidade Condensadora 7.000 a 60.000 Btu, Incluindo Porcas, Parafusos, Arruelas e Amortecedores	PESQ. MERC.	-	Par	9	157,60	1.418,40
41	Suporte p/ Fixação de Unidade Evaporadora, 7.000 a 60.000 Btu, Incluindo Porcas, Parafusos, Arruelas e Amortecedores	PESQ. MERC.	-	Par	30	90,23	2.706,90
42	Terminal/Borne Pré-Isolado, Tipo Bandeira, p/ Compressor, 2,50 a 6,00 m ²	PESQ. MERC.	-	Unid.	10	0,45	4,50
43	Terminal/Borne Pré-Isolado 1,50 a 2,50 mm ²	SINAPI	1570	Unid.	10	0,93	9,30
44	Terminal/Borne Pré-Isolado 4,00 a 6,00 mm ²	SINAPI	1573	Unid.	10	1,45	14,50

45	Termostato p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	99,26	694,82
46	Torneira p/ Bebedouro Tipo 'Gelágua'	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	14,96	29,92
47	Torneira p/ Bebedouro Tipo 'Industrial'	SEINFRA	I2502	Unid.	1	44,95	44,95
48	Tubo Capilar (ou Válvula de Expansão) p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	86,53	519,18
49	Tubo Capilar (ou Válvula de Expansão) p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	162,93	325,86
50	Tubo Capilar p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro), 0,31 a 0,64", Rolo c/ 03 Metros	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	19,72	138,04
51	Tubo de Cobre Flexível 1/4", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39662	Metro	210	22,30	4.683,00
52	Tubo de Cobre Flexível 3/8", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39664	Metro	165	34,31	5.661,15
53	Tubo de Cobre Flexível 1/2", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39660	Metro	135	46,53	6.281,55
54	Tubo de Cobre Flexível 5/8", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39665	Metro	75	57,88	4.341,00
55	Tubo de Cobre Flexível 3/4", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39666	Metro	90	70,00	6.300,00
56	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 1/4", E = 10 mm	SINAPI	39713	Metro	210	1,18	247,80
57	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 3/8", E = 10 mm	SINAPI	39716	Metro	165	1,46	240,90
58	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 1/2", E = 10 mm	SINAPI	39712	Metro	135	1,50	202,50
59	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 5/8", E = 10 mm	SINAPI	39711	Metro	75	4,28	321,00
60	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 3/4", E = 10 mm	SINAPI	39715	Metro	90	1,93	173,70
61	Válvula de Serviço Schrader, 1/4"	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	12,50	87,50
Custo Anual Estimado c/ Fornecimento de Peças e Componentes (R\$)							123.944,66
Custo Mensal Estimado c/ Fornecimento de Peças e Componentes (R\$)							10.328,72

2.3. Serviços Eventuais

Item	Descrição do Serviço	Fonte	Código	Unid.	Quant. Est. Anual	Custo Unit. (R\$)	Custo Total Est. (R\$)
1	Mão de Obra de Eletrotécnico, com Engargos Complementares	SINAPI	88266	Hora Técnica	32	24,58	786,56
2	Mão de Obra de Soldador, com Engargos Complementares	SINAPI	88317	Hora Técnica	32	21,53	688,96
3	Mão de Obra de Torneiro Mecânico, com Engargos Complementares	SINAPI	88297	Hora Técnica	32	19,52	624,64
4	Rebobinamento de Motor de Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu, Incluindo Material (Evaporadora ou Condensadora)	PESQ. MERC.	-	Serviço / Equip.	6	148,67	892,02
5	Rebobinamento de Motor de Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu, Incluindo Material (Evaporadora ou Condensadora)	PESQ. MERC.	-	Serviço / Equip.	2	283,50	567,00
Custo Anual Estimado c/ Serviços Eventuais (R\$)							3.559,18
Custo Mensal Estimado c/ Serviços Eventuais (R\$)							296,60

2.4. Planilha Sintética

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Custo Unit. (R\$)	BDI (R\$)	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviços Comuns de Engenharia Necessários à Manutenção Preventiva e Corretiva, Instalação e Desinstalação						

	de Equipamentos de Climatização e Refrigeração.						
1.1	Mecânico(a) de Refrigeração	Posto/Mês	36	3.099,72	1.191,22	4.290,94	154.473,84
1.2	Auxiliar de Mecânico(a)	Posto/Mês	36	3.028,01	1.163,66	4.191,67	150.900,12
1.3	Fornecimento de Peças e Componentes	Mês	12	10.328,72	2.329,13	12.657,85	151.894,20
1.4	Serviços Eventuais	Mês	12	296,60	113,98	410,58	4.926,96
Total Estimado (R\$)							462.195,12

Responsável	
Nome	SIAPE nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420499** e o código CRC **3F1FE897**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO IV AO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

1. Para a estimativa de despesas com a realização dos serviços, foi utilizado pela UNILAB o BDI de **38,43%**, considerando a composição apresentada na tabela abaixo:

Item	Descrição	Percentual
1	Administração Central (AC)	6,93
2	Seguro e Garantia (SG)	0,54
3	Risco (R)	1,73
4	Despesas Financeiras (DF)	1,09
5	Tributos (T)	13,15
5.1	PIS	0,65
5.2	ISS	5,00
5.3	COFINS	3,00
5.4	CPRB	4,50
6	Lucro (L)	8,91
Total		38,43%

$$BDI = \{[(1 + AC/100 + SG/100 + R/100) * (1 + DF/100) * (1 + L/100) / (1 - T/100)] - 1\} * 100$$

2. Para a estimativa de despesas com o fornecimento de peças e componentes, foi utilizado pela UNILAB o BDI de **22,55%**, considerando a composição apresentada na tabela abaixo:

Item	Descrição	Percentual
1	Administração Central (AC)	3,97
2	Seguro e Garantia (SG)	0,65
3	Risco (R)	0,87
4	Despesas Financeiras (DF)	0,98
5	Tributos (T)	8,15
5.1	PIS	0,65
5.2	ISS	0,00
5.3	COFINS	3,00
5.4	CPRB	4,50
6	Lucro (L)	5,67
Total		22,55%

$$BDI = \{[(1 + AC/100 + SG/100 + R/100) * (1 + DF/100) * (1 + L/100) / (1 - T/100)] - 1\} * 100$$

Nota¹: A fórmula utilizada para cálculo do BDI tem como base o disposto no Acórdão TCU - Plenário nº 2.369/2011;

Nota²: Os percentuais de 'Administração Central (AC)', 'Seguro e Garantia (SG)', 'Risco (R)', 'Despesas Financeiras (DF)' e 'Lucro (L)' estão em consonância com as faixas aceitáveis contidas no Acórdão TCU - Plenário nº 2622/2013;

Nota³: Uma vez que o fornecimento de peças e componentes representa percentual significativo do preço global da contratação, atuando a Contratada como intermediária entre o(s) fabricante(s) e a Contratante, a taxa de BDI

incidente sobre tais itens será reduzida em relação à aplicável sobre os itens de mão de obra exclusiva e serviços eventuais;

Nota⁴: Considerou-se o recolhimento das contribuições previdenciárias mediante incidência de alíquota sobre o valor da receita bruta, em consonância com o disposto no art. 7º da Lei nº 12.546 /2011, motivo pelo qual o percentual de contribuição patronal, de 20%, constante da alínea 'A' do Módulo 2.2 das Planilhas de Mão de Obra Exclusiva, foi zerado;

Nota⁵: As alíquotas dos tributos 'PIS' (Programa de Integração Social) e 'COFINS' (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) foram estimadas considerando o regime de tributação pelo Lucro Presumido, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.833/2003;

Nota⁶: A alíquota do tributo 'ISS' (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) foi estimada considerando o percentual máximo de incidência, conforme art. 8, II, da Lei Complementar nº 116 /2003.

Responsável	
Nome	SIAPE nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420500** e o código CRC **AEC9C857**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO V AO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

1. A tabela abaixo discrimina a estimativa da composição dos encargos/leis sociais incidentes sobre a mão de obra prestadora dos serviços:

Item	Descrição	Percentual
1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
A	13º Salário	8,333%
B	Férias	8,333%
C	Adicional de Férias	2,778%
	Total	19,44%
2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	
A	INSS	0,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	Seguro Acidente de Trabalho (SAT)	3,00%
D	SESC/SESI	1,50%
E	SENAI/SENAC	1,00%
F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
	Total	16,80%
3	Provisão para Rescisão	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,417%
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,033%
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,847%
D	Incidência do GPS/FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,310%
E	Multa do FGTS	3,200%
	Total	5,81%
4	Reposição de Profissional Ausente	
A	Férias	1,667%
B	Ausência Justificada	0,005%
C	Afastamento por Doença	0,082%
D	Consulta Médica Filho	0,005%
E	Óbitos na Família	0,010%
F	Paternidade	0,057%
	Total	1,83%

Responsável	
Nome	SIAPÉ nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=477852&infra_sist...)



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0420501** e o código CRC **23C9086E**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO VI AO TERMO DE REFERÊNCIA - INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

Indicador		
Nº 01 - Disponibilização de Uniformes, Materiais de Consumo, EPI's/EPC's, Equipamentos e Ferramentas.		
Item	Descrição	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências do Termo de Referência relacionadas à disponibilização de Uniformes, Materiais de Consumo, EPI's/EPC's, Equipamentos e Ferramentas.	
Meta a Cumprir	100% de atendimento às exigências do Termo de Referência relacionadas à disponibilização de Uniformes, Materiais de Consumo, EPI's/EPC's, Equipamentos e Ferramentas.	
Instrumento de Medição	Verificações <i>in loco</i> , recibos de entrega de material e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, da quantidade de ocorrências relacionadas a não disponibilização de Uniformes, Materiais de Consumo, EPI's/EPC's, Equipamentos e Ferramentas, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências relacionadas a não disponibilização de Uniformes, Materiais de Consumo, EPI's/EPC's, Equipamentos e Ferramentas, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência, no mês = Y	
Início da Vigência	Recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	Y	Desconto
	02 < Y ≤ 05	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	05 < Y ≤ 07	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	Y > 07	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.	

Indicador		
Nº 02 - Utilização de Uniformes		
Item	Descrição	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências do Termo de Referência relacionadas à utilização de Uniformes pelos colaboradores alocados na execução dos serviços.	
Meta a Cumprir	Apresentação dos colaboradores sempre com Uniforme, em consonância com as especificações constantes do Termo de Referência.	
Instrumento de Medição	Verificações <i>in loco</i> e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, da quantidade de ocorrências relativas à não utilização de Uniformes.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências relativas a não utilização de Uniformes, no mês = Y	
Início da Vigência	Recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	Y	Desconto
	02 < Y ≤ 05	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	05 < Y ≤ 07	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.

		faturamento.
	Y > 07	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.	

Indicador		
Nº 03 - Utilização de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's e EPC's)		
Item	Descrição	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências do Termo de Referência relacionadas à utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's e EPC's) pelos colaboradores alocados na execução dos serviços.	
Meta a Cumprir	Utilização, pelos colaboradores alocados, de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's e EPC's), em todos os serviços que assim a exijam, conforme aplicabilidade do tipo de equipamento.	
Instrumento de Medição	Verificações <i>in loco</i> e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, da quantidade de ocorrências relativas à não utilização de EPI's e EPC's.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de ocorrências relativas à não utilização de EPI's e EPC's, no mês = Y	
Início da Vigência	Recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	Y	Desconto
	02 < Y ≤ 05	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	05 < Y ≤ 07	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	Y > 07	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.	

Indicador		
Nº 04 - Execução de Rotinas de Manutenção Preventiva (PMOC)		
Item	Descrição	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à execução das rotinas de Manutenção Preventiva constantes do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC).	
Meta a Cumprir	Executar 100% das rotinas de Manutenção Preventiva previstas para o período correspondente ao faturamento, conforme disposto no Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC).	
Instrumento de Medição	Verificações <i>in loco</i> , Relatórios Técnicos emitidos e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, quanto à execução das rotinas contidas no Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC).	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	$\% \text{ (percentual) de rotinas não executadas} = (\text{Quantidade de rotinas não executadas no prazo, no período correspondente ao faturamento} / \text{Quantidade total de rotinas previstas para execução no período correspondente ao faturamento}) * 100 = Y$	
Início da Vigência	Recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	Y	Desconto
	02 < Y ≤ 05	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	05 < Y ≤ 10	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	Y > 10	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.	

Indicador	
Nº 05 - Prazo de Atendimento a Chamados	
Item	Descrição

Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas aos prazos de atendimento aos chamados para verificação de equipamentos.	
Meta a Cumprir	Realizar o atendimento aos chamados para verificação nos prazos máximos indicados no Termo de Referência.	
Instrumento de Medição	Verificações <i>in loco</i> , registro de chamados abertos e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal do Técnico Contrato, do tempo decorrido entre a abertura do chamado e seu horário de atendimento, comparando ao prazo máximo indicado.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	$\% \text{ (percentual) de chamados não atendidos no prazo} = (\text{Quantidade de chamados não atendidos no prazo máximo indicado, no período correspondente ao faturamento} / \text{Quantidade total de chamados abertos no período correspondente ao faturamento}) * 100 = Y$	
Início da Vigência	Recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	Y	Desconto
	$02 < Y \leq 05$	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$05 < Y \leq 10$	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$Y > 10$	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.	

Indicador		
Nº 06 - Prazo de Conclusão de Serviços Decorrentes de Chamados		
Item	Descrição	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas ao prazo de conclusão de serviços decorrentes de chamados, conforme acordado entre Contratante e Contratada.	
Meta a Cumprir	Concluir 100% dos serviços decorrentes de chamados no prazo acordado.	
Instrumento de Medição	Verificações <i>in loco</i> , registro de chamados, Relatórios Técnicos emitidos e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, do tempo decorrido entre o horário/dia no qual foi acordado o prazo para término do serviço e o efetivo horário/dia de conclusão da demanda.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	$\% \text{ (percentual) de chamados não concluídos no prazo} = (\text{Quantidade de chamados não concluídos no prazo} / \text{Quantidade total de chamados abertos no período correspondente ao faturamento}) * 100 = Y$	
Início da Vigência	Recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	Y	Desconto
	$02 < Y \leq 05$	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$05 < Y \leq 10$	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$Y > 10$	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.	

Indicador		
Nº 07 - Pagamento/Recolhimento de Obrigações Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias		
Item	Descrição	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas aos prazos de pagamento/recolhimento de Obrigações Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias junto aos colaboradores alocados na execução dos serviços.	
Meta a Cumprir	Cumprir, junto aos funcionários alocados, nos prazos estabelecidos em legislação, Instrumento Coletivo e/ou Edital, 100% das Obrigações Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.	
Instrumento de Medição	Documentação Comprobatória Trabalhista, Social e Previdenciária emitida/enviada, relatos de colaboradores e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Administrativo do Contrato quanto às datas de pagamento/recolhimento das Obrigações Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias, comparando-as com os prazos legais.	

Periodicidade	Por Ocorrência/Obrigação	
Mecanismo de C�culo	Quantidade de dias de atraso para pagamento/recolhimento de obrigação trabalhista/previdenciária/social, por ocorrência/obrigação = Y	
Início da Vigência	Recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	Y	Desconto
	$03 \leq Y < 05$	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$05 \leq Y \leq 10$	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$Y > 10$	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei n� 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP n� 05, de 26 de maio de 2017.	

Indicador		
N� 08 - Envio de Documentação Comprobatória da Execução dos Serviços		
Item	Descrição	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas ao prazo para envio dos documentos comprobatórios da execução dos serviços, incluindo os relativos ao cumprimento de obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias.	
Meta a Cumprir	Enviar/entregar, no prazo estabelecido no Termo de Referência, os documentos comprobatórios da execução dos serviços, incluindo os relativos ao cumprimento de obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias.	
Instrumento de Mediu��o	Protocolos de envio/recebimento e comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato, do tempo decorrido para entrega dos documentos comprobatórios da execução dos serviços, comparando-o com o prazo máximo indicado no Termo de Referência.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de C�culo	Quantidade de dias de atraso para entrega da documentação = Y	
Início da Vigência	Recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	Y	Desconto
	$03 \leq Y < 05$	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$05 \leq Y \leq 10$	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	$Y > 10$	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei n� 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP n� 05, de 26 de maio de 2017.	

Indicador		
N� 09 - Transporte de Materiais, Peças, Utensílios, Equipamentos e Ferramentas		
Item	Descrição	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências do Termo de Referência relacionadas ao transporte de Materiais, Peças, Utensílios, Equipamentos e Ferramentas.	
Meta a Cumprir	Não realizar, � Contratante, nenhuma solicitação para transporte de Materiais, Peças, Utensílios, Equipamentos e Ferramentas.	
Instrumento de Mediu��o	Comunicações enviadas/recebidas.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal Técnico do Contrato, da quantidade de ocorrências relativas à disponibilização de veículo, pela Contratante, para transporte de Materiais, Peças, Utensílios, Equipamentos e Ferramentas.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de C�culo	Quantidade de ocorrências relativas a transporte de Materiais, Peças, Utensílios, Equipamentos e Ferramentas pela Contratante, no m�s = Y	
Início da Vigência	Recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.	
Faixas de Ajuste no Pagamento	Y	Desconto
	$02 \leq Y \leq 04$	2,5% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao

		faturamento.
	04 < Y ≤ 06	5,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
	Y > 06	10,0% sobre o valor total dos serviços executados no período correspondente ao faturamento.
Sanções	Conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017.	

Responsável	
Nome	SIAPE nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420503** e o código CRC **A2D7DDD7**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO VII AO TERMO DE REFERÊNCIA - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Identificação do Pedido	
Nº OS:	Unidade Requisitante:
Data de Emissão:	Serviço:
Contrato Nº:	Processo Nº:

Identificação da Contratada	
Razão Social:	CNPJ Nº:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

Especificação dos Serviços					
Item	Serviço	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Global (R\$)
1					
Total (R\$)					

Local de Execução			
Item	Quant.	Endereço	Período de Execução
1			
2			
3			

Critérios de Avaliação dos Serviços	

Recursos Financeiros	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
PI:	
PTRES:	
Natureza de Despesa:	
Fonte de Recursos:	
Saldo Orçamentário:	

Identificação dos Responsáveis		
Responsável	Nome	SIAPE/CPF nº

Responsável

Nome	SIAPE nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420504** e o código CRC **7299953A**.

Estudo Técnico Preliminar 7/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23282.002977/2022-61

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação de serviços comuns de engenharia necessários à manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo ares condicionados, geladeiras, frigobares, freezers de uso comum e bebedouros, mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, peças e componentes, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), nas cidades de Redenção e Acarape, no Ceará, se justifica em razão dos seguintes fatores:

2.1.1. As elevadas temperaturas e baixa umidade das cidades de Redenção e Acarape, onde se localizam as edificações da UNILAB no estado do Ceará, exigem que os equipamentos de climatização em utilização na instituição estejam em perfeito funcionamento, garantindo assim o conforto térmico e acústico dos ambientes acadêmico e administrativo, bem como garantindo a qualidade do ar, conforme orientações dos órgãos de controle;

2.1.2. A Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, a Resolução ANVISA nº 09, de 16 de janeiro de 2003, e, mais recentemente, a Lei nº 13.589, de 04 de janeiro de 2018, estabelecem as condições mínimas a serem obedecidas em prédios com sistemas de climatização artificial, determinando critérios rígidos de manutenção, operação e controle, impondo obrigatoriedade de atendimento aos proprietários e administradores de prédios públicos, sob pena de graves sanções. Assim, verifica-se que a Manutenção Preventiva, além de ser uma necessidade indispensável aos equipamentos, é também uma exigência normativa de caráter obrigatório;

2.1.3. Os serviços de Manutenção Preventiva dos equipamentos de climatização e refrigeração em utilização na UNILAB têm como objetivo, ainda, evitar que a depreciação natural dos bens venha a comprometer o seu rendimento, minimizando a ocorrência de quebras, reduzindo gastos com troca de peças e componentes, diminuindo o consumo de energia, aumentando seu rendimento e prolongando sua vida útil;

2.1.4. Por meio dos serviços de Manutenção Corretiva, busca-se o atendimento às demandas relacionadas a defeitos e interrupções de funcionamento dos equipamentos de climatização e refrigeração em utilização na UNILAB, por meio de reparos e troca de peças e componentes;

2.1.5. Por meio dos serviços de Instalação e Desinstalação, busca-se o atendimento às demandas por substituição de ares condicionados cuja vida útil tenha chegado ao fim ou tenham sua capacidade de refrigeração reduzida ao longo do tempo;

2.1.6. Atualmente, está vigente o Contrato nº 01/2022, cujo objeto é a prestação de serviços comuns de engenharia necessários à manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo ares condicionados, geladeiras, frigobares, freezers de uso comum e bebedouros;

2.1.6.1. Conforme consta dos autos do Processo SEI nº 23282.000549/2022-02, constatou-se a inexecução do Contrato pela empresa contratada (Raquel Vidal Pierre de Messias, CNPJ nº 12.337.480/0001-60), o que tem impossibilitado que os serviços sejam prestados da forma como foram contratados;

2.1.6.2. Diante disso, procedeu-se à consulta, via Ofício (Doc. SEI nº 0413065) no Processo SEI nº 23282.009736/2021-62, à Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio, acerca da possibilidade de se realizar, em caso de rescisão do ajuste atualmente vigente, a contratação do remanescente, seguindo a ordem de classificação do Pregão Eletrônico nº 18/2021;

2.1.6.3. Conforme manifestação contida no Despacho CLCP (Doc. SEI nº 0415549), constatou-se que há a possibilidade de não haver interessados em assumir o remanescente da contratação, em

virtude de possível defasagem de preços da proposta apresentada pela empresa adjudicada (licitante vencedor);

2.1.6.4. Procedeu-se, também, à instrução do Processo SEI nº 23282.002078/2022-69, visando à apuração de fatos para possível aplicação de sanção à empresa contratada (Raquel Vidal Pierre de Messias, CNPJ nº 12.337.480/0001-60), tendo em vista a inexecução contratual;

2.1.6.5. Ainda, identificou-se a possibilidade de utilização de um Instrumento Coletivo com salários e benefícios mais economicamente vantajosos à Administração. Tal Convenção Coletiva é a SINDGEL /SINCOPECE 2022, registrada sob o nº CE000091/2022, sendo a mesma utilizada para estimativa dos custos unitários (referentes à mão de obra em regime de dedicação exclusiva) desta contratação;

2.1.6.6. Diante de tais fatos, com vistas a garantir que os serviços em tela sejam efetivamente prestados, na forma e qualidade desejadas, evitando sua descontinuidade, além de se vislumbrar a possibilidade de obter custos unitários mais vantajosos (associados à eventual utilização de Instrumento Coletivo mais econômico), constatou-se a necessidade de instrução de um novo processo de contratação.

2.1.7. Cabe destacar que os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

2.1.7.1. Em face do disposto no referido dispositivo legal, não há vedação para terceirização dos serviços objeto desta contratação;

2.1.7.2. Os serviços a serem contratados estão contemplados no Art. 1º, Inciso XIII e XV, da Portaria MP nº 443, de 27 de dezembro de 2018;

2.1.7.3. A UNILAB não dispõe de técnicos especializados no quadro de pessoal, nem de recursos materiais para serviços deste porte, o que ressalta a relevância de tal contratação;

2.1.7.4. As atividades a serem contratadas não estão compreendidas entre as desempenhadas por categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró-Reitoria de Administração	Rosalina Semedo de Andrade Tavares

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para que a UNILAB possa ter as suas necessidades pelos serviços objeto deste estudo atendidas, a empresa contratada deverá:

4.1.1. Disponibilizar e manter quadro de colaboradores nos quantitativos e nas categorias profissionais exigidas pela Contratante;

4.1.2. Observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas das categorias profissionais abrangidas e às normas de segurança e saúde do trabalho;

4.1.3. Disponibilizar os equipamentos, ferramentas, utensílios, EPI's e EPC's necessários à prestação dos serviços, mantendo-os em bom estado de funcionamento, evitando danos às pessoas e às instalações da instituição;

4.1.4. Fornecer peças e componentes necessários à execução dos serviços.

4.2. Os serviços objeto da contratação possuem natureza continuada, que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de modo que sua

interrupção pode comprometer a prestação do cumprimento da missão institucional desta pasta, em conformidade com o disposto no § 1º, Art. 1º, Inciso XXIV, da Portaria nº 476, de 03 de janeiro de 2022, da Reitoria da UNILAB.

4.3. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na execução dos serviços e no fornecimento/disponibilização/utilização de materiais, observando, no que for cabível, a IN SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.3.1. A Contratada deverá:

4.3.1.1 Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

4.3.1.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.3.1.3. Separar e acondicionar, em recipientes adequados para destinação específica, as baterias, pilhas, óleos e frascos de aerossóis em geral, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

4.3.1.4. Adotar medidas para evitar o desperdício de água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização, em conformidade com o Decreto nº 48.138, de 08 de outubro 2003;

4.3.1.5. Utilizar pilhas e baterias com composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401 de 04 de novembro de 2008;

4.3.1.6. Racionalizar o consumo de energia elétrica, com utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;

4.3.1.7. Priorizar o emprego de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

4.3.1.8. Adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva, conforme legislação específica;

4.3.1.9. Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas, responsáveis pela reciclagem, reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais.

4.3.2. Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados aos produtos;

4.3.3. A qualquer tempo, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados;

4.3.4. Os materiais fornecidos e suas embalagens deverão, preferencialmente, ser fabricados com materiais que possam ser reciclados.

4.4. A prestação dos serviços deverá obedecer:

4.4.1. Às seguintes leis, decretos, resoluções e portarias:

4.4.1.1. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho;

4.4.1.2. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e

fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

4.4.1.3. Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências;

4.4.1.4. Decreto nº 9.046, de 5 de maio de 2017 que dispõe sobre as condições para a contratação plurianual de obras, bens e serviços, no âmbito do Poder Executivo federal;

4.4.1.5. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

4.4.1.6. Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências;

4.4.1.7. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências;

4.4.1.8. Lei nº 12.305, de 12 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências;

4.4.1.9. Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona;

4.4.1.10. Lei nº 13.589, de 04 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;

4.4.1.11. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

4.4.1.12. Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998, que aprova o Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados;

4.4.1.13. Portaria MP nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;

4.4.1.14. Portaria Reitoria nº 273, de 19 de agosto de 2021, que dispõe sobre a alteração na definição dos serviços considerados de natureza contínua no âmbito da UNILAB;

4.4.1.15. Resolução ANVISA nº 09, de 16 de janeiro de 2003, que publicou a Orientação Técnica, elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;

4.4.1.16. Resolução ANVISA nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

4.4.2. Às seguintes Instruções Normativas:

4.4.2.1. IN STLI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.4.2.2. IN SEGES/MP nº 05, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratações de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

4.4.2.3. IN SEGES/MP nº 07, de 20 de setembro de 2018, que altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.4.2.4. IN SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

4.4.2.5. IN SEGES/ME nº 49, de 30 de junho de 2020, que altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.4.2.6. IN SEGES/ME nº 73, de 05 de Agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.4.3. Às seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

4.4.3.1. NBR 5.410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

4.4.3.2. NBR 5462 - Confiabilidade e Manutenibilidade - Terminologia;

4.4.3.3. NBR 6410 - Instalações Centrais de Ar Condicionado para Conforto - Parâmetros de Projeto;

4.4.3.4. NBR 10152 - Medições de Níveis de Pressão sonora em Ambientes Internos a Edificações;

4.4.3.5. NBR 13971 - Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação - Manutenção Programada;

4.4.3.6. NBR 14679 - Sistemas de Condicionamento de Ar e Ventilação - Execução de Serviços de Higienização;

4.4.3.7. NBR 16401 - Instalações de Ar Condicionado - Sistemas Centrais e Unitários.

4.4.4. Aos seguintes Acórdãos:

4.4.4.1. Acórdão TCU - Plenário nº 1.445/2015;

4.4.4.2. Acórdão TCU - Plenário nº 2.369/2011;

4.4.4.3. Acórdão TCU - Plenário nº 2622/2013.

4.4.5. Às Normas Regulamentadoras - NR, estabelecidas pelo MTE, através de sua Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho - SSST, vigentes e atualizadas;

4.4.6. Em particular, no que couber:

4.4.6.1. Às disposições legais da União e do Governo do Estado do Ceará;

4.4.6.2. Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará;

4.4.6.3. Às normas da Concessionária de Energia Elétrica do Estado do Ceará (Enel Distribuição Ceará);

4.4.6.4. Às normas do INMETRO;

4.4.6.5. Às normas internas da UNILAB.

4.5. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o disposto na tabela abaixo:

Item	Atividades/Serviços	Código (CBO)	Ocupação
------	---------------------	--------------	----------

1	<ul style="list-style-type: none"> - Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de climatização e refrigeração; - Executar serviços de instalação e desinstalação (substituição) em equipamentos de climatização (ares condicionados); - Avaliar e dimensionar locais para instalação de equipamentos de climatização; - Especificar e quantificar materiais, peças e componentes a serem utilizados nos serviços; - Instalar ramais de dutos, montagem de tubulações de refrigeração, aplicação de vácuo em sistemas de refrigeração; - Carregar equipamentos de climatização e refrigeração com fluido refrigerante; - Realizar testes em equipamentos de climatização e refrigeração; - Elaborar orçamentos de serviços solicitados; - Caso seja indicado como preposto pela Contratada, executar as atividades de preposição em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo o acompanhamento, a implementação e o controle da execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e definição de cronograma de execução de serviços; - Executar outras tarefas correlatas à função, conforme necessidade ou a critério de seu superior. 	7257-05	Mecânico(a) de Refrigeração
2	<ul style="list-style-type: none"> - Exercer atividades de apoio aos Mecânico(a)(s) de Refrigeração; - Transportar materiais, peças, componentes, ferramentas e equipamentos; - Realizar a limpeza/higienização preventiva de componentes de equipamentos de climatização; - Realizar pequenos reparos, ajustes, regulagens e lubrificações; - Fixar e/ou retirar unidades internas e externas de ares condicionados; - Passar e instalar tubulações de cobre; - Instalar suportes de fixação, calços e tubos de isolamento térmico; - Executar outras tarefas correlatas à função, conforme necessidade ou a critério de seu superior. 	9112-05	Auxiliar de Mecânico(a)

4.6. Os profissionais alocados na execução dos serviços deverão possuir, no mínimo, os seguintes requisitos profissionais:

4.6.1. Mecânico(a) de Refrigeração: Ensino Médio Completo e experiência de 01 (um) ano em serviços de manutenção, instalação e/ou desinstalação de equipamentos de climatização e/ou refrigeração;

4.6.2. Auxiliar de Mecânico(a): Ensino Fundamental Completo e experiência de 06 (seis) meses em serviços de manutenção, instalação e/ou desinstalação de equipamentos de climatização e/ou refrigeração.

4.7. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.7.1. Manutenção Preventiva

4.7.1.1. A Manutenção Preventiva é caracterizada por serviços cuja realização seja programada com antecedência, tendo como objetivo evitar a ocorrência de defeitos nos componentes dos equipamentos, de maneira a conservá-los dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, contribuindo para a redução de ocorrências e custos com manutenção corretiva;

4.7.1.2. No caso dos equipamentos de climatização (Ares Condicionados), a Manutenção Preventiva será executada conforme Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), a ser elaborado pela Contratada e aprovado pela Contratante, devendo conter, no mínimo as seguintes rotinas, com as respectivas periodicidades:

Item	Descrição do Serviço	Periodicidade
1	Filtro de Ar	
1.1	Limpar elemento filtrante ou substituir se necessário.	Mensal
1.2	Verificar danos e corrosão do suporte e existência de frestas.	Mensal
1.3	Verificar e corrigir o ajuste da moldura do filtro.	Mensal
2	Bandejas	
2.1	Verificar a operação da drenagem do condensado.	Mensal
2.2	Lavar com produto biodegradável.	Trimestral
2.3	Verificar danos de corrosão.	Trimestral
2.4	Verificar vazamentos e corrigir, se necessário.	Mensal
3	Evaporadores	
3.1	Lavar com produtos biodegradável.	Trimestral
3.2	Verificar a existência de corrosão.	Trimestral
4	Gabinets	
4.1	Lavar externamente.	Trimestral
4.2	Lavar internamente.	Trimestral
4.3	Verificar danos e corrosão.	Trimestral
4.4	Verificar a vedação dos painéis de fechamento, fixação e danos, substituindo se necessário.	Trimestral
4.5	Verificar o estado de conservação do isolamento termoacústico e substituir na existência de bolor.	Trimestral
4.6	Verificar e eliminar ruídos anormais e/ou vibrações.	Mensal
4.7	Verificar botoeiras, knobs, etc. e repor, se necessário.	Mensal
4.8	Verificar funcionamento do sensor de temperatura.	Mensal
4.9	Verificar funcionamento do sensor de degelo.	Mensal
4.10	Verificar funcionamento do pressostato.	Mensal
5	Condensadores	
5.1	Lavar e remover incrustações.	Trimestral
5.2	Verificar a existência de danos e corrosão no aletado e moldura.	Trimestral
6	Ventiladores	
6.1	Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão.	Semestral
6.2	Verificar fixação e amortecedores de vibração.	Semestral
6.3	Verificar ruídos dos mancais e lubrificar, se necessário.	Mensal
7	Motores Elétricos	
7.1	Verificar e corrigir fixação e amortecedores de vibração.	Semestral
7.2	Limpar e verificar danos e corrosão.	Semestral
7.3	Verificar aterramento.	Mensal
8	Compressores	
8.1	Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão.	Trimestral
8.2	Verificar fixação, vibração ou ruídos anormais.	Mensal
8.3	Verificar aterramento.	Mensal

9	Circuito Refrigerante	
9.1	Verificar a quantidade de gás refrigerante no sistema, complementando quando necessário.	Semestral
9.2	Verificar e corrigir fixação, danos e corrosão das tubulações.	Semestral
9.3	Verificar isolamento térmico e substituir, se necessário.	Trimestral
9.3	Verificar e corrigir vazamento de gás, se necessário.	Mensal
10	Medições	
10.1	Diferencial de pressão	Mensal
10.2	Tensão, comparar com a nominal.	Mensal
10.3	Corrente, comparar com a nominal.	Mensal
10.4	Vazões de ar / operação dos controles de vazão	Anual
10.5	Temperatura de retorno do ar.	Mensal
10.6	Temperatura de insuflamento.	Mensal
10.7	Isolamento entre fases e para a carcaça do compressor e motor ventilador.	Semestral
11	Circuito Elétrico	
11.1	Verificar existência de fios mal encapados	Mensal
11.2	Verificar todos os contatos elétricos, quanto ao aperto e corrosão.	Trimestral
12	Unidade Evaporadora	
12.1	Remover para abertura, verificação, limpeza e revisão geral de todo conjunto.	Anual
12.2	Tratamento anticorrosivo da base do chassi e demais componentes necessários.	Anual
12.3	Lubrificação e ajustes.	Anual
12.4	Testes e medições em bancada.	Anual

4.7.1.3. No caso de bebedouros (industrial e gelágua), a Manutenção Preventiva será executada, no máximo, a cada 04 (quatro) meses, devendo serem executadas, no mínimo, as seguintes rotinas:

4.7.1.3.1. Inspeção de todo o sistema, para averiguar e sanar quaisquer irregularidades, medindo voltagem, amperagem, temperatura e efetuando leitura da corrente e tensão de todo sistema elétrico;

4.7.1.3.2. Introdução de solução microbicida, inodora, incolor e inofensiva à saúde, para higienização completa do sistema (no caso de bebedouros industriais);

4.7.1.3.3. Limpeza física e revisão do sistema de refrigeração e elétrico;

4.7.1.3.4. Substituição do de filtro de água (no caso de bebedouros industriais);

4.7.1.3.5. Verificação e eliminação sujeiras, danos, ferrugens e corrosão, incluindo aplicação de produtos anti-corrosivos, anti-ferrugem ou pintura, se necessário.

4.7.2. Manutenção Corretiva

4.7.2.1. A Manutenção Corretiva tem por objetivo a correção de dano existente ou que venha a ocorrer, identificado pela Contratante ou pela Contratada, consistindo no restabelecimento de componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, impermeabilizações, substituição de peças e componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos e/ou acessórios;

4.7.2.2. A Manutenção Corretiva ocorrerá mediante atendimento aos chamados da UNILAB ou em razão de necessidade constatada em procedimento de Manutenção Preventiva;

4.7.2.2.1. Os serviços somente serão executados após autorização expressa da Contratante, que se dará por meio de envio de Formulário de Solicitação de Serviços.

4.7.2.3. As Manutenções Corretivas em equipamentos de climatização podem ser divididas em 02 (dois) tipos:

4.7.2.3.1. Não Emergenciais: referem-se às panes em ares condicionados cujo mau funcionamento ou quebra não ocasionem prejuízos para produtos e/ou equipamentos que exijam um ambiente devidamente climatizado;

4.7.2.3.2. Emergenciais: referem-se às panes em ares condicionados cujo mau funcionamento ou quebra ocasionem prejuízos para produtos e/ou equipamentos que exijam um ambiente devidamente climatizado.

4.7.3. Instalação e Desinstalação

4.7.3.1. Os serviços de Instalação e Desinstalação serão executados quando houver necessidade de substituição de Ares Condicionados cuja vida útil tenha chegado ao fim ou tenham tido sua capacidade de refrigeração reduzida ao longo do tempo;

4.7.3.2. Os referidos serviços ocorrerão mediante atendimento aos chamados da UNILAB ou em razão de necessidade constatada em procedimento de manutenção preventiva ou corretiva.

4.7.3.2.1. Os serviços somente serão executados após autorização expressa da Contratante, a qual se dará por meio do envio de Formulário de Solicitação de Serviços.

4.7.3.3. A Instalação incluirá, no mínimo, os seguintes serviços:

4.7.3.3.1. Desmontagem e montagem de forro de PVC, quando necessário;

4.7.3.3.2. Fixação das unidades condensadora e evaporadora nos locais indicados;

4.7.3.3.3. Instalação de isolamento térmico flexível com tubo esponjoso blindado;

4.7.3.3.4. Instalação de suporte e/ou calços necessários à fixação da unidades condensadora e evaporadora;

4.7.3.3.5. Passagem e instalação de ligações elétricas necessárias com cabo de cobre pp

4.7.3.3.6. Passagem e instalação de tubulações de cobre que ligam a condensadora à evaporadora;

4.7.3.3.7. Procedimento de vácuo para eliminação de sujeira e umidade do interior das tubulações, antes de efetuar a interligação definitiva.

4.7.3.4. A Desinstalação incluirá, no mínimo, os seguintes serviços:

4.7.3.4.1. Desmontagem e montagem de forro de PVC, quando necessário;

4.7.3.4.2. Retirada da evaporadora e da condensadora do equipamento, as quais deverão ser alocadas em local designado pela Contratante;

4.7.3.4.3. Retirada de suporte de fixação (evaporadora ou condensadora);

4.7.3.4.4. Retirada de tubulação de cobre e interligações elétricas.

4.8. Os serviços serão iniciados no prazo de 03 (três) dias após a emissão da Ordem de Serviço, devendo a Contratada:

4.8.1. Elaborar e enviar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço, Plano de Manutenção, Operação e Controle, em consonância com o disposto na Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, na Resolução ANVISA nº 09, de 16 de janeiro de 2003, e na Lei nº 13.589, de 04 de janeiro de 2018;

4.8.2. Atender aos chamados não emergenciais no prazo de 02 (dois) dias úteis e aos chamados emergenciais no prazo de 04 (quatro) horas, contadas a partir da abertura do chamado.

4.9. A garantia dos serviços executados será, de no mínimo, 03 (três) meses, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, devendo a Contratada refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o pactuado, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício.

4.10. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

4.10.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que comprove atividade relacionada com o objeto solicitado;

4.10.2. Quanto à capacitação técnico-operacional, o licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da empresa, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

4.10.2.1. Serviços de Manutenção em Equipamentos de Climatização e/ou Refrigeração em sistemas com, no mínimo, 300 (trezentos) equipamentos.

4.10.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão possuir as seguintes informações:

4.10.3.1. Identificação do(s) local(is) em que foram realizados os serviços;

4.10.3.2. Descrição dos serviços realizados;

4.10.3.3. Data de Emissão do Atestado;

4.10.3.4. Indicar se os serviços foram realizados de forma satisfatória;

4.10.3.5. Identificação do Contratante e assinatura de seu representante legal.

4.10.4. Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

4.10.6. Quanto à capacitação técnico-profissional, deverá ser feita comprovação mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

4.10.6.1. Para Engenheiro(a) Mecânico(a): execução de serviços de manutenção em equipamentos de climatização.

4.11. Não será necessária a realização de transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado previamente à elaboração deste estudo, tomando por base as disposições contidas no art. 6º do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020, no Acórdão TCU nº 1.445/2015 - Plenário e na Conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 143/2018, e visando à eficiência, eficácia, economicidade, padronização e práticas de mercado.

5.2. Relativamente às soluções de mercado, foi possível, a partir do levantamento feito em editais de contratações de serviços em outros órgãos públicos, identificar o disposto na tabela a seguir:

Sol. nº	Descrição
1	Contratação de serviços de manutenção, instalação e desinstalação de ares condicionados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, e sem o fornecimento de peças e componentes.
2	Contratação de serviços de manutenção, instalação e desinstalação de ares condicionados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, e com o fornecimento de peças e componentes.
3	Contratação de serviços de manutenção, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, sem dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e componentes.
	Contratação de serviços comuns de engenharia necessários à manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo ares condicionados, geladeiras,

4	frigobares, freezers de uso comum e bebedouros, mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, peças e componentes.
---	--

5.2.1. Acredita-se que a solução mais indicada seja a de nº 04, tendo em vista que:

5.2.1.1. Conforme disposto no item deste estudo referente à 'Descrição da Necessidade', foi constatada a necessidade de inclusão de geladeiras, freezers, frigobares e bebedouros no rol de equipamentos cuja manutenção deverá ser realizada;

5.2.1.1.1. Os equipamentos de refrigeração supracitados têm funcionamento bastante semelhante ao dos equipamentos de climatização (ares condicionados);

5.2.1.1.2. Além disso, em levantamento de mercado, pôde-se constatar que as empresas que realizam serviços em ares condicionados geralmente também têm capacidade operacional para realizar serviços nos demais tipos de equipamentos de refrigeração.

5.2.1.2. Além disso, constatou-se que, no âmbito dos *campi* da UNILAB no estado do Ceará, as atividades que envolvem manutenção/instalação/desinstalação de ares condicionados, por sua grande recorrência, são desenvolvidas com frequência diária, com os colaboradores vinculados à empresa contratada trabalhando integralmente, em horário comercial, nas instalações da UNILAB;

5.2.1.3. Dessa forma, vislumbrou-se a necessidade da escolha de uma solução que englobe a execução de serviços mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como inclua, no rol de equipamentos, geladeiras, freezers, frigobares e bebedouros, de forma a garantir o pleno funcionamento dos sistemas de climatização e refrigeração da UNILAB;

5.2.1.4. O fornecimento de peças e componentes será realizado pela Contratada.

5.2.1.4.1. O referido fornecimento será realizado sob demanda, sendo pagos apenas os itens efetivamente demandados/fornecidos;

5.2.1.4.2. A aquisição em processo ou lote separado poderia ocasionar problemas à gestão contratual, além de descompasso entre a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais, bem com necessidade de realizar controle de estoque, conforme o caso;

5.2.1.4.3. As empresas que prestam os serviços objeto desta contratação normalmente:

5.2.1.4.3.1. Conseguem descontos maiores dos fornecedores por realizarem aquisições mais volumosas; ou

5.2.1.4.3.2. São (elas próprias) fornecedoras de peças e componentes.

5.3. Durante o levantamento de mercado, identificou-se que boa parte dos custos unitários utilizados para composição do valor global estimado da Contratação não constam das tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), da Secretaria de Infraestrutura do Ceará (SEINFRA) e do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO/DNIT).

5.3.1. Diante disso, e considerando o fato de que não há, atualmente, sistema de custos desenvolvido pela UNILAB que contemple os serviços objeto desta contratação, para os preços que não puderam ser obtidos por meio do disposto nos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto nº 7.983/2013, foi realizada Pesquisa de Mercado, tendo sido utilizadas as seguintes metodologias:

5.3.1.1. Buscas no Painel de Preços, nas quais foram obtidos custos unitários de itens da Planilha de Custos e Formação de Preços, notadamente os referentes a insumos de mão de obra, peças /componentes e serviços eventuais;

5.3.1.2. Buscas em sítios eletrônicos especializados, nas quais foram obtidos custos unitários de itens da Planilha de Custos e Formação de Preços, notadamente os referentes a insumos de mão de obra e peças/componentes.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Entende-se como solução o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação.

6.2. A descrição da solução como um todo abrange a contratação de serviços comuns de engenharia necessários à manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo ares condicionados, geladeiras, frigobares, freezers de uso comum e bebedouros, mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, peças e componentes, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), nas cidades de Redenção e Acarape, no Ceará.

6.3. Por se tratar de serviços continuados, o ajuste resultante desta contratação será executado pelo período inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

6.4. Os serviços a serem contratados pressupõem a utilização de força de trabalho com dedicação integral, de forma que a melhor alternativa à Administração é a contratação dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, aliados, sob demanda, ao fornecimento de peças e componentes e execução de serviços eventuais.

6.4.1. A prestação dos serviços abrangerá 04 (quatro) localidades distintas, compreendendo um quantitativo de 797 (setecentos e noventa e sete) equipamentos;

6.4.2. A grande quantidade de pessoas que utilizam as instalações da UNILAB, dentre discentes, professores, técnicos e colaboradores terceirizados, faz com que, diariamente, haja um grande volume de demandas, principalmente, por serviços de manutenção de ar condicionado;

6.4.3. Há determinados equipamentos de climatização da instituição que necessitam funcionar ininterruptamente, como é o caso dos ares condicionados do Datacenter, no Campus da Liberdade, e de laboratórios e almoxarifados de reagentes, no Campus das Auroras;

6.4.3.1. A parada de funcionamento de tais equipamentos, mesmo que por pouco tempo, pode ocasionar substanciais prejuízos à instituição;

6.4.3.1.1. No caso do Datacenter, os equipamentos que compõem os servidores da instituição geram bastante calor, necessitando de um ambiente devidamente climatizado, sem o qual podem sofrer avarias e até parar de funcionar, prejudicando o funcionamento de toda a UNILAB, tendo em vista que não seria possível acessar nenhum dos sistemas e/ou sítios eletrônicos pertencentes à instituição;

6.4.3.1.2. No caso dos Laboratórios e Almoxarifados de Reagentes, o ambiente climatizado é necessário para manter as condições ideais de armazenamento de materiais, insumos e equipamentos utilizados em práticas de ensino e pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação.

6.4.4. Os custos unitários de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação, na forma de remuneração por resultados, não constam dos Sistemas de Custos Oficiais (SINAPI, SICRO ou SEINFRA). Não há, também, na UNILAB, sistema/tabela de custos desenvolvido que contemple os referidos itens;

6.4.5. Ressalta-se que, ao longo da execução dos Contratos anteriormente vigentes, com objeto semelhante à da presente contratação, os quais possuíam remuneração com base na mensuração de resultados, constatou-se que as atividades, por sua grande recorrência, eram desenvolvidas com frequência diária, com os colaboradores vinculados à empresa contratada trabalhando integralmente, em horário comercial, nas instalações da UNILAB;

6.4.5.1. O fato de os colaboradores vinculados à execução contratual trabalharem de forma integral é uma característica de contratos executados mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

6.4.5.2. Apesar disso, os referidos ajustes eram executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, o que dificulta, em consonância com o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, a realização de atividades relacionadas à fiscalização das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas da empresa junto aos funcionários alocados.

6.4.6. Pelos motivos expostos acima, considera-se que a solução a ser contratada deverá:

6.4.6.1. Utilizar o regime de dedicação exclusiva de mão de obra; e

6.4.6.2. Tomar por base a quantidade de postos de trabalho, para o caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, e a quantidade de horas de serviço, para o caso de itens de serviços eventuais que não possam ser remunerados por resultados.

6.5. Quanto ao Regime de Execução a ser adotado:

6.5.1. A Empreitada por Preço Global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;

6.5.2. Já a Empreitada por Preço Unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

6.5.3. Nesse ínterim, não obstante se tratar de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, não há como se precisar, com segurança, os quantitativos totais a serem efetivamente executados, tendo em vista os seguintes fatores:

6.5.3.1. A contratação envolve, além da disponibilização da mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o fornecimento de materiais, peças e componentes e a execução de serviços eventuais, itens estes que representam valor significativo do total a ser contratado;

6.5.3.2. Não há como prever quando determinado componente de um equipamento irá falhar ou quebrar. Sendo assim, não há como se precisar o quantitativo total de itens de materiais, peças e componentes a serem efetivamente fornecidos;

6.5.3.3. No caso dos postos com dedicação exclusiva de mão de obra, há de se ressaltar, ainda, que poderá haver substanciais variações nos quantitativos de benefícios, tais como Auxílio-Transporte e Auxílio-Refeição, sendo que os valores a serem pagos à Contratada serão condicionados à comprovação de que a empresa, de fato, quitou sua parcela de custeio do benefício a que está obrigada e tão somente referente aos empregados beneficiários.

6.5.4. Diante do exposto acima, acredita-se que a adoção da Empreitada por Preço Global como Regime de Execução poderia causar extensos danos ao erário, tendo em vista que se estaria pagando um valor "cheio" por algo que não necessariamente seria executado;

6.5.5. Sendo assim, entende-se que resta justificada a escolha da Empreitada por Preço Unitário como Regime de Execução a ser adotado na contratação dos serviços em tela.

6.6. O mecanismo de controle a ser utilizado para garantia do pagamento de obrigações trabalhistas pela Contratada aos colaboradores será a Conta-Depósito Vinculada.

6.6.1. Justifica-se a escolha da Conta-Depósito Vinculada pelo fato de a operacionalização da mesma ser mais simples em relação ao Pagamento pelo Fato Gerador;

6.6.2. Além disso, a utilização do Pagamento pelo Fato Gerador pode não ser considerada ideal pelo fato de que tem havido, nos últimos anos, considerável flutuação dos valores de dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de despesas discricionárias no âmbito da instituição, sendo que, ao término de Contratos executados mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deverá ser realizado, pela empresa eventualmente contratada, o pagamento de verbas rescisórias, o que implicará em aumento vultoso, no último mês de prestação, dos valores a serem medidos pela prestação dos serviços;

6.6.3. No caso da Conta-Depósito Vinculada, os valores referentes a eventuais rescisões dos Contratos de trabalho dos colaboradores serão medidos mensalmente e depositados na referida conta, somente sendo liberados em caso de solicitação da empresa, a qual deverá comprovar o pagamento das verbas devidas aos funcionários alocados.

6.7. A contratação a ser realizada pode ser dividida em 03 (três) subitens principais:

6.7.1. Postos de Mão de Obra, relativos aos serviços a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra;

6.7.2. Fornecimento de Peças e Componentes, relativo à demanda por peças e componentes para serviços de manutenção corretiva, instalação e desinstalação;

6.7.3. Serviços Eventuais, relativos a demandas de frequência esporádica que possam surgir durante a prestação dos serviços, sendo executadas por equipe distinta da que compõe a de mão de obra residente.

6.8. A tabela abaixo traz o resumo da contratação:

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Serviços Comuns de Engenharia Necessários à Manutenção Preventiva e Corretiva, Instalação e Desinstalação de Equipamentos de Climatização e Refrigeração.		
1.1	Mecânico(a) de Refrigeração	Posto/Mês	36
1.2	Auxiliar de Mecânico(a)	Posto/Mês	36
1.3	Fornecimento de Peças e Componentes	Mês	12
1.4	Serviços Eventuais	Mês	12

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade estimada a ser contratada tem como base:

7.1.1. O quantitativo de equipamentos de climatização e refrigeração atualmente em utilização na UNILAB;

7.1.2. Recomendações referentes a especificações e periodicidade de realização de serviços de Manutenção Preventiva, constantes das Normas Técnicas e demais normativos aplicáveis a cada tipo de equipamento;

7.1.3. As especificações dos ares condicionados atualmente em utilização na UNILAB, principalmente no que diz respeito às potências (Btu/h);

7.1.4. O histórico de serviços de Manutenção Corretiva, incluindo troca de peças e componentes, e de serviços de substituição (Instalação/Desinstalação) de ares condicionados, no Contrato vigente e nos anteriores;

7.1.5. As especificações, principalmente no que diz respeito às potências (Btu/h), dos ares condicionados disponíveis em estoque no Almoxarifado da UNILAB;

7.1.6. Prazo de duração inicial do Contrato a ser celebrado, de 12 (doze) meses;

7.1.7. O disposto no instrumento coletivo de trabalho utilizado como referência para estimativa dos custos da contratação;

7.1.8. O disposto nos normativos que tratam sobre obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais de colaboradores contratados por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

7.1.9. Incidências estimadas, em percentual, de ocorrências de quebra e/ou necessidade de reparo e de substituição de peças/componentes;

7.1.10. O envelhecimento dos Ares Condicionados em utilização, atualmente, na UNILAB, muitos deles, inclusive, chegando ao final de sua vida útil.

7.2. A tabela abaixo traz o quantitativo de equipamentos de climatização/refrigeração atualmente em utilização na UNILAB.

Item	Equipamento	Quantidade
1	Ar Condicionado 'Split'	660
2	Geladeira/Refrigerador	38
3	Freezer	4
4	Frigobar	37

5	Bebedouro (Industrial)	19
6	Bebedouro (Gelágua)	39

7.2.1. Durante o período de vigência contratual, o quantitativo e as especificações dos equipamentos constantes da tabela acima poderão ser alterados, conforme necessidade da Contratante.

7.3. Documentos que dão suporte à Contratação:

7.3.1. Convenção Coletiva de Trabalho 2022 celebrada entre o Sindicato do Comércio de Peças e Serviços para Veículos Automotores, Ciclomotores e Refrigeração do Estado do Ceará (SINCOPECE) e o Sindicato dos Trabalhadores Refrigeristas Técnicos em Lavadoras e Ar Condicionados e Trabalhadores nas Oficinas de Veículos Automotores e Ciclomotores e Consultores Técnicos em Vendas de Peças de Refrigeração e de Veículos Automotores e Ciclomotores Similares do Estado do Ceará (SINDGEL), registrada em 11/02/2022, sob o nº CE000091/2022 - **Anexo I** deste estudo;

7.3.2. Normas Técnicas ABNT, notadamente as citadas no item 'Requisitos da Contratação' deste estudo - Podem ser consultadas a partir da compra/aquisição no sítio eletrônico da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

7.3.3. Mapa de Equipamentos de Climatização e Refrigeração, por potência/tipo e por Campus, atualmente em utilização na UNILAB, obtido a partir de levantamento *in loco* - **Anexo II** deste estudo;

7.3.4. Histórico de Serviços de Manutenção Corretiva, Instalação e Desinstalação no âmbito da execução do Contrato nº 03/2020 - **Anexo III** deste estudo.

7.4. Quanto aos quantitativos e tipos de postos de trabalho a serem contratados:

7.4.1. Ao longo da execução do Contrato nº 03/2020, de prestação de serviços comuns de engenharia necessários à manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de ares condicionados, constatou-se que a Contratada manteve 04 (quatro) colaboradores, à disposição, para execução das atividades na UNILAB/CE, sendo 02 (dois) Mecânicos de Refrigeração e 02 (dois) Auxiliares de Mecânico;

7.4.2. Levando em consideração que o quantitativo médio de ares condicionados da UNILAB/CE, durante a vigência do referido ajuste, foi de, aproximadamente, 600 (seiscentos e trinta), estima-se, dessa forma, de maneira aproximada, que, para cada 150 (cento e cinquenta) equipamentos, seja necessário 01 (um) colaborador para suprir a demanda dos serviços;

7.4.3. Como, para a presente contratação, serão adicionados, em relação ao Contrato acima referenciado, cerca de 200 (duzentos) equipamentos, totalizando, aproximadamente, 800 (oitocentos), estima-se que seja necessária a alocação de mais 02 (dois) colaboradores, totalizando 06 (cinco) postos de trabalho;

7.4.4. Habitualmente, cada equipe de trabalho responsável pela execução de serviços em equipamentos de climatização e refrigeração, é composta por 02 (dois) colaboradores, sendo 01 (um) 'Mecânico(a) de Refrigeração' e 01 (um) 'Auxiliar de Mecânico(a)';

7.4.5. Cabe ressaltar, por fim, que a UNILAB, no âmbito do estado do Ceará, possui 03 (três) unidades principais: os *campi* de Liberdade e Auroras e a Unidade Acadêmica dos Palmares;

7.4.5.1. Sendo assim, vislumbra-se a necessidade de que cada uma dessas unidades possua a sua própria equipe residente, garantindo, assim, celeridade no atendimento às demandas, bem como cumprimento dos prazos e rotinas previstos no Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC).

7.4.6. Diante das razões acima arroladas, constatou-se a necessidade de 03 (três) equipes, compostas, cada uma, por 01 (um) 'Mecânico(a) de Refrigeração' e 01 (um) 'Auxiliar de Mecânico(a)'. Dessa forma, chega-se aos seguintes quantitativos de Postos de Trabalho

7.4.6.1. 03 (três) Postos de Trabalho no Cargo/Função 'Mecânico(a) de Refrigeração', CBO nº 7257-05; e

7.4.6.2. 03 (três) Postos de Trabalho no Cargo/Função 'Auxiliar de Mecânico(a)', CBO nº 9112-05.

7.5. O Memorial de Cálculo dos quantitativos da contratação, com o respectivo detalhamento das metodologias utilizadas, encontra-se pormenorizado no **Anexo IV** deste estudo. Ressalta-se que, especificamente, para o caso do (a)(s):

7.5.1. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's e EPC's), os quantitativos foram estimados levando-se em consideração a necessidade de tais itens por colaborador(a) a ser alocado(a);

7.5.2. Materiais de Consumo, os quantitativos foram estimados levando-se em consideração, principalmente, as quantidades de equipamentos existentes, bem como a previsão de serviços de instalação de equipamentos de climatização a serem executados;

7.5.3. Ferramentas e Equipamentos, os quantitativos foram estimados levando-se em consideração a necessidade de tais itens por cada equipe de 02 (dois) colaboradores a ser alocada;

7.5.4. Peças e Componentes:

7.5.4.1. Histórico de execução de serviços de manutenção corretiva, instalação e desinstalação no âmbito do Contrato nº 03/2020, proporcionalizado ao período de 12 (doze) meses;

7.5.4.1.1. Incidiu-se, sobre tais quantitativos, o percentual de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração a expectativa de maior frequência de quebra e/ou ocorrência de defeitos de componentes nos durante os próximos anos, associada ao envelhecimento dos equipamentos.

7.5.4.2. Quantidades de equipamentos existentes, nos casos de peças/componentes de equipamentos de climatização que não tenham sido fornecidos ao longo da vigência do ajuste supramencionado ou de peças/componentes relacionados a equipamentos de refrigeração (geladeiras, freezers, frigobares e bebedouros);

7.5.4.2.1. Para se obter as quantidades estimadas de peças/componentes, no caso de equipamentos de climatização, incidiu-se, sobre os quantitativos de equipamentos, o percentual probabilístico de 1% (um por cento);

7.5.4.2.2. Para se obter as quantidades estimadas de peças/componentes, no caso de equipamentos de refrigeração, incidiu-se, sobre os quantitativos de equipamentos, o percentual probabilístico de 5% (cinco por cento);

7.5.4.2.2.1. A aplicação de tal percentual se justifica pelo fato de que não houve, até o momento, desde o início da vigência do Contrato nº 01/2022, intervalo de tempo suficiente para análise de histórico de execução de serviços em equipamentos de refrigeração, de forma que optou-se por utilizar uma incidência probabilística mais conservadora em relação à do item 7.5.4.2.1.

7.5.5. Serviços Eventuais, os quantitativos foram estimados levando-se em consideração, principalmente, as quantidades de equipamentos existente;

7.5.5.1. No caso específico dos itens referentes a 'Rebobinamento de Motor de Ventilador de Ar Condicionado', incidiu-se percentual probabilístico de 1% (um por cento) sobre os quantitativos de equipamentos de climatização;

7.5.5.2. No caso específico dos itens referentes a mão de obra remunerada por horas de trabalho (Eletrotécnico, Soldador e Torneiro Mecânico), incidiu-se percentual probabilístico de 2% (dois por cento) sobre os quantitativos de equipamentos de climatização e refrigeração.

7.5.6. Taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI):

7.5.6.1. A fórmula utilizada para estimativa dos BDI's de referência levou em consideração o disposto no Acórdão TCU - Plenário nº 2.369/2011;

7.5.6.2. Considerou-se o recolhimento das contribuições previdenciárias mediante incidência de alíquota sobre o valor da receita bruta, em consonância com o disposto no art. 7º da Lei nº 12.546 /2011, motivo pelo qual o percentual de contribuição patronal, de 20%, constante da alínea 'A' do Módulo 2.2 das Planilhas de Mão de Obra Exclusiva, foi zerado;

7.5.6.2.1. Ressalta-se que, por força do art. 7º da Lei nº 12.546/2011 foi afastado o caráter obrigatório do recolhimento das contribuições previdenciárias mediante alíquota da receita bruta e permitido que os fornecedores optem pela regra veiculada, ou pela tradicional, definida no art. 22 da Lei nº 8.212/1991;

7.5.6.2.2. Foram feitas simulações com as 02 (duas) condições possíveis de recolhimento da contribuição previdenciária, tendo-se obtido orçamento mais economicamente vantajoso, na ordem de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), no caso do recolhimento sobre a receita bruta.

7.5.6.3. Os percentuais de 'Administração Central (AC)', 'Seguro e Garantia (SG)', 'Risco (R)', 'Despesas Financeiras (DF)' e 'Lucro (L)' foram estimados respeitando-se as faixas aceitáveis constantes do Acórdão TCU - Plenário nº 2622/2013;

7.5.6.4. As alíquotas dos tributos 'PIS' (Programa de Integração Social) e 'COFINS' (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) foram estimadas considerando o regime de tributação pelo Lucro Presumido, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.833/2003;

7.5.6.5. A alíquota do tributo 'ISS' (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) foi estimada considerando o percentual máximo de incidência, conforme art. 8, II, da Lei Complementar nº 116 /2003;

7.5.6.6. A alíquota do tributo 'CPRB' (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta) foi estimada considerando o percentual máximo de incidência, conforme art. 7º da Lei nº 12.546/2011.

7.5.7. Incidências relativas à Provisão para Rescisão (Módulo 03 das Planilhas de Mão de Obra Exclusiva):

7.5.7.1. Os percentuais considerados, para fins de incidência probabilística sobre os valores de 'Aviso Prévio Indenizado' e 'Aviso Prévio Trabalhado', foram de 5% (cinco por cento) e 95% (noventa e cinco por cento).

7.5.8. Incidências relativas ao Custo de Reposição do Profissional Ausente (Módulo 04 das Planilhas de Mão de Obra Exclusiva):

7.5.8.1. Os percentuais considerados, para fins de incidência probabilística, obtidos a partir da análise de dados históricos de ocorrências em outros contratos executados mediante o regime de dedicação exclusiva de mão de obra na instituição, foram os seguintes:

7.5.8.1.1. 20% (vinte por cento) para 'Férias';

7.5.8.1.2. 1,84% (um inteiro e oitenta e quatro centésimos por cento) para 'Ausência Justificada';

7.5.8.1.3. 5,93% (cinco inteiros e noventa e três centésimos por cento) para 'Afastamento por Doença';

7.5.8.1.4. 0,92% (noventa e dois centésimos por cento) para 'Consulta Médica Filho';

7.5.8.1.5. 1,84% (um inteiro e oitenta e quatro centésimos por cento) para 'Óbitos na Família';

7.5.8.1.5. 1,02% (um inteiro e dois centésimos por cento) para 'Paternidade';

7.5.8.1.5.1. Ressalta-se que tal percentual também foi utilizado para incidência sobre os custos unitários de Auxílio-Creche.

7.6. A tabela abaixo traz o Quadro-Resumo com os Quantitativos Estimados:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Quant. Meses	Quant. Total
1.1	Mecânico(a) de Refrigeração	Posto	3	12	36
1.2	Auxiliar de Mecânico(a)	Posto	3	12	36
1.3	Fornecimento de Peças e Componentes	-	-	12	12
1.4	Serviços Eventuais	-	-	12	12

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O orçamento de referência para esta contratação foi elaborado de acordo com os parâmetros do Capítulo II do Decreto nº 7.983/2013.

8.1.2. Os custos unitários constantes das Planilhas de Custos e Formação de Preços foram obtidos a partir de(a):

8.1.2.1. Convenção Coletiva de Trabalho 2022 celebrada entre o Sindicato do Comércio de Peças e Serviços para Veículos Automotores, Ciclomotores e Refrigeração do Estado do Ceará (SINCOPECE) e o Sindicato dos Trabalhadores Refrigерistas Técnicos em Lavadoras e Ar Condicionados e Trabalhadores nas Oficinas de Veículos Automotores e Ciclomotores e Consultores Técnicos em Vendas de Peças de Refrigeração e de Veículos Automotores e Ciclomotores Similares do Estado do Ceará (SINDGEL), registrada em 11/02/2022, sob o nº CE000091/2022;

8.1.2.2. Tabela de Insumos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI/CAIXA/IBGE), Mês de Referência Janeiro/2022, com Desoneração;

8.1.2.3. Da Tabela de Composições do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI/CAIXA/IBGE), Mês de Referência Janeiro/2022, com Desoneração;

8.1.2.4. Tabela de Insumos nº 027, da Secretaria de Infraestrutura do Ceará (SEINFRA), com desoneração;

8.1.2.5. Pesquisa de Mercado, em consonância com o disposto no art. 6º do Decreto nº 7.983/2013.

8.2. A partir da elaboração de Planilha de Custos e Formação de Preços, constante do **Anexo V** deste estudo, e consoante os quantitativos estimados, conforme tópico específico, foi possível calcular o valor estimado da contratação, de **R\$ 462.195,12 (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e doze centavos)**, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Custo Unit. (R\$)	BDI (R\$)	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviços Comuns de Engenharia Necessários à Manutenção Preventiva e Corretiva, Instalação e Desinstalação de Equipamentos de Climatização e Refrigeração.						
1.1	Mecânico(a) de Refrigeração	Posto /Mês	36	3.099,72	1.191,22	4.290,94	154.473,84
1.2	Auxiliar de Mecânico(a)	Posto /Mês	36	3.028,01	1.163,66	4.191,67	150.900,12
1.3	Peças e Componentes	Mês	12	10.328,72	2.329,13	12.657,85	151.894,20
1.4	Serviços Eventuais	Mês	12	296,60	113,98	410,58	4.926,96
Total Estimado (R\$)							462.195,12

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Optou-se por agrupar os serviços (em um único item) visando a aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento dos itens a serem contratados.

9.2. Ressalta-se que, conforme pode-se verificar pelo levantamento de mercado, os serviços a serem contratados possuem compatibilidade/semelhança técnica entre si, de forma que a contratação em item único não comprometerá a competitividade do certame.

9.3. A opção por agrupar a contratação também visa a facilitar e otimizar a Gestão do Contrato, visto que o parcelamento implicaria possivelmente na celebração de vários contratos diferentes, pois provavelmente mais de uma empresa sairia como vencedora do certame, o que implicaria em burocracias desnecessárias, aumento de custos e risco de interrupção da prestação.

9.4. O agrupamento é eficiente do ponto de vista econômico, por conta da redução de custos com mão de obra, do gerenciamento centralizado de logística e de outros fatores por parte do fornecedor.

9.5. O fornecimento dos materiais pela empresa responsável pela mão de obra também é vantajoso, tendo em vista que boa parte dos insumos utilizados podem ser adquiridos/retirados em estabelecimentos de localidades próximas às de execução dos serviços, aumentando a celeridade no atendimento às demandas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica a existência de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Conforme disposto no link https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio_Itens__3_.pdf, a presente demanda consta dos itens 102, 103 e 104 do Plano Anual de Contratações 2022.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Como benefício resultante desta contratação, espera-se melhor atender às demandas por serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo ares condicionados, geladeiras, frigobares, freezers de uso comum e bebedouros, uma vez que são atividades indispensáveis às áreas ocupadas nas edificações, contribuindo de forma significativa para a preservação do Patrimônio Público e a segurança e bem estar dos usuários.

12.2. Os serviços de manutenção, principalmente no que concerne às intervenções de natureza preventiva, contribuem para prolongar a vida útil dos equipamentos. Ao diminuir as chances de ocorrências relativas a defeitos ou quebra, tais serviços tendem a evitar possíveis maiores gastos com reparos futuros, de forma que, no médio /longo prazo, se vislumbra considerável economia de recursos públicos.

12.3. A contratação proposta será benéfica e vantajosa, uma vez que:

12.3.1. O planejamento para esta contratação tem sido realizado buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, contemplando a demanda por atividades essenciais e auxiliares da instituição;

12.3.2. Os materiais, ferramentas e equipamentos a serem utilizados nos serviços deverão ser fornecidos diretamente pela empresa contratada, fazendo parte da composição dos custos, o que resultará numa melhor aplicação dos recursos financeiros empregados, uma vez que a Contratada será a maior interessada em racionalizar tais recursos, cuja economia espera-se ser repassada à UNILAB;

12.3.3. A contratação não implicará em investimentos, tais como aquisições e guarda de materiais, contratação, treinamento e administração de mão de obra;

12.3.4. Os padrões aqui definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados;

12.3.5. Os parâmetros definidos para o objeto da contratação e para prestação dos serviços possibilitarão obter preço compatível com a finalidade estabelecida;

12.3.6. A Lei nº 8.666/1993 e suas alterações contemplam esses serviços, que, por sua natureza, são necessários à instituição, sendo que a ausência dos mesmos pode ocasionar transtornos ao bom andamento de suas atividades. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza necessária e, portanto, devem ser executados de forma contínua para que não se comprometa a ordem nem se cause prejuízos à Administração;

12.3.7. No que tange aos impactos ambientais da contratação, foram relacionadas, neste estudo, as obrigações da contratada quanto a critérios de sustentabilidade, que vão desde rotinas até critérios que deverão ser respeitados quando da aquisição e disponibilização dos materiais, ferramentas e equipamentos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a plenitude da solução a ser contratada, faz-se necessária a capacitação do(s) servidor(es) abaixo relacionados em curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, com a finalidade de atualizar a capacitação/conhecimento dos mesmos nas atividades inerentes à fiscalização técnica e de gestão de serviços terceirizados, especialmente os de engenharia, como é o caso do objeto da presente contratação.

Nome	Cargo/Função	SIAPÉ nº
Túlio Pinheiro Moura	Engenheiro Eletricista	1845293
Rafael Holanda de Lima	Chefe do Serviço de Prefeitura de Palmares	2172594

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O objeto da contratação envolve a prestação de serviços de manutenção/reparo de equipamentos já existentes na instituição, incluindo eventuais substituições destes por novos, tratando-se, portanto, de intervenções que não alteram ou ampliam as edificações.

14.1.1. Diante disso, não se vislumbra impactos ambientais significativos resultantes da contratação;

14.1.2. Não obstante, a empresa a ser contratada adotará, obrigatoriamente, uma série de práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental, de forma a diminuir, ainda mais, os riscos de possíveis impactos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base nas informações levantadas neste documento, a contratação da solução pretendida mostra-se técnica e financeiramente viável.

16. Responsáveis

LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO

Coordenador de Serviços Operacionais

ELVIS ANDRADE DE ARAUJO

Chefe da Seção de Elaboração de Editais de Obras e Serviços de Engenharia

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Convencao Coletiva de Trabalho 2022.pdf (385.6 KB)
- Anexo II - Mapa Equipamentos (UNILAB_CE).pdf (245.25 KB)
- Anexo III - Historico de Servicos (Corretiva, Instalacao e Desinstalacao).pdf (231.51 KB)
- Anexo IV - Memorial de Calculo - Quantitativos.pdf (351.97 KB)
- Anexo V - Planilha Estimativa de Custos e Formacao de Precos.pdf (230.64 KB)

Anexo I - Convencao Coletiva de Trabalho 2022.pdf



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE000091/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/02/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001030/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 14022.118459/2022-39
DATA DO PROTOCOLO: 11/02/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND TRAB REFRIG TECN LAV E AR COND E TRAB NAS OF DE VEIC AUT CICL E CONS TECN EM VENDAS PC DE REF E VEIC AUT E CICL SIMIL DO EST DO CEARA, CNPJ n. 00.765.796/0001-73, neste ato representado(a) por seu;

E

SINDICATO DO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, CICLOMOTORES E REFRIGERACAO DO ESTADO DO CEARA - SINCOPECE, CNPJ n. 04.255.308/0001-39, neste ato representado(a) por seu;

celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, CICLOMOTORES E REFRIGERAÇÃO**, com abrangência territorial em **CE**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica estabelecido que os pisos salariais da categoria profissional serão pagos na forma das condições discriminadas abaixo, seguindo a seguinte diferenciação:

I - Pisos salariais:

- a) Para os Cargos e Funções Principais estabelecidas no CBO – R\$ 1.361,29 (Um mil e trezentos e sessenta e um reais e vinte nove centavos).**
- b) Para os Cargos de ajudantes, auxiliares e menores aprendizes estabelecidos no CBO – R\$ 1.336,24 (Um mil e trezentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos).**

II - Pisos salariais para empresas OPTANTES DO REPIS:

- a) Para os Cargos e Funções Principais estabelecidas no CBO – R\$ 1.311,17 (Um mil e trezentos e onze reais e dezessete centavos).**
- b) Para os Cargos de ajudantes, auxiliares e menores aprendizes estabelecidos no CBO – R\$ 1.279,70 (Um mil e duzentos e setenta e nove reais e setenta centavos).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas que optarem em ter piso salarial diferenciado **de acordo com o Art. 179 da Constituição Federal e Inciso II do Art. 1º, da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** – **EMPRESAS OPTANTES DO REPIS**, **deverão** pagar a Taxa de Adesão ao REPIS ao sindicato patronal, em seguida preencher e encaminhar o requerimento próprio (modelo no site www.ssa-ce.com.br).

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas optantes do REPIS não poderão por qualquer hipótese realizarem a redução salarial dos empregados contratados a data anterior da CCT 2022. Contudo, as empresas **OPTANTES pelo REPIS** só poderão aplicar os pisos salariais descritos no item “b” para as novas contratações a partir da celebração da CCT com as assinaturas do representante sindical laboral e patronal, sendo que, não será devido as novas contratações qualquer indenização por equiparação salarial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas que desejarem estabelecer **PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**, deverão pagar o custeio para realização do Acordo Coletivo de Trabalho (ACS) ao



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

sindicato laboral, em seguida preencher e encaminhar o requerimento próprio (modelo no site www.sindgelce.org.br), com o comprovante de pagamento para o e-mail: sindgel@sindgelce.org.br e aguardar o comunicado com a data da realização da Assembleia Geral.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários fixos de todos os trabalhadores que exercem suas atividades nas empresas do comércio de peças e serviços para veículos automotores e ciclomotores e refrigeração no Estado do Ceará serão reajustados em **1º de Janeiro de 2022** sobre o salário percebido entre o dia 1º de janeiro de 2021 e o dia 31 de dezembro de 2021, incluídos no percentual supra a correção salarial e qualquer verba, seja a que título for que tenha efeito de reajustamento salarial, o reajuste salarial de **10,16%** de aumento para todos empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos reajustamentos previstos nesta cláusula, serão compensados automaticamente todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pela empresa no período compreendido, respeitada a irredutibilidade e a isonomia salarial.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - REGIME ESPECIAL DE PISO SALARIAL - REPIS

Objetivando dar tratamento diferenciado e favorecido às empresas de pequeno porte (EPP's) e microempresas (ME's) e a manutenção do emprego, de acordo **Art. 179 da Constituição Federal e Inciso II do Art. 1º, da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 – EMPRESAS OPTANTES DO REPIS** fica instituído o **Regime Especial de Piso Salarial - REPIS**, que se regerá pelas normas a seguir estabelecidas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considera-se para os efeitos desta cláusula a pessoa jurídica que aufera receita bruta anual nos seguintes limites:

- Empresa de pequeno porte (EPP), aquela com faturamento superior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (Quatro Milhões e Oitocentos Mil Reais);



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

- Microempresa (ME), aquela com faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta Mil Reais);
- Empresas com o limite máximo de 20 empregados;
- Na hipótese de legislação superveniente que vier a alterar estes limites, prevalecerão os novos valores fixados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para adesão ao REPIS, as empresas enquadradas na forma do caput e parágrafo 1º desta cláusula deverão requerer, até 30/05/2022, a expedição de Certificado de Adesão ao REPIS através do acesso ao site do Sincopeças/CE, www.ssa-ce.com.br, por meio do formulário que deverá ser preenchido com os dados da empresa e conter as seguintes informações:

- a) Razão social; CNPJ; Número de Inscrição no Registro de Empresas - NIRE; capital social registrado na JUCEC; faturamento anual; número de empregados; Código Nacional de Atividades Econômicas - CNAE; endereço completo; identificação do sócio da empresa e do contabilista responsável; Declaração de que a receita auferida no ano-calendário vigente ou proporcional ao mês da declaração permite enquadrar a empresa como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), no Regime Especial de Piso Salarial - REPIS;
- b) Comprovação do pagamento da taxa de adesão no valor de R\$ 950,00 (Novecentos e cinquenta reais), para a empresa não associada ao Sincopeças-CE.
- c) A empresa não associada ao Sincopeças/CE e que esteja em dia com a contribuição assistencial terá um desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor da taxa de adesão.
- d) A empresa associada ao Sincopeças/CE e que esteja com as contribuições em dias, associativa e assistencial, terá um desconto de 80% (oitenta por cento) no valor da taxa de adesão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constatado o cumprimento dos pré-requisitos, o certificado de adesão ao REPIS será expedido pelo Sincopeças/CE no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da solicitação, devidamente acompanhada da documentação exigida. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa deverá ser comunicada para que regularize sua situação no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO QUARTO - A falsidade da declaração, uma vez constatada, ocasionará o desenquadramento da empresa no REPIS, sendo imputado à empresa requerente o pagamento de diferenças salariais existentes e eventuais multas previstas na CLT.



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

PARÁGRAFO QUINTO - Atendidos todos os requisitos, as empresas receberão do Sincopeças/CE o certificado de enquadramento no Regime Especial de Piso Salarial (**Certificado de Adesão ao REPIS com o valor do piso salarial estabelecido**), que lhes facultará até o exercício em curso.

PARÁGRAFO SEXTO - As empresas que protocolarem o formulário a que se refere o parágrafo 2º desta cláusula poderão praticar os valores do REPIS a partir da data do protocolo, ficando sujeitas ao deferimento do pleito. Em caso de indeferimento, deverão adotar os valores previstos na cláusula 3ª desta CCT, com aplicação retroativa.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Ficará disponível para o sindicato laboral no site do Sincopeças/CE, para fins de fiscalização (controle e acompanhamento), relação das empresas que receberam o Certificado de Adesão ao REPIS.

PARÁGRAFO OITAVO - Eventual questionamento relativo ao pagamento de pisos diferenciados previstos nesta cláusula em atos de fiscalização do Ministério do Trabalho ou em eventuais reclamações trabalhistas perante a justiça do trabalho serão dirimidos mediante a apresentação do Certificado de Adesão ao REPIS a que se refere o parágrafo 6º, desta cláusula.

PARÁGRAFO NONO - Na hipótese de assistência sindical na emissão do Termo de Quitação Rescisório do contrato de trabalho ou Termo de Rescisão do contrato de trabalho, eventuais diferenças no pagamento das verbas rescisórias em decorrência da aplicação indevida do REPIS, quando apuradas, serão corrigidas e pagas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa optante do REPIS não poderá por qualquer hipótese realizar a redução salarial dos empregados contratados em data anterior ao início de vigência da CCT 2022.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA SEXTA - QUEBRA DE CAIXA

Aos empregados na função de "Operador de Caixa", fica assegurada, a título de quebra de caixa, a quantia mensal e equivalente a **10% (Dez por cento)** do piso salarial estabelecido na cláusula 3ª desta CCT.



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A quebra de caixa não será devida aos empregados que, por liberalidade dos empregadores, não indenizam as eventuais diferenças verificadas, desde que não ultrapasse **10% (Dez por cento)** do piso salarial, devendo o empregador comunicar sua decisão ao **SINDGEL-CE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A conferência dos valores em caixa será realizada na presença do operador responsável e, quando for impedido pelo empregador de acompanhar a conferência, ficará isento de qualquer responsabilidade por eventuais erros verificados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O benefício contido nesta cláusula, em relação aos empregados e empregadores:

I - Tem natureza salarial, e se incorpora a remuneração do benefício para quaisquer efeitos;

II - Constitui base de incidência de contribuição previdenciária, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e/ou tributação de qualquer espécie;

III - É considerado para efeito de pagamento de Gratificação de Natal, e qualquer outro título ou verba trabalhista decorrente do contrato de trabalho, mesmo para efeitos de rescisão contratual;

IV - Sua duração está limitada ao prazo de vigência desta Convenção Coletiva.

Outras Gratificações

CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO PRÉ-APOSENTADORIA

Desde que conte com mais de 10 (dez) anos de serviço para o mesmo empregador, o empregado que se aposentar receberá deste a importância de **01 (um) piso salarial da categoria** no instante do seu desligamento da empresa, **demitido sem justa causa ou a pedido**, independente da data de aposentadoria, a título de gratificação, no valor especificado na cláusula 3ª da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA OITAVA - HORAS-EXTRAS

As horas-extras serão pagas com adicional de **55% (cinquenta e cinco por cento)** sobre a hora normal e com adicional de **100% (cem por cento)** sobre a hora normal em domingos, feriados e em dias que a empresa não tenha o seu funcionamento normal.

Parágrafo Único – Quando se tratar de dias em que a empresa não tenha o seu funcionamento normal ou em dias de domingos e feriados, a empresa deverá pagar as horas extras com adicional de 100% do valor normal.

Adicional Noturno

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno, em conformidade com o Art. 73 e parágrafos da CLT, e, para este efeito, sua remuneração terá **acréscimo de 30% (trinta por cento)** sobre o valor da hora diurna.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE ESTÍMULO

O empregado que for indicado pelo empregador para participar de cursos de aperfeiçoamento técnico profissional fornecidos pelo SENAI, SENAC, SENAT, Sebrae, SINDGEL-CE, Sincopeças/CE, Assopeças/CE ou quaisquer outros organismos oficialmente reconhecidos, com carga horária mínima de **60 (sessenta) horas/aula** e custeado pelo empregador, fará jus ao adicional de estímulo, de forma não cumulativa, no valor de **5% (cinco por cento)** sobre o **salário recebido**, por um período de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A quantidade de horas/aula de que trata o *caput* da presente cláusula poderá ser o somatório das horas/aula de até 03 (três) cursos, ficando habilitado ao benefício o trabalhador a partir do momento em que atingir a quantidade mínima de **60 (sessenta) horas/aula**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o empregado seja demitido por justa causa, abandone o

emprego ou peça demissão no período de 12 (doze) meses em que esteja recebendo o benefício, deverá indenizar o empregador no valor correspondente ao investimento aplicado no(s) curso(s).

Comissões

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMISSÕES

Será concedida uma complementação salarial ao trabalhador, caso sua remuneração referente as comissões não atinjam o valor do piso salarial estabelecido na cláusula 3ª desta Convenção Coletiva de Trabalho. As comissões serão calculadas sobre o valor total das vendas a vista e a prazo, fazendo jus ao repouso semanal remunerado calculado sobre o total das vendas no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cálculo de todos os direitos do empregado comissionista levará em conta a média das comissões dos últimos **12 (doze) meses** que antecedem ao pagamento do benefício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado o pagamento de adicional de **55% (cinquenta e cinco por cento)** pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor das comissões referentes a essas horas, conforme disposto no enunciado 340 do TST.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não poderá ser descontada a falta do empregado comissionista na parte relativa as comissões, ficando, entretanto, facultado o desconto do seu repouso semanal remunerado.

PARÁGRAFO QUARTO - O empregado comissionista fica isento de qualquer responsabilidade pela inadimplência nas vendas a prazo, desde que estas tenham sido efetuadas no estrito cumprimento das normas da empresa.

PARÁGRAFO QUINTO - Todos os comissionados terão direito ao pagamento de repouso semanal remunerado (domingos, feriados, faltas justificadas e dias em que estiver compensado), com base na média das comissões percebidas no cumprimento integral da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO SEXTO - Aos empregados remunerados exclusivamente na base de comissões sobre vendas (vendedores comissionistas), fica assegurado uma remuneração mínima correspondente ao Piso Salarial da categoria aos que cumprirem a jornada de trabalho integral de acordo com o contrato, podendo ser descontadas as faltas não justificadas. As comissões de vendas a prazo serão apuradas e pagas até o 5º dia do mês subsequente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não haverá redução na comissão dos vendedores previamente



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

estabelecida em Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - As empresas deverão anotar através do registro eletrônico a função efetivamente exercida, o salário, bem como os percentuais de comissões que o empregado fizer-jus.

PARÁGRAFO NONO - O empregado somente receberá sua comissão, desde que tenha cumprido com as normas e resoluções da empresa.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Aos comissionados deverá ser emitido um relatório contendo todas as suas vendas (a vista e a prazo), ocorrida no mês trabalhado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os cálculos de férias, aviso prévio, 13º salário e cálculos rescisórios tomarão por base a média de toda a remuneração auferida nos últimos 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Para a integração das comissões no cálculo do 13º salário, será adotada a média comissional de janeiro a dezembro, podendo a parcela do 13º salário, correspondente às comissões de dezembro, ser paga até o 5º (quinto) dia útil de janeiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Para o cálculo do 13º salário deverá ser considerada a média das remunerações dos meses efetivamente trabalhados no ano.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As empresas não poderão utilizar no serviço de cobrança em geral, os funcionários, sem que estes tenham sido admitidos em Contrato de Trabalho com esta finalidade (exceto quando o mesmo receber comissão pela cobrança), com exceção, os vendedores, motoristas e entregadores, desde que esteja em sua rota.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O cálculo da hora-extra do empregado comissionista tomará por base o valor total das comissões auferidas no mês, dividido pelo número de horas efetivamente trabalhadas, acrescentando-se ao valor-hora o adicional de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em caráter **facultativo**, as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho **implantarão a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) individualmente**,



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

consoante a Lei 10.101/2000 em vigor e, particularmente, a norma do Inciso XI, do Art. 7º da Constituição Federal de 1988. A PLR é desvinculada da remuneração, portanto não tem natureza salarial. Como sugestão, disponibilizamos o **ANEXO I** desta Convenção como padrão, bastando para tanto realizar os pagamentos nas datas previstas.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REFEIÇÃO E/OU VALE-REFEIÇÃO

As empresas fornecerão refeição e/ou vale-refeição a todos os empregados referente a todos os dias trabalhados com jornada de 08 (oito) horas no valor mínimo de **R\$ 13,77 (Treze reais e setenta e sete centavos)**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas poderão descontar do salário do empregado sobre o benefício **até o limite de 10% (dez por cento)** do custo total mensal da refeição fornecida ou ainda a condição atualmente praticada, utilizando-se o parâmetro mais vantajoso para o empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O benefício de alimentação, quando oferecido pelas empresas, deverá ser concedido nos termos do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, instituído pela Lei Federal Nº 6.321/1976 e regulamentada pelo Decreto Nº 05, de 14/01/91.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas que já fornecem refeição em condições mais favoráveis ao trabalhador do que as descritas nesta cláusula manterão o benefício, sendo facultada a concessão cumulativamente com qualquer outro previsto no PAT.

PARÁGRAFO QUARTO - O benefício contido nesta cláusula, em relação aos empregados e empregadores:

I - Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do benefício para quaisquer efeitos;

II - Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e/ou tributação de qualquer espécie;

III - Não é considerado para efeito de pagamento de Gratificação de Natal, nem qualquer outro título ou verba trabalhista decorrente do contrato de trabalho, nem mesmo para efeitos de rescisão contratual;



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

IV - Sua duração está limitada ao prazo de vigência desta Convenção Coletiva.

PARÁGRAFO QUINTO - As empresas abrangidas pela presente CCT poderão reduzir do valor do vale refeição ou vale alimentação a quantia de R\$ 1,25 (Um real e vinte e cinco centavos) por dia útil de trabalho revertido para o custeio do PST (Projeto Saúde do Trabalhador), previsto na cláusula 15ª.

PARÁGRAFO SEXTO - O Sindgel-Ce e Sincopeças-Ce poderão celebrar contrato de parceria com empresas fornecedoras de ticket alimentação/refeição, tendo em vista a grande massa de trabalhadores e empregadores, representada pelos sindicatos da categoria para favorecer ganhos mínimos para as empresas, sendo facultativo as empresas celebrarem contrato com fornecedores parceiros, tais como:

- 1- Taxa zero para todos os cartões;
- 2- Garantir os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), criado pela Lei 6.321/1976, regulamentado pelo Decreto nº 05/1991;
- 3- Isenção de imposto de renda de até 4% para empresas de lucro real e que estejam cadastradas no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador);
- 4- Criação de grupos empresariais de negociação, mesmo sem ser do mesmo grupo societário, contanto que todas as empresas entrem no mesmo contrato de uma só vez;
- 5- Conquista de desconto para grupos de empresas acima de 100 empregados.

PARÁGRAFO SÉTIMO – SERÁ ASSEGURADO AOS EMPREGADOS QUE ESTIVEREM DE ATESTADO MÉDICO E/OU LICENÇA MÉDICA O DISPOSTO NO CAPUT DA PRESENTE CLÁUSULA POR UM PERÍODO DE ATÉ 180 (CENTO E OITENTA DIAS).

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE-TRANSPORTE OU CUSTEIO DO TRANSPORTE

O Vale-Transporte fornecido pelo empregador deverá ser utilizado exclusivamente pelo empregado em seus deslocamentos casa/trabalho/casa, não podendo ceder para terceiros nem comercializá-lo, sob pena de enquadramento como falta grave.



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas poderão fornecer os valores em moeda corrente com a finalidade de custeio da passagem ou vale-combustível.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O empregado deverá através do Termo de Solicitação do Vale Transporte realizar a renúncia do mesmo e requisitar o pagamento em espécie do valor equivalente ao vale transporte, nos termos do parágrafo único do Art. 4º da Lei 7.418/1985.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas que fornecerem os valores em moeda corrente ou vale-combustível ficam desobrigadas do pagamento dos valores referente ao vale transporte.

PARÁGRAFO QUARTO - O benefício contido nesta cláusula, em relação aos empregados e empregadores:

I - Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do benefício para quaisquer efeitos;

II - Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e/ou tributação de qualquer espécie;

III - Não é considerado para efeito de pagamento de Gratificação de Natal, nem qualquer outro título ou verba trabalhista decorrente do contrato de trabalho, nem mesmo para efeitos de rescisão contratual;

IV - Sua duração está limitada ao prazo de vigência desta Convenção Coletiva.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PROJETO SAÚDE DO TRABALHADOR

As empresas abrangidas pela presente CCT pagarão mensalmente por cada empregado ao sindicato laboral para custeio do **Projeto Saúde do Trabalhador** a importância de, **R\$ 27,50 (Vinte e sete reais e cinquenta centavos)** a partir do mês de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento referente ao caput deverá ser feito até o dia **10 (dez) de cada mês** através de boleto bancário gerado no site do sindicato laboral que servirá para o custeio da assistência odontológica e de saúde disponibilizadas através do convênio firmado pelo Sindgel-Ce e as empresas contratadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Projeto Saúde do Trabalhador será prestado sem qualquer custo adicional para o trabalhador titular, porém os serviços do mesmo serão oferecidos aos dependentes dos titulares **com pagamento de taxas de serviços pagas no ato dos atendimentos, com tabela de preços diferenciadas no mercado, as quais estarão disponíveis no site e aplicativo do Sindgel-CE**, e consiste na:

a) Assistência odontológica com os serviços de:

- 1) Limpeza**
- 2) Extração**
- 3) Obturação**
- 4) Canal**

b) Assistência de saúde com os serviços de consultas médicas nas especialidades de:

- 1) Clínica Geral**
- 2) Ginecologia com exame preventivo Papanicolau**
- 3) Cardiologia**
- 4) Endocrinologia**
- 5) Oftalmologia**
- 6) Psiquiatria**
- 7) Urologia + Exame de sangue (PSA)**
- 8) Dermatologia**
- 9) Pediatria (PARA DEPENDENTES)**
- 10) Ortopedia**
- 11) Otorrinolaringologia**
- 12) Reumatologia**

13) Neurologia

14) Gastroenterologia

15) Pneumologia

16) Proctologia

17) Nutrição (50% PARA EMPREGADO)

18) Psicologia (50% PARA EMPREGADO)

PARÁGRAFO TERCEIRO - O benefício contido nesta cláusula, em relação aos empregados e empregadores:

I - Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do benefício para quaisquer efeitos;

II - Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e/ou tributação de qualquer espécie;

III - Não é considerado para efeito de pagamento de Gratificação de Natal, nem qualquer outro título ou verba trabalhista decorrente do contrato de trabalho, nem mesmo para efeitos de rescisão contratual;

IV - Sua duração está limitada ao prazo de vigência desta Convenção Coletiva.

PARÁGRAFO QUARTO - As empresas que disponibilizam e custeiam igual ou mais de **50% (Cinquenta por Cento)** do plano de saúde aos seus empregados(as), ficam dispensadas do pagamento do valor acima, desde que **declarem e apresentem os contratos com as empresas prestadoras desses serviços, junto ao Sindicato Laboral com o referido custeio de tal plano**, mesmo que o plano oferecido tenha o sistema de co-participação e não inclua odontologia, ***não podendo os empregados e os seus dependentes destas empresas utilizarem da assistência à saúde do Projeto Saúde do trabalhador oferecida pelo Sindicato Laboral.***

PARÁGRAFO QUINTO - O valor do "Projeto Saúde do Trabalhador" será automaticamente reajustado no dia **1º de janeiro de 2023**, pelo índice de reajuste da CCT 2023 e permanecerá até o término do prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO SEXTO - Quaisquer outras especialidades médicas e/ou outros serviços



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

médicos, odontológicos e/ou de saúde, não especificadas no **PARÁGRAFO SEGUNDO** desta **Cláusula**, serão custeados pelo titular e seus dependentes mediante o pagamento de taxas de serviços no ato dos atendimentos, com tabela de preços diferenciadas no mercado.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A(s) empresa(s) que tiver(e)m empregado(s) que pague(m) seu(s) plano(s) de saúde seja ele titular ou beneficiário e que o(s) mesmo(s) não queira(m) pagar o Projeto Saúde do Trabalhador, deverá(rão) encaminhar o(s) contrato(s) do(s) mesmo(s) com a(s) companhia(s) de Seguro ou de Planos de Saúde e ficará(rão) desobrigada(s) ao pagamento especificado no *caput* da presente cláusula, *não podendo os empregados e os seus dependentes destas empresas utilizarem da assistência à saúde do Projeto Saúde do trabalhador oferecida pelo Sindicato Laboral.*

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO-DOENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO E PARA EMPREGADO APOSENTADO

A partir do 16º (décimo sexto) dia de licença médica em função de acidente de trabalho devidamente comunicado ao INSS **E PARA OS EMPREGADOS APOSENTADOS**, os empregadores pagarão por um período de 60 (sessenta) dias o valor correspondente a **01 (um) piso salarial do empregado acidentado OU PARA O EMPREGADO APOSENTADO por cada mês correspondente**, a título de complementação do auxílio-doença ou quando for constatado pelo perito do INSS se tratar de doença causada por acidente de trabalho.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, os empregadores pagarão aos dependentes deste, juntamente com o saldo de salário e demais direitos rescisórios, **01 (um) piso salarial**, a título de auxílio funeral, de acordo com a quantidade de empregados estabelecida na cláusula 3ª desta Convenção.



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

PARÁGRAFO ÚNICO - O auxílio a que se refere o *caput* pode ser antecipado para a data do falecimento/enterro do empregado.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO CRECHE

Em cumprimento aos termos da Portaria Nº 3.296 de 03/09/1986 do TEM, as empresas cumprirão a obrigação mediante a concessão do abono por cada filho recém-nascido de seu empregado e de sua empregada para fazer face às despesas que a mesma venha a suportar com a guarda do filho, da seguinte forma:

- a) R\$ 203,96 (Duzentos e três reais e noventa e seis centavos)** para empregados e empregadas de empresas até 50 (cinquenta) empregados;
- b) R\$ 238,92 (Duzentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos)** para empregados e empregadas de empresas acima de 50 (cinquenta) empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A concessão do abono terá a duração de 06 (seis) meses, iniciando-se após o término da Licença-Maternidade ou Licença-Paternidade, ficando pactuado que sobre o benefício objeto da presente cláusula não incorrerá qualquer espécie de encargo e/ou desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando o beneficiário ou a beneficiária for demitida, receberá indenização dos meses a que tem direito.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O sindicato dará ciência aos empregados e empregadas da existência deste benefício e dos procedimentos necessários para sua utilização, com fixação de avisos em locais visíveis e de fácil acesso para os empregados.

PARÁGRAFO QUARTO – Para empresas do mesmo grupo empresarial, prevalece a soma total dos empregados para obtenção do referido benefício.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SEGURO DE VIDA, ASSISTÊNCIA FUNERÁRIA E AUXÍLIO RESCISÃO

As empresas abrangidas pela presente CCT ficam **obrigadas** a custear os serviços de Seguro de Vida em Grupo, Assistência Funerária e Auxílio Rescisão de Contrato por morte ou invalidez aos seus empregados, **LIMITADA À IDADE MÁXIMA DE 70 (SETENTA) ANOS E A IDADE MÍNIMA DE 14 (CATORZE) ANOS** e que o **SEGURADO NÃO TENHA SE APOSENTADO POR INVALIDEZ**, no valor **INDIVIDUAL** por empregado de **R\$ 9,32 (Nove reais e trinta e dois centavos)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas recolherão aos cofres do SINDGEL-CE a quantia especificada no *caput* por cada empregado até o **10º (décimo) dia do mês em curso** para custeio dos serviços de Seguro de Vida em Grupo, Assistência Funerária e Auxílio Rescisão de Contrato por morte ou invalidez.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços previstos no parágrafo anterior serão prestados durante os 30 (trinta) dias que sucederem o referido pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas fornecerão a relação dos empregados com a finalidade da implantação do benefício junto a companhia seguradora.

PARÁGRAFO QUARTO – O não recolhimento do pagamento previsto no *caput* desta cláusula até o dia do seu vencimento implica na **aplicação da multa por descumprimento da presente CCT, prevista na cláusula 52ª**.

PARÁGRAFO QUINTO – Os serviços de Seguro de Vida em Grupo, Assistência Funerária e Auxílio Rescisão Contratual por morte ou invalidez serão prestados pelo SINDGEL-CE mediante contratação de empresas para os fins dispostos no *caput* da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO – O Seguro de Vida em Grupo garante o pagamento de valores ao segurado e seus beneficiários, limitado ao valor do capital segurado contratado.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Garantias do Seguro:

a) Morte: garante ao(s) beneficiário(s) do seguro o pagamento de uma quantia segura em consequência da morte do segurado, seja natural ou acidental, no valor de **R\$ 11.016,00 (Onze mil e dezesseis reais)**;

b) Invalidez permanente, total ou parcial por acidente (IPA): garante ao próprio segurado o pagamento de uma indenização (conforme tabela da SUSEP) no valor de até 100% (cem por cento) do capital segurado da cobertura de morte, caso o segurado venha a ficar totalmente inválido em consequência direta de acidente.

c) Será considerado permanentemente inválido o segurado cuja reabilitação ou recuperação não seja possível pelos meios terapêuticos disponíveis no momento da constatação da invalidez.

PARÁGRAFO OITAVO – O funeral compreende as providências dos serviços funerários com o sepultamento, realizado através da prestação de serviço da funerária contratada ou com o ressarcimento das despesas efetuadas através de documentação comprobatória de **até o valor máximo de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)** com a composição dos Serviços Funerários: urna, carro funerário, Registro de Óbito, taxa de sepultamento ou cremação, paramentos, velas, véu, coroa de flores, locação de jazigo por 12 (doze) meses, Tanatopraxia e traslado do corpo.

PARÁGRAFO NONO – Os empregados poderão custear os serviços para seus dependentes e, para tanto, preencherão e assinarão o termo de opção, autorizando os descontos em suas folhas de pagamento no mesmo valor previsto no parágrafo 1º por cada dependente.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os dependentes compreendem os parentes tipo: esposo(a), filho(a), ou qualquer um outro legalmente declarado pelo empregado, **LIMITADA À IDADE MÁXIMA DE 70 (SETENTA) ANOS E A IDADE MÍNIMA DE 14 (ATORZE) ANOS** e que o **SEGURADO E DEPENDENTE NÃO TENHA SE APOSENTADO POR INVALIDEZ**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As empresas descontarão os valores devidos referentes aos dependentes dos empregados e recolherão aos cofres do SINDGEL-CE, encaminhando as fichas para a emissão da carteira digital. A partir daí, os dependentes passarão a gozar dos mesmos benefícios, com as mesmas condições dos empregados titulares.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os usuários ou beneficiários quando forem utilizar os serviços do Seguro de Vida, deverão consultar o site www.sindgelce.org.br ou através do aplicativo do Sindgel-CE **OU DIRETAMENTE NO TELEFONE DA SEGURADORA 0800 770 4369, opção 1** e devem apresentar os seguintes documentos: CPF, RG, comprovante de residência, certidão de óbito (cópia autenticada).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O Auxílio Rescisão de Contrato por morte ou invalidez consiste no pagamento no valor de 20% sobre o valor recebido pelo beneficiário do Seguro.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O valor do Auxílio Rescisão de Contrato por morte ou invalidez, será pago a empresa a qual o segurado era empregado no momento do sinistro, com a finalidade de ajuda e custeio com as referidas despesas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os usuários ou beneficiários quando forem solicitar a indenização do serviço de Seguro de Vida em Grupo deverão se dirigir ao SINDGEL-CE, com a documentação comprobatória, a saber:

1. Morte Acidental:

- a) Aviso de Sinistro;
- b) Cópia da Certidão de Óbito;
- c) Cópia do Boletim de Ocorrência;
- d) Cópia do laudo da necropsia;
- e) Cópia do inquérito policial;
- f) Cópia do RG/CPF ou CNH do segurado;
- g) Comprovante de pagamento do seguro (contra cheque) do último mês, anterior ao sinistro;
- h) Cópia da Certidão de Casamento averbada, expedida após óbito, caso o sinistrado deixe cônjuge, ou Declaração de União Marital lavrada em Cartório, com testemunhas;
- i) Declaração de herdeiros legais, se for o caso;
- j) Documentos pessoais dos beneficiários (CPF, RG, comprovante de residência nominal);
- k) Formulário de autorização de pagamento para cada beneficiário.

2. Morte Natural:

- a) Cópia da Certidão de Óbito;
- b) Cópia da Certidão de Casamento atualizada expedida após óbito ou Declaração de União Estável;
- c) Cópias do CPF e RG do sinistrado;
- d) Declaração de herdeiros legais;
- e) Documentos pessoais dos beneficiários (CPF, RG, comprovante de residência nominal). No caso de crianças como beneficiários, preencher o Formulário Pátrio Poder;
- f) Autorização para pagamento nominal ao beneficiário;
- g) Aviso de Sinistro.

3. Funeral Ressarcimento:

- a) Notas fiscais discriminando itens e valores gastos;
- b) RG/CPF do responsável pelo pagamento;
- c) Comprovante de residência do responsável pelo pagamento;
- d) Formulário de autorização de pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A continuidade desta prestação de serviços estará sujeita à eficácia da mesma, obedecendo aos seguintes critérios:

- 1. As entidades convenientes indicarão 02 (dois) membros por entidade para compor uma comissão de acompanhamento e avaliação desta prestação de serviços, bem como a análise de valores praticados;
- 2. Esta comissão, após avaliação, emitirá relatório com a finalidade de aprovar ou desaprovar esta prestação de serviços;
- 3. Caso o relatório seja pela desaprovação desta prestação de serviços, as entidades convenientes se comprometem a analisar o relatório, corrigir falhas e até se for o caso, revogar a presente cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – As empresas deverão efetuar os pagamentos referentes ao *caput*, conforme descrição abaixo:

- a) Até 02 (dois) empregados – anual;
- b) De 03 (três) a 06 (seis) empregados – semestral;
- c) Acima de 06 (seis) empregados – mensal.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Caso o empregado seja demitido, os valores pagos e não utilizados serão restituídos. A restituição será requerida logo após o desligamento do trabalhador. Para tanto, a empresa deverá apresentar o documento de desligamento do mesmo.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Além da Relação de Empregados prevista na cláusula 41ª, as empresas obrigam-se a encaminhar ao SINDGEL-CE a relação de admissões e demissões realizadas no mês em curso para fins de comprovação junto à seguradora e para garantir o benefício aos empregados admitidos e o não pagamento referente aos demitidos.



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – No mês subsequente ao pagamento, a seguradora disponibilizará o certificado do segurado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – As empresas que já tenham, na data da vigência da presente CCT, o benefício de Seguro de Vida em Grupo e/ou Auxílio Funeral para os seus empregados em melhores condições de assistência e que queiram substituí-lo pelo negociado pelo SINDGEL-CE, deverão solicitar a mediação do sindicato laboral para realização de Acordo Coletivo de Trabalho, para que sejam especificadas estas garantias oferecidas.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – O benefício contido nesta cláusula, em relação aos empregados e empregadores:

I – Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do benefício para quaisquer efeitos;

II – Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e/ou tributação de qualquer espécie;

III – Não é considerado para efeito de pagamento de Gratificação de Natal, nem qualquer outro título ou verba trabalhista decorrente do contrato de trabalho, nem mesmo para efeitos de rescisão contratual;

IV – Sua duração está limitada ao prazo de vigência desta Convenção Coletiva.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – Os empregados obrigam-se a preencher e assinar a Declaração de Beneficiário conforme modelo fornecido pela Seguradora.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – As empresas facilitarão o acesso dos Representantes do Sindgel-CE, na tarefa de recolhimento das Declarações de que trata o parágrafo anterior e para aqueles empregados que exerçam atividades fora do domicílio da mesma, deverão preencher, assinar e entregar nos locais de trabalho e as Empresas ficarão responsável pelo o envio ou comunicar a coleta dos formulários e entregarão mediante contra recibo.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ASSISTÊNCIA MÉDICA E JURÍDICA AOS VIGIAS E GUARDAS NOTURNOS



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

As empresas obrigam-se a prestar assistência jurídica aos seus empregados guardas noturnos e vigias quando os mesmos, no exercício de suas funções, agindo em defesa dos legítimos interesses dos direitos dos empregadores no recinto da empresa, incidirem em prática de atos que os levem a responder por ação penal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de o empregado sofrer danos em sua saúde no exercício de suas funções, defendendo o patrimônio da empresa, terá direito a um auxílio-saúde, cuja prestação única limitada ao montante equivalente ao seu salário mensal não será superior aos gastos efetivamente realizados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ficam dispensadas da obrigação do parágrafo anterior, no que diz respeito à assistência médica hospitalar, as empresas que tenham este tipo de atendimento/serviço para seus empregados.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CARTA DE REFERÊNCIA

As empresas se obrigam, por ocasião da rescisão de contrato de seus empregados, a fornecerem uma carta de referência, exceto se o empregado for demitido por justa causa ou quando o funcionário tiver cometido alguma infração e que por este motivo tenha sido punido, sendo advertência e/ou suspensão, por escrito constando tempo de serviço, funções desempenhadas e salário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – CONTROLE DE DEMISSÃO

As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho ficam **obrigadas** a realizar o comunicado de dispensa do empregado aos órgãos competentes, efetuar o pagamento das verbas rescisórias e comparecer, juntamente com o trabalhador, ao SINDGEL-CE para homologar o Termo de Rescisão do contrato de trabalho nos prazos abaixo estipulados:

a) 10 dias após o comunicado de dispensa, no caso de aviso prévio indenizado;

b) 10 dias após o término do aviso prévio quando for trabalhado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando o aviso prévio terminar nos dias feriados ou finais de semana, os prazos serão antecipados para o último dia útil do aviso prévio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A obrigação prevista no *caput* da presente cláusula só será exigida quando a distância do local da empresa e o local disponibilizado pelo Sindgel-Ce para realizar as homologações dos TRCT's não ultrapassar os 50 (Cinquenta) km (Quilômetros).

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas localizadas com uma distância superior a 50 (Cinquenta) Km (Quilômetros) dos locais disponibilizados pelo Sindgel-Ce, farão as homologações através do serviço Online disponibilizado pelo sindicato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO

Ficam as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, **obrigadas** a conduzirem seus empregados a partir de qualquer tempo de contratação que forem associados ao Sindgel-CE e a partir 12º (décimo segundo) mês de tempo de serviço comprovado, quer seja tempo de serviço trabalhado ou tempo de efetivo serviço ou projetado, que não forem associados ao SINDGEL-CE, com a finalidade de realizarem as homologações dos Termos de Rescisões de Contratos de Trabalho. Nas rescisões do contrato de trabalho, o empregador fica obrigado a cumprir os prazos estipulados na cláusula 22ª desta CCT, sob pena de pagar multa estabelecida na cláusula 52ª, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a) recusar-se o empregado a assinar a comunicação prévia da data, hora e local da homologação;
- b) assinando, deixar de comparecer ao ato;
- c) comparecendo, suscitar dúvidas que impeçam a sua realização, hipótese em que a empresa reapresentará os novos cálculos, se for o caso, no dia útil imediato ou outro que venha ser combinado;
- d) em outros casos, quando comprovadamente não existir culpa da empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em ocorrendo quaisquer motivos apresentados nas alíneas da cláusula anterior, o sindicato profissional, quando for o caso, se compromete a atestar a presença da empresa para cumprimento do ato, desde que a empresa apresente documento hábil demonstrando que o empregado foi devidamente notificado do dia, hora e local em que se processaria a homologação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Por ocasião da homologação das rescisões de contrato de trabalho, deverá a empresa exibir o extrato da conta vinculada do empregado no FGTS para fins rescisórios

e guias de recolhimento dos meses que não constem do extrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas abrangidas pela presente CCT, ficam obrigadas a apresentar carta de preposto e RG do representante da empresa, quando não for possível a presença do mesmo, para a realização das homologações dos TRCTs.

PARÁGRAFO QUARTO - Os pagamentos das verbas indenizatórias dos TRCTs, deverão ser efetuados em espécie (dinheiro), cheque administrativo ou nominal e endereçado ao trabalhador com observação para pagamento das verbas rescisórias ou crédito na conta do empregado, com a apresentação do comprovante.

PARÁGRAFO QUINTO - As empresas se dirigirão ao SINDGEL-CE e agendarão as homologações e nesta ocasião será emitido um comunicado com local e horário para comparecimento, o qual será entregue pela empresa ao empregado demitido. E ainda as empresas poderão marcar atendimento on-line, o qual será homologado de forma on-line o TRCT.

PARÁGRAFO SEXTO - Quando o pagamento for efetuado em cheque nominal, os documentos referentes aos TRCTs ficarão retidos no SINDGEL-CE por um prazo de 03 (três) dias úteis para que seja liquidado o cheque, ficando após esse prazo os documentos à disposição dos interessados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Além das exigências anteriores, as empresas deverão apresentar a documentação abaixo:

- 1 - 05 (cinco) vias do termo de rescisão do contrato de trabalho;
- 2 - 02 (duas) vias do aviso prévio assinado pela empresa e pelo empregado;
- 3 - CTPS atualizada ou registro eletrônico dado baixa;
- 4 - Atestado de saúde ocupacional demissional;
- 5 - Extrato de FGTS para fins rescisórios;
- 6 - Demonstrativo do trabalhador de recolhimento do FGTS;
- 7 - Guia e comprovante de pagamento da multa rescisória;
- 8 - Chave de identificação do trabalhador;
- 9 - Cópia do cheque nominal ou comprovante de depósito de pagamento do termo rescisório



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

(quando o pagamento for efetuado em cheque ou depósito em conta);

10 - Carta de referência;

11 - Formulário do Seguro Desemprego;

12 - Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP;

13 - Carta de Preposto e Contrato Social da Empresa;

14 - RG do preposto ou do empregador;

15 - 12 (doze) últimos contra-cheques dos trabalhadores que trabalham com comissão e/ou planilha de cálculo referente aos últimos 12 (doze) meses demonstrando os valores recebidos;

16 - Comprovante de pagamento do FGTS do mês anterior à rescisão com GEFIP;

17 - Comprovações de pagamento do Seguro de Vida em Grupo, Assistência Funerária e Cartão de Benefícios e Auxílio Demissão por morte ou Invalidez;

18 - Cópias das GEFIP dos anos de 2020 e 2021 referente ao mês de Março de cada ano;

19 - Documentos que comprovem a comunicação aos órgãos competentes da extinção do contrato de trabalho;

20 - Cópia do Certificado de Adesão ao REPIS;

21 – Cópia do comprovante de pagamento, previsto no Parágrafo Oitavo desta CCT, quando a Homologação for realizado pelo sistema remoto, online, vídeo conferência, ou qualquer outro meio que não seja presencial.

PARÁGRAFO OITAVO - As empresas agendarão a homologação e será emitido o boleto para pagamento, que deverá ser pago com 48 horas de antecedência ao dia agendado no caso de homologação on-line, remota ou por videoconferência ou no momento da homologação, quando for de forma presencial, no valor de **R\$ 60,58 (Sessenta reais e cinquenta e oito centavos) para todas empresas, independente do porte e enquadramento de REPIS, para homologação de rescisão de contrato de trabalho de seus empregados não associados ao Sindgel-CE.**

PARÁGRAFO NONO – Para empregados associados ao Sindgel-CE, essa prestação de serviços será gratuita, desde que o mesmo tenha um período de carência de 6 meses de associado.



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

Suspensão do Contrato de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

O empregado que pedir demissão fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovada a obtenção de um novo emprego, desde que avise à empresa com antecedência mínima de 10 dias da sua saída, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A dispensa do aviso ou de sua indenização só se aplicará quando a quantidade de empregados que ocupam a mesma função e que ficarem na empresa seja igual ou superior ao total de empregados que pediram demissão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A comprovação de que trata o *caput* da presente cláusula deverá ser feita através da apresentação de uma cópia autenticada do novo contrato de trabalho ou cópia de uma declaração com firma reconhecida da empresa emitente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No início do período do aviso prévio, o empregado poderá optar pela redução de 02 (duas) horas no início ou no final da jornada de trabalho, desde que não prejudique o bom andamento das atividades da empresa.

Relações de Trabalho - Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Fica garantida a estabilidade da gestante na forma da Lei, desde a concepção até 45 (quarenta e cinco) dias após a Licença-Maternidade, sendo orientado que a empresa procure, verificando a necessidade de saúde, transferi-la para outro setor.

Estabilidade Aposentadoria



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Fica proibida a dispensa por qualquer motivo do empregado, salvo culpa do mesmo, ou seja, demissão por justa causa, nos 12 (doze) meses anteriores à implementação dos requisitos para usufruir a modalidade ordinária de aposentadoria do INSS que primeiro for alcançada, quer seja por tempo integral ou proporcional de serviço, quer seja por idade.

PARÁGRAFO ÚNICO - O empregado goza de estabilidade no emprego nestas condições e durante o período referido no *caput* da presente cláusula.

Jornada de Trabalho - Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS

Convencionam-se as partes que, na observância fiel e rigorosa do que disciplina o parágrafo 2º do Art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho e na consonância do disposto pela Lei Nº 9.601 de 21/08/1998, as empresas do comércio de peças e serviços para veículos automotores e ciclomotores e refrigeração do Estado do Ceará que quiserem utilizar o sistema de Banco de Horas ficam **obrigadas** a adotar o sistema de compensação de horas excedentes da jornada normal de trabalho, efetuada por cada trabalhador no exercício de suas funções, desde que sejam obedecidos os seguintes critérios e limites:

- a)** A compensação através de concessão de folgas dos trabalhadores dar-se-á considerando, para cada hora trabalhada em excesso, uma hora e meia de folga.
- b)** 120 (cento e vinte) dias para apuração das horas em excesso que forem trabalhadas no período, dando-se a compensação mediante concessão de folgas, impreterivelmente, nos 30 (trinta) dias subsequentes.
- c)** Na impossibilidade das empresas em cumprirem os prazos acima estabelecidos e a compensação através de folga, obrigam-se ao pagamento das horas trabalhadas, acrescidas do percentual de 55% (cinquenta e cinco por cento) da hora normal para as horas extraordinárias.
- d)** Adoção de mecanismo de controle e fiscalização que permita mensalmente o acompanhamento individual do trabalhador e do sindicato profissional.



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

- e)** As empresas ficam autorizadas, nos termos em que preceitua o Art. 71 da CLT, a ampliarem o intervalo intrajornada para o máximo de 3 (três) horas.
- f)** O Banco de Horas só será utilizado nos dias normais de funcionamento da empresa.
- g)** As empresas ficam obrigadas a conceder folgas aos seus empregados, mesmo que os mesmos não tenham saldo positivo de horas, ficando o empregador responsável pela apuração, nos moldes das letras b e c desta cláusula.
- h)** O limite de horas negativas será de 4 (quatro) horas/mês e caso haja necessidade de mais horas, estas serão solicitadas à diretoria da empresa, que analisará se concederá ou não. No caso da solicitação da liberação, esta será feita com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
- i)** As horas negativas não compensadas no período de apuração deverão ser zeradas.
- j)** No momento da demissão, caso exista saldo negativo, este será zerado, sem pagamento pelo trabalhador. Se houver saldo positivo, deverá ser quitado com o pagamento das horas extras em 55% (cinquenta e cinco por cento).
- k)** O limite máximo de horas trabalhadas fora da jornada de trabalho será de 2 (duas) horas.
- l) O Banco de Horas só terá validade quando for realizado Acordo Coletivo de Trabalho no SINDGEL-CE.**
- m)** As empresas elegerão uma Comissão de Empregados representantes para fiscalizar o cumprimento do Banco de Horas, composta de:
1. Empresas com até 20 (vinte) empregados: 01 (um) membro efetivo e 01 (um) suplente;
 2. Empresas com mais de 20 (vinte) e até 50 (cinquenta) empregados: 02 (dois) membros efetivos e 02 (dois) suplentes;
 3. Empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados: 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes.
- n)** O prazo de validade do Banco de Horas será de 120 (cento e vinte) dias. Depois de apurado e pago, poderá ser renovado a cada 120 (cento e vinte) dias, não podendo ultrapassar o dia 31 de dezembro de 2022.
- o)** Haverá exceção com relação aos guardas e vigias, que poderão ter jornada de trabalho de



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

12x36 (doze horas de trabalho com trinta e seis horas de descanso).

Férias e Licenças

Férias Coletivas

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RECESSO E FÉRIAS COLETIVAS DE 2022

Fica estabelecido entre as partes acordantes que **do dia 19 de dezembro de 2022 ao dia 03 de janeiro de 2023 não haverá expediente no SINCOPEÇAS-CE.**

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PCMSO E PPRA

PCMSO - As empresas abrangidas por esta CCT ficam obrigadas a elaborar e implementar o **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO**, conforme estabelece a Norma Regulamentadora NR 7 do Ministério do Trabalho conforme a Portaria GM Nº 3.214 de 08 de julho de 1978 e suas alterações e atualizações.

PPRA - As empresas abrangidas por esta CCT ficam obrigadas a elaborar e implementar o **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA**, conforme estabelece a Norma Regulamentadora NR 9 do Ministério do Trabalho conforme a Portaria GM Nº 3.214 de 08 de julho de 1978 e suas alterações e atualizações.

CIPA - composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO FUNCIONAMENTO DA CIPA

As empresas enquadradas na Norma Regulamentadora NR5 do Ministério do Trabalho conforme portaria GM Nº 3.214, de 08 de julho de 1978 e suas alterações e atualizações, obrigam-se a criar

e manter a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA e quando a empresa não se enquadrar no quadro I, designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos da NR, conforme item 5.6.4 da mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Sindicato Laboral deverá ser comunicado por escrito e contra recibo, dentro dos prazos estipulados na norma, desde do início do Processo Eleitoral. As empresas fora da Região Metropolitana de Fortaleza, farão o comunicado Via Postal com carta registrada com AR.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O sindicato profissional disponibilizará os cursos de CIPA nos locais de trabalho e na sede do sindicato para os membros Cipeiros e para os Designados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os custos com instrutores, apostilas, certificados e outros que por ventura aconteçam serão custeados pelas empresas, que deverão acordar com o sindicato profissional estes valores.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando for constatado um número igual ou superior a 30% (trinta por cento) de empregados associados ao SINDGEL-CE, a empresa terá um desconto de 10% (dez por cento) nestes custos.

Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PALESTRA SOBRE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

Os empregadores liberarão seus empregados 01 (uma) vez por ano para participarem de palestras sobre prevenção de acidentes patrocinadas pelo sindicato laboral, com duração de 01 (uma) hora.

PARÁGRAFO ÚNICO - A hora destinada às referidas palestras será a última do segundo expediente para os empregados já existentes na empresa e para os recém contratados será a última hora do primeiro expediente, e os dias serão comunicados à administração da empresa com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MEDICINA DO TRABALHO

As empresas custearão as despesas com consultas e exames médico: **Admissional, Periódico, de Mudança de Função, de Retorno ao Trabalho, Demissional e Validação de Atestado Médico** de seus empregados, nos termos do Art. 168 da CLT, conforme descrito abaixo:

- 1) As consultas e os exames serão realizados nas dependências do Sindgel-Ce por profissionais qualificados e ou empresa(s) contratada(s) e ou credenciada(s);
- 2) As empresas pagarão a quantia de **R\$ 3,19 (Três reais e dezenove centavos)** por cada empregado(s) que tiver Contrato(s) de Trabalho;
- 3) As empresas fornecerão a Gefip/Sefip antecipada para que sejam emitidos os referidos boletos de cobrança;
- 4) As empresas deverão efetuar os pagamentos referente ao item 2 (dois) desta cláusula concomitante ao seguro de Vida, conforme descrição abaixo:
 - a) **Até dois empregados - pagamento anual;**
 - b) **De três a seis empregados - pagamento semestral;**
 - c) **Acima de seis empregados - pagamento mensal.**
- 5) Caso o empregado seja demitido, os valores pagos como adiantamento e não utilizados, deverão ser restituídos. A restituição será requerida logo após o desligamento do trabalhador e para tanto, a empresa deverá apresentar o documento de desligamento do mesmo;
- 6) Além da Gefip/Sefip, estabelecida no item 3 (três) desta cláusula, as empresas obrigam-se a encaminhar ao Sindgel-Ce a relação de admissões e demissões realizadas no mês em curso para fins de comprovação;
- 7) Os benefícios desta cláusula concedidos pelas empresas não têm natureza salarial, não se incorpora a remuneração para quaisquer efeitos, não constituem base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS e nem configuram como rendimentos tributáveis ao trabalhador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA EMPREGADA GESTANTE

As empregadas no período de gestação, terão direito a 1/2 (meio) dia de folga remunerada por mês, sem prejuízo do salário correspondente, para a realização de exame médico pré-natal,

desde que a interessada comprove a finalidade da ausência com atestado médico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empregadas gestantes e lactantes deverão ser afastadas, sem prejuízo de sua remuneração, incluindo o valor do adicional de insalubridade, quando suas atividades forem exercidas em ambientes insalubres **em qualquer grau, independente de apresentação do atestado médico.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empregada lactante terá direito à redução de uma hora de trabalho diário durante 06 (seis) meses após o nascimento do filho.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ATESTADOS MÉDICOS

Os atestados médicos fornecidos por profissionais do sindicato dos empregados e/ou empresas e/ou profissionais credenciados com este, serão aceitos pelas empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva para todos os fins legais, ressalvado os casos em que esta mantenha convênio médico para seus empregados e dependentes legalmente declarados, quando somente serão aceitos os atestados emitidos pelos médicos por elas credenciados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os atestados médicos emitidos por profissionais outros que não sejam os especificados no *Caput* desta cláusula, poderão ser convalidados pelos profissionais e/ou empresa(s) contratada(s) pelo Sindgel-Ce e, caso seja necessário, e para tanto, o empregado deverá se dirigir até o Sindicato ou empresa contratada logo após receber tal atestado (no mesmo dia ou no próximo dia útil quando se tratar de dias de sábado, domingo e feriados), para fins de realizar uma consulta e validar o mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando o empregado fizer a entrega do atestado médico no setor competente da empresa, esta fornecer-lhe-á recibo do respectivo documento.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PRIMEIROS SOCORROS/VACINAÇÃO

Os empregadores manterão nos locais de trabalho, materiais indispensáveis aos primeiros socorros, os quais serão de uso gratuito por todos que deles necessitarem.



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As entidades convenientes poderão promover campanhas de vacinação antitetânica, H1N1 e Anticovid 19 para os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho nas cidades onde tiver delegacias ou departamentos do sindicato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas obrigam-se a exigir o comprovante de vacinação antitetânica, H1N1 e Anticovid 19 com 3 doses, com validade atualizada de seus empregados por ocasião da contratação e periodicamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas determinarão aos médicos do trabalho por elas contratados a prescrição da receita da vacinação antitetânica por ocasião dos ASO admissionais.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE SINDICAL

Os empregadores descontarão as mensalidades sindicais dos seus empregados associados ao Sindgel-CE, que autorizaram prévia, expressa e individual o referido desconto, o qual poderá ser feito de forma digital, conforme modelo de autorização no site: www.sindgelce.org.br ou no aplicativo do Sindgel-CE. O recolhimento se dará até o dia 10 (dez) do mês seguinte, através de depósito na Caixa Econômica Federal, Agência 2183 e Conta Corrente 4083-1, ou por meio de boleto bancário. No prazo de 03 (três) dias úteis. As empresas remeterão ao sindicato profissional a relação nominal com os descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da mensalidade sindical será de **R\$ 35,00 (Trinta e cinco Reais)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado ao(s) associado(s) e seu(s) dependente(s), todos os serviços de lazer oferecidos pelo **SINDGEL-CE**, sendo os demais serviços condicionados à aceitação das condições de pagamento pelo(s) mesmo(s).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os empregadores envidarão esforços e facilitarão o movimento de associação dos trabalhadores ao sindicato profissional.

PARÁGRAFO QUARTO - Fica assegurado ao(s) empregado(s) associado(s) o serviço de



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

Assistência Jurídica fornecido pelo Sindgel-Ce.

PARÁGRAFO QUINTO - Aos empregados associados afastados por mais de 15 (quinze) dias seja por licença auxílio-doença ou outros, o SINDGEL-CE efetuará a cobrança diretamente ao empregado afastado e seus dependentes, não tendo a empregadora qualquer responsabilidade de descontar mensal a taxa em folha de pagamento, ficando as empresas obrigadas a comunicar os afastamentos e os retornos ao Sindgel-CE.

PARÁGRAFO SEXTO - Os empregados associados ficam desobrigados ao pagamento da Taxa Negocial Assistencial Mensal prevista na cláusula 45ª.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS AS EMPRESAS

Os empregadores assegurarão o acesso dos dirigentes sindicais, devidamente identificados, às empresas no intervalo de alimentação e de descanso ou outro horário previamente autorizado para o desempenho de suas funções, vedada à divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva ao empregador.

PARÁGRAFO ÚNICO - Com o objetivo de incrementar a sindicalização dos trabalhadores, as empresas colocarão à disposição do SINDGEL-CE local e meios para este fim, sendo que o período desta atividade será convencionado reciprocamente entre as partes, desde que a atividade sindical permita e não comprometa o regular fluxo de trabalho nas empresas. O SINDGEL-CE expedirá ofício para a empresa, onde constará o número de pessoas que participarão do trabalho de sindicalização nas dependências da empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA AUTORIDADE SINDICAL

Os empregadores reconhecem a autoridade do Dirigente Sindical, mediante a apresentação de Identidade Oficial, quando este se dirigir às empresas para tratar de problemas e dos legítimos direitos dos trabalhadores.

Representante Sindical

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - REPRESENTANTE SINDICAL POR EMPRESA

As empresas que tenham 100 (cem) ou mais empregados deverão realizar eleição para representante sindical da empresa junto ao sindicato profissional, sendo para cada conjunto de 100 (cem) empregados, 02 (dois) representantes eleitos (um efetivo e um suplente), com o limite máximo de 10 representantes (sendo 5 efetivos e 5 suplentes) e, para tanto, devem ser associados ao respectivo sindicato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando duas ou mais empresas do mesmo grupo empresarial somarem 100 (cem) ou mais empregados, deverá ser realizada eleição para eleger 02 (dois) representantes sindicais, conforme especificado no *caput* da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados eleitos como representantes sindicais efetivos e suplentes terão direito à estabilidade no emprego durante o tempo em que estiver no mandato, que será de um ano, e um ano após o seu término, podendo haver reeleições.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A eleição para eleger o representante sindical por empresa deverá ser realizada com a coordenação do SINDGEL-CE, sendo a mesma realizada nas dependências da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO - As empresas obrigam-se a comunicar ao SINDGEL-CE, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura da presente CCT, a quantidade de empregados especificados no *caput* e parágrafo 1º da presente cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - O processo eleitoral será realizado em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do comunicado da empresa.

PARÁGRAFO SEXTO - Quando ocorrer a vacância do representante sindical efetivo ou suplente na empresa por qualquer motivo, a empresa comunicará ao SINDGEL-CE no prazo máximo de 10 (dez) dias e o sindicato profissional promoverá a eleição de um novo representante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do comunicado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As empresas que tenham Acordo Coletivo de Trabalho com o SINDGEL-CE obrigam-se a eleger 01 (um) representante por empresa, independente da quantidade de empregados, estipulada no *caput* da presente cláusula.

PARÁGRAFO OITAVO - No caso do empregado representante sindical da empresa vir a cometer falta grave devidamente comprovada, o mesmo perderá o direito à estabilidade, prevista no parágrafo 2º.

PARÁGRAFO NONO - Os documentos referentes ao processo eleitoral devem ser emitidos em 03 (três) vias, que permanecerão sob a guarda dos empregados, da empresa e do SINDGEL-CE pelo prazo de 05 (cinco) anos, à disposição para consulta de qualquer trabalhador interessado, do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os representantes sindicais por empresa, além das atribuições previstas no Art. 510-B da CLT, representarão o sindicato profissional nas mediações dos Acordos Coletivos de Trabalho.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas se comprometem a liberar seus empregados que estejam cumprindo mandato como dirigentes sindicais, com ônus para o empregador, sempre que o SINDGEL-CE solicitar, por escrito, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, sendo que tal liberação restringe-se a 07 (sete) dias contínuos ou intercalados, por mês, para cada diretor da entidade sindical profissional, durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Considerando a obrigatoriedade da emissão dos boletos de cobrança bancária com registro a partir de 1º de janeiro de 2017 e que as mesmas têm que ser preenchidas com valores;

Considerando que as empresas são obrigadas a pagar o Seguro de Vida de todos os empregados e que há necessidade da inclusão de todos os empregados no sistema da seguradora contratada;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas ficam obrigadas a encaminhar todo mês, até o dia 20 (vinte), a relação atualizada dos seus empregados, contendo os seguintes dados:

1º - Nome completo do empregado;

2º - Data de Nascimento;



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

3º - Número do CPF;

4º - Valor do salário de cada empregado;

5º - Razão Social da empresa;

6º - CNPJ;

7º - E-mail da empresa;

8º - Telefone de contato da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A relação deverá ser enviada preferencialmente por e-mail, em arquivo no formato de planilha em Excel, ou entregue diretamente no SINDGEL-CE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O SINDGEL-CE disponibilizará em seu site oficial (www.sindgelce.org.br) um modelo de planilha para ser baixado, preenchido e enviado como arquivo em anexo para o e-mail: segurodevida@sindgelce.org.br.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

O SINDGEL-CE, representante da categoria profissional, e o Sincopeças/CE, representante da categoria econômica, terão o direito de fiscalizar o cumprimento pelas empresas das cláusulas e condições estabelecidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficando as empresas na obrigação de fornecerem aos dirigentes sindicais cópias dos recibos de pagamentos, recolhimentos de contribuições sociais e GFIPs referentes aos empregados, bem como os comprovantes de pagamento referente aos sindicatos laboral e patronal.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO TRCT NO SINDGEL-CE

Ficam as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho obrigadas a conduzirem seus empregados à partir do 12º (décimo segundo) mês de tempo de serviço comprovado, para empregados não associados ao Sindgel-CE e para empregados associados ao Sindgel-CE com qualquer tempo de serviço trabalhado ou tempo de serviço projetado, com a finalidade de realizarem as homologações dos Termos de Rescisões de Trabalho, obedecendo os



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

prazos contidos na cláusula 22ª.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

As empresas que desejarem realizar Acordo Coletivo de Trabalho, deverão pagar o custeio para realização do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ao sindicato laboral, em seguida preencher e encaminhar o requerimento próprio (modelo no site www.sindgelce.org.br), com o comprovante de pagamento para o email: sindgel@sindgelce.org.br e aguardar o comunicado com a data da realização da Assembleia Geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os acordos coletivos previstos no caput são dentre outros:

- 1 - Banco de Horas;
- 2 - PLR;
- 3 - Jornada Especial de Trabalho;
- 4 - Troca da Jornada de Trabalho;
- 5 - Compensação de Jornada de Trabalho;
- 6 - Abertura da empresa nos dias de domingos e feriados;
- 7 - Demissão com verbas parceladas;
- 8 - Termo de Quitação Anual e/ou Rescisório;
- 9 - Seguro de Vida;
- 10 - Projeto Empresa Cidadã;
- 11 - Plano de Cargos e Salários;
- 12 - E demais outros solicitados pelas empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor do custeio do Acordo Coletivo de Trabalho será de **R\$ 349,65 (Trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)** por CNPJ ou estabelecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência dos ACT's será de 12 (doze) meses.



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TAXA NEGOCIAL ASSISTENCIAL (MENSAL)

Os empregadores descontarão a taxa negociada assistencial mensal dos seus empregados que autorizaram prévia, expressa e individualmente. O recolhimento se dará até o dia 10 (dez) do mês seguinte, através de depósito na Caixa Econômica Federal, Agência 2183, Operação 003 e Conta Corrente 4083-1, ou por meio de boleto bancário. No prazo de 03 (três) dias úteis, as empresas remeterão ao sindicato profissional a relação nominal com os descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da taxa negociada assistencial mensal será de **R\$ 11,00 (Onze Reais)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregadores envidarão esforços e facilitarão o movimento de autorização, prévia, expressa e individual dos empregados junto ao sindicato profissional, através de formulário próprio que estará disponível no site (www.sindgelce.org.br) e aplicativo do Sindgel-CE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica assegurado ao empregado que autorizou o desconto, o serviço de Assistência Jurídica fornecido pelo Sindgel-Ce referente as cláusulas da CCT negociada e Acordos Coletivos que porventura venham a ser negociados com a empresa a qual trabalha o empregado.

PARÁGRAFO QUARTO - Aos empregados afastados por mais de 15 (quinze) dias seja por licença auxílio-doença ou outros, o SINDGEL-CE efetuará a cobrança diretamente ao empregado afastado e seus dependentes, não tendo a empregadora qualquer responsabilidade de descontar mensal a taxa em folha de pagamento, ficando as empresas obrigadas a comunicar os afastamentos e os retornos ao Sindgel-CE.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DELEGACIAS SINDICAIS

Fica convencionada a divisão das **DELEGACIAS SINDICAIS REGIONAIS NO ESTADO DO CEARÁ**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica estabelecido o funcionamento da **DELEGACIA SINDICAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**, na Rua Odilon Soares, 150, bairro Farias Brito, CEP: 60.010-820, fone: (85) 3038.8118, e-mail: sindgel@sindgelce.org.br, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Aquiraz	Chorozinho	Guaiúba	Maracanaú	Pacatuba
Cascavel	Eusébio	Horizonte	Maranguape	Pindoretama
Caucaia	Fortaleza	Itaitinga	Pacajus	São Gonçalo do Amarante

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica estabelecido o funcionamento da **DELEGACIA SINDICAL DE SOBRAL E REGIÃO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ**, na Rua Antônio Crisóstomo de Melo, 181, Centro, Sobral/CE, CEP: 62010-550, fone: (88) 3613.2340, e-mail: ugtcesobral@yahoo.com, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Alcântaras	Martinópolis	Reriutaba
Cariré	Massapê	Santa Quitéria
Catunda	Meruoca	Santana do Acaraú
Coreaú	Miraíma	Senador Sá
Forquilha	Moraújo	Sobral
Groaíras	Morrinhos	Uruoca
Hidrolândia	Pires Ferreira	Varjota

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica estabelecido o funcionamento da **DELEGACIA SINDICAL DE QUIXADÁ E REGIÃO DO SERTÃO CENTRAL DO ESTADO DO CEARÁ**, na Rua Rui Maia, 497, Centro, Quixadá/CE, CEP: 63.900-195, fone: (85) 9.9914.0071, e-mail: edileuzaso2@hotmail.com, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Banabuiú	Boa Viagem	Canindé	Caridade	Choró
Ibaretama	Ibicuitinga	Itapiúna	Itatira	Jaguetama
Madalena	Morada Nova	Paramoti	Quixadá	Quixeramobim

PARÁGRAFO QUARTO - Será estabelecida a **DELEGACIA SINDICAL DE JUAZEIRO DO NORTE E REGIÃO DO CARIRI DO ESTADO DO CEARÁ**, cujo local de funcionamento será definido posteriormente, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Abaiara	Campos Sales	Mauriti
Altaneira	Caririaçu	Milagres
Antonina do Norte	Crato	Missão Velha
Araripe	Farias Brito	Nova Olinda
Assaré	Granjeiro	Penaforte
Aurora	Ipaumirim	Porteiras
Baixio	Jardim	Potengi

Barbalha	Jati	Salitre
Barro	Juazeiro do Norte	Santana do Cariri
Brejo Santo	Lavras da Mangabeira	Várzea Alegre

PARÁGRAFO QUINTO - Será estabelecida a **DELEGACIA SINDICAL DE IGUATU E REGIÃO CENTRO SUL DO ESTADO DO CEARÁ**, cujo local de funcionamento será definido posteriormente, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Acopiara	Jaguaribe	Piquet Carneiro
Cariús	Jucás	Quixelô
Catarina	Milhã	Saboeiro
Cedro	Mombaça	Senador Pompeu
Deputado Irapuan Pinheiro	Orós	Solonópole
Icó	Pedra Branca	Tarrafas
Iguatu	Pereiro	Umari

PARÁGRAFO SEXTO - Será estabelecida a **DELEGACIA SINDICAL DE TIANGUÁ E REGIÃO DA SERRA DA IBIAPABA DO ESTADO DO CEARÁ**, cujo local de funcionamento será definido posteriormente, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Carnaubal	Mucambo
Croatá	Pacujá
Frecheirinha	São Benedito
Graça	Tianguá
Guaraciaba do Norte	Ubajara
Ibiapina	Viçosa do Ceará
Ipu	

PARÁGRAFO SÉTIMO - Será estabelecida a **DELEGACIA SINDICAL DE CRATEÚS E REGIÃO DOS INHAMUNS DO ESTADO DO CEARÁ**, cujo local de funcionamento será definido posteriormente, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Aiuaba	Crateús	Ipueiras	Novo Oriente	Quiterianópolis
Ararendá	Independência	Monsenhor Tabosa	Parambu	Tamboril
Arneiroz	Ipaporanga	Nova Russas	Poranga	Tauá

PARÁGRAFO OITAVO - Será estabelecida a **DELEGACIA SINDICAL DE LIMOEIRO DO NORTE, MÉDIO JAGUARIBE E LITORAL LESTE DO ESTADO DO CEARÁ**, cujo local de funcionamento será definido posteriormente, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Alto Santo	Iracema	Limoeiro do Norte	Quixerê	São João do Jaguaribe
Ererê	Jaguaribara	Potiretama	Russas	Tabuleiro do Norte

PARÁGRAFO NONO - Será estabelecida a **DELEGACIA SINDICAL DE ITAPIPOCA E REGIÃO DO LITORAL OESTE E NORTE DO ESTADO DO CEARÁ**, cujo local de funcionamento será definido posteriormente, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Acaraú	Camocim	Irauçuba	Marco	Tejuçuoca
Amontada	Chaval	Itapajé	Paracuru	Trairi
Apuiarés	Cruz	Itapipoca	Paraipaba	Tururu
Barroquinha	General Sampaio	Itarema	Pentecoste	Umirim
Bela Cruz	Granja	Jijoca de Jericoacoara	São Luiz do Curu	Uruburetama

PARÁGRAFO DÉCIMO - Será estabelecida a **DELEGACIA SINDICAL DE BATURITÉ E REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ DO ESTADO DO CEARÁ**, cujo local de funcionamento será definido posteriormente, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Acarape	Aratuba	Baturité	Guaramiranga	Ocara	Palmácia
Aracoiaba	Barreira	Capistrano	Mulungu	Pacoti	Redenção

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Será estabelecida a **DELEGACIA SINDICAL DO LITORAL LESTE DO ESTADO DO CEARÁ**, cujo local de funcionamento será definido posteriormente, para o atendimento aos empregados e empregadores das empresas nos municípios de:

Aracati	Beberibe	Fortim	Icapui	Itaiçaba	Jaguaruana	Palhano
---------	----------	--------	--------	----------	------------	---------

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO ÂMBITO DAS DELEGACIAS - O sindicato profissional promoverá negociações coletivas nos municípios das delegacias sindicais, obedecendo o critério de melhor assistir ao empregado e ao empregador de cada região do Estado e formalizará aditivos à presente CCT, exceto nos municípios da DELEGACIA SINDICAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA.



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Objetivando garantir os recursos financeiros necessários à manutenção, prestação de serviços e demais atividades da respectiva entidade patronal, todas as empresas albergadas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, de forma livre e espontânea, pagarão ao Sincopeças/CE, até o dia 31 de março de 2022, respectivamente, a Contribuição Assistencial Patronal, nos termos do artigo 513, letra “e” da CLT, em cota única e anual, obedecerá aos valores e critérios estabelecidos pela Assembléia Geral da Confederação Nacional do Comércio – CNC conforme diferenciação abaixo:

- a) Empresas optantes do REPIS - R\$ 200,00 (Duzentos reais).
- b) Demais Empresas R\$ 270,00 (Duzentos e setenta reais).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CUSTEIO SINDICAL DO SINDICATO PATRONAL

O pagamento das contribuições em favor do Sincopeças/CE, fixado pela Assembleia Geral da categoria econômica realizado no dia 12 de agosto de 2019, deverá ser efetuado pelas empresas, com expressa autorização, associadas ou não ao sindicato, conforme valores e datas fixadas pela Assembleia Geral e pela CNC - Confederação Nacional do Comércio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As deliberações realizadas durante as Assembleias Gerais, devidamente registradas em ata, serão tidas como fonte de anuência prévia e expressa dos empregadores para efeito da cobrança.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Presumem-se autorizadas as contribuições fixadas através das Assembleias Gerais, abrangendo todas as empresas da categoria econômica do comércio de peças e serviços para veículos automotores, ciclomotores e refrigeração do Estado do Ceará, desde que regularmente convocados para a Assembleia, associados ou não.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica convencionado, com a anuência dos empregadores, que havendo alterações no Sistema de Custeio Sindical decorrente da aprovação da Reforma Trabalhista ou de outras leis, as partes voltarão a negociar esta cláusula, visando à adequação ao novo ordenamento.

Disposições Gerais
Regras para a Negociação



FILIADO A:



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DIA DA CATEGORIA

Fica estabelecido que o Dia da Categoria será o dia **30 de outubro**, o qual será comemorado em outro dia do ano de 2022, previamente acordado e negociado entre as partes convenientes e, para tanto, será **feriado**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão realizados aditivos a presente CCT para determinar os dias em que serão comemorados o DIA DA CATEGORIA no ano de 2022.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DISCUSSÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Os representantes das entidades convenientes comprometem-se a reunirem-se, com a finalidade de discutir e negociar os tópicos convencionados para o Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho de 2022, de acordo com o seguinte cronograma podendo ser alterado mediante justificativa:

EVENTO	DATA
1ª Reunião para discussão da proposta da CCT 2023	Até o dia 30/11/2022
2ª Reunião para discussão da proposta da CCT 2023	Até o dia 10/12/2022

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Ficam as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva obrigadas a cumprir os seguintes dispositivos:

- a)** As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho terão prevalência sobre os contratos individuais de trabalho.
- b)** Os contratos individuais de trabalho respeitarão as normas estabelecidas nas Convenções e nos Acordos Coletivos de Trabalho.



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

c) Os empregados terceirizados e os autônomos nas empresas abrangidas por esta CCT deverão ser tratados de forma não discriminatória, devendo ser acordado entre empresa contratante e empresa contratada, os mesmos direitos e obrigações dos que são contratados diretamente pelas empresas aqui vinculadas.

d) A contratação de empregados pela forma de teletrabalho e trabalho intermitente só será possível mediante Acordo Coletivo de Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os Acordos Coletivos de Trabalho realizados entre o SINDGEL-CE e as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho só terão eficácia se tiverem a anuência do sindicato representante da categoria econômica.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

Em caso de descumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho por qualquer das partes abrangidas por este pacto laboral, as empresas serão notificadas para regularizar o fato e para pagamento da referida multa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A parte infratora pagará multa de **R\$ 1.361,29 (Um mil e trezentos e sessenta e um reais e vinte nove centavos)**, por estabelecimento que esteja envolvido na infração, por cada cláusula infringida e por cada mês constatado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nas reincidências, será aplicada a multa em dobro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando se tratar de empresa optante do REPIS, a multa estabelecida no parágrafo primeiro desta cláusula será de **R\$ 680,64 (Seiscentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos)**.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DA ULTRATIVIDADE

Fica garantida a ultratividade desta Convenção Coletiva de Trabalho até que outra venha a ser negociada.



SINDICATO DOS TRABALHADORES REFRIGERISTAS, TÉCNICOS EM LAVADORAS E AR CONDICIONADOS E TRABALHADORES NAS OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES E CONSULTORES TÉCNICOS EM VENDAS DE PEÇAS DE REFRIGERAÇÃO E DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E CICLOMOTORES SIMILARES DO ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 00.765.796/0001-73

CÓDIGO SINDICAL: 912.000.000.90469-2

AGENOR LOPES DA SILVA

Presidente

**SIND TRAB REFRIG TECN LAV E AR COND E TRAB NAS OF DE VEIC AUT CICL E CONS TECN EM VENDAS PC DE
REF E VEIC AUT E CICL SIMIL DO EST DO CEARA**

RANIERI PALMEIRA LEITAO

Presidente

**SINDICATO DO COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, CICLOMOTORES E
REFRIGERACAO DO ESTADO DO CEARA - SINCOPECE**

ANEXOS

ANEXO I - ANEXO DA PLR

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

Anexo II - Mapa Equipamentos (UNILAB_CE).pdf



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Rua da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.100-000

Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Ares Condicionados			
Quantitativos por Potência			
Potência (Btu)	Quantidade		
	Redenção/CE	Acarape/CE	Total
7.000	2	2	4
7.500	4	0	4
9.000	117	0	117
12.000	63	28	91
13.000	0	2	2
18.000	57	31	88
22.000	12	15	27
24.000	23	3	26
28.000	24	37	61
30.000	42	64	106
36.000	23	1	24
48.000	96	0	96
60.000	14	0	14
Total	477	183	660
Quantitativos por Potência			
Potência (Btu)	Quantidade		
	Redenção/CE	Acarape/CE	Total
7.000 a 30.000	344	182	526
36.000 a 60.000	133	1	134
Total	477	183	660
Equipamentos de Refrigeração			
Quantitativos por Equipamento			
Equipamento	Quantidade		
	Redenção/CE	Acarape/CE	Total
Bebedouro	10	9	19
Freezer	3	1	4
Frigobar	28	9	37
Geladeira	36	2	38
Gelágua	30	9	39
Total	107	30	137



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Bloco Administrativo 01					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
	-	PROPLAN/COPLAN	ELGIN	30.000	2015001369
	-	DTI/DIRETORIA	ELECTROLUX	36.000	2014005323
	-	DTI/DGP	ELECTROLUX	36.000	2014005322
	-	DTI/SPA	YORK	24.000	ST
	-	DTI/DSI/SPSI	AGRATTO	18.000	2021000296
	-	DTI/DISIR/SAL	ELGIN	36.000	2014002568
	-	DTI/TELECOMUNICAÇÃO	STARCOOL	18.000	2015001315
	-	DTI/DATACENTER	MIDEA	12.000	2015000491
	-	DTI/DATACENTER	AGRATTO	18.000	2021000227
	-	DTI/DATACENTER	AGRATTO	18.000	2021000226
	-	DTI/DATACENTER	ELGIN	48.000	2014008045
	-	SODS	MIDEA	28.000	2012001992
	-	SALA DE VIDEOCONFERÊNCIA	ELECTROLUX	36.000	ST
	-	PROAD/CLCP	YORK	24.000	ST
	-	PROAD/CLCP	YORK	24.000	ST
	-	PJ/SECRETARIA	YORK	24.000	ST
	-	PJ/GABINETE	MIDEA	12.000	2015000486
	-	SECOM	ELGIN	30.000	2015001343
	-	SECOM	MIDEA	24.000	2015000508
	-	GR/DIARP/PROTOCOLO	MIDEA	12.000	2015000484

Térreo

-	SGP/DAS/ACOLHIMENTO	YANG	18.000	ST
-	SGP/DAS	MIDEA	28.000	2012002000
-	PROAD/SECRETARIA	MIDEA	28.000	2012002001
-	PROAD/GABINETE	AGRATTO	24.000	2021000225
-	PROAD/SECRETARIA	YANG	18.000	ST
-	PROAD/SECRETARIA	MIDEA	9.000	2015000373
-	REITORIA/GABINETE	YORK	24.000	ST
-	REITORIA/GABINETE	YORK	24.000	ST
-	SECRETARIA DA REITORIA	MIDEA	28.000	2012002036
-	VICE-REITORIA	AGRATTO	18.000	2021000304
-	REITORIA/RECEPÇÃO	ELGIN	30.000	2015001382
-	CHEFIA DE GABINETE	STARCOOL	18.000	2015001290
-	CHEFIA DE GABINETE / ANEXO	KOMECO	12.000	2014002111
-	GR/SECRATRIA	STARCOOL	18.000	201501316
-	OUVIDORIA	MIDEA	12.000	2015000476
-	OUVIDORIA/GABINETE	YANG	18.000	ST
-	PROINTER / CSAA / COORDENAÇÃO	AGRATTO	12.000	2021000035
-	PROINTER / CSAA / SEE	YORK	24.000	ST
	PROINTER / SAAC / GABINETE	YANG	12.000	ST
	PROINTER / SAAC	YANG	12.000	ST
-	PROINTER / GABINETE	VENTISOL	12.000	2021000261
-	PROINTER / SECRETARIA	AGRATTO	24.000	2021000209
-	PROINTER / SALA DE ARQUIVO E REUNIÃO	YANG	12.000	ST
-	PROAD/COFIN	MIDEA	28.000	2012002028
-	PROAD/COFIN	MIDEA	28.000	2012002010
-	COFIN/DICON	ELGIN	36.000	2014002567
-	SGP/DDP	ELGIN	30.000	2015001344
-	SGP/DAP	ELGIN	36.000	2014002569
-	SGP/DAP	YORK	36.000	ST
-	SGP/AFD	ELGIN	30.000	2015001380
-	SGP/RECEPÇÃO	MIDEA	28.000	2012001972
-	SGP/GABINETE	KOMECO	12.000	2014002123

	-	AUDIN	MIDEA	12.000	2015000490
	-	AUDIN	MIDEA	28.000	2012002053
	-	CORREGEDORIA	YANG	12.000	ST
	-	CORREGEDORIA/REUNIÕES	STARCOOL	12.000	2015001305
	-	PROPLAN/COOR	AGRATTO	24.000	2021001071
	-	PROPLAN/SECRETARIA	MIDEA	28.000	2012002023
	-	PROPLAN/GABINETE	MIDEA	28.000	2012002004
	-	PROPLAN/CIED	ELGIN	30.000	2015001361
	-	PROPLAN/CIED	ELGIN	30.000	2015001259
	-	PROPLAN/CIED	CARRIER	22.000	2014003766
	-	PROPLAN/CIED/REUNIÕES	AGRATTO	12.000	2021000281
		SGIT	AGRATTO	18.000	2021000302
	-	GR/DIARP	CARRIER	22.000	2014003765
	Bloco Administrativo 02				
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
	-	PROGRAD/CPAC	ELGIN	30.000	2015001388
	-	PROGRAD/SECRETARIA	ELECTROLUX	36.000	ST
	-	PROGRAD/GABINETE	STARCOOL	18.000	2015001286
	-	PRAGRAD/COEGS	ELGIN	30.000	2015001379
		PROGRAD/SERVRAI	YANG	18.000	ST
		PROGRAD/SERVRAI / GABINETE	STARCOOL	18.000	2015001287
	-	REITORIA / CRCA	ELECTROLUX	36.000	ST
	-	PROEX	ELECTROLUX	36.000	ST
	-	PROINTER / RIPES	VENTISOL	12.000	2021000294
	-	PROPPG/NIT	YANG	12.000	ST
	-	PROPPG/GABINETE	KOMECO	12.000	2014002114
	-	PROPAAE/GABINETE	YANG	12.000	ST
	-	PROPAAE/REUNIÕES	YANG	7.000	ST
	-	PROPPG/CPQ	YORK	36.000	ST
	-	SALA DE REUNIÕES	ELECTROLUX	36.000	ST
	-	PROPPG/CPG	ELGIN	30.000	2015001360
	-	PROPAAE/NIDAE	ELGIN	30.000	2015001367

Térreo	-	SALA DE REUNIÕES	STARCOOL	18.000	2015001274
	-	PROPAE/COEST	ELGIN	30.000	2015001362
	-	PROPAE/SELACE	YANG	12.000	S/T
	-	PROPAE/NASE	STARCOOL	18.000	2015001273
	-	PROPAE/SECRETARIA	STARCOOL	18.000	2015001280
	-	OBSERVATÓRIO ESTUDANTIL	STARCOOL	18.000	2015001271
	-	PROPAE / ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	STARCOOL	18.000	2015001281
		PROPPG/CEP	STARCOOL	18.000	2015001285
	-	PROPPG/SECRETARIA	ELECTROLUX	36.000	ST
	-	DESCANSO DE SERVIDORES			-
	-	SALA DE VIDEOCONFERÊNCIA	KOMECO	36.000	ST
	-	PROPAE/NASE	ELECTROLUX	36.000	ST
	-	PROPAE/COEST	ELGIN	30.000	2015001387
	-	AUDITÓRIO	ELECTROLUX	36.000	ST
	-	AUDITÓRIO	ELECTROLUX	36.000	ST
	-	AUDITÓRIO	ELGIN	36.000	2014002571
	-	AUDITÓRIO	ELGIN	48.000	2014005046
	-	PROPAE / DAN	MIDEA	28.000	2012001988
	-	AMBULATÓRIO	MIDEA	28.000	2012001968
	-	SALA DE REUNIÕES	YANG	18.000	ST
Outros					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
	-	PROAD/CSO/RECEPÇÃO	MIDEA	28.000	2012002052
	-	PROAD/CSO/DIFADM	MIDEA	28.000	2012001997
	-	PROAD/CSO/SPLB	MIDEA	28.000	2012001991
	-	PROAD/CSO/DIVITRANS	MIDEA	28.000	2012001995
	-	PROAD/CSO/REUNIÕES	KOMECO	12.000	2014002124
	-	PROPAE/SEL/ACADEMIA	ELECTROLUX	36.000	268416-UFC
	-	PROPAE/SEL/ACADEMIA	ELECTROLUX	36.000	268417-UFC
	-	PROPAE/SEL/ACADEMIA	MIDEA	28.000	2012002012
	-	PROPAE/SEL/ACADEMIA	MIDEA	28.000	2012002014
	-	PROPAE/SEL/ACADEMIA	MIDEA	28.000	2012002024

Térreo		PROPAE/SEL/ACADEMIA	MIDEA	28.000	2012002025
	-	PROPAE/SEL/ACADEMIA	MIDEA	28.000	2012002026
	-	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	ELGIN	30.000	2015001337
	-	SERVIÇO DE LIMPEZA	MIDEA	28.000	2012001996
	-	PROPAE/DAN/RU/GUICHÊ	MIDEA	12.000	2015000487
	-	PROPAE/DAN /RU	KOMECO	18.000	2014002130
	-	GUARITA DE VIGILÂNCIA	MIDEA	12.000	2015000489
	-	SERVIÇO DE LIMPEZA	AGRATTO	12.000	2021000045
	-	CIS	MIDEA	12.000	2015000488
	-	CEU	MIDEA	28.000	2012001990
	-	SALA DOS MOTORISTAS	AGRATTO	12.000	2021000033



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Bloco Administrativo 01					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo	-	PROINTER	FRIGOBAR	CONSUL	201400817
	-	PROINTER	GELÁGUA	ESMALTEC	289648 UFC
	-	PROINTER / ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005454
	-	SECOM	FRIGOBAR	MIDEA	2014000816
	-	SECOM	GELÁGUA	ESMALTEC	289646 UFC
	-	SGP / DAS	FRIGOBAR	CONSUL	291034 UFC
	-	SGP / DAP	FRIGOBAR	ELETROLUX	000668
	-	GUARITA DE VIGILANCIA	GELÁGUA	ESMALTEC	ST
	-	PJ / SECRETARIA	GELÁGUA	ESMALTEC	289651 UFC
	-	PJ / SECRETARIA	FRIGOBAR	CONSUL	291040 UFC
	-	REITORIA / COPA	GELADEIRA	CONSUL	291076 UFC
	-	REITORIA / COPA	GELÁGUA	ESMALTEC	287769 UFC
	-	PROAD / SECRETARIA	GELÁGUA	ESMALTEC	287769 UFC
	-	PROAD / COFIN	GELÁGUA	ESMALTEC	2021005452
	-	PROAD / DICO - DEFIN	FRIGOBAR	ELETROLUX	003185
	-	PROAD / CLCP	GELÁGUA	ESMALTEC	291725 UFC
	-	PROAD / CLCP	FRIGOBAR	CONSUL	291035 UFC
	-	AUDIN	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005461
	-	AUDIN	FRIGOBAR	ELETROLUX	2012003192
	-	PROPLAN/SECRETARIA	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005457

	-	PROPLAN/COOR	FRIGOBAR	MIDEA	2014000622
	-	PROPLAN/COPLAN	FRIGOBAR	MIDEA	2014000818
	-	PROPLAN/COPLAN	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005448
	-	PROPLAN/CIED	GELADEIRA	ELETROLUX	2011001323
	-	PROPLAN/CIED	GELÁGUA	ESMALTEC	287775 UFC
	-	DTI/DIRETORIA	FRIGOBAR	MIDEA	2014000820
	-	DTI/COPA	GELÁGUA	ESMALTEC	291726 UFC
	-	DTI/DATACENTER	FRIGOBAR	CONSUL	291036 UFC
	-	DTI/DATACENTER	GELÁGUA	ESMALTEC	291717 UFC
	-	CORREDOR DO PATIO	BEBEDOURO	CÂNOVAS	ST
Bloco Administrativo 02					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo	-	PROGRAD / SECRETARIA	GELÁGUA	ESMALTEC	291719 UFC
	-	PROGRAD / SECRETARIA	FRIGOBAR	ELETROLUX	000665
	-	PROGRAD / COEGS	FRIGOBAR	ELETROLUX	003186
		PROGRAD / COEGS	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005462
		PROGRAD / CPAC	GELADEIRA	ELETROLUX	2011001322
		PROGRAD / SERVRAI	FRIGOBAR	MIDEA	2014000821
		PROPAE / COPA	GELÁGUA	ESMALTEC	287770 UFC
		PROPAE / COPA	FRIGOBAR	CONSUL	291038 UFC
		PROPAE / SECRETARIA	GELÁGUA	ESMALTEC	289652 UFC
		PROPAE / SECRETARIA	FRIGOBAR	CONSUL	291037 UFC
		PROEX	GELÁGUA	ESMALTEC	287773 UFC
		PROEX	FRIGOBAR	ELETROLUX	000664
		PROINTER / RIPES	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005455
		REITORIA / CRCA	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005466
		PROPPG/CEP	GELADEIRA	ELETROLUX	2011001314
		PROPPG/SECRETARIA	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005453
		PATIO	BEBEDOURO		
OUTROS					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
		PROAD / CSO / COPA	FRIGOBAR	CONSUL	S/T

Térreo

	PROAD / CSO / COPA	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005449
	GUARITA DE VIGILÂNCIA	GELÁGUA	ESMALTEC	ST
	SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	FRIGOBAR	CONSUL	291085 UFC
	PROPAE / SEI / ACADEMIA	GELÁGUA	ESMALTEC	287772 UFC
	PROPAE / SEI / ACADEMIA	BEBEDOURO	KARINA	300267 UFC
	PROPAE / SEI / ACADEMIA	BEBEDOURO	KARINA	300268 UFC
	SALA DOS MOTORISTAS	FRIGOBAR	-	003188
	SALA DOS MOTORISTAS	GELÁGUA	ESMALTEC	291722 UFC
	CEU	FRIGOBAR	ELETROLUX	003193



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970

Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Bloco A

Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
2º Piso	-	SALA DE REAGENTES	MIDEA	28.000	2012001982
	200	DTI/STF	MIDEA	9.000	2015000474
	201	SALA DE APOIO AO PROFESSOR	AGRATTO	12.000	2021000300
	202	SALA DE ORIENTAÇÃO 01	AGRATTO	18.000	2021000297
	203	SALA DE ORIENTAÇÃO 02	AGRATTO	18.000	2021000299
	204	SALA DE ORIENTAÇÃO 03	AGRATTO	18.000	2015001304
	205	SALA DE ORIENTAÇÃO 04	AGRATTO	18.000	2021000298
	206	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000361
	207	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2014000364
	208	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2014000354
	209	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000358
	210	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000359
	211	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000355
	212	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000356
	213	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000362
	214	ICS - SECRETARIA DE CURSO	AGRATTO	18.000	2021000295
			KOMECO	12.000	2014002117
			KOMECO	12.000	2014002121
			KOMECO	12.000	2014002122
			KOMECO	12.000	2014002120
	215	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000363
	216	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000357
	217	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000360

	218	ICS	KOMECO	12.000	2014002118
	218	ICS	KOMECO	12.000	2014002119
	219	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000365
	220	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000353
	221	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000366
	222	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000367
	223	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000368
	224	SALA DE ORIENTAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000371
	225	SALA DE ORIENTAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000369
	226	SALA DE ORIENTAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000370
	227	ICS/SECRETARIA	STARCOOL	18.000	2015001289
	227	ICS/SECRETARIA	STARCOOL	18.000	2015001311
3º Piso	299	SALA DE ESTUDOS / INICIAÇÃO CIENTÍFICA	ELGIN	30.000	2015001368
	300	DTI/STJ	MIDEA	9.000	2015000473
	301	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000386
	302	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000391
	303	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000388
	304	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000404
	305	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000393
	306	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000403
	307	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000414
	308	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000407
	309	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000398
	310	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000413
	311	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000409
	312	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000405
	313	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000396
	314	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000411
	315	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000390
	316	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000382
	317	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000395
	318	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000389
	319	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000381
	320	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000384
		SALA DE REUNIÕES	ELGIN	30.000	2015001372

	321	PROGRAMA DE PÓS EM ANTRÓPLOGIA	AGRATTO	18.000	2021000264
		COORDENAÇÃO MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES	AGRATTO	18.000	2021000263
	322	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000387
	323	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000385
	324	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000383
	325	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000392
	326	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000394
	327	SALA DE ORIENTAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000402
	328	SECRETARIA ENGENHARIA DE ENERGIA /SECRETARIA DA COMPUTAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000400
	329	MASTS/SECRETARIA	MIDEA	9.000	2015000412
	330	COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000408
	331	COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE ENERGIAS	MIDEA	9.000	2015000401
	332	PGEA/COORDENAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000406
	333	MASTS/COORDENAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000399
	334	IEDS/SECRETARIA	MIDEA	9.000	2015000410
	335	IEDS/DIREÇÃO	MIDEA	9.000	2015000397
Bloco B					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
2º Piso	200	DTI/STG	MIDEA	9.000	2015000376
	201	UAB/SECRETARIA	STARCOOL	18.000	2015001291
	202	COORDENAÇÃO DO IDR	KOMECO	12.000	2014002127
	203	COORDENAÇÃO DO IDR	KOMECO	12.000	2014002128
	204	DTI/SPA	KOMECO	12.000	2014002129
	205	COORDENAÇÃO DO CURSO DE AGRONOMIA	KOMECO	12.000	2014002125
	206	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000415
	207	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000416
	208	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000417
	209	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000418
	210	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000419
	211	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000420
	212	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000421
	213	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000422
	214	PULSAR	ELGIN	18.000	2015001366
	215	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000424

	216	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000425
	217	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000426
	218	SALA DE REUNIÕES	MIDEA	12.000	2015000503
	218	SALA DE REUNIÕES	MIDEA	12.000	2015000504
	219	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000427
	220	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000428
	221	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000429
	222	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000430
	223	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000432
	224	SALA DE ORIENTAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000423
	225	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000431
	226	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000433
	227	IH/PET	STARCOOL	18.000	2015001283
	-	REPROGRAFIA/AURORAS	ELGIN	30.000	2015001384
3º Piso	299	SALA DE REUNIÕES	STARCOOL	30.000	2015001358
	300	DTI/STK	MIDEA	9.000	2015000377
	301	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2105000470
	302	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000462
	303	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000460
	304	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000458
	305	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000467
	306	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000446
	307	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000469
	308	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000464
	309	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000457
	310	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000448
	311	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000439
	312	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000451
	313	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000447
	314	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000443
	315	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000444
	316	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000449
	317	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000456
	318	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000450
	319	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000440

	320	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000471
	321	CEIAFRICA	MIDEA	12.000	2015000498
	321	CEIAFRICA	MIDEA	12.000	2015000499
	322	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000452
	323	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000441
	324	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000454
	325	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000466
	326	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000468
	327	GABINETE DE PROFESSOR	ELGIN	7.000	2015002090
	328	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000459
	329	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000453
	330	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000485
	331	SALA DE ORIENTAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000442
	332	SALA DE ORIENTAÇÃO	MIDEA	9.000	2015000461
	333	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000445
	334	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000453
	335	GABINETE DE PROFESSOR	MIDEA	9.000	2015000455
Bloco C					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
1º Piso	100	DTI/STC	MIDEA	9.000	2015000475
	101	DSIBIUNI/DESBASTE	ELGIN	48.000	2014005322
	101	DSIBIUNI/DESBASTE	ELGIN	48.000	2014005323
	102	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014008043
	102	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014008044
	103	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014008035
	103	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014002580
	104	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014008039
	104	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014008040
	105	DSIBIUNI/SEPT	ELGIN	48.000	2014002581
	105	DSIBIUNI/SEPT	ELGIN	48.000	2014002583
	106	GR/DIARP	ELGIN	48.000	2014005344
	106	GR/DIARP	ELGIN	48.000	2014005345
	107	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014008041
	107	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014008042
	108	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014008037

	108	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014008036
2º Piso	200	DTI/STE	MIDEA	9.000	2015000376
	201	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	ST
	202	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005310
	203	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014002582
	204	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005321
	205	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005319
	206	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005316
	207	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005314
	208	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005313
	209	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	ST
	210	LIFE	ELGIN	48.000	2014005306
	211	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005326
	212	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005320
	213	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005318
	214	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005317
	215	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005315
	216	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005312
3º Piso	300	DTI/STI	MIDEA	9.000	2015000380
	301	SALA DE VIDEOCONFERÊNCIA	ELGIN	48.000	2014005333
	302	PROEX/PROJETOS	ELGIN	48.000	2014002574
	303	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014002577
	304	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014002584
	305	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005305
	306	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005309
	307	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005355
	308	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005307
	309	LAB. DE ASTROFÍSICA	ELGIN	48.000	2014002575
	310	ILL/NUCLI/ISF	ELGIN	48.000	2014002576
	311	ILL/NUCLI	ELGIN	48.000	2014002573
	312	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014002578
	313	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005304
	314	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005311
	315	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005354
	316	SALA DE AULA	ELGIN	48.000	2014005308

Bloco D					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
Térreo	-	DTI/STA	MIDEA	9.000	2015000375
	01	LAB. DE MÁQUINAS E ACIONAMENTOS ELÉTRICOS	ELGIN	48.000	2014005356
	01	LAB. DE MÁQUINAS E ACIONAMENTOS ELÉTRICOS	ELGIN	48.000	2014008020
	01.1	SALA DE APOIO	CARRIER	22.000	2.014.003.762
	02	LAB. DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	ELGIN	48.000	2014008022
	02	LAB. DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	ELGIN	48.000	2014008021
	02.1	SALA DE APOIO	CARRIER	22.000	2014003764
	03	LAB. DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS	ELGIN	48.000	2014008023
	03	LAB. DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS	ELGIN	48.000	2014008024
	03.1	SALA DE APOIO	STARCOOL	18.000	2014001300
	04	LAB. DE ANÁLISES QUÍMICAS (BIOMASSA)	ELGIN	48.000	2014008026
	04	LAB. DE ANÁLISES QUÍMICAS (BIOMASSA)	ELGIN	48.000	2014008025
	04.1	SALA DE APOIO	CARRIER	22.000	2014003768
	05	LAB. DE BROMATOLOGIA, ZOOTECNIA E NUTRIÇÃO ANIMAL	ELGIN	48.000	2014008033
	05	LAB. DE BROMATOLOGIA, ZOOTECNIA E NUTRIÇÃO ANIMAL	ELGIN	48.000	2014008034
	05.1	SALA DE APOIO	STARCOOL	18.000	2014001298
	06	LAB. DE FISILOGIA ANIMAL	ELGIN	48.000	2014008031
	06	LAB. DE FISILOGIA ANIMAL	ELGIN	48.000	2014008032
	06.1	SALA DE APOIO	STARCOOL	18.000	2014001303
	07	LAB. DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	ELGIN	48.000	2014008029
	07	LAB. DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	ELGIN	48.000	2014008030
	07.1	SALA DE APOIO	STARCOOL	18.000	2014001299
	08	LAB. DE CIÊNCIA DOS MATERIAIS	ELGIN	48.000	2014008027
	08	LAB. DE CIÊNCIA DOS MATERIAIS	ELGIN	48.000	2014008028
	08.1	SALA DE APOIO	CARRIER	22.000	2014003779
	-	DTI/STB	MIDEA	9.000	2015000472
	101	LAB. DE QUÍMICA GERAL I	ELGIN	48.000	2014005358
	101	LAB. DE QUÍMICA GERAL I	ELGIN	48.000	2014005357
	101.1	SALA DE APOIO	MIDEA	24.000	2015000513
	102	LAB. DE QUÍMICA ANALÍTICA	ELGIN	48.000	2014005339
	102	LAB. DE QUÍMICA ANALÍTICA	ELGIN	48.000	2014005337
	102.1	SALA DE APOIO	MIDEA	24.000	2015000518
	-	ALMOXARIFADO DE REAGENTES SÓLIDOS	MIDEA	12.000	2015000495

1º Piso	-	ALMOXARIFADO DE REAGENTES LÍQUIDOS	MIDEA	12.000	2015000494
	103	LAB. DE QUÍMICA ORGÂNICA	ELGIN	48.000	2014005338
	103	LAB. DE QUÍMICA ORGÂNICA	ELGIN	48.000	2014005334
	103.1	SALA DE APOIO	MIDEA	24.000	2015000517
	104	LAB. DE BIOLOGIA GERAL	ELGIN	48.000	2014005335
	104	LAB. DE BIOLOGIA GERAL	ELGIN	48.000	2014005336
	104.1	SALA DE APOIO	MIDEA	24.000	2015000514
	105	LAB. DE QUÍMICA GERAL II	ELGIN	48.000	2014005327
	105	LAB. DE QUÍMICA GERAL II	ELGIN	48.000	2014005328
	105.1	SALA DE APOIO	MIDEA	24.000	2015000507
	106	LAB. DE BIOQUÍMICA	ELGIN	48.000	2014005341
	106	LAB. DE BIOQUÍMICA	ELGIN	48.000	2014005340
	106.1	SALA DE APOIO	MIDEA	24.000	2015000515
	107	LAB. DE FÍSICO-QUÍMICA	ELGIN	48.000	2014005331
	107	LAB. DE FÍSICO-QUÍMICA	ELGIN	48.000	2014005332
	107.1	SALA DE APOIO	MIDEA	24.000	2015000511
	108	LAB. DE QUÍMICA INORGÂNICA	ELGIN	48.000	2014005330
	108	LAB. DE QUÍMICA INORGÂNICA	ELGIN	48.000	2014005329
	108.1	SALA DE APOIO	MIDEA	24.000	2015000512
2º Piso	200	DTI/STD	MIDEA	9.000	2015000374
	201	LAB. DE SEMENTES	ELECTROLUX	36.000	ST
			ELGIN	48.000	2014002570
	202	SALA TECNICA DE SEMENTES	CARRIER	22.000	2014003767
		LAB. DE BOTÂNICA	AGRATTO	36.000	2021000028
			ELECTROLUX	36.000	ST
		SALA DE APOIO	CARRIER	22.000	2014003777
	203	LAB. DE FISIOLOGIA VEGETAL	ELGIN	48.000	2014005350
	203	LAB. DE FISIOLOGIA VEGETAL	ELGIN	48.000	2014005351
	203.1	LAB. DE FISIOLOGIA VEGETAL	CARRIER	22.000	2014003776
	204	LAB. DE MICROBIOLOGIA	ELGIN	48.000	2014005352
			ELGIN	48.000	2014005353
		SALA DE PREPARO DE MEIOS	STARCOOL	18.000	2015001282
	204.2	SALA TECNICA	AGRATTO	12.000	20210000279
	205	LAB. DE PRODUÇÃO DE LÂMINAS	ELGIN	48.000	2014002579
		SALA DOS TÉCNICOS	KOMECO	12.000	2014002112

		SALA DE APOIO	KOMECO	12.000	2014002113
	206	LAB. DE MICROSCOPIA I	ELGIN	48.000	2014005324
			ELGIN	48.000	2014005325
	207	LAB. DE MICROSCOPIA II	ELGIN	48.000	2014005346
			ELGIN	48.000	2014005347
		SALA DE APOIO	CARRIER	22.000	2014003778
	208	LAB. DE ECOLOGIA E EVOLUÇÃO	ELGIN	48.000	2014005348
			ELGIN	48.000	2014005349
		SALA DE APOIO	CARRIER	22.000	2014003763
	209	LAB. DE ZOOLOGIA	ELGIN	48.000	2014005342
			ELGIN	48.000	2014005343
		SALA DE APOIO	MIDEA	24.000	2014000516
3º Piso	300	DTI/STH	MIDEA	9.000	2015000379
	301	LAB. DE INFORMÁTICA 04	ELGIN	60.000	2014002551
	301	LAB. DE INFORMÁTICA 04	ELGIN	60.000	2014002553
	302	LAB. DE FARMOTÉCNICA	ELGIN	60.000	2014002563
	302	LAB. DE FARMOTÉCNICA	ELGIN	60.000	2014002548
	303.1	ICS - LAB. DE SAÚDE DA CRIANÇA	STARCOOL	18.000	2015001293
	303.2	LAB. DE FÍSICO-QUÍMICA	ELGIN	30.000	2015001381
	303.3	ICS - LAB. DE SAÚDE DA CRIANÇA	ELGIN	7.500	2015002086
	303.4	LAB. DE FÍSICO-QUÍMICA	STARCOOL	18.000	2015001292
	303.5	SALA DE APOIO	STARCOOL	18.000	2015001267
	304.1	ICS - LAB. DE SAÚDE DA MULHER	STARCOOL	18.000	2015001288
	304.2	ICS - LAB. DE SAÚDE DA MULHER	STARCOOL	18.000	2015001279
	304.3	ICS - LAB. DE SAÚDE DA MULHER	ELGIN	7.500	2015002087
	304.4	ICS - LAB. DE SAÚDE DA MULHER	STARCOOL	18.000	2015001295
	304.5	SALA DE APOIO	STARCOOL	18.000	2015001296
	305	LAB. DE GEOPROCESSAMENTO	ELGIN	60.000	2014002550
	305	LAB. DE GEOPROCESSAMENTO	ELGIN	60.000	2014002552
	306.1	LAB. DE BIOLOGIA MOLECULAR	ELGIN	30.000	2015001139
	306.1	LAB. DE BIOLOGIA MOLECULAR	ELGIN	30.000	2015001140
	306.3	LAB. DE FITOPATOLOGIA	CARRIER	22.000	2014003781
	307.1	ICS - LAB. DE SAÚDE DO ADULTO	ELGIN	7.500	201500288
	307.2	ICS - LAB. DE SAÚDE DO ADULTO	STARCOOL	12.000	2021000280
	307.3	ICS - LAB. DE SAÚDE DO ADULTO	STARCOOL	18.000	2015001224

	307.4	ICS - LAB. DE SAÚDE DO ADULTO	AGRATTO	12.000	2021000280
	307.5	SALA DE APOIO	STARCOOL	18.000	2015001261
	308.1	ICS - LAB. DE SAÚDE DO IDOSO	STARCOOL	18.000	2015001260
	308.2	ICS - LAB. DE SAÚDE DO IDOSO	STARCOOL	18.000	2015001265
	308.3	ICS - LAB. DE SAÚDE DO IDOSO	AGRATTO	12.000	2021000278
	308.4	ICS - LAB. DE SAÚDE DO IDOSO	STARCOOL	18.000	2015001263
	308.5	SALA DE APOIO	ELGIN	7.500	2015002089
Outros					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
	-	RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS	MIDEA	12.000	2015000506
	-	RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	ELGIN	30.000	2015001370
	-	LAB. DE HIDRÁULICA	ELGIN	30.000	2015001354
	-	LAB. DE HIDRÁULICA	ELGIN	30.000	2015001353
	-	LAB. DE HIDRÁULICA	ELGIN	30.000	2015001352
	-	DSIBIUNI/BSCA	ELGIN	30.000	2015001349
	-	DSIBIUNI/BSCA	ELGIN	30.000	2015001351
	-	DSIBIUNI/BSCA	ELGIN	30.000	2015001350
	-	DSIBIUNI/BSCA	ELGIN	30.000	2015001345
	-	DSIBIUNI/BSCA	ELGIN	30.000	2015001348
	-	DSIBIUNI/BSCA	ELGIN	30.000	2015001347
	-	DSIBIUNI/BSCA (REPOSITÓRIO)	KOMECO	12.000	2014002126
	-	DSIBIUNI/BSCA (SALA DE ESTUDO)	MIDEA	12.000	2014000496
	-	DSIBIUNI/BSCA (SALA DE ESTUDO)	STARCOOL	18.000	2015001309
	-	DSIBIUNI/BSCA (SALA DE ESTUDO)	STARCOOL	18.000	2015001314
	-	DSIBIUNI/BSCA (COORDENAÇÃO)	STARCOOL	18.000	2015001313
	-	DSIBIUNI/BSCA (SALA DE ACESSO À INTERNET)	ELGIN	30.000	2015001346
1º Piso	-	SERVIÇO DE AR CONDICIONADO	MIDEA	12.000	2015000497
	-	PROAD/CSO/SPAU	STARCOOL	18.000	2015001259
	-	IDR/INTESOL	MIDEA	12.000	2015000486
	128	AUDITÓRIO 01	ELGIN	60.000	2014002560
			ELGIN	60.000	2014002559
			ELGIN	60.000	2014002555
			ELGIN	60.000	2014002556
	129	AUDITÓRIO 02	ELGIN	60.000	2014002558
			ELGIN	60.000	2014002557

	129	ARBITRAGEM 02	ELGIN	60.000	2014002561
			ELGIN	60.000	2014002562
	-	IDR/INTESOL	MIDEA	24.000	2015000510
	-	IDR/INTESOL	STARCOOL	18.000	2015001302
RU / Centro de Convivência / CAIS					
RU / Centro de Convivência / CAIS		Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
		RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	ELGIN	30.000	2015001370
		LAB. DE HIDRÁULICA	ELGIN	30.000	2015001354
		LAB. DE HIDRÁULICA	ELGIN	30.000	2015001353
		LAB. DE HIDRÁULICA	ELGIN	30.000	2015001352
		FARMÁCIA	ELGIN	30.000	2015001378
		ESPERA	ELGIN	30.000	2015001377
		ESPERA	ELGIN	30.000	2015001430
		ALMOXARIFADO	AGRATTO	12.000	2021000301
		CONSULTÓRIO GINECOLÓGICO (1)	AGRATTO	12.000	2021000268
		SALA DE IMUNIZAÇÃO	AGRATTO	12.000	2021000323
		CONSULTÓRIO GERAL (3)	AGRATTO	12.000	2021000265
		CONSULTÓRIO GERAL (4)	AGRATTO	12.000	2021000267
		CONSULTÓRIO GERAL (5)	AGRATTO	12.000	2021000266
		SALA MULTIPROFISIONAL	ELGIN	30.000	2015001371
		COASE	AGRATTO	18.000	2021000325
		CEIAFRICA	AGRATTO	30.000	2021000056
		CEIAFRICA/ SALA ADM.	AGRATTO	12.000	2021000036
		FITOTECNICA 1	AGRATTO	24.000	2021000223
		ESTUDOS	AGRATTO	12.000	2021000262
		FITOTECNICA 2	AGRATTO	24.000	2021000224



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Bloco A					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo	214	SEC DOS CURSO ICS	BEBEDOURO	ESMALTEC	2012005464
		SEC DOS CURSO ICS	FRIGOBAR	MIDEA	2014000818
	321	PPGA-MIH	FRIGOBAR	ELETROLUX	3191
	332	COORDENAÇÃO PROG POS GRADUAÇÃO E ENERGIA	GELADEIRA	CONSUL	2021005465
Bloco B					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo	204	IDR	GELADEIRA	ESMALTEC	UFC-287774
		CURSO DE AGRONOMIA	GELADEIRA	ESMALTEC	2011001313
	227	PET- HUMANIDADES E LETRAS	GELADEIRA	ESMALTEC	UFC-291727
		COPA - ICEN - IDR	FRIGOBAR	ELETROLUX	2011000672
Bloco C					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
		PREFEITURA DE AURORAS	GELÁGUA	ESMALTEC	UFC-269647
		INTESOL	FRIGOBAR	MIDEA	S/T
		DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO	GELÁGUA	ESMALTEC	UFC-291718
		AREA DE CONVIVÊNCIA 1º PISO	BEBEDOURO	INDUSTRIAL	S/T
		AREA DE CONVIVÊNCIA 2º PISO	BEBEDOURO	INDUSTRIAL	S/T
		AREA DE CONVIVÊNCIA 3º PISO	BEBEDOURO	INDUSTRIAL	S/T
Bloco D					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Marca/Modelo	Tombamento

Térreo	101	LAB DE QUIMICA GERAL	GELADEIRA	CONTINETAL	UFC-291046
	102	LAB DE ANALITICA	GELADEIRA	ELETROLUX	2011001321
	103	LAB DE ORGANICA	GELADEIRA	CONSUL	S/T
	104	LAB DE BIOLOGIA GERAL	GELADEIRA		
	105	SALA FRIA	FREEZER	COLDLAB	2017000638
			FREEZER	COLDLAB	2017000639
	106	LAB BIOQUIMICA	GELADEIRA	ELETROLUX	2011001307
	108	LAB DE QUIMICA INORGÂNICA	GELADEIRA	ELETROLUX	2011001318
	05	LAB DE BROMATOLÇOGIA	GELADEIRA	CONTINENTAL	UFC-291047
		LAB DE ANALIZE QUIMICA	GELADEIRA	ELETROLUX	2011001312
			GELADEIRA	ELETROLUX	2011001320
	201	LAB DE SEMENTES	GELADEIRA	CONSUL	UFC-305436
			GELADEIRA	CONSUL	UFC-305435
			GELADEIRA	CONSUL	UFC-305434
			GELADEIRA	CONSUL	UFC-305433
			GELADEIRA	CONSUL	UFC-291071
			GELADEIRA	ELETROLUX	2011001311
	202	LAB DE BOTÂNICA	GELADEIRA	CONTINENTAL	UFC291045
			GELADEIRA	ELETROLUX	2011001305
			GELADEIRA	ELETROLUX	2011001309
	203	LAB DE FISIOLOGIA VEGETAL	GELADEIRA	ELETROLUX	2011001306
	204	LAB DE MICROBIOLOGIA	GELADEIRA	ELETROLUX	2011001316
			GELADEIRA	ELETROLUX	2011001315
			GELADEIRA	CONSUL	2011001317
	206	LAB DE LAMINAS	GELADEIRA	CONSUL	UFC-291086
	208	LAB DE PRODUÇÃO DE LAMINAS	GELADEIRA	CONSUL	UFC-291082
			GELADEIRA	ESMALTEC	S/T
			GELADEIRA	CONTINENTAL	UFC-291044
	209		GELADEIRA	ELETROLUX	2011001304
	301	DTI	GELÁGUA	ESMALTEC	UFC-291721
RU / Centro de Convivência / CAIS					

Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo	RU	CENTRO DE CONVIVÊNCIA	BEBEDOURO	Industrial	S/T
	RU	SALA NUTRICIONISTA	FRIGOBAR	Consul	2,012E+11
Residencia Universitária					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo		RECEPÇÃO C1	FRIGOBAR	Consul	S/T



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Bloco 01					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
Térreo	01	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001967
	01	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001966
	02	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001973
	02	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001969
	03	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	ST
	03	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001974
	04	DSIBIUNI/BSCP	MIDEA	28.000	2012001983
	04	DSIBIUNI/BSCP	MIDEA	28.000	ST
	04	DSIBIUNI/BSCP	MIDEA	28.000	2012001980
	04	DSIBIUNI/BSCP	MIDEA	28.000	2012001985
	07	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001980
	07	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001975
	08	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012002046
	08	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001971
	09	BRINQUEDOTECA	MIDEA	28.000	ST
	09	BRINQUEDOTECA	MIDEA	28.000	2012002034
	10	DSIBIUNI/SEPT	MIDEA	28.000	2012001986
	10	DSIBIUNI/SEPT	MIDEA	28.000	2012002034
	11	DSIBIUNI/DESBASTE	MIDEA	28.000	2012001977
	11	DSIBIUNI/DESBASTE	MIDEA	28.000	2012001981
	12	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012002033
	12	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001987
	001A	AMBULATÓRIO	MIDEA	28.000	2012001965

001B	SALA DE PSICOLOGIA	MIDEA	28.000	2012001964
001C	CONSULTÓRIO	MIDEA	28.000	2012001963
001D	PROPAE/COASE	MIDEA	28.000	2012001962
009	DSIBIUNI/BSCP (SALA DE ESTUDO)	ELGIN	7.000	2015002091
009	DSIBIUNI/BSCP (SALA DE ESTUDO)	ELGIN	7.000	2015002092
010	DSIBIUNI/DIRETORIA	MIDEA	22.000	2012002048
011	DSIBIUNI/BSCP (SALA DE ACESSO À INTERNET)	MIDEA	22.000	2012002043
012	DTI/PB1-STA	MIDEA	22.000	2012002037
013	DSIBIUNI/BSCP (SALA DE ESTUDO INDIVIDUAL)	MIDEA	22.000	ST
014	DSIBIUNI/BSCP (SALA DE ESTUDOS DE USUÁRIO)	MIDEA	22.000	2012002047
015	SERVIÇO DE LIMPEZA/ VESTIÁRIO	MIDEA	22.000	2012002042
016	SALA DE APOIO DA VIGILANCIA	MIDEA	22.000	2012002045
017	SALA DOS PROFESSORES	MIDEA	22.000	ST
018	SALA DOS PROFESSORES	MIDEA	22.000	2012002040
019	SALA DOS PROFESSORES	MIDEA	22.000	ST
020	SALA DOS PROFESSORES	ELGIN	30.000	2015001363

Bloco 02

Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
	101	DIREÇÃO ICSA	AGRATTO	12.000	2021000270
	101A	SALA DO ICSA (COPA)	AGRATTO	12.000	2021000271
	101B	SALA DO DIRETOR	AGRATTO	12.000	2021000269
	102	LAB. DE INFORMÁTICA 02	ELGIN	30.000	2015001339
	103	COORDENAÇÃO DE CURSOS ICSA	ELGIN	30.000	2015001429
	103A	SALA DA COORDENAÇÃO DO MPGPDR	AGRATTO	12.000	2021000273
	103B	SALA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	AGRATTO	12.000	2021000272
	103C	SALA DA COORDENAÇÃO DO MAPDTL	AGRATTO	12.000	2021000274
	103D	SALA DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	KOMECO	18.000	2014002138
	104	LAB. DE CIÊNCIAS E ASTRONOMIA	ELGIN	30.000	2015001431
	105	LAB. DE ELETRÔNICA DIGITAL	ELGIN	30.000	2015001432
	105	LAB. DE ELETRÔNICA DIGITAL	ELGIN	30.000	2015001434
	105A	LAB. DE ELETRÔNICA DIGITAL	KOMECO	18.000	2014002137
	105B	LAB. DE ELETRÔNICA DIGITAL	KOMECO	18.000	2014002144
	106	LAB. DE INFORMÁTICA 03	ELGIN	30.000	2015001340
	106	LAB. DE INFORMÁTICA 03	ELGIN	30.000	2015001156
	107	NUDOC	KOMECO	18.000	2014002136
	108	IEAD (NUCLEO D EPRODUÇÃO E RECURSOS DIDÁTICOSA E	ELGIN	30.000	2015001141
	108	IEAD (NUCLEO D EPRODUÇÃO E RECURSOS DIDÁTICOSA E	MIDEA	12.000	2015000478

1º Piso	109	DIREÇÃO IH	KOMECO	18.000	2014002134
	109A	SALA DE REUNIÕES IH	KOMECO	18.000	2014002143
	109A	SALA DE REUNIÕES IH	KOMECO	18.000	2014002135
	109B	SALA DO DIRETOR - IH	AGRATTO	12.000	2021000042
	110	SECRETARIAS DE CURSOS/ SALA DA COORDENAÇÃO	ELGIN	30.000	2015001385
	110	SECRETARIAS DE CURSOS/ SALA DA COORDENAÇÃO (NUCLEO DE	ELGIN	30.000	2015001142
	111	SALA DE ORIENTAÇÃO - IH	AGRATTO	12.000	2021000041
	111	COORDENAÇÃO DE CURSOS IH	CARRIER	22.000	2014003772
	111A	SERVIÇO ACADÊMICO	AGRATTO	12.000	2021000038
	111B	PEDAGOGIA	AGRATTO	12.000	2021000043
	111C	BHU	AGRATTO	12.000	2021000039
	111D	HISTÓRIA	AGRATTO	12.000	2021000044
	111E	ANTROPOLOGIA	AGRATTO	12.000	2021000037
	111F	SOCIOLOGIA	KOMECO	18.000	2021000040
	112	IEAD/DIRETORIA	KOMECO	18.000	2014002133
	112A	IEAD/DIRETORIA	KOMECO	18.000	2014002140
	113	SERVIÇO DE PREFEITURA DE PALMARES - SPPA	KOMECO	18.000	2014002131
	113A	SALA DO PREFEITO DO CAMPUS	KOMECO	18.000	2014002132
	114	ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO	KOMECO	18.000	2014002141
	114	ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO	KOMECO	18.000	2014002142
	116	SERVIÇO DE LIMPEZA	GREE	13.000	UFC - 268405
	-	DTI/PB2-STA	MIDEA	12.000	2015000480
2º Piso	201	SALA DE AULA	KOMECO	18.000	2014002148
	201	SALA DE AULA	KOMECO	18.000	2014002146
	201	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001396
	201	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001426
	202	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001157
	203	SALA TÉCNICA (LABORATÓRIO)	KOMECO	18.000	2014002149
	204	LAB. DE FÍSICA GERAL	ELGIN	30.000	2015001425
	205	LAB. DE BIOLOGIA GERAL	ELGIN	30.000	2015001427
	205	LAB. DE BIOLOGIA GERAL	ELGIN	30.000	2015001158
	206	LAB. DE ÓPTICA E FÍSICA MODERNA	ELGIN	30.000	2015001424
	206	LAB. DE ÓPTICA E FÍSICA MODERNA	ELGIN	30.000	2015001386
	207	LAB. DE ENSINO DA FÍSICA	ELGIN	30.000	2015001428
	208	LAB. DE ELETRICIDADE E MAGNETISMO	ELGIN	36.000	2014002564
	209	LAB. DE MECÂNICA/TERMODINÂMICA	ELGIN	30.000	2015001355
	210	LAB. DE ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	MIDEA	12.000	2015000481

	210	LAB. DE ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	CARRIER	22.000	2014003773
	210	LAB. DE ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	KOMECO	18.000	2014002145
	210	LAB. DE ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	CARRIER	22.000	2014003774
	210	LAB. DE ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	KOMECO	18.000	2014002147
	210	LAB. DE ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	MIDEA	12.000	2015004082
	213	BIOTÉRIO	MIDEA	12.000	2015000483
	213	BIOTÉRIO	MIDEA	12.000	2015000485
	213	BIOTÉRIO	STARCOOL	18.000	2015001306
	213	BIOTÉRIO	STARCOOL	18.000	2015001307
	216	GR/DIARP/PROTOCOLO	GREE	13.000	UFC - 268404
3º Piso	301	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012002022
	302	SALA DE AULA	GREE	24.000	UFC - 268410
	303	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012002017
	304	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012002003
	305	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012002016
	306	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012002029
	307	SALA DE AULA	GREE	24.000	UFC - 268411
	308	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012002020
	309	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012001998
	310	SALA DE AULA	GREE	28.000	UFC - 268414
	311	SALA DE AULA	MIDEA	28.000	2012002011
	312	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001143
Bloco 03					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
Térreo	-	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	MIDEA	12.000	2015000477
	-	DCE	STARCOOL	18.000	2015001317
	-	DCE	STARCOOL	18.000	2015001318
	101	CAENE	ELGIN	30.000	2015001407
	101	CAENE	ELGIN	30.000	2015001411
	101	CAENE	ELGIN	30.000	2015001408
	102	LABORATÓRIO DE MATEMATICA	ELGIN	30.000	2015001412
	103	PROPAE/COPAF/DAN - CAENE	ELGIN	30.000	2015001421
	103	PROPAE/COPAF/DAN - CAENE	AGRATTO	18.000	2021000276
	103	PROPAE/COPAF/DAN - CAENE	AGRATTO	18.000	2021000277
	104	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001404
	105	CIEG	STARCOOL	18.000	2015001272
	106	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001420

1º Piso	108	DSIBINUI/BSCP	ELGIN	30.000	2015001406
	108	DSIBINUI/BSCP	ELGIN	30.000	2015001410
	108	DSIBINUI/BSCP	ELGIN	30.000	2015001416
	108	DSIBINUI/BSCP	ELGIN	30.000	2015001414
	108	DSIBINUI/BSCP	ELGIN	30.000	2015001422
	108	DSIBINUI/BSCP	ELGIN	30.000	2015001409
	111	ILL	AGRATTO	18.000	2015001271
	113	ILL	STARCOOL	18.000	2015001270
	113	ILL	AGRATTO	12.000	2021000255
	113	ILL	AGRATTO	12.000	2021000257
	113	ILL	AGRATTO	12.000	2021000256
	114	ANTIGA DIMOP	MIDEA	12.000	2015000493
	115	ILL	AGRATTO	12.000	2021000260
	115	ILL	AGRATTO	12.000	2021000259
	-	DTI/PB3-STA	MIDEA	12.000	2015000479
2º Piso	201	LAB. DE FÍSICA DOS SOLOS	ELGIN	30.000	2015001390
	201	LAB. DE FÍSICA DOS SOLOS	ELGIN	30.000	2015001398
	201	LAB. DE FÍSICA DOS SOLOS	STARCOOL	18.000	2015001278
	202	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001403
	203	SALA TÉCNICA (LABORATÓRIO)	STARCOOL	18.000	2015001277
	204	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001392
	205	LAB. DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO	STARCOOL	18.000	2015001276
	205	LAB. DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO	ELGIN	30.000	2015001393
	205	LAB. DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO	ELGIN	30.000	2015001394
	206	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001417
	207	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001413
	208	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001400
	208	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001397
	209	GRUPO DE ESTUDOS (POVOS INDÍGENAS)	ELGIN	30.000	2015001405
	210	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001401
	210	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001402
	211	EMPRESA JR.	ELGIN	30.000	2015001419
	212	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001399
	212	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001391
	212	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001395
	214	SALA DA DAN	MIDEA	12.000	2015000492
	301	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001146

3º Piso	302	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001144
	303	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001153
	304	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001147
	305	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001149
	306	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001154
	307	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001150
	308	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001155
	309	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001148
	310	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001145
	311	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001152
	312	SALA DE AULA	ELGIN	30.000	2015001151
Outros					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
Térreo	-	PROAD/COLOG/DP	MIDEA	28.000	2012002031
	-	PROAD/COLOG/DP	MIDEA	22.000	2012002049
	-	PROAD/COLOG/DP	MIDEA	22.000	2012002050
	-	PROAD/COLOG/DP	MIDEA	28.000	2012002032
	-	GUARITA DE VIGILÂNCIA	AGRATTO	24.000	2021000326



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970

Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Bloco 01					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo	001C	BEBEDOURO TIPO GELAGUA	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005458
	001C	REFRIGERADOR DE 240 LITROS - 220V	GELADEIRA	ELECTROLUX	2011001308
	04	BEBEDOURO TIPO GELAGUA	GELÁGUA	ESMALTEC	291723
	04	BEBEDOURO TIPO GELAGUA	GELÁGUA	ESMALTEC	3346
	04	FRIGOBAR 80 LITROS, COR BRANCA	FRIGOBAR	ELECTROLUX	2012003194
	15	REFRIGERADOR 300 LITROS	GELADEIRA	CONSUL	291081
	-	BEBEDOURO INDUSTRIAL	BEBEDOURO	-	-
	-	BEBEDOURO INDUSTRIAL	BEBEDOURO	-	-
Bloco 02					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo	101	FRIGOBAR 83L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO	FRIGOBAR	MIDEA	2014000815
	103	FRIGOBAR, COR BRANCA	FRIGOBAR	CONSUL	291039
	107	FRIGOBAR 80 LITROS, COR BRANCA	FRIGOBAR	ELECTROLUX	2012003189
	108	BEBEDOURO TIPO GELAGUA	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005463
	110	BEBEDOURO TIPO GELAGUA	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005450
	110	FRIGOBAR 83L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO	FRIGOBAR	MIDEA	2014000813
	112	FRIGOBAR 80 LITROS, COR BRANCA	FRIGOBAR	ELECTROLUX	2011000671
	112	BEBEDOURO TIPO GELAGUA	GELÁGUA	ESMALTEC	289653
	115	BEBEDOURO TIPO GELAGUA	GELÁGUA	ESMALTEC	289654
	211	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS, 305L	FREEZER	ESMALTEC	2018000092

	-	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1/6 HP	BEBEDOURO	JR FRIOS	S/T
	-	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1/6 HP	BEBEDOURO	JR FRIOS	S/T
	-	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1/6 HP	BEBEDOURO	JR FRIOS	S/T
Bloco 03					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo	-	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1/6 HP	BEBEDOURO	JR FRIOS	S/T
	-	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1/6 HP	BEBEDOURO	JR FRIOS	S/T
	-	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1/6 HP	BEBEDOURO	JR FRIOS	S/T
	-	BEBEDOURO INDUSTRIAL 1/6 HP	BEBEDOURO	JR FRIOS	S/T
Outros					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo	GUARITA	BEBEDOURO TIPO GELAGUA	GELÁGUA	ESMALTEC	291720
	GUARITA	FRIGOBAR 80 LITROS, COR BRANCA	FRIGOBAR	ELECTROLUX	2012003190
	DP	BEBEDOURO TIPO GELAGUA	GELÁGUA	ESMALTEC	2012005467
	DP	FRIGOBAR 80 LITROS, COR BRANCA	FRIGOBAR	ELECTROLUX	S/T
	DP	FRIGOBAR, COR BRANCA	FRIGOBAR	CONSUL	291042



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Fazenda Experimental Piroás					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Marca/Modelo	Potência	Tombamento
Térreo	-	CASA-SEDE	MIDEA	12.000	2015000372
	-	LABORATÓRIO DIDÁTICO	ELGIN	30.000	2015001356



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

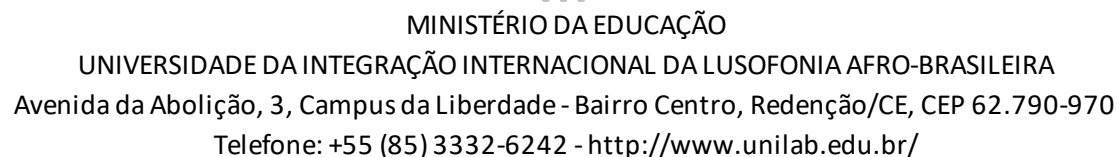
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970

Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Fazenda Experimental Piroás					
Pavimento	Sala nº	Descrição	Equipamento	Marca/Modelo	Tombamento
Térreo		CASA-SEDE	GELADEIRA	CONTINENTAL	291043 UFC
		CASA-SEDE	FREEZER	ESMALTEC	2013004526
		LABORATÓRIO DIDÁTICO	BEBEDOURO	PROINOX	2013005092

Anexo III - Historico de Servicos (Corretiva, Instalacao e Desinstalacao).pdf

[illegible]

[illegible]

2.18	Substituição de serpentina da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	1	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
2.19	Substituição de fusível de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.20	Substituição de terminal/borne de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.21	Substituição de turbina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.22	Substituição de hélice da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.23	Substituição de aleta da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.24	Substituição de tubo capilar ou válvula de expansão de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.25	Reparo em vazamento em unidade evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0
2.26	Reparo em serpentina de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.27	Reparo em carcaça de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.28	Recarga de gás de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	1	0	0	2	0	0	0	0	5	1	1	1	1	0	0	2	0	1	2	0	0	1	1	0

2.29	Substituição de capacitor do compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	2	1	0	2	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1
2.30	Substituição de capacitor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.31	Substituição de capacitor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	2	1	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	2	0	2	1	0	0	0	0
2.32	Substituição de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.33	Substituição de contator de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.34	Substituição de motor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.35	Substituição de motor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.36	Substituição de controle remoto de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
2.37	Substituição de filtro de ar de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.38	Substituição de compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
2.39	Substituição de sensor de temperatura e degelo de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

2.116	Substituição de terminal/borne de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.117	Substituição de turbina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.118	Substituição de hélice da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.119	Substituição de aleta da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.120	Substituição de tubo capilar ou válvula de expansão de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Serviços sob demanda de instalação e desinstalação de ares condicionados, com fornecimento de materiais.																								
3.1	Instalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 Btu a 12.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	1	2	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1
3.2	Instalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 Btu a 24.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	1	0	0	1	0	7	0	0	0	0	1	1	4
3.3	Instalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 Btu a 36.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	0	0	0	0	0	4	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0

[illegible]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Quantitativos Consolidados			
Item	Descrição	Total Executado Contrato nº 03/2020	Proporcional 12 (doze) meses
2	Serviços sob demanda de manutenção corretiva de ares condicionados, com fornecimento de peças e componentes.		
2.1	Reparo em vazamento em unidade evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	4	2
2.2	Reparo em serpentina de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	2	1
2.3	Reparo em carcaça de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.4	Recarga de gás de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	18	9
2.5	Substituição de capacitor do compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	13	7
2.6	Substituição de capacitor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	5	3
2.7	Substituição de capacitor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	15	8
2.8	Substituição de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	2	1
2.9	Substituição de contator de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0

2.10	Substituição de motor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	4	2
2.11	Substituição de motor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.12	Substituição de controle remoto de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.13	Substituição de filtro de ar de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.14	Substituição de compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	3	2
2.15	Substituição de sensor de temperatura e degelo de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	2	1
2.16	Substituição de rolamento do ventilador da evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	2	1
2.17	Substituição de serpentina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.18	Substituição de serpentina da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	7	4
2.19	Substituição de fusível de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.20	Substituição de terminal/borne de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.21	Substituição de turbina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.22	Substituição de hélice da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.23	Substituição de aleta da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0
2.24	Substituição de tubo capilar ou válvula de expansão de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 a 12.000 Btu	0	0

2.25	Reparo em vazamento em unidade evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	6	3
2.26	Reparo em serpentina de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	1	1
2.27	Reparo em carcaça de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0
2.28	Recarga de gás de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	19	10
2.29	Substituição de capacitor do compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	13	7
2.30	Substituição de capacitor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	1	1
2.31	Substituição de capacitor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	11	6
2.32	Substituição de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	2	1
2.33	Substituição de contator de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	1	1
2.34	Substituição de motor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	2	1
2.35	Substituição de motor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0
2.36	Substituição de controle remoto de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	2	1
2.37	Substituição de filtro de ar de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0
2.38	Substituição de compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	4	2
2.39	Substituição de sensor de temperatura e degelo de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	4	2

2.40	Substituição de rolamento do ventilador da evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0
2.41	Substituição de serpentina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0
2.42	Substituição de serpentina da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	2	1
2.43	Substituição de fusível de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0
2.44	Substituição de terminal/borne de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	4	2
2.45	Substituição de turbina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	1	1
2.46	Substituição de hélice da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0
2.47	Substituição de aleta da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0
2.48	Substituição de tubo capilar ou válvula de expansão de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 a 24.000 Btu	0	0
2.49	Reparo em vazamento em unidade evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	7	4
2.50	Reparo em serpentina de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	6	3
2.51	Reparo em carcaça de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.52	Recarga de gás de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	32	16
2.53	Substituição de capacitor do compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	4	2
2.54	Substituição de capacitor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	2	1

2.55	Substituição de capacitor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	8	4
2.56	Substituição de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	1	1
2.57	Substituição de contator de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	1	1
2.58	Substituição de motor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	1	1
2.59	Substituição de motor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.60	Substituição de controle remoto de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.61	Substituição de filtro de ar de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.62	Substituição de compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	4	2
2.63	Substituição de sensor de temperatura e degelo de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	4	2
2.64	Substituição de rolamento do ventilador da evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	6	3
2.65	Substituição de serpentina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.66	Substituição de serpentina da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.67	Substituição de fusível de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.68	Substituição de terminal/borne de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	34	17
2.69	Substituição de turbina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	2	1

2.70	Substituição de hélice da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.71	Substituição de aleta da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.72	Substituição de tubo capilar ou válvula de expansão de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 a 36.000 Btu	0	0
2.73	Reparo em vazamento em unidade evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	2	1
2.74	Reparo em serpentina de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	1	1
2.75	Reparo em carcaça de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	1	1
2.76	Recarga de gás de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	10	5
2.77	Substituição de capacitor do compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.78	Substituição de capacitor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	8	4
2.79	Substituição de capacitor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.80	Substituição de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.81	Substituição de contator de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	2	1
2.82	Substituição de motor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.83	Substituição de motor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.84	Substituição de controle remoto de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.85	Substituição de filtro de ar de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0

2.86	Substituição de compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.87	Substituição de sensor de temperatura e degelo de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	12	6
2.88	Substituição de rolamento do ventilador da evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	30	15
2.89	Substituição de serpentina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.90	Substituição de serpentina da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	1	1
2.91	Substituição de fusível de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.92	Substituição de terminal/borne de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.93	Substituição de turbina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.94	Substituição de hélice da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.95	Substituição de aleta da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.96	Substituição de tubo capilar ou válvula de expansão de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 a 48.000 Btu	0	0
2.97	Reparo em vazamento em unidade evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.98	Reparo em serpentina de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.99	Reparo em carcaça de evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.100	Recarga de gás de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	6	3

2.101	Substituição de capacitor do compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.102	Substituição de capacitor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.103	Substituição de capacitor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.104	Substituição de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.105	Substituição de contator de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	4	2
2.106	Substituição de motor do ventilador da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	1	1
2.107	Substituição de motor do ventilador da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.108	Substituição de controle remoto de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.109	Substituição de filtro de ar de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.110	Substituição de compressor de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.111	Substituição de sensor de temperatura e degelo de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	1	1
2.112	Substituição de rolamento do ventilador da evaporadora ou condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	12	6
2.113	Substituição de serpentina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.114	Substituição de serpentina da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	3	2
2.115	Substituição de fusível de placa eletrônica de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0

2.116	Substituição de terminal/borne de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.117	Substituição de turbina da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.118	Substituição de hélice da condensadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.119	Substituição de aleta da evaporadora de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
2.120	Substituição de tubo capilar ou válvula de expansão de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 a 60.000 Btu	0	0
3	Serviços sob demanda de instalação e desinstalação de ares condicionados, com fornecimento de materiais.		
3.1	Instalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 Btu a 12.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	10	5
3.2	Instalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 Btu a 24.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	18	9
3.3	Instalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 Btu a 36.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	9	5
3.4	Instalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 Btu a 48.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	0	0
3.5	Instalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 Btu a 60.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	2	1

3.6	Desinstalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 7.000 Btu a 12.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	7	4
3.7	Desinstalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 13.000 Btu a 24.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	8	4
3.8	Desinstalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 25.000 Btu a 36.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	11	6
3.9	Desinstalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 37.000 Btu a 48.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	0	0
3.10	Desinstalação de Ar Condicionado tipo 'Split', potência de 49.000 Btu a 60.000 Btu, incluindo todo material necessário, com distância da tubulação de cobre de até 05 (cinco) metros da unidade condensadora para a evaporadora	2	1

Anexo IV - Memorial de Calculo - Quantitativos.pdf



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Mão de Obra com Dedicção Exclusiva		
1 - Módulos		
Módulo 01 - Composição da Remuneração		
1	Composição da Remuneração	Memorial de Cálculo
A	Salário-Base	Conforme Instrumento Coletivo
B	Adicional de Periculosidade	N/A
C	Adicional de Insalubridade	N/A
D	Adicional Noturno	N/A
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	N/A
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	N/A
Total (R\$)		A + B + C + D + E + F
Módulo 02 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Memorial de Cálculo
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	Art. 7º, VIII, da CF/88, Leis nº 4.090/62 e 4.749/65. Art. 1º, Decreto nº 57.155/65. Cálculo: $1/12 \times \text{Total Módulo 01}$
B	Férias	Art. 7º, Inciso XVII, CF/88. Art. 129, CLT. Cálculo: $1/12 \times \text{Total Módulo 01}$
C	Adicional de Férias	Art. 7º, Inciso XVII, CF/88. Cálculo: $1/3 \times 1/12 \times \text{Total Módulo 01}$
Total (R\$)		A + B + C
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições		
2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições	Memorial de Cálculo
A	INSS	Lei nº 12.546/2011. Cálculo: $XX\% \times (\text{Total Módulo 01} + \text{Total Submódulo 2.1})$
B	Salário Educação	Art. 3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82 e art. 15, Lei nº 9.424/96. Cálculo: $2,5\% \times (\text{Total Módulo 01} + \text{Total Submódulo 2.1})$

C	Seguro Acidente de Trabalho (SAT)	Decreto nº 3.048/1999. Decreto nº 6.957/2009. Cálculo: RAT x FAP x (Total Módulo 01 + Total Submódulo 2.1)
D	SESC/SESI	Decreto-Lei nº 2.318/86. Art. 30, Lei nº 8.036/90. Cálculo: 1,50% x (Total Módulo 01 + Total Submódulo 2.1)
E	SENAI/SENAC	Decreto-Lei nº 2.318/86. Cálculo: 1,00% x (Total Módulo 01 + Total Submódulo 2.1)
F	SEBRAE	Lei nº 8.029/1990. Cálculo: 0,60% x (Total Módulo 01 + Total Submódulo 2.1)
G	INCRA	Lei nº 7.787/89. Decreto-Lei nº 1.146/70. Cálculo: 0,20% x (Total Módulo 01 + Total Submódulo 2.1)
H	FGTS	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88. Cálculo: 8% x (Total Módulo 01 + Total Submódulo 2.1)
Total (R\$)		A + B + C + D + E + F + G + H
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Memorial de Cálculo
A	Transporte	Art. 4 da Lei nº 7.418/85. Cálculo: (2 x 22 x Valor Unitário Tarifa) - (6% x Salário-Base)
B	Auxílio-Refeição	Cálculo: 2 x 22 x Valor Unitário VR (conforme Instrumento Coletivo) - Desconto em Folha (Conforme Instrumento Coletivo)
C	Seguro de Vida	Valor Mensal (Conforme Instrumento Coletivo)
D	Plano de Saúde	Valor Mensal (Conforme Instrumento Coletivo)
E	Auxílio-Creche	Cálculo: Incidência x Meses de Contribuição x Valor (Conforme Instrumento Coletivo)
Total (R\$)		A + B + C + D + E
Quadro-Resumo do Módulo 02 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Memorial de Cálculo
A	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Total Submódulo 2.1
B	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições	Total Submódulo 2.2
C	Benefícios Mensais e Diários	Total Submódulo 2.3
Total (R\$)		A + B + C
Módulo 03 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Memorial de Cálculo
A	Aviso Prévio Indenizado	Art. 7º, XXI, CF/88. Arts. 477, 487 e 491, CLT. Cálculo: Incidência x (1/12) x (Total Módulo 01 + Total Submódulo 2.1)
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8% x Aviso Prévio Indenizado
C	Aviso Prévio Trabalhado	Art. 7º, XXI, CF/88. Arts. 477, 487 e 491, CLT. Cálculo: (7/30) x (1/12) x (Total Módulo 01 + Total Submódulo 2.1)
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o APT	Total (%) Submódulo 2.2 x Aviso Prévio Trabalhado
E	Multa do FGTS	40% x 8% x (Total Módulo 01 + Total Submódulo 2.1 + API + APT)

Total (R\$)		A + B + C + D + E
Módulo 04 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Memorial de Cálculo
A	Férias	Art. 129 da CLT. Cálculo: Incidência x Duração Legal x (Total Módulo 01 + Total Módulo 02 + Total Módulo 03) x (1/30) x (1/12)
B	Ausência Justificada	Cálculo: Incidência x Duração Legal x (Total Módulo 01 + Total Módulo 02 + Total Módulo 03) x (1/30) x (1/12)
C	Afastamento por Doença	Cálculo: Incidência x Duração Legal x (Total Módulo 01 + Total Módulo 02 + Total Módulo 03) x (1/30) x (1/12)
D	Consulta Médica Filho	Cálculo: Incidência x Duração Legal x (Total Módulo 01 + Total Módulo 02 + Total Módulo 03) x (1/30) x (1/12)
E	Óbitos na Família	Cálculo: Incidência x Duração Legal x (Total Módulo 01 + Total Módulo 02 + Total Módulo 03) x (1/30) x (1/12)
F	Paternidade	Inciso I, art. 1º, Lei nº 11.770/08. Cálculo: Incidência x (Total Módulo 01 + Total Módulo 02 + Total Módulo 03) x (1/30) x (1/12)
Total (R\$)		A + B + C + D + E + F + G + H + I + J
Módulo 05 - Insumos Diversos		
5	Insumos Diversos	Memorial de Cálculo
A	Uniformes	Conforme Estimativa
B	Materiais de Consumo	Conforme Estimativa
C	EPI's e EPC's	Conforme Estimativa
D	Ferramentas e Equipamentos	Conforme Estimativa
Total (R\$)		A + B + C + D
2 - Quadro Resumo do Custo Direto por Empregado		
A	Módulo 01 - Composição da Remuneração	Total Módulo 01
B	Módulo 02 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Total Módulo 02
C	Módulo 03 - Provisão para Rescisão	Total Módulo 03
D	Módulo 04 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	Total Módulo 04
E	Módulo 05 - Insumos Diversos	Total Módulo 05
Total (R\$)		A + B + C + D + C



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Uniformes				
Item	Descrição da Peça do Uniforme	Unid.	Quant. Est. Anual	Memorial de Cálculo / Justificativa
1	Bata em Brim, Mangas Longas, c/ Emblema da Empresa	Unid.	2	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal peça a cada 06 (seis) meses. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times 12 / 6 = 2$
2	Calça Jeans, c/ Emblema da Empresa	Unid.	2	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal peça a cada 06 (seis) meses. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times 12 / 6 = 2$
3	Cinto de Couro	Unid.	1	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal peça a cada 12 (doze) meses. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times 12 / 12 = 1$
4	Meia de Algodão	Par	4	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 02 (dois) pares de tal peça a cada 06 (seis) meses. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $2 \times 12 / 6 = 4$
5	Bota de Segurança, c/ Biqueira de Aço e Colarinho Acolchoado	Par	1	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (um) par de tal peça a cada 12 (doze) meses. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times 12 / 12 = 1$
6	Crachá, c/ Foto e Emblema da Empresa	Unid.	1	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal peça a cada 12 (doze) meses. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times 12 / 12 = 1$



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Materiais de Consumo				
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant. Est. Anual	Memorial de Cálculo / Justificativa
1	Abraçadeira de Nylon p/ Amarração de Cabos, 200 x 4,6 mm	Unid.	3.300	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 05 (cinco) abraçadeiras, por Ar Condicionado, no período de 12 (doze) meses. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $660 \times 5 \times 12 / 12 = 3.300$
2	Bactericida p/ Higienização de Ar Condicionado ou Equipamento de Refrigeração	Litro	40	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 25 (vinte e cinco) mL de bactericida, a cada 06 (seis) meses, para cada equipamento. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $797 \times 0,025 \times 12 / 6 = 40$ (o valor foi arredondado para cima)
3	Bucha de Nylon S8, c/ Parafuso de 4,8 x 50 mm, em Aço Zincado	Unid.	220	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 01 (uma) bucha para cada 03 (três) Ares Condicionados, no período de 12 (doze) meses. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $660 / 3 \times 1 \times 12 / 12 = 220$ (o valor foi arredondado para cima)
4	Bucha de Nylon S12, c/ Parafuso de 5,6 x 80 mm, em Aço Zincado	Unid.	220	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 01 (uma) bucha para cada 03 (três) Ares Condicionados, no período de 12 (doze) meses. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $660 / 3 \times 1 \times 12 / 12 = 220$ (o valor foi arredondado para cima)
5	Cola/Adesivo Instatâneo, Tubo c/ 20g	Unid.	24	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 02 (duas) unidades de cola/adesivo por mês. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $2 \times 12 = 24$

6	Fita Adesiva Reforçada, Rolo de 50 mm x 25 m	Unid.	24	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 02 (dois) rolos de fita adesiva reforçada por mês. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $2 \times 12 = 24$
7	Fita Isolante Adesiva Anti-Chama, Rolo de 19 mm x 05 m	Unid.	120	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 10 (dez) rolos de fita isolante adesiva anti-chama por mês. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times 12 = 120$
8	Fita PVC p/ Instalação de Ar Condicionado, Rolo de 10 x 0,10 m	Unid.	45	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 15 (quinze) metros de fita PVC para cada instalação, considerando a média histórica de 20 (vinte) instalações de Ar Condicionado por período de 12 (doze) meses, com a incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em conta o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $15 \times 20 \times 1,5 / 10 = 45$ (o valor foi arredondado para cima)
9	Flanela Algodão 30 x 40 cm	Unid.	120	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 02 (duas) flanelas, por mês, para cada colaborador. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $2 \times 5 \times 12 = 120$
10	Graxa Lubrificante	Kg	6	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 01 (um) kg de graxa lubrificante, a cada 02 (dois) meses. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 12 / 2 = 6$
11	Gás Mapp, Cilindro c/ 400 g	Unid.	12	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 400 g de Gás Mapp por mês. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $400 \times 12 / 400 = 12$
12	Gás Nitrogênio Pressurizado	m ³	60	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 05 m ³ (cinco metros cúbicos) de Gás Nitrogênio por mês. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $5 \times 12 = 60$

13	Gás Refrigerante R-134a, Cilindro c/ 13,6 kg	Unid.	4	<p>Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos de refrigeração (exceto Ar Condicionado), tal quantitativo foi estimado levando em consideração que cada equipamento demandará, aproximadamente, 400 g de Gás Refrigerante R-134a em um período de 12 (doze) meses. Leva-se em conta, ainda, a quantidade de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 137 (cento e trinta e sete). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $137 \times 0,4 / 13,6 = 4$ (o valor foi arredondado para baixo)</p>
14	Gás Refrigerante R-22, Cilindro c/ 13,6 kg	Unid.	12	<p>O quantitativo se baseia na média histórica de 09 (nove) recargas de gás de Ar Condicionado de 7.000 a 12.000 Btu, 10 (dez) recargas de gás de Ar Condicionado de 13.000 a 24.000 Btu, 16 (dezesesseis) recargas de gás de Ar Condicionado de 25.000 a 36.000 Btu, 05 (cinco) recargas de gás de Ar Condicionado de 37.000 a 48.000 Btu e 03 (três) recargas de gás de Ar Condicionado de 49.000 a 60.000 Btu, a cada 12 (doze) meses. Leva-se em consideração, ainda, os seguintes consumos médios por recarga, para cada faixa de potência: 7.000 a 12.000 Btu - 1,0 kg / 13.000 a 24.000 Btu - 2,0 kg / 25.000 a 36.000 Btu - 3,0 kg / 37.000 a 48.000 Btu - 3,5 kg / 49.000 a 60.000 Btu - 4,5 kg, bem como a incidência do percentual adicional de 50% (cinquenta) por cento, pelo fato de que os equipamentos e instalações (tubulações) tenderão a apresentar, à medida que envelhecem, cada vez mais problemas relacionados a vazamentos e micro-vazamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1,5 \times (9 \times 1 + 10 \times 2 + 16 \times 3 + 5 \times 3,5 + 3 \times 4,5) / 13,6 = 12$ (o valor foi arredondado para cima)</p>

15	Gás Refrigerante R-410a, Cilindro c/ 11,3kg	Unid.	2	O quantitativo se baseia na estimativa de que 10% (dez por cento) dos Ares Condicionados da UNILAB serão compostos por equipamentos que possuem, como fluido refrigerante, o Gás R-410a. Considera-se, dessa forma, para fins de cálculo, a proporção (em kg) em relação ao quantitativo estimado de Gás R-22. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $(12 \times 13,6 / 9) / 11,3 = 2$ (o valor foi estimado para cima)
16	Gás 141b, Cilindro c/ 10,5 kg	Unid.	2	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade aproximada de 1,6 kg de gás para cada substituição de compressor de Ar Condicionado, sendo 13 (treze) a quantidade anual estimada de substituições desse tipo de peça/componente. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $13 \times 1,6 / 10,5 = 2$ (o valor foi arredondado para cima)
17	Lâmina de Serra 12"	Unid.	12	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 01 (uma) lâmina a cada 02 (dois) meses, para cada arco de serra disponibilizado pela empresa. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 2 \times 12 / 2 = 12$
18	Óleo Lubrificante p/ Bomba de Vácuo	Litro	4	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 01 (um) litro de óleo lubrificante a cada 06 (seis) meses, para cada bomba de vácuo disponibilizada pela empresa. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 2 \times 12 / 6 = 4$
19	Pilha Alcalina AAA Palito 1,5 V, Pacote c/ 16 Unidades	Unid.	42	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 01 (uma) pilha, a cada 12 (doze) meses, por controle/equipamento de Ar Condicionado. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 660 \times (12 / 12) \times 16 = 42$ (o valor foi arredondado para cima)
20	Solda p/ Alumínio c/ Fluxo, Pacote c/ 08 Unidades	Unid.	9	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 06 (seis) unidades de solda por mês. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $6 \times 12 / 8 = 9$

21	Vareta de Solda Foscooper 2,5 x 500 mm	Kg	1,92	O quantitativo se baseia na necessidade estimada de 08 (oito) varetas por mês. Considera-se, ainda, que cada 50 (cinquenta) varetas correspondem, aproximadamente, a 01 (um) kg. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $8 \times 12 / 50 = 1,92$
----	--	----	------	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's e EPC's)				
Item	Descrição do EPI/EPC	Unid.	Quant. Est. Anual	Memorial de Cálculo / Justificativa
1	Capacete de Segurança c/ Jugular	Unid.	6	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal equipamento a cada 12 (doze) meses, para cada colaborador. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $6 \times 1 \times 12 / 12 = 6$
2	Cinto de Segurança c/ Talabarte, Duplo, Tipo Y	Cojunto	6	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (um) conjunto de tal equipamento a cada 12 (doze) meses, para cada colaborador. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $6 \times 1 \times 12 / 12 = 6$
3	Cone p/ Sinalização PVC Rígido, 75 cm	Unid.	6	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal equipamento a cada 12 (doze) meses, por colaborador. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $6 \times 1 \times 12 / 12 = 6$
4	Corda de Poliamida 12 mm, Tipo Bombeiro, NR-18, Rolo c/ 100 m	Unid.	1	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 20 (vinte) metros de corda a cada 12 (doze) meses, por colaborador. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $6 \times 20 \times 12 / 12 / 100 = 1$ (o valor foi arredondado para baixo)
5	Luvras Isolantes de Borracha	Par	6	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (um) par de tal equipamento a cada 12 (doze) meses, para cada colaborador. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $6 \times 1 \times 12 / 12 = 6$

6	Óculos de Proteção, Lente Incolor, Armação em Nylon	Unid.	12	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal equipamento a cada 06 (seis) meses, para cada colaborador Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $6 \times 1 \times 12 / 6 = 12$
7	Placa Sinalizadora em Plástico, para Isolamento de Área	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal equipamento a cada 12 (doze) meses, para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $6 / 2 \times 12 / 12 = 3$.
8	Protetor Auricular tipo <i>plug</i>	Unid.	144	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 02 (duas) unidades de tal equipamento, por mês, para cada colaborador. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $6 \times 2 \times 12 = 144$
9	Respirador Descartável Dobrável	Unid.	288	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 04 (quatro) unidades de tal equipamento, por mês, para cada colaborador. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $6 \times 4 \times 12 = 288$



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970

Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Ferramentas e Equipamentos				
Item	Descrição da Ferramenta/Equipamento	Unid.	Quant. Est.	Memorial de Cálculo / Justificativa
1	Adaptador Mangueira Manifold R-22 p/ R-410A	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
2	Alicate Amperímetro Digital	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
3	Alicate de Bico 6", c/ Cabo Isolado p/ 1.000 V	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
4	Alicate de Corte p/ Tubo Capilar	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
5	Alicate de Pressão 10"	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (5/2) \times 12 / 12 = 2$ (o valor foi arredondado para baixo)

6	Alicate Lacrador de Tubos 7"	Unid.	1	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 04 (quatro) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/4) \times 12 / 12 = 1$ (o valor foi arredondado para baixo)
7	Alicate Prensa Terminais Manual 0,5 a 06 mm ²	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
8	Alicate Universal 8", c/ Cabo Isolado p/ 1.000 V	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
9	Arco de Serra 12"	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
10	Balança Digital p/ Refrigeração	Unid.	1	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 04 (quatro) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/4) \times 12 / 12 = 1$ (o valor foi arredondado para baixo)
11	Bolsa Coletora p/ Limpeza de Ar Condicionado 7.000 a 30.000 Btu	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
12	Bolsa Coletora p/ Limpeza de Ar Condicionado 36.000 a 60.000 Btu	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
13	Bomba de Vácuo 7 CFM	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$

14	Caixa Sanfonada p/ Transporte de Ferramentas c/ 05 Gavetas	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
15	Chave Biela Tipo L 10 mm	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
16	Chave Biela Tipo L 12 mm	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
17	Chave de Fenda Cotoco 1/4" x 1.1/2"	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
18	Chave Canhão 08 x 125 mm	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
19	Chave Canhão 10 x 125 mm	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
20	Chave Teste de Neon 220 V	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
21	Detector de Fuga de Gás Refrigerante	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
22	Escada Extensível, até 09 metros	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$

23	Escada Regulável 04 degraus	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
24	Escariador de Rebarba Tubos 3/16" a 1.1/2" Cobre e Alumínio	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
25	Estilete de Metal, Lâmina de 18 mm	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
26	Extensão Elétrica 10 m	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
27	Furadeira de Impacto 800 W	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
28	Jogo de Broca Aço Rápido 01 a 13 mm	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
29	Jogo de Chave Allen 1/16" a 1/2"	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
30	Jogo de Chave Inglesa c/ Cabo Emborrachado 08, 10 e 12 mm	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
31	Jogo de Chave Phillips , 06 Peças	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$

32	Jogo de Molas p/ Curvar Tubos 1/4 a 3/4"	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
33	Jogo de Serras Copo 5/8" a 3"	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
34	Kit Curvador/Cortador Tubos de Cobre 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8", 3/4", 7/8"	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
35	Kit Flangeador Excêntrico c/ Catraca 3/16" a 3/4" e 5 a 19 mm	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
36	Lanterna 19 Leds Recarregável Holofote	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
37	Lavadora a Jato de Alta Pressão 1.800 psi	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
38	Maçarico Portátil p/ Soldagem 2.200°C	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
39	Manifold Analógico R-22/R-410A	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
40	Mini Cortador de Tubos 1/8" a 5/8"	Unid.	1	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 04 (quatro) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/4) \times 12 / 12 = 1$ (o valor foi arredondado para baixo)

41	Multímetro Digital	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
42	Nível de Alumínio 300 mm / 12"	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
43	Parafusadeira Recarregável 400 W	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
44	Pente de Aleta/Serpentina	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
45	Tanque Recolhedor Gás Refrigerante 13,6 kg	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
46	Termômetro Digital Portátil 05 Sensores	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
47	Trena Metálica 7,5 m	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
48	Vacuômetro Analógico 1/8"	Unid.	3	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 02 (dois) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/2) \times 12 / 12 = 3$
49	Válvula Perfuradora de Tubos 3/16" a 3/8"	Unid.	1	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 01 (uma) unidade de tal ferramenta/equipamento para cada 04 (quatro) colaboradores. Sendo assim: Quantidade Anual Estimada = $1 \times (6/4) \times 12 / 12 = 1$ (o valor foi arredondado para baixo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Peças e Componentes				
Item	Descrição da Peça/Componente	Quant.	Quant. Est. Anual	Memorial de Cálculo / Justificativa
1	Aleta Horizontal (ou Defletor) p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu	Unid.	6	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de aleta/defletor nesta faixa de potências. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de equipamentos, desta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB, que é de 526 (quinhentos e vinte e seis) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 526 \times 12 / 12 = 6$ (o valor foi arredorado para cima)
2	Aleta Horizontal (ou Defletor) p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu	Unid.	2	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de aleta/defletor nesta faixa de potências. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de equipamentos, desta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB, que é de 134 (centro e trinta e quatro) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 134 \times 12 / 12 = 2$ (o valor foi arredorado para cima)

3	Bandeja/Pingadeira p/ Bebedouro Tipo 'Gelágua'	Unid.	2	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (dez por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 39 (trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 39 = 2$ (o valor foi arredondado para cima)
4	Cabo de Cobre PP, 4 x 2,5 mm ² , Cor Preta	Metro	300	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubo para cada instalação de Ar Condicionado e na média histórica de 20 (vinte) instalações de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times 20 \times 1,5 \times 12 / 12 = 300$
5	Capacitor de Partida 1 a 6 µF	Unid.	20	O quantitativo se baseia na média histórica de 40 (quarenta) substituições de capacitor de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerando que há 03 (três) tipos de Capacitor de Partida, fez-se a divisão por 3 (três). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $40 \times 1,5 / 12 / 12 / 3 = 20$
6	Capacitor de Partida 20 a 40 µF	Unid.	20	O quantitativo se baseia na média histórica de 40 (quarenta) substituições de capacitor de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerando que há 03 (três) tipos de Capacitor de Partida, fez-se a divisão por 3 (três). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $40 \times 1,5 / 12 / 12 / 3 = 20$

7	Capacitor de Partida 45 a 65 µF	Unid.	20	O quantitativo se baseia na média histórica de 40 (quarenta) substituições de capacitor de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerando que há 03 (três) tipos de Capacitor de Partida, fez-se a divisão por 3 (três). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $40 \times 1,5 / 12 / 12 / 3 = 20$
8	Compressor p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (R-22 ou R-410A)	Unid.	9	O quantitativo se baseia na média histórica de 06 (seis) substituições de compressor de Ar Condicionado de 7.000 a 30.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $6 \times 1,5 \times 12 / 12 = 9$
9	Compressor p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (R-22 ou R-410A)	Unid.	2	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de compressor nesta faixa de potências. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de equipamentos, desta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB, que é de 134 (cento e trinta e quatro) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 134 \times 12 / 12 = 2$ (o valor foi arredondado para cima)
10	Compressor p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 139 (cento e trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 139 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)

11	Contator Tripolar, 25 A, Tensão Nominal 500 V	Unid.	3	O quantitativo se baseia na média histórica de 04 (quatro) substituições de cotator de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerando que há 02 (dois) tipos de Contator Tripolar, fez-se a divisão por 2 (dois). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $4 \times 1,5 \times 12 / 12 / 2 = 3$
12	Contator Tripolar, 32 A, Tensão Nominal 500 V	Unid.	3	O quantitativo se baseia na média histórica de 04 (quatro) substituições de cotator de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerando que há 02 (dois) tipos de Contator Tripolar, fez-se a divisão por 2 (dois). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $4 \times 1,5 \times 12 / 12 / 2 = 3$
13	Controle Remoto p/ Ar Condicionado 'Split'	Unid.	2	O quantitativo se baseia na média histórica de 01 (uma) substituição de controle remoto de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 1,5 \times 12 / 12 = 2$ (o valor foi arredondado para cima)
14	Evaporadora (ou Condensadora) p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 139 (cento e trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 139 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)

15	Filtro de Ar p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	6	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de filtro de ar nesta faixa de potências. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de equipamentos, desta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB, que é de 526 (quinhentos e vinte e seis) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 526 \times 12 / 12 = 6$ (o valor foi arredondado para cima)
16	Filtro de Ar p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de filtro de ar nesta faixa de potências. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de equipamentos, desta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB, que é de 134 (cento e trinta e quatro) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 134 \times 12 / 12 = 2$ (o valor foi arredondado para cima)
17	Filtro p/ Bebedouro Industrial	Unid.	57	O quantitativo foi estimado com base na quantidade de bebedouros industriais em utilização na UNILAB, atualmente, que é de 19 (dezenove) unidades e levando em consideração a execução do serviço de troca de filtro a cada 04 (quatro) meses. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $19 \times 1 \times 12 / 4 = 57$
18	Filtro Secador p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 139 (cento e trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 139 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)

19	Fusível 5 x 20 mm, 5A, 250 V	Unid.	7	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de fusível. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de ares condicionados em utilização atualmente na UNILAB, que é de 660 (seiscentos e trinta e oito) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 660 \times 12 / 12 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)
20	Gaxeta de Borracha p/ Vedação (Geladeira / Freezer / Frigobar)	Unid.	4	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 79 (setenta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 79 = 4$ (o valor foi arredondado para cima)
21	Hélice (ou Turbina) de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	3	O quantitativo se baseia na média histórica de 02 (duas) substituição de hélice/turbina de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, nesta faixa de potência, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $2 \times 1,5 \times 12 / 12 = 3$
22	Hélice (ou Turbina) de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de hélice/turbina nesta faixa de potências. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de equipamentos, desta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB, que é de 134 (cento e trinta e quatro) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 134 \times 12 / 12 = 2$ (o valor foi arredondado para cima)

23	Kit c/ 04 (quatro) Calços de Borracha p/ Condensadora	Unid.	21	O quantitativo se baseia na média histórica de 20 (vinte) instalações de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerou-se que 70% das condensadoras são fixadas no solo (utilizando calços) e 30% são fixadas em parede (utilizando suporte). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $20 \times 1,5 \times 12 / 12 \times 0,7 = 21$
24	Mangueira de Entrada p/ Bebedouro Industrial, até 1,5 m	Unid.	1	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 19 (dezenove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 19 = 1$ (o valor foi arredondado para cima)
25	Motor de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	6	O quantitativo se baseia na média histórica de 04 (quatro) substituições de motor de ventilador de Ar Condicionado de 7.000 a 30.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $4 \times 1,5 \times 12 / 12 = 6$
26	Motor de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2	O quantitativo se baseia na média histórica de 01 (uma) substituição de motor de ventilador de Ar Condicionado de 36.000 a 60.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 1,5 \times 12 / 12 = 2$

27	Placa Eletrônica p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	5	O quantitativo se baseia na média histórica de 03 (três) substituições de placa eletrônica de Ar Condicionado de 7.000 a 30.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $3 \times 1,5 \times 12 / 12 = 5$ (o valor foi arredondado para cima)
28	Placa Eletrônica p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de placa eletrônica nesta faixa de potências. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de equipamentos, desta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB, que é de 134 (cento e trinta e quatro) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 134 \times 12 / 12 = 2$ (o valor foi arredondado para cima)
29	Porca de Latão p/ Ar Condicionado, 1/4" a 3/4"	Unid.	7	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de porca de latão. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de ares condicionados em utilização atualmente na UNILAB, que é de 660 (seiscentos e trinta e oito) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 660 \times 12 / 12 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)
30	Protetor Térmico p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 139 (cento e trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 139 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)

31	Relé de Partida p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro / Gelágua)	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 139 (cento e trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 139 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)
32	Relé de Partida 240 V, 30A	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 139 (cento e trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 139 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)
33	Rolamento de Motor p/ Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	6	O quantitativo se baseia na média histórica de 04 (quatro) substituições de rolamento de Ar Condicionado de 7.000 a 30.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $4 \times 1,5 \times 12 / 12 = 6$
34	Rolamento de Motor p/ Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	32	O quantitativo se baseia na média histórica de 21 (vinte e uma) substituições de rolamento de Ar Condicionado de 36.000 a 60.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $21 \times 1,5 \times 12 / 12 = 32$ (o valor foi arredondado para cima)

35	Sensor de Temperatura e/ou Degelo p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu	Unid.	8	O quantitativo se baseia na média histórica de 05 (cinco) substituições de sensor de temperatura/delego de Ar Condicionado de 7.000 a 30.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $5 \times 1,5 \times 12 / 12 = 8$ (o valor foi arredondado para cima)
36	Sensor de Temperatura e/ou Degelo p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu	Unid.	11	O quantitativo se baseia na média histórica de 07 (sete) substituições de sensor de temperatura/delego de Ar Condicionado de 36.000 a 60.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $7 \times 1,5 \times 12 / 12 = 11$ (o valor foi arredondado para cima)
37	Serpentina p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	8	O quantitativo se baseia na média histórica de 05 (cinco) substituições de serpentina de Ar Condicionado de 7.000 a 30.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $5 \times 1,5 \times 12 / 12 = 8$ (o valor foi arredondado para cima)
38	Serpentina p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	5	O quantitativo se baseia na média histórica de 03 (três) substituições de serpentina de Ar Condicionado de 36.000 a 60.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $3 \times 1,5 \times 12 / 12 = 5$ (o valor foi arredondado para cima)

39	Serpentina p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 139 (cento e trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 139 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)
40	Suporte p/ Fixação de Unidade Condensadora 7.000 a 60.000 Btu, Incluindo Porcas, Parafusos, Arruelas e Amortecedores	Par	9	O quantitativo se baseia na média histórica de 20 (vinte) instalações de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerou-se que 70% das condensadoras são fixadas no solo (utilizando calços) e 30% são fixadas em parede (utilizando suporte). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $20 \times 1,5 \times 12 / 12 \times 0,3 = 9$
41	Suporte p/ Fixação de Unidade Evaporadora, 7.000 a 60.000 Btu, Incluindo Porcas, Parafusos, Arruelas e Amortecedores	Par	30	O quantitativo se baseia na média histórica de 20 (vinte) instalações de Ar Condicionado, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $20 \times 1,5 \times 12 / 12 = 30$
42	Terminal/Borne Pré-Isolado, Tipo Bandeira, p/ Compressor, 2,50 a 6,00 m ²	Unid.	10	O quantitativo se baseia na média histórica de 19 (dezenove) substituições de terminal/borne, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerando que há 03 (três) tipos de Terminal, fez-se a divisão por 3 (três). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $19 \times 1,5 / 12 / 12 / 3 = 10$ (o valor foi arredondado para cima)

43	Terminal/Borne Pré-Isolado 1,50 a 2,50 mm ²	Unid.	10	O quantitativo se baseia na média histórica de 19 (dezenove) substituições de terminal/borne, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerando que há 03 (três) tipos de Terminal, fez-se a divisão por 3 (três). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $19 \times 1,5 / 12 / 12 / 3 = 10$ (o valor foi arredondado para cima)
44	Terminal/Borne Pré-Isolado 4,00 a 6,00 mm ²	Unid.	10	O quantitativo se baseia na média histórica de 19 (dezenove) substituições de terminal/borne, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Além disso, considerando que há 03 (três) tipos de Terminal, fez-se a divisão por 3 (três). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $19 \times 1,5 / 12 / 12 / 3 = 10$ (o valor foi arredondado para cima)
45	Termostato p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 139 (cento e trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 139 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)
46	Torneira p/ Bebedouro Tipo 'Gelágua'	Unid.	2	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 39 (trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 39 = 2$ (o valor foi arredondado para cima)

47	Torneira p/ Bebedouro Tipo 'Industrial'	Unid.	1	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 19 (dezenove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 19 = 1$ (o valor foi arredondado para cima)
48	Tubo Capilar (ou Válvula de Expansão) p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	6	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de tubo capilar nesta faixa de potências. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de equipamentos, desta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB, que é de 526 (quinhentos e vinte e seis) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 526 \times 12 / 12 = 6$ (o valor foi arredondado para cima)
49	Tubo Capilar (ou Válvula de Expansão) p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	Unid.	2	Com base na média levantada a partir dos quantitativos consumidos no Contrato vigente, não foi identificada nenhuma substituição de tubo capilar nesta faixa de potências. Sendo assim, estimou-se o quantitativo anual a partir da incidência do percentual de 1% (um por cento) sobre o quantitativo de equipamentos, desta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB, que é de 134 (cento e trinta e quatro) unidades. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $1 \times 0,01 \times 134 \times 12 / 12 = 2$ (o valor foi arredondado para cima)

50	Tubo Capilar p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro), 0,31 a 0,64", Rolo c/ 03 Metros	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos dessa natureza, tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 139 (cento e trinta e nove). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 139 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)
51	Tubo de Cobre Flexível 1/4", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	210	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubulação para cada instalação de Ar Condicionado e na média histórica de 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 7.000 a 12.000 Btu e 09 (nove) instalações de Ar Condicionado de 13.000 a 24.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times (5 + 9) \times 1,5 \times 12 / 12 = 210$
52	Tubo de Cobre Flexível 3/8", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	165	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubulação para cada instalação de Ar Condicionado e na média histórica de 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 7.000 a 12.000 Btu, 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 25.000 a 36.000 Btu e 01 (uma) instalação de Ar Condicionado de 49.000 a 60.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times (5 + 5 + 1) \times 1,5 \times 12 / 12 = 165$

53	Tubo de Cobre Flexível 1/2", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	135	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubulação para cada instalação de Ar Condicionado e na média histórica de 09 (nove) instalações de Ar Condicionado de 13.000 a 24.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times 9 \times 1,5 \times 12 / 12 = 135$
54	Tubo de Cobre Flexível 5/8", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	75	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubulação para cada instalação de Ar Condicionado e na média histórica de 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 25.000 a 36.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times 5 \times 1,5 \times 12 / 12 = 75$
55	Tubo de Cobre Flexível 3/4", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	Metro	90	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubulação para cada instalação de Ar Condicionado, na média histórica de 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 25.000 a 36.000 Btu e 01 (uma) instalação de 49.000 a 60.000 Btu a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times (5 + 1) \times 1,5 \times 12 / 12 = 90$

56	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 1/4", E = 10 mm	Metro	210	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubo para cada instalação de Ar Condicionado e na média histórica de 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 7.000 a 12.000 Btu e 09 (nove) instalações de Ar Condicionado de 13.000 a 24.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times (5 + 9) \times 1,5 \times 12 / 12 = 210$
57	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 3/8", E = 10 mm	Metro	165	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubo para cada instalação de Ar Condicionado e na média histórica de 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 7.000 a 12.000 Btu, 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 25.000 a 36.000 Btu e 01 (uma) instalação de Ar Condicionado de 49.000 a 60.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times (5 + 5 + 1) \times 1,5 \times 12 / 12 = 165$
58	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 1/2", E = 10 mm	Metro	135	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubo para cada instalação de Ar Condicionado e na média histórica de 09 (nove) instalações de Ar Condicionado de 13.000 a 24.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times 9 \times 1,5 \times 12 / 12 = 135$

59	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 5/8", E = 10 mm	Metro	75	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubo para cada instalação de Ar Condicionado e na média histórica de 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 25.000 a 36.000 Btu, a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times 5 \times 1,5 \times 12 / 12 = 75$
60	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 3/4", E = 10 mm	Metro	90	O quantitativo se baseia na estimativa de necessidade de 10 (dez) metros de tubo para cada instalação de Ar Condicionado, na média histórica de 05 (cinco) instalações de Ar Condicionado de 25.000 a 36.000 Btu e 01 (uma) instalação de 49.000 a 60.000 Btu a cada 12 (doze) meses, com incidência de percentual adicional de 50% (cinquenta por cento), levando em consideração o envelhecimento dos equipamentos. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $10 \times (5 + 1) \times 1,5 \times 12 / 12 = 90$
61	Válvula de Serviço Schrader, 1/4"	Unid.	7	Levando em conta o curto intervalo de tempo referente ao histórico de execução de serviços em equipamentos de refrigeração (exceto Ar Condicionado), tal quantitativo foi estimado levando em consideração a incidência de 5% (cinco por cento) sobre o quantitativo de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB, que é de 133 (cento e trinta e três). Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,05 \times 137 = 7$ (o valor foi arredondado para cima)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Serviços Eventuais				
Item	Descrição do Serviço	Unid.	Quant. Est. Anual	Memorial de Cálculo / Justificativa
1	Mão de Obra de Eletrotécnico, com Engargos Complementares	Hora Técnica	32	A referida mão de obra será utilizada, prioritariamente, em reparos de componentes eletrônicos dos Ares Condicionados e demais equipamentos de refrigeração. O quantitativo se baseia na estimativa de incidência de 2% (dois por cento) sobre a quantidade de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB. Estima-se, ainda, que cada serviço de reparo demande, em média, 02 (duas) horas de serviço do profissional. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,02 \times 797 \times 2 = 32$ (valor arredondado para cima)
2	Mão de Obra de Soldador, com Engargos Complementares	Hora Técnica	32	A referida mão de obra será utilizada, prioritariamente, em soldagens de componentes de alumínio. O quantitativo se baseia na estimativa de incidência de 2% (dois por cento) sobre a quantidade de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB. Estima-se, ainda, que cada serviço de reparo demande, em média, 02 (duas) horas de serviço do profissional. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,02 \times 797 \times 2 = 32$ (valor arredondado para cima)

3	Mão de Obra de Torneiro Mecânico, com Engargos Complementares	Hora Técnica	32	A referida mão de obra será utilizada, prioritariamente, em substituições de rolamentos de motores. O quantitativo se baseia na estimativa de incidência de 2% (dois por cento) sobre a quantidade de equipamentos em utilização atualmente na UNILAB. Estima-se, ainda, que cada serviço de reparo demande, em média, 02 (duas) horas de serviço do profissional. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,02 \times 797 \times 2 = 32$ (valor arredondado para cima)
4	Rebobinamento de Motor de Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu, Incluindo Material (Evaporadora ou Condensadora)	Serviço / Equip.	6	O quantitativo se baseia na estimativa de incidência de 1% (um por cento) sobre a quantidade de Ares Condicionados, nesta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,01 \times 526 = 6$ (valor arredondado para cima)
5	Rebobinamento de Motor de Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu, Incluindo Material (Evaporadora ou Condensadora)	Serviço / Equip.	2	O quantitativo se baseia na estimativa de incidência de 1% (um por cento) sobre a quantidade de Ares Condicionados, nesta faixa de potência, em utilização atualmente na UNILAB. Sendo assim: Quantitativo Anual Estimado = $0,01 \times 134 = 2$ (valor arredondado para cima)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

BDI (Bonificações e Despesas Indiretas)		
Item	Descrição	Percentual
1	Administração Central (AC)	Conforme Estimativa, em conformidade com as faixas aceitáveis constantes do Acórdão TCU - Plenário nº 2622/2013
2	Seguro e Garantia (SG)	Conforme Estimativa, em conformidade com as faixas aceitáveis constantes do Acórdão TCU - Plenário nº 2622/2013
3	Risco (R)	Conforme Estimativa, em conformidade com as faixas aceitáveis constantes do Acórdão TCU - Plenário nº 2622/2013
4	Despesas Financeiras (DF)	Conforme Estimativa, em conformidade com as faixas aceitáveis constantes do Acórdão TCU - Plenário nº 2622/2013
5	Tributos (T)	5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4
5.1	PIS	Conforme Regime Tributário da Empresa
5.2	ISS	Conforme Código Tributário Municipal / Regime Tributário da Empresa
5.3	COFINS	Conforme Regime Tributário da Empresa
5.4	CPRB	Conforme Regime Tributário da Empresa / Lei nº 12.546/2011
6	Lucro (L)	Conforme Estimativa, em conformidade com as faixas aceitáveis constantes do Acórdão TCU - Plenário nº 2622/2013
Total		Acórdão TCU - Plenário nº 2.369/2011. $BDI (\%) = \{[(1 + AC/100 + SG/100 + R/100) * (1 + DF/100) * (1 + L/100) / (1 - T/100)] - 1\} * 100$

Nota¹: Uma vez que o fornecimento de peças e componentes representa percentual significativo do preço global da contratação, atuando a Contratada como intermediária entre o(s) fabricante(s) e a Contratante, a taxa de BDI incidente sobre tais itens será reduzida em relação à aplicável sobre os itens de mão de obra exclusiva e serviços eventuais.

Anexo V - Planilha Estimativa de Custos e Formacao de Precos.pdf



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP: 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

1. MÓDULOS			
1	Tipo de Serviço		Manut., Inst. e Desinst. de Equip. de Climat. e Refrig.
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		7257-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.361,29
4	Categoria Profissional		Mecânico(a) de Refrigeração
5	Data-Base da Categoria (Dia/Mês/Ano)		01/01/2022
6	Convenção Coletiva		SINDGEL/SINCOPECE CE000091/2022
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.361,29
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
Total			1.361,29
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	8,33%	113,44
B	Férias	8,33%	113,44
C	Adicional de Férias	2,78%	37,81
Total			264,69
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)

A	INSS	0,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	40,65
C	SAT	3,00%	48,78
D	SESC/SESI	1,50%	24,39
E	SENAI/SENAC	1,00%	16,26
F	SEBRAE	0,60%	9,76
G	INCRA	0,20%	3,25
H	FGTS	8,00%	130,08
Total		16,80%	273,17
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		89,92
B	Auxílio-Refeição		272,65
C	Seguro de Vida		9,32
D	Plano de Saúde		27,50
E	Auxílio-Creche		1,22
Total			400,61
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		264,69
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		273,17
2.3	Benefícios Mensais e Diários		400,61
Total			938,47
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,417%	6,77
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,033%	0,54
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,847%	30,04
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o APT	0,310%	5,05
E	Multa do FGTS	3,200%	53,21
Total			95,61
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Férias	1,667%	39,92
B	Ausência Justificada	0,005%	0,12

C	Afastamento por Doença	0,082%	1,97
D	Consulta Médica Filho	0,005%	0,12
E	Óbitos na Família	0,010%	0,24
F	Paternidade	0,057%	1,36
Total			43,73
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniformes	32,32	
B	Materiais de Consumo	441,00	
C	EPI's e EPC's	79,07	
D	Ferramentas e Equipamentos	108,23	
Total			660,62
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO DIRETO POR EMPREGADO			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.361,29	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	938,47	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	95,61	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	43,73	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	660,62	
Custo Direto Total Estimado por Empregado (R\$)			3.099,72

Nota¹: A parcela mensal a título de Aviso Prévio Trabalhado será no percentual máximo de 1,944% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do Contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, conforme disposto na Lei nº 12.506/2011 e no Acórdão TCU nº 1.186/2017;

Nota²: Em se tratando de benefícios legalmente previstos, os valores a serem pagos à Contratada serão condicionados à comprovação de que a empresa, de fato, quitou sua parcela de custeio do benefício a que está obrigada e tão somente referente aos empregados beneficiários;

Nota³: Considerou-se, para fins de estimativa do valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, o recolhimento das contribuições previdenciárias mediante incidência de alíquota sobre o valor da receita bruta, motivo pelo qual o percentual de contribuição patronal, de 20%, constante da alínea 'A' do Módulo 2.2 foi zerado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP: 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

1. MÓDULOS			
1	Tipo de Serviço		Manut., Inst. e Desinst. de Equip. de Climat. e Refrig.
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		9112-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.311,17
4	Categoria Profissional		Auxiliar de Mecânico(a)
5	Data-Base da Categoria (Dia/Mês/Ano)		01/01/2022
6	Convenção Coletiva		SINDGEL/SINCOPECE CE000091/2022
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.311,17
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
Total			1.311,17
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	8,33%	109,26
B	Férias	8,33%	109,26
C	Adicional de Férias	2,78%	36,42
Total			254,94
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)

A	INSS	0,00%	0,00
B	Salário Educação	2,50%	39,15
C	SAT	3,00%	46,98
D	SESC/SESI	1,50%	23,49
E	SENAI/SENAC	1,00%	15,66
F	SEBRAE	0,60%	9,40
G	INCRA	0,20%	3,13
H	FGTS	8,00%	125,29
Total		16,80%	263,11
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		92,93
B	Auxílio-Refeição		272,65
C	Seguro de Vida		9,32
D	Plano de Saúde		27,50
E	Auxílio-Creche		1,22
Total			403,62
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (Décimo Terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		254,94
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		263,11
2.3	Benefícios Mensais e Diários		403,62
Total			921,67
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,417%	6,53
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,033%	0,52
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,847%	28,93
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o APT	0,310%	4,86
E	Multa do FGTS	3,200%	51,25
Total			92,09
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Férias	1,667%	38,75
B	Ausência Justificada	0,005%	0,12

C	Afastamento por Doença	0,082%	1,91
D	Consulta Médica Filho	0,005%	0,12
E	Óbitos na Família	0,010%	0,24
F	Paternidade	0,057%	1,32
Total			42,46
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniformes	32,32	
B	Materiais de Consumo	441,00	
C	EPI's e EPC's	79,07	
D	Ferramentas e Equipamentos	108,23	
Total			660,62
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO DIRETO POR EMPREGADO			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.311,17	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	921,67	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	92,09	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	42,46	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	660,62	
Custo Direto Total Estimado por Empregado (R\$)			3.028,01

Nota¹: A parcela mensal a título de Aviso Prévio Trabalhado será no percentual máximo de 1,944% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do Contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, conforme disposto na Lei nº 12.506/2011 e no Acórdão TCU nº 1.186/2017;

Nota²: Em se tratando de benefícios legalmente previstos, os valores a serem pagos à Contratada serão condicionados à comprovação de que a empresa, de fato, quitou sua parcela de custeio do benefício a que está obrigada e tão somente referente aos empregados beneficiários;

Nota³: Considerou-se, para fins de estimativa do valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, o recolhimento das contribuições previdenciárias mediante incidência de alíquota sobre o valor da receita bruta, motivo pelo qual o percentual de contribuição patronal, de 20%, constante da alínea 'A' do Módulo 2.2 foi zerado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Item	Descrição da Peça do Uniforme	Fonte	Código	Unid.	Quant. Est. Anual	Custo Unit. (R\$)	Custo Total Est. (R\$)
1	Bata em Brim, Mangas Longas, c/ Emblema da Empresa	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	57,78	115,56
2	Calça Jeans, c/ Emblema da Empresa	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	61,72	123,44
3	Cinto de Couro	PESQ. MERC.	-	Unid.	1	27,24	27,24
4	Meia de Algodão	PESQ. MERC.	-	Par	4	10,14	40,56
5	Bota de Segurança, c/ Biqueira de Aço e Colarinho Acolchoado	SINAPI	12893	Par	1	62,40	62,40
6	Crachá, c/ Foto e Emblema da Empresa	PESQ. MERC.	-	Unid.	1	18,63	18,63
Custo Anual Estimado c/ Uniformes, por Posto (R\$)							387,83
Custo Mensal Estimado c/ Uniformes, por Posto (R\$)							32,32

Nota¹: Os valores unitários acima incluem todos os custos diretos necessários para fornecimento dos uniformes, incluindo eventuais fretes até as cidades de Redenção e/ou Acarape, bem como entre os locais de execução dos serviços;

Nota²: A Tabela SINAPI utilizada, para fins de referência dos preços constantes da planilha acima, foi a do mês de Janeiro/2022 (Não Desonerada).

Quantidade de Postos	6
Custo Mensal Estimado c/ Materiais de Consumo, por Posto (R\$)	441,00

Nota¹: Os valores unitários acima incluem todos os custos diretos necessários para fornecimento dos materiais de consumo, incluindo eventuais fretes até as cidades de Redenção e/ou Acarape, bem como entre os locais de execução dos serviços;

Nota²: A Tabela SINAPI utilizada, para fins de referência dos preços constantes da planilha acima, foi a do mês de Janeiro/2022 (Desonerada);

Nota³: A Tabela SEINFRA utilizada, para fins de referência dos preços constantes da planilha acima, foi a de nº 027 (Desonerada).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Item	Descrição do EPI/EPC	Fonte	Código	Unid.	Quant. Est. Anual	Custo Unit. (R\$)	Custo Total Est. (R\$)
1	Capacete de Segurança c/ Jugular	PESQ. MERC	-	Unid.	6	50,38	302,28
2	Cinto de Segurança c/ Talabarte, Duplo, Tipo Y	PESQ. MERC	-	Cojunto	6	272,66	1.635,96
3	Cone p/ Sinalização PVC Rígido, 75 cm	SINAPI	13244	Unid.	6	47,20	283,20
4	Corda de Poliamida 12 mm, Tipo Bombeiro, NR-18, Rolo c/ 100 m	SINAPI	38200	Unid.	1	554,87	554,87
5	Luvas Isolantes de Borracha	SINAPI	36147	Par	6	336,39	2.018,34
6	Óculos de Proteção, Lente Incolor, Armação em Nylon	SINAPI	36152	Unid.	12	5,07	60,84
7	Placa Sinalizadora em Plástico, para Isolamento de Área	PESQ. MERC	-	Unid.	3	46,32	138,96
8	Protetor Auricular tipo <i>plug</i>	SINAPI	36142	Unid.	144	1,95	280,80
9	Respirador Descartável Dobrável	SINAPI	36144	Unid.	288	1,45	417,60
Custo Anual Estimado c/ EPI's e EPC's (R\$)							5.692,85
Custo Mensal Estimado c/ EPI's e EPC's (R\$)							474,40
Quantidade de Postos							6
Custo Mensal Estimado c/ EPI's e EPC's, por Posto (R\$)							79,07

Nota¹: Os valores unitários acima incluem todos os custos diretos necessários para fornecimento dos EPI's e EPC's, incluindo eventuais fretes até as cidades de Redenção e/ou Acarape, bem como entre os locais de execução dos serviços;

Nota²: A Tabela SINAPI utilizada, para fins de referência dos preços constantes da planilha acima, foi a do mês de Janeiro/2022 (Desonerada).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970

Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Item	Descrição da Ferramenta/Equipamento	Fonte	Código	Quant.	Custo Unit. Aquis. (R\$)	Taxa Anual Deprec. (R\$)	Custo Anual Deprec. (R\$)
1	Adaptador Mangueira Manifold R-22 p/ R-410A	PESQ. MERC.	-	3	25,90	20,00%	15,54
2	Alicate Amperímetro Digital	PESQ. MERC.	-	3	248,86	20,00%	149,32
3	Alicate de Bico 6", c/ Cabo Isolado p/ 1.000 V	SINAPI	38470	3	57,17	20,00%	34,30
4	Alicate de Corte p/ Tubo Capilar	PESQ. MERC.	-	3	44,82	20,00%	26,89
5	Alicate de Pressão 10"	PESQ. MERC.	-	3	52,53	20,00%	31,52
6	Alicate Lacrador de Tubos 7"	PESQ. MERC.	-	1	45,80	20,00%	9,16
7	Alicate Prensa Terminais Manual 0,5 a 06 mm ²	PESQ. MERC.	-	3	334,97	20,00%	200,98
8	Alicate Universal 8", c/ Cabo Isolado p/ 1.000 V	PESQ. MERC.	-	3	52,55	20,00%	31,53
9	Arco de Serra 12"	PESQ. MERC.	-	3	27,84	20,00%	16,70
10	Balança Digital p/ Refrigeração	PESQ. MERC.	-	1	1.053,31	10,00%	105,33
11	Bolsa Coletora p/ Limpeza de Ar Condicionado 7.000 a 30.000 Btu	PESQ. MERC.	-	3	287,16	20,00%	172,30
12	Bolsa Coletora p/ Limpeza de Ar Condicionado 36.000 a 60.000 Btu	PESQ. MERC.	-	3	381,23	20,00%	228,74
13	Bomba de Vácuo 7 CFM	PESQ. MERC.	-	3	1.169,86	10,00%	350,96
14	Caixa Sanfonada p/ Transporte de Ferramentas c/ 05 Gavetas	PESQ. MERC.	-	3	129,27	20,00%	77,56
15	Chave Biela Tipo L 10 mm	PESQ. MERC.	-	3	16,32	20,00%	9,79
16	Chave Biela Tipo L 12 mm	PESQ. MERC.	-	3	22,72	20,00%	13,63
17	Chave de Fenda Cotoco 1/4" x 1.1/2"	PESQ. MERC.	-	3	13,83	20,00%	8,30
18	Chave Canhão 08 x 125 mm	PESQ. MERC.	-	3	23,54	20,00%	14,12
19	Chave Canhão 10 x 125 mm	PESQ. MERC.	-	3	33,99	20,00%	20,39
20	Chave Teste de Neon 220 V	SEINFRA	18945	3	11,16	20,00%	6,70
21	Detector de Fuga de Gás Refrigerante	PESQ. MERC.	-	3	493,89	10,00%	148,17
22	Escada Extensível, até 09 metros	PESQ. MERC.	-	3	1.511,52	20,00%	906,91
23	Escada Regulável 04 degraus	PESQ. MERC.	-	3	930,71	20,00%	558,43
24	Escariador de Rebarba Tubos 3/16" a 1.1/2" Cobre e Alumínio	PESQ. MERC.	-	3	44,56	20,00%	26,74
25	Estilete de Metal, Lâmina de 18 mm	SINAPI	38384	3	16,66	20,00%	10,00

26	Extensão Elétrica 10 m	PESQ. MERC.	-	3	70,27	20,00%	42,16
27	Furadeira de Impacto 800 W	SEINFRA	19376	3	903,00	10,00%	270,90
28	Jogo de Broca Aço Rápido 01 a 13 mm	PESQ. MERC.	-	3	324,65	10,00%	97,40
29	Jogo de Chave Allen 1/16" a 1/2"	PESQ. MERC.	-	3	67,61	20,00%	40,57
30	Jogo de Chave Inglesa c/ Cabo Emborrachado 08, 10 e 12 mm	PESQ. MERC.	-	3	171,05	20,00%	102,63
31	Jogo de Chave Phillips , 06 Peças	PESQ. MERC.	-	3	72,46	20,00%	43,48
32	Jogo de Molas p/ Curvar Tubos 1/4 a 3/4"	PESQ. MERC.	-	3	121,32	20,00%	72,79
33	Jogo de Serras Copo 5/8" a 3"	PESQ. MERC.	-	3	318,64	20,00%	191,18
34	Kit Curvador/Cortador Tubos de Cobre 1/4", 5/16", 3/8", 1/2", 5/8", 3/4", 7/8"	PESQ. MERC.	-	3	688,27	20,00%	412,96
35	Kit Flangeador Excêntrico c/ Catraca 3/16" a 3/4" e 5 a 19 mm	PESQ. MERC.	-	3	381,39	20,00%	228,83
36	Lanterna 19 Leds Recarregável Holofote	PESQ. MERC.	-	3	137,00	20,00%	82,20
37	Lavadora a Jato de Alta Pressão 1.800 psi	SINAPI	746	3	2.349,95	20,00%	1.409,97
38	Maçarico Portátil p/ Soldagem 2.200°C	PESQ. MERC.	-	3	546,41	20,00%	327,85
39	Manifold Analógico R-22/R-410A	PESQ. MERC.	-	3	329,11	10,00%	98,73
40	Mini Cortador de Tubos 1/8" a 5/8"	PESQ. MERC.	-	1	24,63	20,00%	4,93
41	Multímetro Digital	PESQ. MERC.	-	3	315,32	10,00%	94,60
42	Nível de Alumínio 300 mm / 12"	PESQ. MERC.	-	3	46,21	10,00%	13,86
43	Parafusadeira Recarregável 400 W	PESQ. MERC.	-	3	472,35	10,00%	141,71
44	Pente de Aleta/Serpentina	PESQ. MERC.	-	3	28,67	20,00%	17,20
45	Tanque Recolhedor Gás Refrigerante 13,6 kg	PESQ. MERC.	-	3	811,54	20,00%	486,92
46	Termômetro Digital Portátil 05 Sensores	PESQ. MERC.	-	3	590,30	20,00%	354,18
47	Trena Metálica 7,5 m	PESQ. MERC.	-	3	36,37	20,00%	21,82
48	Vacuômetro Analógico 1/8"	PESQ. MERC.	-	3	188,26	10,00%	56,48
49	Válvula Perfuradora de Tubos 3/16" a 3/8"	PESQ. MERC.	-	1	25,72	20,00%	5,14
Custo Anual Estimado c/ Depreciação de Ferramentas e Equipamentos (R\$)							7.792,49
Custo Mensal Estimado c/ Depreciação de Ferramentas e Equipamentos (R\$)							649,37
Quantidade de Postos							6
Custo Mensal Estimado c/ Depreciação de Ferramentas e Equipamentos, por Posto (R\$)							108,23

Nota¹: Os valores unitários acima incluem todos os custos diretos necessários para disponibilização dos equipamentos e ferramentas, incluindo eventuais fretes até as cidades de Redenção e/ou Acarape, bem como entre os locais de execução dos serviços;

Nota²: As taxas anuais de depreciação estão em conformidade com o disposto no Anexo III da Instrução Normativa RFB Nº 1700, de 14 de março de 2017;

Nota³: A Tabela SINAPI utilizada, para fins de referência dos preços constantes da planilha acima, foi a do mês de Janeiro/2022 (Desonerada);

Nota⁴: A Tabela SEINFRA utilizada, para fins de referência dos preços constantes da planilha acima, foi a de nº 027 (Desonerada).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Item	Descrição da Peça/Componente	Fonte	Código	Unid.	Quant. Est. Anual	Custo Unit. (R\$)	Custo Total Est. (R\$)
1	Aleta Horizontal (ou Defletor) p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	120,40	722,40
2	Aleta Horizontal (ou Defletor) p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	180,98	361,96
3	Bandeja/Pingadeira p/ Bebedouro Tipo 'Gelágua'	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	27,17	54,34
4	Cabo de Cobre PP, 4 x 2,5 mm ² , Cor Preta	SINAPI	39258	Metro	300	9,05	2.715,00
5	Capacitor de Partida 1 a 6 µF	PESQ. MERC.	-	Unid.	20	22,03	440,60
6	Capacitor de Partida 20 a 40 µF	PESQ. MERC.	-	Unid.	20	46,88	937,60
7	Capacitor de Partida 45 a 65 µF	PESQ. MERC.	-	Unid.	20	106,66	2.133,20
8	Compressor p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (R-22 ou R-410A)	PESQ. MERC.	-	Unid.	9	1.654,85	14.893,65
9	Compressor p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (R-22 ou R-410A)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	3.033,51	6.067,02
10	Compressor p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	533,80	3.736,60
11	Contator Tripolar, 25 A, Tensão Nominal 500 V	SINAPI	1619	Unid.	3	176,74	530,22
12	Contator Tripolar, 32 A, Tensão Nominal 500 V	SINAPI	1614	Unid.	3	273,54	820,62
13	Controle Remoto p/ Ar Condicionado 'Split'	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	155,68	311,36
14	Evaporadora (ou Condensadora) p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	308,11	2.156,77
15	Filtro de Ar p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	48,63	291,78
16	Filtro de Ar p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	103,26	206,52
17	Filtro p/ Bebedouro Industrial	SEINFRA	I1166	Unid.	57	190,36	10.850,52
18	Filtro Secador p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	14,31	100,17

19	Fusível 5 x 20 mm, 5A, 250 V	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	0,55	3,85
20	Gaxeta de Borracha p/ Vedação (Geladeira / Freezer / Frigobar)	PESQ. MERC.	-	Unid.	4	110,66	442,64
21	Hélice (ou Turbina) de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	3	254,63	763,89
22	Hélice (ou Turbina) de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	354,16	708,32
23	Kit c/ 04 (quatro) Calços de Borracha p/ Condensadora	PESQ. MERC.	-	Unid.	21	27,80	583,80
24	Mangueira de Entrada p/ Bebedouro Industrial, até 1,5 m	PESQ. MERC.	-	Unid.	1	25,88	25,88
25	Motor de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	444,53	2.667,18
26	Motor de Ventilador p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	753,07	1.506,14
27	Placa Eletrônica p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	5	627,23	3.136,15
28	Placa Eletrônica p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	897,93	1.795,86
29	Porca de Latão p/ Ar Condicionado, 1/4" a 3/4"	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	20,33	142,31
30	Protetor Térmico p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	93,44	654,08
31	Relé de Partida p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro / Gelágua)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	74,36	520,52
32	Relé de Partida 240 V, 30A	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	98,63	690,41
33	Rolamento de Motor p/ Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	62,63	375,78
34	Rolamento de Motor p/ Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	32	81,53	2.608,96
35	Sensor de Temperatura e/ou Degelo p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu	PESQ. MERC.	-	Unid.	8	56,85	454,80
36	Sensor de Temperatura e/ou Degelo p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu	PESQ. MERC.	-	Unid.	11	86,33	949,63
37	Serpentina p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	8	1.401,67	11.213,36
38	Serpentina p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	5	2.173,47	10.867,35

39	Serpentina p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	293,85	2.056,95
40	Suporte p/ Fixação de Unidade Condensadora 7.000 a 60.000 Btu, Incluindo Porcas, Parafusos, Arruelas e Amortecedores	PESQ. MERC.	-	Par	9	157,60	1.418,40
41	Suporte p/ Fixação de Unidade Evaporadora, 7.000 a 60.000 Btu, Incluindo Porcas, Parafusos, Arruelas e Amortecedores	PESQ. MERC.	-	Par	30	90,23	2.706,90
42	Terminal/Borne Pré-Isolado, Tipo Bandeira, p/ Compressor, 2,50 a 6,00 m ²	PESQ. MERC.	-	Unid.	10	0,45	4,50
43	Terminal/Borne Pré-Isolado 1,50 a 2,50 mm ²	SINAPI	1570	Unid.	10	0,93	9,30
44	Terminal/Borne Pré-Isolado 4,00 a 6,00 mm ²	SINAPI	1573	Unid.	10	1,45	14,50
45	Termostato p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro)	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	99,26	694,82
46	Torneira p/ Bebedouro Tipo 'Gelágua'	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	14,96	29,92
47	Torneira p/ Bebedouro Tipo 'Industrial'	SEINFRA	12502	Unid.	1	44,95	44,95
48	Tubo Capilar (ou Válvula de Expansão) p/ Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	6	86,53	519,18
49	Tubo Capilar (ou Válvula de Expansão) p/ Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu (Condensadora ou Evaporadora)	PESQ. MERC.	-	Unid.	2	162,93	325,86
50	Tubo Capilar p/ Equipamento de Refrigeração (Geladeira / Freezer / Frigobar / Bebedouro), 0,31 a 0,64", Rolo c/ 03 Metros	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	19,72	138,04
51	Tubo de Cobre Flexível 1/4", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39662	Metro	210	22,30	4.683,00
52	Tubo de Cobre Flexível 3/8", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39664	Metro	165	34,31	5.661,15
53	Tubo de Cobre Flexível 1/2", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39660	Metro	135	46,53	6.281,55
54	Tubo de Cobre Flexível 5/8", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39665	Metro	75	57,88	4.341,00
55	Tubo de Cobre Flexível 3/4", E = 79 mm, p/ Ar Condicionado	SINAPI	39666	Metro	90	70,00	6.300,00
56	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 1/4", E = 10 mm	SINAPI	39713	Metro	210	1,18	247,80
57	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 3/8", E = 10 mm	SINAPI	39716	Metro	165	1,46	240,90
58	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 1/2", E = 10 mm	SINAPI	39712	Metro	135	1,50	202,50
59	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 5/8", E = 10 mm	SINAPI	39711	Metro	75	4,28	321,00
60	Tubo Esponjoso Blindado p/ Isolamento Térmico de Tubulação de Ar Condicionado 3/4", E = 10 mm	SINAPI	39715	Metro	90	1,93	173,70

61	Válvula de Serviço Schrader, 1/4"	PESQ. MERC.	-	Unid.	7	12,50	87,50
Custo Anual Estimado c/ Fornecimento de Peças e Componentes (R\$)							123.944,66
Custo Mensal Estimado c/ Fornecimento de Peças e Componentes (R\$)							10.328,72

Nota¹: Os valores unitários acima incluem todos os custos diretos necessários para fornecimento das peças e componentes, incluindo eventuais fretes até as cidades de Redenção e/ou Acarape, bem como entre os locais de execução dos serviços;

Nota²: A Tabela SINAPI utilizada, para fins de referência dos preços constantes da planilha acima, foi a do mês de Janeiro/2022 (Desonerada);

Nota³: A Tabela SEINFRA utilizada, para fins de referência dos preços constantes da planilha acima, foi a de nº 027 (Desonerada).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Item	Descrição do Serviço	Fonte	Código	Unid.	Quant. Est. Anual	Custo Unit. (R\$)	Custo Total Est. (R\$)
1	Mão de Obra de Eletrotécnico, com Engargos Complementares	SINAPI	88266	Hora Técnica	32	24,58	786,56
2	Mão de Obra de Soldador, com Engargos Complementares	SINAPI	88317	Hora Técnica	32	21,53	688,96
3	Mão de Obra de Torneiro Mecânico, com Engargos Complementares	SINAPI	88297	Hora Técnica	32	19,52	624,64
4	Rebobinamento de Motor de Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 7.000 a 30.000 Btu, Incluindo Material (Evaporadora ou Condensadora)	PESQ. MERC.	-	Serviço / Equip.	6	148,67	892,02
5	Rebobinamento de Motor de Ventilador, Ar Condicionado 'Split' 36.000 a 60.000 Btu, Incluindo Material (Evaporadora ou Condensadora)	PESQ. MERC.	-	Serviço / Equip.	2	283,50	567,00
Custo Anual Estimado c/ Serviços Eventuais (R\$)							3.559,18
Custo Mensal Estimado c/ Serviços Eventuais (R\$)							296,60

Nota¹: A Tabela SINAPI utilizada, para fins de referência dos preços constantes da planilha acima, foi a do mês de Janeiro/2022 (Desonerada).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

BDI (Serviços)		
Item	Descrição	Percentual
1	Administração Central (AC)	6,93
2	Seguro e Garantia (SG)	0,54
3	Risco (R)	1,73
4	Despesas Financeiras (DF)	1,09
5	Tributos (T)	13,15
5.1	PIS	0,65
5.2	ISS	5,00
5.3	COFINS	3,00
5.4	CPRB	4,50
6	Lucro (L)	8,91
Total		38,43%
BDI (Peças e Componentes)		
Item	Descrição	Percentual
1	Administração Central (AC)	3,97
2	Seguro e Garantia (SG)	0,65
3	Risco (R)	0,87
4	Despesas Financeiras (DF)	0,98
5	Tributos (T)	8,15
5.1	PIS	0,65
5.2	ISS	0,00
5.3	COFINS	3,00
5.4	CPRB	4,50
6	Lucro (L)	5,67
Total		22,55%

Nota¹: Os percentuais utilizados para os itens 1, 2, 3, 4 e 6 da composição da taxa de BDI estão em consonância com as faixas aceitáveis contidas no Acórdão TCU - Plenário nº 2622/2013;

Nota²: Uma vez que o fornecimento de peças e componentes representa percentual significativo do preço global da contratação, atuando a Contratada como intermediária entre o(s) fabricante(s) e a Contratante, a taxa de BDI incidente sobre tais itens será reduzida em relação à aplicável sobre os itens de mão de obra exclusiva e serviços eventuais;

Nota³: O percentual referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) está em consonância com o disposto no art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62.790-970
Telefone: +55 (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

Item	Descrição	Percentual
1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
A	13º Salário	8,333%
B	Férias	8,333%
C	Adicional de Férias	2,778%
	Total	19,44%
2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	
A	INSS	0,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	Seguro Acidente de Trabalho (SAT)	3,00%
D	SESC/SESI	1,50%
E	SENAI/SENAC	1,00%
F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
	Total	16,80%
3	Provisão para Rescisão	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,417%
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,033%
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,847%
D	Incidência do GPS/FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,310%
E	Multa do FGTS	3,200%
	Total	5,81%
4	Reposição de Profissional Ausente	
A	Férias	1,667%
B	Ausência Justificada	0,005%
C	Afastamento por Doença	0,082%
D	Consulta Médica Filho	0,005%
E	Óbitos na Família	0,010%
F	Paternidade	0,057%
	Total	1,83%

Nota¹: Os percentuais referentes ao Item 01 são incidentes sobre o valor total do Módulo 01 da Planilha de Mão de Obra;

Nota²: Os percentuais referentes aos Itens 02 e 03 são incidentes sobre o somatório dos valores totais do Módulo 01 e do Submódulo 2.1 da Planilha de Mão de Obra;

Nota³: Os percentuais referentes ao item 04 são incidentes sobre o somatório dos valores totais dos Módulos 01, 02 e 03 da Planilha de Mão de Obra.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO IX AO TERMO DE REFERÊNCIA - DOCUMENTOS REF. À RESPONSABILIDADE TÉCNICA



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20220946999

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

LUCAS DANIEL DE MONT'ALVERNE MONTEIRO

Título profissional: ENGENHEIRO MECANICO

RNP: 0614901502

Registro: 57592D CE

2. Dados do Contrato

Contratante: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

CPF/CNPJ: 12.397.930/0001-00

AVENIDA Avenida da Abolição

Nº: 3

Complemento:

Bairro: Centro

Cidade: Redenção

UF: CE

CEP: 62790000

Contrato: Não especificado

Celebrado em: 23/08/2016

Valor: R\$ 5.259,43

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA Avenida da Abolição

Nº: 3

Complemento:

Bairro: Centro

Cidade: Redenção

UF: CE

CEP: 62790000

Data de Início: 02/05/2022

Previsão de término: 02/05/2023

Coordenadas Geográficas: -4.224343, -38.728086

Finalidade: Infraestrutura

Código: Não Especificado

Proprietário: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

CPF/CNPJ: 12.397.930/0001-00

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > MECÂNICA > SISTEMAS TÉRMICOS > DE SISTEMAS TÉRMICOS > #16.2.1.4 - DE CONDICIONAMENTO DE AR	660,00	un
38 - Especificação > MECÂNICA > SISTEMAS TÉRMICOS > DE SISTEMAS TÉRMICOS > #16.2.1.4 - DE CONDICIONAMENTO DE AR	660,00	un
80 - Projeto > MECÂNICA > SISTEMAS TÉRMICOS > DE SISTEMAS TÉRMICOS > #16.2.1.4 - DE CONDICIONAMENTO DE AR	660,00	un
35 - Elaboração de orçamento > MECÂNICA > SISTEMAS TÉRMICOS > DE SISTEMAS TÉRMICOS > #16.2.1.5 - DE REFRIGERAÇÃO	137,00	un
38 - Especificação > MECÂNICA > SISTEMAS TÉRMICOS > DE SISTEMAS TÉRMICOS > #16.2.1.5 - DE REFRIGERAÇÃO	137,00	un
80 - Projeto > MECÂNICA > SISTEMAS TÉRMICOS > DE SISTEMAS TÉRMICOS > #16.2.1.5 - DE REFRIGERAÇÃO	137,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de Termo de Referência referente à contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

LUCAS DANIEL DE MONT'ALVERNE MONTEIRO - CPF: 097.542.174-32

_____, _____ de _____ de _____
Local data

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB) - CNPJ: 12.397.930/0001-00

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 88,78

Registrada em: 04/03/2022

Valor pago: R\$ 88,78

Nosso Número: 8215199073

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: cAY14
Impresso em: 07/03/2022 às 07:56:39 por: , ip: 177.37.171.144

www.crea-ce.org.br
Tel: (85) 3453-5800

faleconosco@crea-ce.org.br
Fax: (85) 3453-5804



Responsável

Nome	SIAPE nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919
Autoridade Competente	
Nome	SIAPE nº
Rosalina Semedo de Andrade Tavares	2973532



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSALINA SEMEDO DE ANDRADE TAVARES, PRÓ-REITOR(A) DE ADMINISTRAÇÃO**, em 08/03/2022, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420509** e o código CRC **D1056ECA**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO X AO TERMO DE REFERÊNCIA - MODELO DE FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO (FSS)

1. DADOS DO SOLICITANTE

Nome do Solicitante	SIAPE
Unidade Requisitante	SIGLA
E-mail	Telefone (c/ DDD)

2. LOCAL DO SERVIÇO

Descrição/Finalidade do Espaço	
Bloco	Sala nº
Piso	Campus

3. NATUREZA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO OU DO PROBLEMA ENCONTRADO (Marcar com 'X')

Elétrico		Frigobar/Freezer/Geladeira	
Hidráulico/Hidrossanitário		Bebedouro/Gelágua	
Civil/Pintura		Projektor Multimídia	
Ar Condicionado		Outros	

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER EXECUTADO OU DO PROBLEMA ENCONTRADO

--

Responsável	
Nome	SIAPE nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420511** e o código CRC **3AEF3888**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO XI AO TERMO DE REFERÊNCIA - MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

1. DADOS DA CONTRATADA

Nome da Empresa		CNPJ nº	
Nome do Preposto		Contrato nº	

2. PERÍODO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Data de Início		Data de Conclusão	
----------------	--	-------------------	--

3. DADOS DO(S) EQUIPAMENTO(S)

Item	Localização			Equipamento		
	Campus	Bloco	Sala	Marca	Potência	Tombamento
1						
2						
3						

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO

--

5. EQUIPE EXECUTANTE

Item	Nome	Cargo/Função
1		
2		
3		
4		
5		

6. PEÇAS/COMPONENTES FORNECIDOS

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

7. SERVIÇOS EVENTUAIS EXECUTADOS

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)

1					
2					
3					
4					
5					

Responsável	
Nome	SIAPE nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420512** e o código CRC **C1B63993**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO XII AO TERMO DE REFERÊNCIA - MODELO DE BOLETIM DE MEDIÇÃO MENSAL

1. DADOS DA CONTRATADA

Nome da Empresa		CNPJ nº	
Nome do Preposto		Contrato nº	

2. PERÍODO DE MEDIÇÃO

Data Início		Data Fim	
-------------	--	----------	--

3. MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

Item	Nome	Cargo/Função	Valor Devido (R\$)	Valor Ret. CV (R\$)	Valor Total (R\$)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

4. MATERIAIS DE CONSUMO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

5. PEÇAS/COMPONENTES

Item	Processo SEI nº	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						

9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
29						
30						

6. SERVIÇOS EVENTUAIS

Item	Processo SEI nº	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

7. QUADRO-RESUMO

Item	Descrição	Valor Medido (R\$)	BDI (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Mão de Obra Exclusiva			
2	Materiais de Consumo			
3	Peças/Componentes			
4	Serviços Eventuais			
Total Medição (R\$)				

Responsável	
Nome	SIAPE nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro	2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420515** e o código CRC **F82A3C75**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS
Avenida da Abolição, 3, Campus da Liberdade - Bairro Centro, Redenção/CE, CEP 62790-970
Telefone: (85) 3332-6242 - <http://www.unilab.edu.br/>

ANEXO XIII AO TERMO DE REFERÊNCIA - MODELO DE CHECK-LIST DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

1. DADOS DA CONTRATADA

Nome da Empresa		CNPJ nº	
Nome do Preposto		Contrato nº	

2. PERÍODO DE EXECUÇÃO

Data Início		Data Fim	
-------------	--	----------	--

3. CHECK-LIST

Item	Descrição do Serviço	Executada?
1	Filtro de Ar	
1.1	Limpar elemento filtrante ou substituir se necessário.	
1.2	Verificar danos e corrosão do suporte e existência de frestas.	
1.3	Verificar e corrigir o ajuste da moldura do filtro.	
2	Bandejas	
2.1	Verificar a operação da drenagem do condensado.	
2.2	Lavar com produto biodegradável.	
2.3	Verificar danos de corrosão.	
2.4	Verificar vazamentos e corrigir, se necessário.	
3	Evaporadores	
3.1	Lavar com produtos biodegradável.	
3.2	Verificar a existência de corrosão.	
4	Gabinets	
4.1	Lavar externamente.	
4.2	Lavar internamente.	
4.3	Verificar danos e corrosão.	
4.4	Verificar a vedação dos painéis de fechamento, fixação e danos, substituindo se necessário.	
4.5	Verificar o estado de conservação do isolamento termoacústico e substituir na existência de bolor.	
4.6	Verificar e eliminar ruídos anormais e/ou vibrações.	
4.7	Verificar botoeiras, knobs, etc. e repor, se necessário.	
4.8	Verificar funcionamento do sensor de temperatura.	
4.9	Verificar funcionamento do sensor de degelo.	
4.10	Verificar funcionamento do pressostato.	
5	Condensadores	
5.1	Lavar e remover incrustações.	
5.2	Verificar a existência de danos e corrosão no aletado e moldura.	
6	Ventiladores	
6.1	Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão.	
6.2	Verificar fixação e amortecedores de vibração.	
6.3	Verificar ruídos dos mancais e lubrificar, se necessário.	
7	Motores Elétricos	
7.1	Verificar e corrigir fixação e amortecedores de vibração.	
7.2	Limpar e verificar danos e corrosão.	
7.3	Verificar aterramento.	
8	Compressores	

8.1	Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão.	
8.2	Verificar fixação, vibração ou ruídos anormais.	
8.3	Verificar aterramento.	
9	Circuito Refrigerante	
9.1	Verificar a quantidade de gás refrigerante no sistema, complementando quando necessário.	
9.2	Verificar e corrigir fixação, danos e corrosão das tubulações.	
9.3	Verificar isolamento térmico e substituir, se necessário.	
9.3	Verificar e corrigir vazamento de gás, se necessário.	
10	Medições	
10.1	Diferencial de pressão	
10.2	Tensão, comparar com a nominal.	
10.3	Corrente, comparar com a nominal.	
10.4	Vazões de ar / operação dos controles de vazão	
10.5	Temperatura de retorno do ar.	
10.6	Temperatura de insuflamento.	
10.7	Isolamento entre fases e para a carcaça do compressor e motor ventilador.	
11	Circuito Elétrico	
11.1	Verificar existência de fios mal encapados	
11.2	Verificar todos os contatos elétricos, quanto ao aperto e corrosão.	
12	Unidade Evaporadora	
12.1	Remover para abertura, verificação, limpeza e revisão geral de todo conjunto.	
12.2	Tratamento anticorrosivo da base do chassi e demais componentes necessários.	
12.3	Lubrificação e ajustes.	
12.4	Testes e medições em bancada.	

Responsável		
Nome		SIAPE nº
Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro		2332919



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DANIEL DE MONT ALVERNE MONTEIRO, COORDENADOR(A)**, em 08/03/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0420517** e o código CRC **690E0C9F**.